

.....

A COLUNA
PRESTES NO
PLAÚ

Chico Castro

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 90



Luís Carlos Prestes, um dos principais líderes do *movimento tenentista*, formou a *Coluna Prestes*, movimento revolucionário representado por uma marcha guerrilheira que percorreu mais de 24.000km do território brasileiro.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243217>

Luís Carlos Prestes, um dos principais líderes do *movimento tenentista*, formou a *Coluna Prestes*, movimento revolucionário representado por uma marcha guerrilheira que percorreu mais de 24.000km do território brasileiro.

.....

A COLUNA PRESTES NO PIAUÍ

[A REPÚBLICA DO VINTÉM]

Com
A lei de vários
meses de redação pela ajuda,
pelo incentivo é minha presença
Ahem

(Hw
27/10/2008



Mesa Diretora
Biênio 2007/2008

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente

Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente

Senador Alvaro Dias
2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais
1º Secretário

Senador Gerson Camata
2º Secretário

Senador César Borges
3º Secretário

Senador Magno Malta
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Papaléo Paes
Senador João Vicente Claudino

Senador Antônio Carlos Valadares
Senador Flexa Ribeiro

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 90

A COLUNA PRESTES NO PIAUÍ

[A REPÚBLICA DO VINTÉM]

2ª Edição

Chico Castro



Brasília – 2008

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 90

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do País.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2008

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

Todos os direitos reservados

.....

Castro, Chico.

A Coluna Prestes no Piauí : (a república do vintém) / Chico Castro. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. 257 p. (Edições do Senado Federal ; v. 90)

1. Coluna Prestes (1924-1927). 2. Piauí, história. 3. Brasil, história. I. Título. II. Série.

CDD 981.05

.....

.....

Sumário

PRÓLOGO

pág. 11

APRESENTAÇÃO

pág. 13

LIVRO 1

CAPÍTULO 1

“É PRECISO DESCOBRIR O BRASIL”

pág. 19

CAPÍTULO 2

O VÁCUO DO IMPÉRIO

pág. 37

CAPÍTULO 3

O LUXO E O LIXO DAS ELITES

pág. 47

CAPÍTULO 4

A ESCRAVIDÃO DA ALMA

pág. 63

CAPÍTULO 5

O DEDO DA IGREJA

pág. 71

CAPÍTULO 6
OS MILITARES PROVAM A MAÇÃ DO PODER

pág. 77

LIVRO 2
CAPÍTULO 1
A COLUNA PRESTES PELOS SERTÕES DO PIAUÍ

pág. 93

CAPÍTULO 2
A POLÊMICA NO CONGRESSO NACIONAL

pág. 103

CAPÍTULO 3
A REPÚBLICA DO VINTÉM E OS TENENTES

pág. 109

CAPÍTULO 4
DE VOLTA AO PIAUÍ

pág. 125

CAPÍTULO 5
A COLUNA PRESTES NA PRINCESA DO SUL

pág. 137

CAPÍTULO 6
A COLUNA PRESTES DESCE O PARNAÍBA

pág. 143

CAPÍTULO 7
A DEFESA DE TERESINA

pág. 151

CAPÍTULO 8
A REPÚBLICA VELHA NO PIAUÍ
pág. 161

CAPÍTULO 9
A PROVÍNCIA DA IMPERATRIZ
pág. 167

CAPÍTULO 10
A CIDADE VERDE PEGA FOGO
pág. 179

CAPÍTULO 11
JUAREZ TÁVORA ABANDONA A COLUNA PRESTES
pág. 185

CAPÍTULO 12
O PAPEL DE DOM SEVERINO
pág. 193

CAPÍTULO 13
A COLUNA PRESTES DEIXA TERESINA
pág. 205

CAPÍTULO 14
A COLUNA PRESTES E LAMPIÃO
pág. 215

CAPÍTULO 15
A SAÍDA
pág. 221

ANEXOS

pág. 229

BIBLIOGRAFIA

pág. 245

.....

Prólogo

UM SIMPLES olhar sobre a história do século XX no Brasil é o suficiente para levantar a suspeita de que a cada dia o interesse pelo assunto não pára de crescer. Os livros, as teses, os ensaios e os artigos são a prova fiel de que estas suposições se transformam numa realidade indiscutível para quem, vivendo o presente, procura compreender as vicissitudes do passado.

Este livro deveria ter saído em 2005 para comemorar os 80 anos da passagem da Coluna Prestes pelos sertões do Piauí. As dificuldades de publicação não permitiram a realização de tal intento. Entretanto, o esforço denodado do Sr. Joaquim Campelo e a aguda sensibilidade cultural do Senador José Sarney, do Conselho Editorial do Senado Federal, possibilitaram ao leitor a oportunidade de ter ao seu alcance um modesto trabalho, mas escrito no afã de inserir o meu Estado em um dos capítulos mais insinuantes da história brasileira.

O leitor terá, a princípio, vários ensaios introdutórios sobre a história do país como forma de lembrar para não esquecer as

particularidades hegemônicas da colonização, o primeiro e o segundo reinados, a República Velha e, por fim, o movimento tenentista e sua consequência mais imediata, a épica marcha da Coluna Prestes pelo interior do Brasil. É evidente que os referidos ensaios são peças que formam, sem se aprofundar, um breve panorama daqueles períodos, deixando para o final o relato sobre a ação dos rebeldes nas duas vezes em que estiveram no Piauí.

É-me alegremente confortável citar o nome da ilustríssima senhora Cândida Gonçalves de Mesquita, minha mãe, de louvada memória, que estava em Teresina no Natal de 1925 quando a Coluna Prestes deu cerco à cidade. Atendendo ao chamado do Senhor, foi morar no céu a 12 de junho de 2004. Confesso que dos seus ensinamentos serei eternamente tributário.

O AUTOR

.....

Apresentação

A O DEBRUÇAR-ME sobre os acontecimentos narrados em livros e contados pelo imaginário da cultura oral que dão conta da passagem da Coluna Prestes pelo Piauí, a sensação inicial é a de que o meu estudo de maneira alguma se propõe a pôr um ponto final neste tema. Ao contrário, a intenção, antes de tudo, é abrir um outro leque na área de pesquisa na medida em que apenas retomo um assunto que já encontrou abrigo e foi objeto de análise dos mais eminentes historiadores, quer em forma de livros, quer de monografias, ensaios e artigos.

O trabalho começou assim. Ao ver que a matéria em questão estava demasiadamente dispersa e de difícil acesso, a primeira providência foi a de juntar o maior contingente de dados possível, a fim de colocar numa série de pastas todas as informações necessárias para a composição do texto. E para o meu espanto, pude verificar com absoluta convicção que a lendária passagem da Coluna Prestes por terras piauienses ainda não teve largo conhecimento do grande público, ficando restrito ao meio acadêmico, apesar de ter sido ao

longo dos anos motivo de rara curiosidade do leitor, sempre ávido em novas descobertas.

Depois de muitas leituras, sempre anotando num caderninho as idéias que iam surgindo, resolvi fazer uma viagem pelo interior do Piauí. Partindo do ponto inicial por onde a Coluna entrou no Estado, percorrendo as cidades mais importantes no roteiro dos rebeldes, visitando pequenos vilarejos, recolhendo fotografias antigas, documentos importantes, jornais da época, pontuando cenas dramáticas, engraçadas e pitorescas, entrevistando pessoas na faixa etária de 85 a 100 anos, que tiveram a oportunidade de ver bem de perto os principais nomes da grande marcha, percebi que o contato com testemunhas oculares da história é mais gratificante do que apenas uma sofisticada intuição intelectual. Somente depois desta etapa, foi que me dediquei a recordar as histórias que ouvi no tempo da minha meninice.

Desde pequeno ouvi minha mãe falar a respeito da Coluna Prestes que no Piauí, pelo menos, ficou conhecida com o singelo nome de os revoltosos. Naquele tempo a casa em que nasci era periferia de Teresina. A rua não tinha calçamento, bebíamos água de poço, e como a iluminação elétrica era precária, poucos carros se arriscavam fazer o trajeto entre o centro e o lugar onde morávamos. Por isso, era comum, ao cair da noite, ao redor de nossos pais, sob um maravilhoso luar de prata e um espetáculo de estrelas cadentes que bordavam o céu, eu e os meus irmãos ficarmos a ouvir as mais belas narrativas da literatura universal, desde as mirabolantes lendas dos cavaleiros medievais, até as estorinhas de anjos e lobisomens que infestavam o nosso encantado mundo infantil. Numa daquelas noites, me lembro bem, minha mãe falou-nos pela primeira vez sobre Prestes e seus companheiros de aventura.

Era a noite de Natal de 1925 quando minha avó materna mandou minha mãe, na época com apenas sete anos, jun-

tamente com um irmão, cada qual agasalhado em cangalhas de cavalo, tomar o destino da localidade Redonda, hoje zona integrada do Grande Dirceu, para que pudessem ficar mais seguros diante das ameaçadoras notícias, segundo as quais os revoltosos podiam invadir Teresina a qualquer momento. Como houve uma grande evacuação na cidade, muita gente ficou escondida no mato em péssimas condições, devido às abundantes chuvas que desabaram sobre o Piauí no final daquele ano e durante os primeiros meses de 1926, esperando ver o desenrolar dos acontecimentos, sem saber ao certo qual seria o desdobramento que tal ação poderia resultar. Do lugar onde ficou acomodada, dava para ouvir, do outro lado do rio, o troar intermitente das armas, rompendo o silêncio da noite e levando pânico para crianças e velhos que para lá foram levados.

O medo era aterrador. Afinal, nas trincheiras estavam parentes próximos e distantes que, mesmo sem ter em mente o significado do movimento tenentista, saíram em defesa da cidade amada, em face da indormida sanha dos invasores. O que era a Coluna Prestes para eles? Um bando de homens, de porte varonil, bem armados, vindos do sul do país, com o fino intuito de invadir a capital, tomar casas e bens, saquear o comércio, matar aqueles que se intromettessem em seu caminho, levar consigo homens e mulheres para as suas fileiras e praticar todo tipo de atrocidades, comuns aos bandidos mais perigosos. Era exatamente o que a propaganda governista passou, levando pavor e desespero para a pacata família teresinense. Só muito tempo depois minha mãe veio saber a verdade, e eu também.

Assim, passados muitos anos, em gratidão à valiosa herança que meus pais me deram, traduzida no expressivo amor pelos livros, no respeito à memória dos antepassados, e movido pelo profundo sentimento de resgatar parte da história do meu querido Piauí,

foi que me arrisquei a recontar tudo o que ouvi, li, e repetidas vezes disse para mim mesmo que um dia escreveria um livro abordando este assunto. Mesmo sem ter a formação acadêmica de historiador, em seu duro ofício de lutar contra o dragão do esquecimento, procurei interpretar as lições do passado, tendo em vista as incertezas do futuro, como um modo muito certo de compreender as vastas contradições tão ainda presentes no mundo onde vivemos.

CHICO CASTRO

LIVRO 1

.....

Capítulo 1

“É PRECISO DESCOBRIR O BRASIL”

(Carlos Drummond de Andrade)

QUANDO a Coluna Prestes chegou ao Piauí no início de dezembro de 1925, a população do estado girava em torno de 679 mil habitantes espalhados numa área de 301.797 mil quilômetros quadrados, dando assim uma média de pouco mais de dois habitantes por quilômetros quadrados.¹ A estatística populacional é apenas estimada, pois os resultados colhidos no censo nacional de 1920 foram prejudicados em razão do difícil acesso entre as cidades, povoados e vilas, e também pelo amadorismo metodológico de que eram feitas as pesquisas no começo do século XX no Brasil. Aliás, a preocupação em saber o número de habitantes, só tardiamente foi motivo de interesse das elites brasileiras. A prova disso é que o nosso primeiro censo geral, o de 1872, feito a pedido do imperador D. Pedro II, teve como critério tão-somente verificar o índice da população, sem nenhum cuidado com o modo de vida, condições de

1 Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil*, 1938, Rio de Janeiro, IBGE, v. 4, 1939.

trabalho, moradia, saúde, nível educacional e outras características comuns nesse tipo de trabalho.

Inicialmente, pode-se concluir que o Piauí tinha um povoamento extremamente rarefeito. O isolamento não era apenas de estradas e comunicação, mas era também provocado por enormes espaços vazios entre os centros populacionais. Vale ressaltar que os atuais 252.378 mil quilômetros quadrados são bem inferiores aos anotados no início dos anos 20, que foram paulatina e sorrateiramente tomados pelos vizinhos, notadamente o Ceará, a Bahia e Goiás que abocanharam grandes faixas de terras, ainda hoje objetos de acirradas disputas fronteiriças. Então, se confirmadas definitivamente as estatísticas do Censo de 1920, o que se depreende sem nenhum espanto, é que o Piauí perdeu, em 80 anos, mais de 50 mil quilômetros quadrados, uma área correspondente à Bélgica ou à Holanda.

A confusão nos limites fronteiriços do Piauí² não se circunscreve ao início do século XX, mas vem de longe, desde os primeiros tempos da colonização do Brasil. Aliás, o litoral piauiense limítrofe com o do Maranhão já tinha sido visitado por navegantes séculos antes do nascimento de Jesus Cristo³. Após o descobrimento, Portugal teria abandonado com-

2 Um ilustre viajante saiu do Rio de Janeiro chegando aos vales e sertões piauienses. Nesse longo percurso, pôde detalhar aspectos curiosos da gente brasileira, os acidentes geográficos, a cultura, os costumes etc. Entrando no Piauí pela nascente do rio Parnaíba fez os 1.470km de percurso, ora indo pelo lado do Maranhão, ora margeando a terra de mafrense, até desembocar no oceano Atlântico. A ele devemos um comentário feito no início do século XX sobre os problemas de fronteira entre os dois estados: “Os limites entre o Piauí e o Maranhão (...) não estão definidos: o mesmo também aconteceu ao delta parnaibano, em consequência da pretensão do Maranhão ao domínio exclusivo da barra da Tutóia, contra o direito do Piauí.” (Antônio Paranaguá, *Do Rio de Janeiro ao Piauí, pelo interior do País*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1905, pág. 178.)

3 O Professor Cyrus Gordon, da Brandeis University, em Boston, uma das maiores autoridades mundiais em línguas mortas, traduziu uma inscrição que dá conta da presença dos fenícios no litoral nordestino dezenas de séculos antes da Era Cristã, inclusive fundando cidades, como Tutóia, na divisa entre o litoral piauiense e maranhense. Na escrita gravada em pedra há referências aos filhos de Canaã, Sidon, ao mar vermelho, de onde partiram os navios em busca do comércio marítimo em terras distantes. Na Bíblia (1 Reis, cap.5, secção 2, versículos 15 - 32) sugere claramente que havia uma rede de interesses econômicos muito acentuada entre Salomão, o fi-

pletamente a Ilha de Vera Cruz por um largo período de 30 anos. Nesse ínterim, as terras recém-descobertas foram lugar de aventureiros, náufragos e degradados, e alvo da cobiça de traficantes e piratas em busca de imensas riquezas, especialmente o pau-brasil. Somente em 1534, instigados pelo medo de perder o que havia conquistado mediante as investidas de navegadores franceses, ingleses, espanhóis e holandeses, a Metrópole resolveu criar as capitânias hereditárias, que se estendiam do litoral para o interior até a linha demarcatória, situada a 370 léguas a oeste dos Açores, convenionada pelo Tratado de Tordesilhas assinado entre Portugal e Espanha, em 1494.

Verdadeiramente, Portugal não abandonou as terras nas primeiras três décadas após o descobrimento, como é comum imaginar-se. O Brasil foi arrendado por D. Manuel, o Venturoso, a um grupo de capitalistas formados em sua base por judeus convertidos ao cristianismo, à frente dos quais estava Fernando de Noronha, famoso armador e comerciante. O primeiro negócio feito em solo pátrio obrigava o contratado a cumprir algumas obrigações com o contratante: “e o rei de Portugal arrendou a terra que ele descobriu a certos cristãos-novos e são obrigados

lho de Davi, e Hiram, rei de Sidon, este citado na inscrição fenícia encontrada numa região nordestina. No mesmo livro (1 Reis, cap. 9, versículos 10 a 14), Salomão agradece e premia o rei de Hiram pelos relevantes serviços prestados na construção do Templo dedicado ao deus dos judeus e do palácio real. O historiador romano Diodoro (90-31 a.C), contemporâneo do imperador Júlio César, no seu livro “*A História Universal*”, caps.19 e 20, narra uma viagem feita pelos fenícios que, atravessando o Atlântico, chegaram à costa brasileira. Em outro trecho, Diodoro descreve a fuga dos troianos derrotados pelos gregos na Guerra de Tróia, fato esplendidamente narrado por Homero em seu livro a *Iliada*, sendo trazidos pelos fenícios para fundar colônias no nordeste brasileiro. Certamente, as famosas Sete Cidades do Piauí foram fundadas por fenícios, que também já eram conhecidas pelos romanos no auge do império como “a lendária ilha dos sete povos”. Os indícios de que as Sete Cidades foram a sede do império fenício no interior do Piauí tem sido objeto de disputas entre historiadores da pré-história brasileira, especialmente quando se leva em consideração que uma confederação de povos tupis ali se estabeleceu sob o comando daqueles indomáveis navegadores da antiguidade clássica. Platão, Aristóteles, Diodoro e Plínio, cada um a seu tempo, escreveram sobre a América séculos antes da descoberta de Cristóvão Colombo.

a mandar todos os anos seis navios a descobrir todos os anos 300 léguas adiante (...) no primeiro ano nada pagam, no segundo um sexto, no terceiro um quarto e fazem conta de trazer pau-brasil e escravos, e talvez achem outra cousa de proveito”⁴.

O comércio no Brasil tem seus fundamentos no tato comercial dos hebreus e na capacidade de sobressair-se e tirar proveito mesmo diante de circunstâncias adversas. Vindos para o Brasil numa situação esdrúxula de excluídos da sociedade portuguesa conseguiram em pouco tempo participar da formação econômica da infância do país, e já formava uma comunidade numerosa em fins do século XVI.

O pau-brasil foi o produto que marcou a fixação do homem branco em parte do litoral brasileiro, inclusive a causa do início da edifi-

4 Carta de Pietro Rondinelli, escrita em Sevilha a 3 de outubro de 1502, publicada na “*Racolta Colombiana*”, parte III, volume II, pág. 121, in Benedito José de Sousa, *Pau-Brasil na História Colonial*, pág. 110. Há outras referências históricas que consagram a tese da inserção do elemento judeu na formação econômica do Brasil ainda nos primórdios da colonização, inclusive como se davam as transações mercantis com o primeiro produto de exportação da Ilha de Vera Cruz. O exemplo pode ser confirmado na mesma pág. 110 da obra citada onde se pode ler:... “de há três anos para cá [1506/7] foi descoberta uma nova terra [o Brasil] da qual se faz todos os anos [desde 1503] 20 mil quintais de brasil [pau-brasil], o qual é tirado de uma árvore grossa que é muito pesada (...) não obstante despacha-se muito para Flandres, e daqui para Castela e Itália para muitos lugares (...) o (...) brasil foi concedido a Fernando de Noronha, cristão-novo, durante 10 anos por este Sereníssimo Rei por 4.000 mil ducados.” (*Relazione*, de Lunardo de Chá). Solidônio Leite Filho, no seu livro *Os Judeus no Brasil*, Ed. J. Leite & Cia. 1923. pág. 24 e 25, assim se expressa: “A 28 de abril de 1500, as equipagens de Pedro Álvares Cabral descem à terra para cortar lenha e pela primeira vez o machado dos civilizados retumba nos troncos das virgens florestas do Brasil. Neste corte de madeira, com certeza, o judeu Gaspar [da Gama] descobriu o pau-brasil, pois conhecia, como prático das cousas do Oriente.” (Nota 6, Gustavo Barroso, *História Secreta do Brasil*, pág. 24.) No primeiro século do descobrimento, a nova terra era vista como uma das promessas para os judeus fugitivos da fúria inquisitorial: “O Brasil continuava a ser, e continuou por muito tempo, o refúgio e o lugar de degredo dos cristãos-novos; refúgio para os que podiam da metrópole escapar às malhas do temeroso tribunal, degredo para os que, por culpas leves, saíam por ele penitenciados, esses em menor número do que aqueles.” (Rodolfo Garcia citado por Luís da Câmara Cascudo, *Mouros, Franceses e Judeus*, pág. 92.)

cação de casas e criação das primeiras comunidades. Além de papagaios, a nau de Gaspar de Lemos, a que levou a D. Manuel a notícia do descobrimento da Ilha de Vera Cruz, trazia em seu porão grande quantidade do valioso pau de tinta. Fato que depois motivou investida de corsários franceses de olho nas vantajosas possibilidades de um amplo comércio, via tráfico, com um produto de alta cotação na Europa e de baixo custo, pois os índios trocavam-no por bugigangas e espelhos. Enquanto Portugal voltava toda a sua atenção para a miragem das fabulosas riquezas de suas colônias na Índia, a costa brasileira ficava à mercê de exploradores inescrupulosos. Quando a ficha caiu foi que os portugueses perceberam que não valia a pena procurar tesouros em lugares tão distantes. O Brasil oferecia uma opção excepcional de comércio, a partir das imensas riquezas naturais de que dispunha.

A vontade de trazer o Brasil para si tirando-o da iniciativa privada já era objeto de preocupação em 1530, quando D. João III envia uma carta⁵ a Martim Afonso de Sousa, que veio para cá pôr ordem no caos administrativo –, comunicando-lhe o desejo de mudar o perfil do modelo econômico adotado na aurora da descoberta das terras brasileiras. Na missiva imperial, há uma clara intenção de dividir o território em capitânicas vitalícias e entregá-las, através de cartas de doações e outros artifícios jurídicos, a donatários e capitães-mores, que, por sua vez, podiam dispô-las em sesmarias a terceiros, com direitos assegurados pelo rei e por Deus, na tentativa de fazer caixa nos combalidos cofres lusitanos tão desfavorecidos pelos altos investimentos dos tempos épicos das grandes

5 “D. João (...), esta minha carta de poder (...) que eu a envio ora a Martim Afonso de Sousa (...) e se o dito Martim Afonso em pessoa for, algumas partes ele deixará nas ditas terras que assim descobrir por capitão-mor e governador em seu nome a pessoa que lhe parecer que o melhor fará ao qual deixará por seu assinado os poderes de que há de usar (...) eu por esta minha carta lhe dou poder para que ele dito Martim Afonso possa dar às pessoas que consigo levar, às que na dita terra quiserem viver e povoar, aquela parte das terras que assim achar e descobrir que lhe bem parecer e segundo o merecerem as ditas pessoas por seus serviços e qualidades para as aproveitarem... (Trechos extraídos da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 24, 1861, pp. 74-79, in Darci Ribeiro e Carlos de Araújo Moreira Neto, *A Formação do Brasil: Testemunhos, 1500-1700*, Petrópolis, Vozes, 1992.)

navegações. É justamente aí nas cartas de sesmarias que se encontra a raiz daquilo que muito tempo depois ficou conhecido com o pomposo nome de latifúndio.

Aos donatários foram dados poderes absolutos sobre a terra. Para facilitar o povoamento criou-se uma legislação que concedia indulto a criminosos a partir do momento em que os mesmos se dispusessem a vir morar nas terras selvagens de pindorama, declaradas território de couto e homizio. Para cá vieram criminosos de toda natureza misturados a indivíduos de origem judaica,⁶ perseguidos implacavelmente antes e depois do estabelecimento da Inquisição em Portugal.

Outros se deram bem como o judeu convertido Fernando de Noronha, descobridor da ilha que leva o seu nome, a quem coube um excelente contrato de arrendamento do Brasil para a exploração do pau-brasil muito abundante na costa brasileira. Essas facilidades fizeram com que se tornasse comum na Europa um dito pelo qual “não existe pecado do lado debaixo do Equador”, séculos depois aproveitado em canção por Chico Buarque de Holanda.

Sem obedecer a nenhum critério que levasse em consideração os acidentes geográficos como rios, montanhas, as condições de relevo e extensão, o Brasil foi dividido, partindo do litoral para o interior⁷, horizontal e desigualmente em linha reta em 12 grandes lotes e entregues a 15

6 Nos primeiros tempos da descoberta, os europeus tinham dificuldades de adaptação no Brasil por causa do clima, ambientação hostil e falta de infra-estrutura. Por isso, os judeus ou cristão-novos, em muitos casos chamados metaforicamente de “degradados”, viram na terra recém-descoberta um leque de oportunidades que já tinham sido esgotadas em Portugal, além do que aqui eles estavam longe das perseguições religiosas. “Aos degradados juntam-se depois nobres e fidalgos portugueses que se casaram com os que aqui já estavam estabelecidos (...) Sabemos que o Brasil se povoaou primeiramente por degradados e gente de mau viver (...) vindo depois (...) muitos homens nobilíssimos e fidalgos(...) e se aliaram em parentesco com os da terra.” (*História Social do Brasil*, Pedro Calmon, 1.º tomo, Companhia Editora Nacional, São Paulo, Rio, Recife e Porto Alegre, Brasiliana, v. 40, 3.ª edição aumentada, 1941).

7 Não se pode cobrar dos portugueses uma incursão pelo interior do Brasil se as dificuldades de navegação pelo litoral eram acentuadas em virtude da grande extensão e dos perigos de naufrágios que se tornaram comuns. Mesmo assim há quem critique

amigos do rei, muitos deles sem nunca na vida terem posto os pés nos bens concedidos. No caso do litoral setentrional brasileiro, numa área que hoje compreende a faixa que vai da Paraíba à ilha de Marajó, essa imensidão de terras com limites extremamente incertos, foi entregue a apenas três pessoas, o que provocou posteriormente sérios litígios entre os descendentes de tão formosos morgadios. Olhando atentamente para os mapas antigos, pode-se facilmente constatar que o que seria o futuro Piauí, na verdade, era uma terra dividida entre capitânicas que pertenciam a donatários diferentes, dada à configuração vertical que tomou depois a província de São José do Piauí no mapa brasileiro.

Pelas linhas demarcatórias do início do sistema de capitânicas, o Piauí mesmo sem concretamente existir, pertencia teoricamente a Aires da Cunha, João de Barros e Fernão Álvares – os dois últimos morando em Portugal, e só o primeiro veio tomar posse efetiva – e a seus associados posteriores, que tornaram ainda mais confusas as fronteiras entre os lotes concedidos. Eles não tinham os instrumentos capazes de fazer as medidas territoriais como as que se faz nos dias atuais. Como as capitânicas eram doações vitalícias que passavam para descendentes ou arrendatários, os possuidores tinham em mente apenas cuidar do quinhão que lhe fora generosamente consignado, sem a obrigação de instalar ali os rudimentos embrionários de uma futura sociedade civil organizada. Assim, o Piauí, por não constar realmente no mapa das capitânicas hereditárias do Brasil, ganhou o infeliz apelido de *terra de ninguém*.

O honroso privilégio de ser considerada *terra de ninguém* não era um estatuto exclusivo do Piauí. Todo o litoral do Norte e Nordeste ficou durante muitos anos esquecido, o que dificultou sobremaneira uma ação mais concreta de povoamento. As capitânicas hereditárias po-

os lusitanos mesmo sabendo que muitos degredados foram os primeiros desbravadores dos sertões. “Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora [século XVII] não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos.” (Carlos Malheiro Dias, Introdução XXII, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Litografia Nacional, Porto, 1914).

dem ser consideradas o primeiro pacote econômico feito para o Brasil e que acabou não dando certo. Seria desarrazoado perfilar os fatores que provocaram a quebraadeira, à exceção das de Pernambuco e São Vicente, mas alguns pontos devem ser levados em consideração, a saber: a falta de investimentos capaz de atender a uma demanda tão excessiva mergulhou o empreendimento numa forte recessão; inabilidade administrativa dos capitães-mores; desentendimentos entre os donatários causados pela ausência de fronteiras definidas dos lotes; exposição do litoral a ataques de aventureiros; grandes dimensões das capitânias e a falta de comunicação entre si, etc. Mesmo assim, os portugueses foram os primeiros europeus, abaixo da linha do Equador, a instalar os princípios de uma sociedade baseada na agricultura.

Para colocar ordem no terreiro, Portugal resolveu criar em 1549 um governo-geral, com sede na Bahia, não para acabar com o poder individual das capitânias, mas para dar continuidade ao processo de colonização, alicerçado na centralização política, tendo na figura do governador-geral a expressão mais clara da autoridade do rei português. O caos inicial provocado por uma ação predatória dos recursos naturais cedeu lugar a um poder público estabelecido através de uma ouvidoria-mor, representando a justiça, a provedoria-mor, desempenhando o papel de arrecadação, o capitão-mor, encarregado da defesa do litoral e o alcaide-mor, autoridade responsável pelas milícias. Somente assim, com o mínimo de organização, pôde o estado português instalar a indústria açucareira no litoral pernambucano, entregando-a também à iniciativa privada, fazendo com que o ciclo do açúcar coincidissem com a fase inicial da criação de gado.

Cabe à capitania de São Vicente a glória de ter trazido as primeiras cabeças de gado para o Brasil. A introdução mais sistemática deve-se a Ana Pimentel, mulher de Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, que, importando-as das ilhas dos Açores, nos porões das caravelas, fez chegar a Salvador o gado *vacum* e cavalares, importante fator da economia colonial. Se, a princípio, o engenho monocultor dependia do gado como tração animal, os dois ciclos, pouco tempo depois, se separaram geograficamente. O primeiro ficando suas bases no litoral, e o segundo vislumbrando as pastagens dos vales desconhecidos, onde habitavam os

índios bravios⁸. De certo modo, o gado desviou o foco da atenção da costa litorânea para o interior brasileiro, fazendo surgir assim a lendária figura do vaqueiro, uma espécie de desbravador dos sertões.

Antes da vaqueirama – incentivada por fazendeiros baianos que dispunham em suas mãos de cartas de sesmarias doadas pelo governador da província de Pernambuco – invadir os sertões piauienses depois da segunda metade do século XVII, o elemento branco já se fazia presente no litoral, antes e logo após o descobrimento do Brasil.⁹ O litoral piauiense já era conhecido por diversos navegadores europeus que por aqui passaram em busca de riquezas e do sonho de conquista, que embalou o imaginário dos donos do poder no Velho Continente, cada vez mais obstinados pela

8 O índio não tinha e nem defendia a idéia de propriedade privada, como os portugueses e europeus de um modo geral preservavam. Por ter uma visão coletiva, se um português fizesse mal a um índio, a partir daí todos os portugueses passavam a ser vistos como pessoas más. Para os índios, a terra era um meio de sustento e um lugar sagrado onde estavam enterrados os seus antepassados, e não um mero valor de posse a ser desfrutado pelos proprietários, como defendiam os colonos. Por um erro trágico de entendimento ou mesmo por instinto de preservação de seus valores, os lusitanos começaram a criar o mito de que o índio era preguiçoso; portanto, um desqualificado para o trabalho. Esta opinião não é aceita por outros estudiosos do século XVI. “Não é exato, aliás, que o índio não tivesse aptidões para o trabalho. Os dois primeiros séculos do regime colonial provam exatamente o contrário. Mesmo depois que se fez a introdução do elemento africano, o índio foi um poderoso auxiliar do colono, quer no serviço agrícola, quer no trabalho das lavras e nas explorações do interior (...) O que é preciso não esquecer (...) [é] passar (...) daquela soberania na floresta (...) para a dureza da escravidão.” (Estevão Pinto, *Índigenas do Nordeste*, nota 1, pág. 195.)

9 “Partimos do porto de Cádiz (...) no dia 16 de maio de 1499 (...) e em 44 dias avistamos uma terra que julgamos ser firme e contínua (...) Tanto andamos pelo litoral que demos com um bellissimo porto formado (...) havendo dentro uma grandíssima enseada (...) e navegando (...) vimos muita gente, o que nos alegrou (...) ficamos (...) 17 dias com muito apazimento; e cada dia vinha do interior novas gentes, a maravilhar-se dos nossos rostos e brancura, dos nossos trajas e armas.” (*Lettera de Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovate in quattro suoi viaggi*, Florença 1505/06, in Duarte Leite, *Os Falsos Precursores de Álvares Cabral*, 2.ª edição melhorada, Portugália Editora, Lisboa. Originalmente, esta obra foi publicada em 1921 no Rio de Janeiro.)

idéia de ocupar de vez as terras desconhecidas, sempre em busca de novos mercados.

Há notícias seguras que dão conta de incursões de lendários navegantes, que, utilizando-se de mapas rudimentares, percorreram o litoral setentrional e fizeram com que circulassem as primeiras informações disponibilizadas rapidamente nos ouvidos de armadores, comerciantes e traficantes interessados em mudar o foco econômico da Ásia para o Novo Mundo, em função da diminuição dos custos envolvidos nos grandes empreendimentos marítimos.

Era muito mais perto vir para cá do que arriscar-se numa viagem pelos mares bravios do Oriente, quase sempre cheia de atropelos, naufrágios e constantes ataques de piratas. Dentre esses pioneiros, cabe ressaltar nomes como Vicente Pinzón (1499), Afonso de Hojeda (1499), Fernando de Noronha (1501/02), Diogo Lepe (1500), Gonçalo Coelho (1503/05), Diogo Leite (1531), Aires da Cunha (1536), Luís Melo (1554) e Nicolau de Resende, este último, por ter sofrido um acidente náutico, vivia já há 16 anos, portanto desde 1571, com os índios tremembés, que habitavam a foz do rio Parnaíba, junto ao litoral piauiense¹⁰.

A comprovação da presença do europeu se fez sentir antes de 1514 através da existência de velhos mapas que revelavam claramente um conhecimento geográfico muito próprio de quem conhecia bem a área. Mapas do delta piauiense já eram conhecidos em 1527, como também pequenas configurações cartográficas onde aparecem formações geodésicas e as inúmeras ilhas do litoral. Por este viés, pode-se perfeitamente presumir que aqueles exploradores, devidamente abençoados pelo papa, adentraram pelo Parnaíba que naquela época se chamava rio do Ano Bom, em direção ao interior. Depois, partiram para a imensidão

10 Esta tese da colonização do Piauí pelo litoral já foi defendida por Abdias Neves (*Aspectos do Piauí*), Pe. Cláudio Melo (*A Prioridade do Norte no Povoamento do Piauí*, 1985), Barbosa Lima Sobrinho (*O Devassamento do Piauí*, 1946), Claudete Dias (*Balaio e Bem-Te-Vis*, 2.ª edição, 2002) e Paulo Machado (*As Trilhas da Morte*, 2002). Embora tenham sido apresentados documentos e mapas antigos que comprovam esta proposição, muitos historiadores preferem a versão estranhamente mais tradicional, que é a da penetração do branco partindo do interior para o litoral.

dos sertões de dentro, pelos úmidos vales verdejantes e pelas florestas virgens da futura terra de mafrense. Há informações de que navegantes entraram muitas léguas adentro pelo rio, provavelmente movidos pelo interesse de colonizar o território, ficando evidente os vestígios que comprovam a presença de desbravadores no litoral na luta pela posse da terra.

Mesmo com uma farta documentação que registra a predominância do Norte sobre o Sul no processo de colonização, muitos historiadores continuam afirmando que o Piauí foi colonizado do interior para o litoral, o que vai de encontro com muitos relatos do final do século XVI. É inegável o registro histórico, por exemplo, de Gabriel Soares de Sousa, autor de um livro chamado *Tratado Descritivo do Brasil*, surgido em 1587, onde detalha minuciosamente informações geográficas importantes, nomes de nações indígenas, ao mesmo tempo em que noticia a existência de maravilhosos tesouros escondidos sob as águas litorâneas do Atlântico norte, e configurações para fins de identificação de latitudes e longitudes das terras que tempos depois seria chamada de Piauí¹¹.

O litoral piauiense chamou atenção não apenas de viajantes, muitos deles inescrupulosos, mas igualmente de religiosos que atravessaram a costa e adjacências, em missões pelo Maranhão, preocupados já àquela época com a catequese do aborígine. “Temos também o conhecimento de presença de missionários no norte piauiense muito antes de qualquer notícia deles nos vales do [rio] Piauí e do [rio] Gurguéia. Quem

11 Depois de vasculharem o litoral, os portugueses entenderam que os rios, grandes e pequenos, seriam as rotas a serem seguidas, caso se quisessem adentrar pelo interior do Brasil. É neste sentido que se encaminha o relato de Gabriel Soares de Sousa. “Deste Rio do Meio à Baía do Ano Bom [rio Parnaíba] são onze léguas (...) onde entram navios da costa (...) e se navega um grande espaço pela terra dentro, e vem de muito longe (...) o qual se chama dos Tapuias por eles virem por ele abaixo em canoas, a mariscar ao mar desta baía (...) e, segundo a informação do gentio, nasce de uma lagoa em que se afirma acharem-se muitas pérolas (...) e que ao longo dela era a terra fresca e coberta de arvoredos (...) e que uma e em outra havia grandes pescarias, de que se aproveitam os tapuias, que viviam por essa até este Rio Grande.” (Sousa *apud* Melo, 1985, págs. 21/22.)

duvida de que entre nós estiveram os capuchinhos do Maranhão, ao tempo da invasão Francesa? André de Thevét (...) sendo franciscano (...) se tenha abtido de anunciar o nome de Deus (...) Para mim, foi ele o precursor da fé católica no Piauí.”¹² Claro que os missionários não eram tão devotados exclusivamente à expansão da fé cristã entre os índios ou de, em seus relatos, jubilosamente tratarem apenas da descrição de costumes e cultura. A lógica da exploração do gentio como massa de manobra fez com que muitos sacerdotes fossem vítimas de mortes crudelíssimas, como é o caso de Pe. Pinto, morto pelos índios tacarijus.¹³

Somente após o fim do domínio holandês em Pernambuco em 1654, Portugal começou um pernicioso processo de distribuição de sesmarias sem nenhuma base que levasse em consideração pelo menos um esboço de um projeto desenvolvimentista, chegando ao cúmulo de as cartas de provisão admitirem o aluguel das terras a terceiros. “...o donatário e seus sucessores darão sesmaria de todas as terras da capitania a qualquer pessoa, contanto que seja católica, livre de foros e direitos, salvo o dízimo de Deus, de acordo com as Ordenações, não podendo tomá-las para si, sua mulher ou filho herdeiro”. (Marighela *apud* Carta Cepro, 1986, p. 60.) Com estas declarações ajuizadas, segundo os rudimentares modos de doações, criou-se no Brasil e especialmente no Norte e Nordeste a matriz da estrutura dominante que perdura ainda hoje como forma de poder econômico-político baseado na posse da terra.

Tudo no Piauí chegou muito atrasado. Até que outro pesquisador apresente documentos, o surgimento de requerimentos para doações de sesmarias que tinham sido iniciadas em outras províncias depois da metade do século XVI, só apareceram por aqui 100 anos mais tarde. O primeiro beneficiário oficial de sesmarias no território piauiense foi Do-

12 Pe. Cláudio Melo, obra citada, pp. 24-25.

13 Os relatos de martírios de padres foram narrados muito tempo depois pelo testemunho inequívoco de Pe. Antônio Vieira, que, aliás, esteve no Piauí em 1660. “Um correio que veio por terra de Pernambuco ao Maranhão, [logicamente atravessando o Piauí] passando por tantas nações bárbaras que comiam a quantos chegavam às praias daquela compridíssima costa.” (Pe. Cláudio Melo, *ibidem*, pág. 25. Já citado por Varnhagen, *História Geral do Brasil*, tomo III).

mingos Afonso Sertão que conseguiu o seu quinhão graças ao governador de Pernambuco D. Pedro de Almeida, em 1676. Ele e os seus sócios Julião Afonso Serra, Bernardo Pereira Gago e Francisco Dias D'Ávila¹⁴ ganharam cada um 60km quadrados de terras para implantação de fazendas de gados no sul do Piauí.

“Na margem pernambucana do [rio] São Francisco possuía duzentas e sessenta léguas de testada a Casa da Torre, fundada por Garcia D'Ávila, protegido por Tomé de Sousa, a qual entre o São Francisco e o Parnaíba eram senhores de mais de oitenta léguas (...). Para adquirir estas propriedades imensas, gastou apenas papel e tinta em requerimentos de sesmarias.” (Capistrano de Abreu *apud* Moura, 2002.) Os senhores da Casa da Torre, pelas medidas atuais, eram donos da metade do território bem antes de alguns deles terem fixado residência nessas longínquas paragens.

O problema é que em 1695, em razão do estado caótico do sistema de doação de terras que era feito para descendentes de uma mesma família ou para diferentes pessoas, outro pedido de concessão era solicitado em Pernambuco por João da Costa Guimarães, conforme Moura (2002, cap.19): “...para poderem fabricar suas lavouras e situar os seus gados, pedem em sesmarias, por terras devolutas os alongazes distantes do Piauí (...) trinta e três léguas de largo com todos os comprimentos (...) as quais pertencem a esta Capitania de Pernambuco.” O curioso é que o Piauí, apesar de ter poucos moradores fixos de origem portuguesa naqueles bravos rincões em fins do século XVII, tinha por donos sesmeiros pernambucanos e baianos, embora já fosse juridicamente ligado ao Maranhão desde 1621.

14 Francisco Dias D'Ávila (1640/45 – 1734), o segundo, fundou em 1710 um arraial no Piauí onde hoje se localiza a cidade de Jerumenha. Era neto de Garcia D'Ávila. O velho Garcia chegou ao Brasil em 1549 com o primeiro governador-geral Tomé de Sousa, na qualidade de almoxarife de Salvador, e em pouco tempo tornou-se o maior latifundiário do Brasil. Garcia D'Ávila casou-se com a judia Mércia Rodrigues com quem não teve filhos. Isabel D'Ávila, filha natural do casal, tendo ficado viúva, casou-se em segundas núpcias com Diogo Dias. Este era filho de Vicente Dias e de Genebra Álvares, por conseguinte, neto da bela Catarina Paraguaçu, mulher do judeu Diogo Álvares, que entrou para a história como o Caramuru. Pela árvore genealógica, boa parte dos piauienses é a mistura bizarra de sangue judeu com a mais pura estirpe tupinambá.

Embora seja inevitável o choque de opiniões sobre o povoamento do Piauí, que se deu pelo litoral para uns, ou pelo interior, como querem outros, o sistema colonial brasileiro era caótico. O caso piauiense é o exemplo a ser seguido nesta linha de raciocínio pelo qual a confusão da configuração territorial se tornou um problema cujos reflexos ainda hoje se fazem sentir na cadeia desenvolvimentista que aconteceu em outras regiões e só com muito atraso chegou à província. Apesar de haver documentação sobre incursões pelo litoral e pelo interior, tudo no Piauí chegou atrasadamente, até mesmo a fixação do vaqueiro no solo, ponto inicial do chamado processo civilizatório.

Quase um século se passou para que fosse necessária uma atenção maior da Coroa portuguesa em relação ao Piauí. E ela veio através da iniciativa privada, motivada pela sede de lucrar que não via outra maneira de fazer comércio senão através da expansão territorial. Tendo em suas mãos cartas de sesmarias, fazendeiros baianos, em busca de novas pastagens, além do rio São Francisco, chegaram ao Piauí. Era o início da colonização em 1674, marcada pela entrada da figura do vaqueiro como elemento desbravador e matador de indomáveis gentios. A partir daí, como num passe de mágica, foram surgindo numerosas fazendas, ocupando espaços imensos do território, dentro das quais estavam o curral e a capela, com pouca gente e muito gado. Dez anos depois das primeiras cartas de sesmarias, mais de 1 milhão de hectares de terras pertenciam apenas a seis pessoas.

A mentalidade dos donos do Piauí era extremamente ruralista. Não havia nenhuma jurisdição nem tampouco os princípios elementares do que hoje largamente se denomina de sociedade civil organizada. “Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. Os portugueses instauraram no Brasil uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da Colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação (...) cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas.”¹⁵ Criada a vila da Mocha em 1712, a sua instalação só ocorreu cinco anos mais tarde. No entanto, o primeiro go-

15 Holanda *apud* Mott, 1985, p. 45.

vernador, João Pereira Caldas, veio tomar posse quarenta e um anos depois. Na verdade, o Piauí eclesiasticamente falando foi uma invenção do Vaticano, por intermédio da bula “Inescrustabili coelesti Patris”, do papa Bento XIII, de 1724, que anexou-o novamente ao Maranhão, dando-lhe de certa forma características jurídicas, embora dependente do prelado maranhense.

Mesmo assim, a província continuou abandonada à mercê dos desejos inenarráveis de aventureiros de diferentes naipes, desde preadores desalmados, criminosos homiziados, contrabandistas que trilharam os caminhos antes destemidamente desbravados pelos pioneiros do chamado processo civilizatório que, em outras palavras, significou a tragédia dos índios piauienses paulatinamente dizimados pela fúria de sesmeiros, a mando dos senhores feudais que nem aqui moravam.

De 1635 a 1714, ficaram as terras piauienses ora sob o jugo de Pernambuco, ora da Bahia, e a partir de 1718 voltou novamente para o domínio do Maranhão. De 1775 a 1797 não foi indicado nenhum governador para a Capitania, sendo assim dirigida por juntas governativas que nada realizaram em termos de ações desenvolvimentistas. O Piauí se desligou do Maranhão somente em 1811 para se tornar uma província independente, enquanto nesse vazio real de poder se sucediam governantes e juntas trinitárias. Eles estavam muito mais preocupados em defender os seus mesquinhos interesses do que fazer uma política que estivesse voltada para a realização de um projeto em que a pessoa humana fosse o meio e o fim de metas progressistas previamente planejadas.

Se verdadeiramente está correto o pensamento de Darci Ribeiro¹⁶ a propósito de que o processo de civilização urbano brasileiro começa com a cidade de Salvador, ainda no primeiro século de nossa história política, pode-se também afirmar que a urbanização entrou para valer na vida nacional no século de XIX, portanto com um grande atraso, o que facilitou a predominância do elemento rural. O grande exemplo que ilustra o retardamento do urbanismo brasileiro, é que a décima cidade do Brasil, Oeiras, criada por Carta Régia de 19 de julho de 1761, mas paradoxalmente sede

16 Darci Ribeiro, *O Povo Brasileiro*, São Paulo, Companhia de Letras, cap. III, “A Urbanização Caótica”, pp. 193-204.

da Província do Piauí ainda como vila desde 1718, não poderia ser considerada como tal, em virtude das péssimas condições em que se encontrava no momento em que foi elevada àquela categoria.¹⁷

Se se levar em consideração o conceito contemporâneo de cidade, que é o lugar onde o cidadão exerce o direito de cidadania, seja por que se trata de uma comunidade organizada politicamente, onde a pessoa é parte integrante de uma ordem jurídica previamente organizada, neste caso somos forçados a dizer que o segmento cidade é historicamente recente no Brasil. Assim, desde o período colonial, que vai de 1534 a 1822, o brasileiro foi um “deserdado” em sua própria terra, um ser que ao invés de possuí-la, era “possuído” por ela. Somente com a Independência, e mesmo assim de forma limitada, foi que o povo brasileiro começou o lento processo de deixar de ser objeto para ser sujeito de sua própria história.

No caso piauiense, os primeiros senhores, por terem medo de cidade, pois significava a criação de um certo alinhamento jurídico, possuíam uma vocação mais voltada para o curral do que para a urbe. Os centros urbanos brasileiros foram aparecendo mais como uma extensão das fazendas, que, por sua vez, eram um prolongamento do quintal da Casa-Grande.

É só o leitor deitar a vista sobre a descrição de viajantes que passaram por Oeiras ao longo de sua história, para observar como os poderosos de plantão se mostravam com seus hábitos e costumes, para o

17 No relatório escrito por Antônio José de Moraes Durão, datado de 15 de junho de 1772, há um trecho em que o Ouvidor da Capitania do Piauí, assim passou Oeiras para a História: “Não tem relógio, Casas de Câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou outra oficina pública. Servem de Câmara umas casas térreas de barro (...) A cadeia é cousa indigníssima sendo necessário estarem os presos em troncos e árvores, para segurança. As casas da cidade todas são térreas até o próprio palácio de Governo (...) e não obstante (...) os prestígios de que ficam gozando (...) chamarem-se regularmente os próprios vaqueiros para servirem de juizes e vereadores (...) Tem a cidade unicamente 157 fogos [casas, embora ao todo fossem 269, juntando a periferia, conforme o autor] (...) Da mesma forma, tem somente 692 almas [as mais são na dita circunferência, conforme novamente o autor], (...) e esta é a melhor demonstração de sua grandeza.” (Cf. Durão *apud* Mott, p. 24.)

olhar de quem vinha de fora.¹⁸ É natural que a descrição de um “coronel” não se restringe apenas ao Piauí, mas supõe-se fazer parte de um quadro que era muito comum no Brasil à época, 1839, e até mesmo em tempos mais recentes, em que a figura dos mandatários dos grotões brasileiros ainda está muito viva no imaginário popular do país.

18 No século XIX, um viajante britânico, George Gardner, se espantou ao ser recebido pelo presidente da província do Piauí, o barão da Parnaíba (1767-1856): “O Barão aparecera com o vestuário caseiro [dentro do Palácio de Governo], usual na cálida terríola: leve camisa branca de algodão, solta por cima de ceroulas do mesmo estofa; um par de velhos chinelos nos pés e mais de um rosário ornado de crucifixos e medalhas ao pescoço.” (Gardner *apud* Freitas.p.32).

.....

Capítulo 2

O VÁCUO DO IMPÉRIO

ESQUECIDO por Portugal desde os primeiros tempos da descoberta, o Piauí entrou no século XIX carecendo de uma infra-estrutura capaz de reverter à situação de pobreza provocada pela falta de investimento nos diversos setores da atividade econômica. Nas duas primeiras centúrias, a prioridade foi a pecuária extensiva aliada a um ruralismo esmagador que descartava a fundação de cidades. A província era muito grande para tão poucos moradores. Pelo relato do padre Miguel de Carvalho, havia em 1697 apenas 605 pessoas, incluindo 201 negros que foram trocados por bois nas feiras de escravos. No entanto, o censo de 1762, registrou um índice de 12.746 habitantes, pulando para 57.721 em 1798, para chegar em 1831, com uma população estimada em 118 mil habitantes.

Até as duas primeiras décadas do século XIX não havia verdadeiramente uma escola no Piauí. O sistema político era dominado desde 1759 até 1821, por militares portugueses que vinham mais com objetivos meramente estratégicos do que para alavancar uma política inovadora voltada para os interesses da comunidade. Não havia médicos. O primeiro hospital é de 1835, mas só veio funcionar precariamente dez anos depois. Não existiam bibliotecas, nem jornais, as comunicações internas eram feitas por via postal

no lombo de burros e cavalos para os mais distantes rincões do território, e as externas eram quase inexistentes devido às grandes distâncias que separavam a província do Rio de Janeiro, sede do vice-reinado do Brasil desde 1763.

Este quadro desolador se deu em razão da obstinada ambição dos senhores feudais em expandir suas terras, deixando de lado o urbanismo desenvolvimentista. Montar uma fazenda era fácil. Só dependia de uma carta de sesmaria, matar o maior número de índios possível, delimitar as fronteiras da gleba entre uma porção de terra de um para outro proprietário, quase sempre com um espaço de uma légua, erguer casas para peões e capatazes e construir curral para criatório. Enquanto em 1772 havia 578 grandes fazendas, existia apenas uma cidade, Oeiras, o que comprova a mentalidade agrária da sociedade brasileira e a conseqüente aversão que os ruralistas tinham pelas cidades¹⁹.

“Antigamente, nas fazendas de criar do Nordeste, levantava-se primeiramente uma casa rústica de paredes de taipa de cobertura de duas águas. Para este mister preferiam-se as palmas da carnaubeira, muito abundantes na região. Os currais onde introduziam centenas de cabeças eram armados com troncos de árvores deitados sobre forquilhas, formando losangos ou quadriláteros nas proximidades das casas.”(Goulart *apud* Mott, p. 61.)

O abandono da população brasileira, particularmente a piauiense, que já vinha desde os tempos coloniais, piorou durante o Império. Em 1822, com a Proclamação da Independência, veio também embutida nas bravatas nacionalistas uma tal lei que dava o direito de posse a pequenos

19 O Professor Luís R. B. Mott publicou uma memória manuscrita assinada em 1772 pelo ouvidor Antônio José de Moraes Durão, que depois se tornou governador da Capitania em 1775. Nesse relato, Durão faz um quadro de Oeiras cujos detalhes demonstram claramente a situação de penúria em que se encontrava a primeira cidade do Piauí. “Fica esta cidade no meio da Capitania; é situada numa baixa (...) Não tem relógio, Casa de Câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou outra alguma oficina pública. A cadeia é cousa indigníssima sendo necessário estarem os presos em troncos e ferros, para segurança. (...) As casas da cidade todas são térreas até o próprio palácio do Governo. (...) Tem a cidade unicamente 157 fogos [casas] (...) Da mesma forma, tem somente 692 almas (...) e esta é a melhor demonstração de sua grandeza.” (Luís R. B. Mott, *Piauí Colonial, População, Economia e Sociedade*, Projeto Petrônio Portella, Teresina, 1985, p. 24.)

proprietários rurais, uma espécie de minirreforma agrária levada à Assembleia Constituinte por José Bonifácio de Andrada e Silva. O intuito era o de restringir a imensidão dos latifúndios e dar mais poder de barganha aos pequenos posseiros. Assim, teriam títulos de propriedade definitiva, até mesmo em áreas devolutas.

Infelizmente predominou novamente o poder dos grandes proprietários no jogo de interesses fazendo com que de 1822, data da extinção do sistema de sesmarias, até 1850, houvesse um vazio e uma anarquia fundiária, motivada pela ausência de uma legislação que definisse claramente a questão. A situação política também era desanimadora pelo excesso de rodízio na cena política brasileira, causando turbulência na administração central. De 1822 a 1831, o Brasil teve 10 Ministérios, na conta de um por ano, aumentando ainda mais de 1831 a 1840, com 14 ministérios em nove anos, justamente no período da menoridade de D. Pedro II. Era tão difuso o problema da terra que logo após a Independência, não obstante o país ter uma baixa densidade populacional, não havia mais terras a serem distribuídas, tanto tinham sido as concessões em três séculos de colonização.

Finalmente, depois de sete longos anos de inúmeros debates na Câmara e no Senado, é aprovada a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que regulamentava a terra no Brasil, pondo fim oficialmente ao regime de sesmarias e ao direito simples de posse: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.”²⁰

Até aquele ano, as terras eram concessões de uso e não um bem legal determinado por uma legislação específica. Escancaram-se, assim, as portas do país para a imigração estrangeira, em especial camponeses italianos, poloneses, portugueses, suíços e austríacos, que vieram para o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, trabalharem, em muitos casos, no regime de colonato.

20 *Atos Legislativos*, Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Livro 1, folha 57, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1850.

A partir de então, a nova legislação provocou uma verdadeira corrida de latifundiários aos cartórios para o registro de terras que eram adquiridas mediante pagamento. Muitas terras públicas foram apropriadas através de variadas formas de falsificação de documentos.²¹ Quem não tinha dinheiro, como os agregados das enormes fazendas ou posseiros empobrecidos, foram expulsos de suas casas, formando a partir daí um contingente de miseráveis que passaram a perambular em busca de um lugar ao sol. O latifúndio de hoje é o resultado perfeito de um equívoco histórico das classes dominantes na política de doação abundante e desordenada de sesmarias²², ocorrida durante os séculos XVI e XVII, finalmente regulamentado pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854.²³

Se, durante o período colonial, o povo brasileiro era um deserdado em sua própria pátria, portanto um ser que desconhecia os princí-

21 A expressão grilagem é uma recorrência antiga. Serve para indicar a prática de falsificação de documentos novos como se fossem velhos nos registros cartoriais. O método era bem simples: colocavam-se documentos adulterados de terras numa caixa cheia de grilos. Algum tempo depois, os papéis pareciam velhos devido a manchas amareladas provocadas pelos dejetos dos bichinhos. Em seguida, iam aos cartórios e faziam o registro, com a conivência dos donos ou serventuários dos cartórios. Nos dias atuais, dos 100 milhões de hectares de terras no Brasil, apenas 20% estão legalmente registrados. Ainda hoje no Piauí, as áreas de grilagem têm 128 imóveis correspondendo a quase 3 milhões de hectares de terras nestas condições.

22 Sesmaria quer dizer originalmente seis lotes de terras que durante seis dias eram cultivadas por trabalhadores. A lei de sesmarias foi criada em Portugal em 1375, com intuito de povoar o interior, o que acabou dando certo, graças às dimensões reduzidas do solo. Importada a idéia para o Brasil, o fracasso se deu porque os objetivos foram deturpados. Muitos sesmeiros revendiam ou alugavam as terras a terceiros, o tamanho das sesmarias era exagerado e não foram usadas para o cultivo de alimentos para a população. Iniciadas com a criação das Capitânicas Hereditárias, em 1534, teve sua vigência por um largo período de 300 anos, sendo estes motivos das desigualdades sociais que tornam o Brasil um dos países mais injustos economicamente falando do mundo contemporâneo.

23 Nos Estados Unidos, em 1862, o Presidente Abraão Lincoln confirmou a intenção de proporcionar a cada família o direito a ter em média 65 hectares de terras para quem nela desejasse viver e trabalhar. Num período de oito anos, o governo norte-americano distribuiu milhões de hectares de terras federais e estaduais. No Brasil, os grandes proprietários se apossaram de vastas áreas, que ficaram improdutivas,

pios elementares de cidadania, ao entrar o século XIX ainda continuava sendo uma massa amorfa. Ao invés de ter o sentimento de que a terra lhe pertencia, contrariamente, era por ela possuído. Com a Independência essa condição não sofreu mudanças consideráveis que pudessem fazer do brasileiro um agente e não apenas um objeto da História. A ausência do espírito público nas instituições brasileiras se deu porque as elites tinham atuado (e continuam atuando) em benefício próprio, gerando privilégios concedidos a si mesmas, em virtude de terem se apossado do aparelho estatal e feito dele matéria de interesse particular e não social.

Neste particular, a história da educação no Brasil é um exemplo bem ilustrativo de exclusão. Por mais de 200 anos, o ensino ficou a cargo da Companhia de Jesus que desenvolveu uma pedagogia voltada mais para a cristianização, o estudo dos clássicos greco-romanos e a totemização da língua latina. As chamadas primeiras letras ficaram restritas a grupos cada vez mais reduzidos da sociedade. O resultado dessa desastrosa política se confirmou em 1872, data do primeiro Censo Geral, quando verificou-se um índice de analfabetismo de 84% da população, mesmo depois da reforma levada a efeito pela Constituição de 1824. Nesse mesmo período, o Piauí registrava a mais alta taxa de analfabetos do Brasil, simplesmente por que as primeiras escolas só surgiram um pouco antes da segunda metade do século XIX, ainda assim voltada essencialmente para o estudo dos clássicos e da retórica.²⁴

mediante o pagamento em moeda corrente. O resultado é que, nos dias atuais, apenas 1% dos proprietários detêm 46% das terras. O mais chocante é que em Mato Grosso, onde o absentismo colonial ainda se faz presente, 80% dos donos de terras moram em São Paulo!

- 24 Em 1767, a Espanha do rei Carlos III lança uma campanha educativa obrigando todo município a ter classes com as primeiras letras, sendo a frequência obrigatória. No Brasil, ficou marcado pela presença de pouquíssimos doutores cercados por um oceano de analfabetos. Uma explicação valiosa desse fenômeno encontra-se num estudo de um renomado intelectual piauiense: “O analfabetismo no Brasil é uma obra de séculos (...) Em 1870, o país tinha um aluno para cada 100 habitantes, em contraste com os Estados Unidos, cuja relação era de um aluno para sete habitantes, ou mesmo com a Jamaica, com um para 13.” (Filipe Mendes, *Economia e Desenvolvimento do Piauí*, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina,

Mesmo com o ensino sustentado pela fé cristã e sem uma metodologia pedagógica que pudesse levar em diante um projeto de educação dirigido para todos, com a expulsão dos padres jesuítas do Brasil em 1759, a situação, que era vexatória, virou um verdadeiro caos, provocando um retrocesso que problematizou mais ainda o ensino no país. Se é certo que os jesuítas canalizaram a educação para dentro da fé católica, pelo menos os religiosos eram pessoas de uma cultura refinada, amantes das belas letras, e nos deixaram uma idéia de que escrever tinha de estar ligado a um sentimento que expressasse antes de tudo o belo.²⁵

Sem a presença dos padres da Companhia de Jesus, os novos “professores” não tinham qualificação profissional, porque não havia cursos de capacitação para o magistério, os salários eram péssimos, não tendo sido criado um método de ensino que substituísse o tratado²⁶ anterior. Pouco se discutia a cultura brasileira, a imprensa não existia, assim como

2003, p. 272.) Um estudo mais detalhado sobre a educação no Piauí pode ser encontrado in Teresinha Queirós, *A Literatura e a República* / Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as *Tramas do Tempo*, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina, 1994, pp. 57-99.

- 25 Ainda são muito valiosas as opiniões de Anísio Teixeira sobre os primórdios do sistema educacional brasileiro: “A nossa educação era para a elite e de tipo aristocrático. O colégio dos jesuítas na Bahia chegou (...) a graduar bacharéis. Seus alunos graduados eram recebidos na Universidade de Coimbra para o último ano do Colégio das Artes (...) O Brasil considerou os colégios dos jesuítas como vestibulos da universidade, cuja formação em letras clássicas lhe parecia a mais perfeita formação do homem (...) Quando ainda hoje nos referimos ao gosto da fala no Brasil e a inclinação nacional para a retórica (...) nos teria feito, por vezes, mais amigos das palavras do que da ação.” (Anísio Teixeira, “Uma Perspectiva da Educação Superior no Brasil”, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília*, v. 50, n.º 111, julho/setembro, 1968, pp. 21-82).
- 26 Os jesuítas ficaram no Brasil de 1549 a 1759. A expulsão deles do Brasil e a extinção dos colégios em todo mundo (1773) podem ser interpretados sob dois aspectos. O primeiro, de natureza econômica, ocorreu com a distinção feita pelo Marquês de Pombal entre cristãos-novos e velhos, o que provocava antes de tal medida uma descontrolada fuga de capitais do Reino, por causa da perseguição que se fazia aos judeus. Os jesuítas não faziam distinção. O segundo, de natureza política, se voltava para o prestígio da classe mercantil que, ao invés de querer colocar no mercado homens formados para o estudo das letras e das artes, como defendia o

a importação de livros passava por rigorosa censura. A situação melhorou um pouco com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, mas mesmo assim, D. João VI deu pouca importância ao ensino fundamental e secundário, não fomentou o desenvolvimento da pesquisa e não criou universidades no país.

Mesmo depois da Independência, o povo brasileiro continuava sendo espectador não tomando parte dos acontecimentos políticos do seu tempo. Pela Carta Constitucional de 1824 a sociedade ficou dividida entre as concessões de privilégios para uns e exclusão social para muitos. As eleições eram indiretas, feitas através de um confuso sistema eleitoral que, paradoxalmente, privilegiava o voto do analfabeto desde que o eleitor pudesse dispor de uma certa quantia, muita elevada para os padrões da época, estranhamente deixando de lado a grande maioria da população que não tinha dinheiro para exercer o direito de cidadania. O voto era aberto e pecuniário, a mulher não podia votar e o poder estava demasiadamente centrado na figura do Imperador.

É memorável o discurso de D. Pedro I na inauguração da Assembléia Constituinte de 1823, no momento em que discorreu sobre o papel que cabia ao Império na área de educação. “Tenho promovido os estudos públicos quanto é possível, porém necessita-se para isto de uma legislação particular (...) O seminário de São Joaquim, que os seus fundadores tinham criado para a educação, achei-o servindo de hospital (...) determinei (...) que uma quarta parte desta loteria fosse dada ao seminário

Ratio Studiorum, criado por Santo Inácio de Loiola, defendia um ensino que levasse em consideração a formação técnica e científica dos alunos. O choque entre a Igreja e os interesses pombalinos foi inevitável. A mesma opinião já foi defendida há tempos por um grande estudioso dos problemas educacionais brasileiros: “De fato, o *Ratio* não é um tratado de pedagogia, não expõe sistemas nem discute princípios (...) Sobre os fins e ideais educativos discutia-se menos no século XVI do que no século XX (...) Os nacionalismos ainda não se haviam ouriçado uns contra os outros nem os estados se esforçavam por converter a educação das massas em instrumentos políticos. O alvo então visado era universal, a formação do homem perfeito, do bom cristão. Não se mirava, com a ação das escolas, dar a consciência de cidadão.”(Pe. Leonel Franca, *O Método Pedagógico dos Jesuítas – O Ratio Studiorum*, Livraria Editora Agir, Rio de Janeiro, 1952, p. 18.)

de São Joaquim para (...) conseguir o útil fim.”²⁷ O rei outorgou uma Constituição que ele mesmo seria o principal descumpridor do juramento que solenemente fizera para a nação, pelo menos na área da educação.

O dispositivo do projeto de Constituição a que se dispunha o Título 13, art. 250, de 1824, era muito claro na determinação das obrigações do Estado: “Haverá no Império escolas primárias (...) ginásios em cada comarca, e universidades nos mais apropriados lugares.”²⁸ O texto constitucional não passava de uma fanfarronice política. A intenção ficou apenas no papel, e o reconhecimento do fracasso na área educacional se faz notar um ano depois de proclamada a Independência como consta no relatório da Comissão de Instrução do Império: “... lamenta (...) os males que tem sofrido a instrução pública pela falta da (...) adoção [de escola] (...) em todas as províncias do Brasil.”²⁹ Era um mau presságio do que iria acontecer com o ensino no Brasil, apesar de sucessivas reformas, até a derrocada final da Monarquia em 1889.

A repetição do drama educacional continuou durante o Período Regencial. Parece que as autoridades brasileiras sempre se esqueceram de lembrar que a educação é dever do Estado e direito do cidadão. O próprio regente Pe. Feijó fez um balanço da situação em 15 de março de 1836: “Tendo mostrado a experiência (...) confiado às câmaras municipais a fiscalização das escolas primárias, não se tem conseguido o desejado progresso em favor da educação da juventude (...) se há observado (...) um desleixo e abandono (...) que (...) deve (...) produzir uma péssima influência sobre (...) a mocidade.”³⁰ Isto se deu em razão da mudança para pior que foi feita em 1834, quando a educação das primeiras letras, excetuando as escolas da Corte, passou a ser uma obrigação dos municípios.

O resultado desta ausência do Estado nas instituições brasileiras pode ser constatada no espanto de saber que já nos idos de 1847, no Rio de Janeiro, o número de escolas particulares era maior do que o das escolas

27 Primitivo Moacir, *A Instrução e o Império*, Companhia Editora Nacional, 1936, São Paulo, volume I, pp. 71-72.

28 Primitivo Moacir, obra citada, volume I, p. 79.

29 Primitivo Moacir, obra citada, p. 72.

30 Primitivo Moacir, obra citada, p. 200.

públicas. Os meninos que estudavam as primeiras letras em uma escola do Governo, quase nunca conseguiam chegar ao secundário. Enquanto os alunos da rede privada eram cada vez mais bem-sucedidos no ingresso ao ensino superior, dada a melhor qualidade curricular. O Império não encontrou mecanismos que pudessem resultar numa fórmula adequada capaz de diminuir diferenças entre ricos e pobres, disfarçadamente presente no projeto educacional para o país, que oferecia condições diferenciadas de acesso ao saber.

Em 1854 foram criados os exames preparatórios para o ingresso nos cursos superiores. Teve vigência até 1911, quando foi instituído o vestibular no Brasil. Durante o período que compreende quase sessenta anos, o ensino foi se tornando cada vez mais elitizado. Pouquíssimos alunos das escolas estatais terminavam o primário. Já aos meninos das escolas particulares não era necessária a obrigatoriedade da conclusão do curso secundário, mas apenas ser aprovado no exame preparatório cuja habilitação era oferecida pelas próprias instituições onde estudavam. Somente os estudantes do Colégio de D. Pedro II e dos liceus tinham acesso direto a um curso de nível universitário no Brasil e em Coimbra.

Poucas famílias no Brasil podiam pagar as mensalidades escolares de seus filhos. Na outra ponta do processo, as vagas nos liceus e no Pedro II³¹ eram ocupadas tendo à frente critérios políticos ou indicações de altos figurões do Império. Nos exames preparatórios, os estudantes oriundos das escolas particulares tinham mais chance, não apenas porque eram melhor preparados, mas, sobretudo, em razão dos exames serem muitas vezes um mero jogo de cartas previamente marcadas.

A educação no Brasil vivia mergulhada num recinto estacionário numa escala de difícil compreensão para os padrões de hoje. Na ausência do Poder Público, os empresários do ensino praticavam todo tipo de aberrações. “As escolas e colégios [em 1847] particulares de que tanto abunda esta Corte, estabelecem-se sem que o saiba a autoridade pública; não se exige dos seus diretores nem uma prova de habilitação, nem mesmo de mora-

31 A princípio, o Colégio de D. Pedro II também era pago. Criado ainda na época regencial, em 1837, no lugar do Seminário São Joaquim, abrigava alunos na condição de internato e externato, ambos mediante pagamento diferenciados. Em 1840 tinha apenas 107 alunos.

lidade (...) óbvias são perniciosas conseqüências deste estado de indiferença e abandono em matéria de tanta gravidade.”³² Pelo visto, a crítica sobre a educação brasileira antes da metade do século XIX se encaixa perfeitamente na contemporaneidade, visto que a população brasileira ainda saboreia os frutos amargos das atitudes atrabiliárias do poder nesta matéria.

Embora os relatórios governamentais relatassem maravilhas do ensino público, no outro lado da linha a realidade era mais contundente do que se imaginava. Em 1870, no Rio de Janeiro havia 92 escolas particulares e 46 públicas. Em data anterior, o Dr. Justiniano José da Rocha, depois de uma inspeção nas escolas do governo, traz à luz a situação em que elas se encontravam. “Acham-se [as escolas] espalhadas pela cidade (...); de ninguém recebem direção comum; as lições são de manhã ou à tarde, como ao professor parecer mais cômodo (...), entretanto (...) reduzidos a ordenados insignificantes e até ridículos que nem lhes chegam para o aluguel de uma casa sofrível em que possam dar aulas.”³³ As chances de um aluno da rede pública chegar à faculdade eram mínimas, não só pela situação de penúria em que se encontravam as escolas, mas pelo baixo nível do ensino aplicado.

O detalhe importante a ser notado é que as críticas partem de pessoas que estavam sobremaneira ligadas ao Governo, e não de setores ligados à oposição. Os relatórios que eram feitos depois das inspeções continham naturalmente as maquiagens normais de quem exerce um cargo público, devido às reações oficiais que poderiam advir das autoridades constituídas. No entanto, as marcas do descaso não poderiam ser totalmente escamoteadas. Os exemplos são abundantes em toda história do Império no Brasil. Depois de fundar Teresina em 1852, o baiano Conselheiro Saraiva, um dos ministros mais importantes do Segundo Reinado, escreveu anos depois, já na Corte, um relatório muito esclarecedor sobre a situação da educação nas províncias brasileiras.³⁴

32 Primitivo Moacir, obra citada, p. 214.

33 Primitivo Moacir, obra citada, p. 308.

34 “Não tem sido até hoje possível, apesar das recomendações reiteradas do Governo (...) a organização de uma estatística exata (...) do ensino em todo Império (...) Os esclarecimentos (...) das províncias deixam muitas vezes de ser enviados, ou não o são a tempo de poderem servir para o fim a que se destinam.” (Primitivo Moacir, obra citada, v. II, p. 82.)

.....

Capítulo 3

O LUXO E O LIXO DAS ELITES

SE no Rio de Janeiro, capital do Brasil desde 1763, a educação se encontrava num estado de inadimplência, o que se pode dizer sobre a situação das outras províncias? No Norte e Nordeste, não havia sequer uma estatística confiável sobre o quadro em que se encontravam as populações urbanas e rurais. Escolas escassas, professores despreparados, currículos inadequados, condições mínimas de trabalho formavam um painel de um sistema que, desde o início, não poderia gerar bons resultados. Se os dados existentes sobre o analfabetismo na Corte eram assustadores, como imaginar a educação nas regiões longínquas do país?

Em 1870, o Brasil tinha 10 milhões de habitantes. Destes, 8,5 milhões eram analfabetos. No Rio de Janeiro, a população estimada era cerca de 275 mil, dos quais 230 mil moravam na área urbana e 41 mil na zona rural. A água usada para o consumo humano era retirada de pequenos rios, riachos, poços e chafarizes. As ruas eram mal-alinhadas e nos dias chuvosos a dificuldade de locomoção complicava mais ainda o trânsito entre pedestres e bondes, que na época eram movidos pela força de animais. Bichos vagavam pelas ruas, compondo um quadro que se contrastava com figuras elegantes da sociedade, em geral, exibindo os

últimos lançamentos da moda parisiense, numa cidade que à noite vivia mergulhada na escuridão.

Comprovadamente, havia uma resistência tenaz para a criação de instituições superiores que já se manifestava desde o início do Império. As iniciativas de José Bonifácio e Rui Barbosa, cada um a seu tempo, encontravam grandes resistências. A má vontade era claríssima como se pode compreender de uma resolução final tirada do Congresso de Educação, realizado em 1882, presidido pelo Conde d'Eu³⁵.

A melhor maneira de revelar o retrato da dura realidade carioca daquele período é apelar muitas vezes para o jornalismo e para o auxílio luxuoso da ficção. A impressão que fica é que as elites criaram verdadeiros monstros sociais os quais depois não soube como domesticá-los. Ao lado da pompa imperial e de parte da aristocracia rural que migrou para as áreas urbanas, o Rio de Janeiro ainda tinha de abrigar uma numerosa quantidade de estrangeiros que disputava espaço com a escravaria, gente de povo e pequenos funcionários que faziam borbulhar o centro antigo da Metrópole com problemas de toda ordem. O cotidiano desta sociedade foi magistralmente registrado pelos cronistas da época.³⁶

Os muros da segregação social se tornavam cada vez mais visíveis na medida em que o poder avassalador das classes dominantes criava uma geração de pobres-diabos. Se a separação não era física, porque o espaço da rua era comum a todos, apesar das discriminações, a separação ocorria no egoísmo dos donos do poder em não dividir os ganhos, embora muitas

35 “Nós não podemos ter uma universidade, porque não temos cultura para tal. A universidade é a expressão de uma cultura do passado, e nós vamos ter uma cultura do futuro que não precisa mais dela.” (Relatório do Conselheiro Almeida Oliveira, Rio de Janeiro, 1882).

36 “As seis da manhã passam os banhistas [que tomavam banhos em riachos e lagoas] e pouco depois as beatas a caminho da missa (...) As meninas dos colégios dão vida e colorido às ruas (...) rolam cupês magníficos (...) Ao meio-dia todos [os ricos] (...) desembocam na Rua do Ouvidor (...) de paletós, fraques, casacos, coques (...) luvas e bengalas (...) sorrisos, leques.” (*Diário do Rio de Janeiro*, 4 de dezembro de 1872.)

ilhas de conforto se fizessem presente na vida de nobres que podiam gastar com segurança os benefícios oriundos que o Poder Público lhes proporcionava. Para a maioria da população o destino inevitável era o mergulho na ignorância e no conseqüente atraso social.

Sem querer dividir os privilégios, as elites brasileiras do século XIX sentiram na pele o ônus de um altíssimo enriquecimento particular. Embora pudessem na rua compartilhar visualmente a desgraça dos outros, em casa, vivendo em palácios protegidos pelos muros da discriminação, não podiam esconder o que se passava a olhos vistos no cotidiano sinistro da metrópole. O Império se mostrava incapaz de conter a desilusão, e a percepção de que não tinha um projeto econômico era indisfarçável. Não se pensava em um programa de inclusão social, suficientemente eficaz para diminuir, pelo menos em parte, a diferença entre ricos e pobres.³⁷

A higiene pública era calamitosa no Rio de Janeiro em 1877. Cavalos, vacas e porcos transitavam normalmente entre os transeuntes. A água que a população bebia não era tratada e vinha diretamente dos chafarizes colocados em pontos estratégicos. Conseguir o precioso líquido era uma cena dantesca. Imaginar uma cidade com 300 mil habitantes às voltas com lata de água na cabeça para o consumo e limpeza, estava bem longe da condição de capital de um país que já àquela época voltava seus olhos para o futuro, esquecendo as danações do presente. Para completar, durante o verão as ruas eram sujas e poeirentas e no período chuvoso, enlameadas e soturnas.³⁸

Falando do século XIX, muitas vezes o quadro parece uma crônica, guardadas as devidas proporções, dos dias atuais. O transporte urbano era um deus-nos-acuda. Havia mais passageiros que o permitido. Se

37 “Qualquer pequena chuva de trovoadas produz inundações (...) a causa ou é o estado de obstrução dos canos de esgotos ou a insuficiência dos bueiros para o escoamento das águas das montanhas.” (*Jornal do Comércio*, 12-8-1871).

38 “A capital do imenso Império encanta e decepciona. Encanta por suas belezas naturais, pelo caráter ameno e generoso de sua gente. Mas, ao mesmo tempo, os visitantes se decepcionam diante da precária condição sanitária da cidade, da escassez d’água, da dificuldade de transporte para o interior, da escravaria que anda pelas ruas.” (Delso Renault, *O Dia-a-Dia no Rio de Janeiro segundo os jornais, 1870-1889*, Editora Civilização Brasileira/INL- MEC, Rio de Janeiro, 1982, p. 98.)

não fosse o espírito empreendedor do Barão de Drummond, o fundador da Vila Isabel, que pôs fim às carruagens e cadeirinhas como meio coletivo de transporte, instalando os bondes movidos pela atração animal, a situação poderia ser ainda pior. Os rústicos bondes trafegavam apenas de meia em meia hora, e os acidentes, comuns numa cidade urbanamente desorganizada, entravam no noticiário, sobretudo porque, quase sempre, os burros assustados pelo caos de gente e bichos arrancavam ainda quando os passageiros tentavam subir apressadamente.³⁹

A iluminação a gás só aparece na futura Cidade Maravilhosa em 1860 restringindo-se ao centro e às casas dos ricos que moravam em Botafogo. Nos bairros, a iluminação pública era feita à base de lampiões de azeite. Acesos por empregados que subiam em escadas até o alto dos postes a cena serviu muitas vezes de mote para crônicas e artigos, desenhos e caricaturas. A travessia Rio–Niterói foi inaugurada 10 anos depois pela Empresa Barcas Fluminenses, do mesmo modo que o uso público da estrada de ferro D. Pedro II, no Campo da Aclamação, hoje Praça da República. Estranhamente, os enterros aconteciam em geral à noite, provocando arrepios nas pessoas que paravam para ouvir os cantos lamuriosos do cortejo, iluminado pelas tochas em frontal contraponto com a escuridão da noite.

A sociedade brasileira do século XIX fazia questão de mostrar o esplendor da sua riqueza da mesma forma que disfarçadamente escondia com fervor as mazelas dos excluídos. “Ateneu era o grande colégio da época (...) através do país, que não havia família de dinheiro, enriquecida pela setentrional borracha ou pela charqueada do sul, que não reputasse um compromisso de honra com a posteridade doméstica mandar dentre

39 A palavra bonde vem de *bonds*, na época emissão de títulos governamentais concedidos a empresas que cuidavam desse setor ou a designação de bilhete de passagem. Instalados no Rio de Janeiro em 1868 pela Botânica Garden Rail Road, os bondes cobriam, a princípio, apenas os trechos da Rua Gonçalves Dias, Ouvidor e Largo do Machado. Só posteriormente, a linha foi estendida para o Jardim Botânico. Muitos desocupados ficavam à espreita na Rua Gonçalves Dias a fim de ver um lance de pernas das mulheres que tinham de levantar um pouco o vestido na hora de tomar a condução.

seus jovens, um, dois, três representantes abeberar-se à fonte espiritual do Ateneu.”⁴⁰

Tudo levava a crer que nada era mais necessário do que o supérfluo. O Brasil importava batata, cebola, farinha de trigo, colheres, facas e garfos, roupas, leques, azeite, carne-seca, cerveja, gelo, manteiga, sal, vinho, fósforos, cigarros, tecidos e livros. A exportação ficava restrita ao café, açúcar, algodão, fumo e à brasileiríssima cachaça. O fato de, a partir de 1850, quando o capital começa a migrar do rendoso negócio do tráfico negreiros para o comércio e bancos, com a criação do Código Comercial, que favoreceu o desenvolvimento do sistema bancário nacional, começaram a surgir as sociedades anônimas ou companhias de ações no mercado.⁴¹

A maioria da população, isolada do processo “civilizatório”, era formada por pobres, escravos e ex-escravos, imigrantes nacionais e estrangeiros, acotovelados entre o palacete e o mocambo, morando em cortiços e cabeças-de-porco, desempregados e subempregados, mendigos e bêbados, vendedores ambulantes, misturados com a fina flor da sociedade, que, forçosamente tinha de compartilhar os mesmos sujos e úmidos becos de uma cidade que se expandia em todas as direções. Só aos poucos as classes média e alta foram saindo do centro, procurando abrigos em lugares menos densos, de onde pudessem fugir daquela “gentalha”.⁴²

A prosperidade econômica chegava ao reino depois da segunda metade do século XIX trazendo o encanamento do rio Maracanã, os serviços de telégrafos, a criação do Corpo de Bombeiros, a fundação de

40 Raul Pompéia, *O Ateneu*, Editora Ática, série Bom Livro, 11ª edição, 1990, pp. 12-13.

41 O Banco Mauá, por exemplo, podia praticar “prudentemente quaisquer atos e realizar quaisquer transações lícitas dentro da ordem bancária; pode mesmo empregar capital, possuir apólices gerais ou provinciais, bem como ações de companhias de inteiro crédito”. (Sociedade Bancária Mauá, Mac Gregor & Cia. Contrato Social de 31-7-1854, Rio de Janeiro, Tipografia Brito e Braga, 1854, parte XIII.)

42 Os jornais do Rio de Janeiro da época estampavam em suas páginas escandalosos apelos consumistas: “Fazem-se leilões de diamantes, esmeraldas, pérolas, etc (...) um completo sortimento de jóias do mais apurado gosto, e também relógios de dar cordas e acertos sem chave, dos melhores fabricantes.” (*Correio Mercantil*, 10-7-1850.)

empresas industriais, casas bancárias, o aparecimento de companhia de navegação, de seguros e de gás, a abertura de estradas de ferro, a expansão do agronegócio do café, da borracha, do cacau, do algodão, ao lado da coqueluche das casas de moda, livrarias, teatros e sorveterias. A modernidade vinha no surgimento do bonde movido a eletricidade, na luz elétrica pública e doméstica, que entrou no lugar dos lampiões a gás importados da Europa, e na avalanche de imigrantes europeus que se espalharam pelas mais diversas regiões do país, trazendo uma nova dinâmica para a economia brasileira.

À medida que o processo de urbanização se tornava cada vez mais crescente, o império ficava cada vez mais envelhecido com o aparecimento do novo na cena brasileira oitocentista.⁴³ A virada da página do antigo processo escravagista, que pouco a pouco foi definhando para as relações de produção, favoreceu o aparecimento de uma outra forma de pensar de uma classe que surgia no horizonte do campo social brasileiro: a burguesia urbana, uma variação da aristocracia rural, que estava de olho no poder e que buscava encontrar meios para se apoderar dele.

A eliminação paulatina da escravatura ia acontecendo paralelamente ao crescimento da abertura de capitais para a iniciativa privada. Sucessivamente foram aparecendo as leis que apontavam para o fim da escravidão. A que impedia o tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queirós, de 1850), a legislação que penalizava as autoridades que tentavam encobrir o tráfico (Lei Nabuco de Araújo, 1854), a que tornava livres as crianças nascidas de mães escravas (Lei do Ventre Livre, 1871), e a da alforria aos cativos maiores de 60 anos (Lei do Sexagenário, de 1885). Ao mesmo tem-

43 O olhar de um estrangeiro sobre um desfile militar no Rio de Janeiro por volta de 1883 revela muito bem a situação da época: “O mais modesto de todos é, decididamente, ainda, o imperador. Seu velho palácio na cidade é uma barraca [...] sem dúvida isso é muito honroso para um homem, mas contribui pouco para dar o necessário prestígio ao imperador [...] Ainda mais cômica [...] é a circunstância de que todo andar térreo da ala interna do palácio imperial está alugada a negociantes, barbeiros, etc [...] pois as rendas do imperador são insuficientes para as suas obras de caridade.” (Koseritz *apud* Schwarcz, 2003, p. 412.)

po, com a modificação das leis alfandegárias, como a Tarifa Alves Branco, de 1844, que taxava de 30% a 60% os produtos importados, timidamente criaram as condições necessárias para o aumento da produção no país e a conseqüente elevação na arrecadação nas finanças do Império.

A verdade é que nem as leis contra o escravagismo que se sucediam eram verdadeiramente cumpridas, nem o processo de industrialização seria continuado. A Lei Eusébio de Queirós não impediu o tráfico, pois ele continuou abertamente até 1856; a Lei Nabuco de Araújo só veio para confirmar o descaso da legislação anterior; a Lei do Ventre Livre não fazia sentido algum, porque os filhos dos escravos ainda viviam sob a égide dos senhores até os 21 anos; a Lei dos Sexagenários era uma miragem, na razão de que os cativos, pelo excesso de trabalho e pelas condições péssimas de vida a que eram submetidos, quase sempre não chegavam ao limite da idade prevista.

O processo de industrialização sofria seus primeiros reveses desde 1785, quando D. Maria I, a Rainha Louca, formalmente proibia a instalação de pequenas fábricas em terras brasileiras para defender o interesse de comerciantes portugueses que faziam a festa com os produtos importados da Inglaterra. Tal alvará só foi revogado em 1810, mas mesmo assim as autoridades continuavam dando grandes privilégios aos investidores ingleses, na medida em que os impostos alfandegários eram extremamente diferenciados em relação às outras nações, chegando a variar em 10% as cotações no mercado.

A Tarifa Alves Branco, 34 anos depois, veio para combater os exageros de uma economia que privilegiava o capital estrangeiro em detrimento da iniciativa privada nacional, que não podia competir em preço com a ganância britânica. A economia se ressentia com a falta de uma política que protegesse os interesses da nação. A luta era essencialmente entre o capital internacional e o mercado interno. Obviamente o primeiro sempre foi o vencedor, na medida em que forçava a barra na captação de recursos lá fora para aplicar internamente no paraíso oferecido pelas altas taxas ou em iniciativas de baixo custo, como o capital investido na escravidão.

A prova é que, para beneficiar os especuladores estrangeiros, o governo imperial volta atrás nas medidas que privilegiavam a iniciativa

privada nacional, que de certo modo defendia a mudança do capital especulativo para o setor produtivo, criando a Tarifa Silva Ferraz, de 1860. A medida reduzia as alíquotas alfandegárias para máquinas, ferramentas e ferragens, favorecendo novamente os ingleses, e internamente deixando felizes os senhores de escravos, já que os lucros advindo de seus negócios com o tráfico não se dirigiam para a atividade produtiva, como desejam os industrialistas, e sim para o capital imobilizador, que, por sua vez, dava sustentação à política agroexportadora do Império. O resultado foi a quebra da incipiente indústria nacional na figura mais expoente dessa luta, o Visconde de Mauá.⁴⁴

O certo é que o Império, embora fosse contemporâneo do advento da modernidade no país, paradoxalmente ficava cada vez mais envelhecido. A política econômica, voltada para a monocultura exportadora e para o capital paralisante empregado na mão-de-obra escrava, motivou o aparecimento de uma nova classe social, a burguesia, cujos interesses estavam voltados para as cidades e as fábricas, diferentemente do *status quo* imperial que estava articulado com os senhores da terra. Dessa luta entre duas “civilizações”, que habitavam a mesma cena social, surgiram os ideais republicanos que tinham como principal objetivo a tomada do poder, para nele instalar uma nova ordem, cujo modelo a burguesia vinha costurando silenciosamente.⁴⁵

44 Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889), Barão e depois Visconde de Mauá é considerado a maior referência empreendedora na gênese da industrialização brasileira. Os seus negócios se estendiam desde a indústria naval e bélica, o sistema bancário, a navegação e estradas de ferro. No auge de sua carreira empresarial teve os seus empreendimentos sabotados, sendo posteriormente traído pela vacilante política econômica adotada pelo Império que facilitava a entrada de produtos estrangeiros, como, por exemplo, navios fabricados fora do país, além da sobretaxa sobre importados. A atividade de Mauá marcou profundamente a vida econômica brasileira favorecendo o crescimento eficaz das cidades e o incremento do urbanismo.

45 “A história da nossa existência republicana é (...) o gráfico fiel da evolução da burguesia nacional. Débil e frágil no Império, ela nasceu para a vida social, com a ruína dos senhores territoriais. Enriquecida com a queda da aristocracia rural brasileira (...) adquiriu as mais elevadas posições (...) Foi dentro dela que surgiram os

A partir de 1870, com a publicação do Manifesto Republicano⁴⁶, tornou-se ainda mais clara a idéia da diferença entre republicanos, representando o bem, e a Monarquia, sendo mostrada como o que havia de pior. A propaganda republicana exagerou na dose pela enorme quantidade de ataques dirigidos ao governo com o objetivo de convencer a população brasileira dos malefícios de uma monarquia carcomida, que na opinião dos mais exaltados, vivia montada em cima de seus próprios cacos em quase 50 anos de regime. O Brasil, em épocas variadas, sempre esteve às voltas com o velho dilema entre uma crise iminente, que colocava em riscos as instituições, e a busca de algo novo representado por um líder, que pudesse ressuscitar as antigas ilusões perdidas.

A crítica mais comum contra a monarquia mostrava o governo como uma espécie de anomalia por não ter os cidadãos a garantia do direito de liberdade, postergado desde a Constituição de 1824. Apresentava D. Pedro II como um homem incapaz de dirigir o país. Tornou públicas as fraudes eleitorais, a má gestão financeira e os escândalos da Corte. Estabeleceu finalmente uma política de total desqualificação dos monarquistas, ao mesmo tempo em que seus ideólogos defendiam um discurso através do qual prometia transformar o Brasil num paraíso tão logo tomassem as rédeas do poder.

nossos industriais, os nossos comerciantes e os fazendeiros de café dos planaltos de São Paulo.” (Virgino Santa Rosa, *O Sentido do Tenentismo*, São Paulo, Editora Alfa Omega, 1976, p. 26.)

46 O Manifesto Republicano foi publicado em 3 de dezembro daquele ano pela ala dissidente do Partido Liberal, no recém-fundado jornal *A República*. Seu redator principal era o maçom Quintino Bocaiúva, que contava com o auxílio de Saldanha Marinho e José Lopes Trovão. O texto é muito mais um ataque às mazelas do império decadente do que realmente propostas concretas de um futuro governo republicano. Embora houvesse uma legislação tirânica em relação à livre expressão desde o decreto de D. Pedro I, de 18 de junho de 1822, que criava um júri especial para julgar os abusos da liberdade de imprensa no Brasil, D. Pedro II não criou grandes embaraços para os jornais, preferindo as brechas da lei que possibilitava a existência de uma liberdade tutelada.

Os republicanos faziam um retrato do Império como se fosse a expressão mais acabada e vasta da perfídia humana. A crítica permanente se fez sentir logo depois da queda do Gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos. Desde 1847, com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, uma espécie de primeiro-ministro, o Império experimentava um regime de indicação dos ministérios à maioria do Parlamento. Assim, de 1858 a 1871, os gabinetes eram alternados pela presença de moderados e liberais no poder. Os primeiros, mais ligados ao imperador, defendiam a centralização do poder, enquanto que os últimos eram partidários de uma maior autonomia das províncias, e, portanto, mais propensos à descentralização das ações governamentais.

Zacarias de Góis foi chefe da presidência de ministros por três vezes. A primeira, substituindo o conservador Duque de Caxias, que durou apenas seis dias, de 24 a 30 de maio de 1862. A segunda subida ao poder deu-se em 1864, de 16 de janeiro a 31 de agosto, substituindo o Marquês de Olinda. Por fim, assumiu o destino do gabinete de 6 de agosto de 1866, sendo derrubado por uma trama palaciana que pôs em seu lugar o Visconde de Itaboraá. Góis foi durante 15 anos um dos homens mais importantes do Império, tendo iniciado a sua brilhante carreira política como presidente da província do Piauí, de 1845 a 1847, sendo ele o criador do Liceu Piauiense, o atual Colégio Zacarias de Góis, a primeira escola secundarista do estado.⁴⁷

Pode-se afirmar que a queda do Gabinete de Zacarias de Góis em 1868 provocou um racha no Partido Liberal, dividido agora entre moderados e radicais.⁴⁸ Da ala radical saíram os membros que dois anos depois publicaram o Manifesto Republicano, um sinal do início do fim do Segundo Reinado a partir de 1847 foi definida a instalação da monarquia

47 Wilson Carvalho Gonçalves, *Grande Dicionário Histórico-Biográfico Piauiense, 1549-1997*, Teresina, 1997.

48 Vários motivos determinaram o fim do Gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos. Dentre eles, pode-se enumerar a indicação por parte de D. Pedro II de um senador conservador. Na verdade esse fato foi o motivo que faltava, pois o desgaste já vinha desde os atritos com Caxias, que resultou numa carta deste ao piauiense Marquês de Paranaguá (1821-1912), na qual o Patrono do Exército Brasileiro

parlamentarista e com ela a criação do presidente do Conselho de Ministros, uma espécie de primeiro-ministro, que passou a ser o encarregado de compor o ministério. De 1858 a 1871, o gabinete se formou pela presença de moderados, liberais e a liga progressista governando alternadamente. Os conservadores ficaram até 1878, sendo substituído pelos liberais a partir daquele ano até 1885, quando, a partir desta data, os moderados retomam o poder, que caiu aos pés dos militares que fizeram de um golpe de estado a Proclamação da República em 1889.⁴⁹

Ao ler-se 134 anos depois o Manifesto Republicano, a sensação que logo sobressai é a de que a luta pelo poder, em todos os tempos, sempre se caracterizou por um discurso de promessas feito pelo grupo que desejava os postos de comando. Mas, uma vez concretizado tal objetivo, tudo se dissolvia no ar, como num passe de mágica, para o porão do mais estranho esquecimento. Além do mais, foi colocada em prática por parte dos republicanos uma política desqualificadora dirigida aos monarquistas, de modo a criar uma idéia, segundo a qual, a solução de todos os problemas do Brasil estava nas mãos da nova classe dirigente, urbana e industrializada, que chamou para si a responsabilidade de conduzir o processo de mudanças que todos admitiam como necessário para o desenvolvimento do país.

A monarquia era vista como um mal que precisava ser extirpado a qualquer custo, não interessando quais os meios necessários para o seu aniquilamento. Em razão disso, assegurava seus redatores, “esse desequilíbrio de forças, a essa pressão atrofiadora, deve o nosso país a sua decadência moral, a sua desorganização administrativa e as perturbações econômicas

se mostrava descontente com a falta de apoio do Governo para levar em frente a derrota total de Solano López. O Marquês de Paranaguá foi ministro da Justiça do Segundo Reinado duas vezes – em 1859 e em 1866 –, ministro da Guerra, da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros e presidente do Conselho de ministros em 1882. Para mais informações sobre o Marquês de Paranaguá e a relação do poder familiar piauiense no Segundo Reinado consultar Ana Regina Rego, *Imprensa Piauiense/Atuação Política no Século XIX*, FCMC, Teresina, 2001, pp. 191-2.

49 Américo Jacobina Lacombe e Vicente Tapajós, *Organização e Administração do Ministério da Justiça*, Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público/Ministério da Justiça, 1986, pp. 181-265.

que ameaçam devorar o futuro, depois de haverem arruinado o presente.”⁵⁰ O argumento dos republicanos se voltava contra os privilégios, os poderes delegados, as distinções arbitrárias de um regime que não conseguia criar um sistema político-administrativo capaz de resolver os grandes e graves problemas do Brasil.

Um outro ponto atacado foi a forma como o Império instalou-se no país, sem a participação popular, utilizando somente de metáforas vazias como, por exemplo, “unânime aclamação dos povos”. A partir daí, toda a organização política foi feita através do mais absoluto artificialismo: “Há quarenta e oito anos que o grande crime foi cometido(...) que começou esse trabalho longo e doloroso que tem exaurido as forças nacionais, no empenho infrutífero de conciliar os elementos contraditórios e irreconciliáveis sobre que repousa toda a nossa organização artificial.”⁵¹

Outros temas criticados como a militarização da nação, os privilégios da Igreja Católica, a vontade unilateral do imperador em dissolver a Câmara, a vitaliciedade do Senado, a censura à imprensa, a falta de liberdade de associação, o ensino monitorado por sanções governamentais, as liberdades individuais suprimidas pela prisão preventiva, a negação do *habeas corpus*, eram estas, segundo o texto republicano, as causas principais que amargavam a vida nacional, tributária de um poder soberano acima dos outros poderes. Somente um regime federado, com a autonomia das províncias em relação ao poder imperial, o alargamento da municipalidade, poderia pôr fim à triste condição de ser o Brasil a única monarquia ainda de pé na América.

Por fim, o Manifesto Republicano, defendendo o princípio de que “todos os poderes devem ser delegados na nação” e que “o elemento monárquico não tem coexistência possível com o elemento democrático”, os signatários pedem a imediata convocação de uma Assembléia Constituinte, o fim do regime monárquico e da opressão dele resultante, como um novo meio de alinhar-se com as outras nações americanas. Longe de ser um discurso que buscasse de fato resolver os problemas do Brasil, a idéia

50 Ana Regina Rego, ob. cit., p. 127.

51 Ana Regina Rego, ob. cit., p. 130.

que fica é de um proselitismo a toda prova, um jogo de promessas na qual estava embutida apenas a supressão da figura do Imperador.

Embora o próprio Marechal Deodoro da Fonseca tenha sido, como costumava afirmar, um revolucionário de última hora, a conspiração vinha sendo solidificada gradualmente, urdida, a princípio, nos jornais, depois em clubes e praças e por último nos quartéis⁵². Por detrás da fachada republicana estava a Maçonaria que, secretamente, incitava seus membros mais destacados a preparar a revolução que tiraria o poder da Coroa e o entregaria à burguesia emergente, ansiosa de colocar em prática uma nova organização social e política. Derrotados os republicanos nas últimas eleições realizadas no Império em 1889, os líderes tomaram a decisão de fazer a mudança desejada antes que se definisse a instalação do Terceiro Reinado, como ardentemente desejavam os monarquistas, o que era absolutamente rejeitado por todos que levantavam a bandeira antimonarquista.

Estranhamente, ainda prepondera, no senso comum, a convicção de que havia um abismo entre a cúpula militar e o regime monárquico, mas quanto a isso cabe uma revisão. Logo após a subida ao poder do gabinete do Visconde de Ouro Preto (7 de junho de 1889), o governo trouxe de volta ao Rio de Janeiro o Marechal Deodoro da Fonseca que estava em Mato Grosso. A solicitação foi feita pelo general ajudante-de-ordens Floriano Peixoto. Floriano devia grandes favores à família de Ouro Preto. Em 1882, o irmão do Visconde, Carlos Afonso, então ministro da Guerra, foi quem o promoveu a general-de-brigada. Dias antes da Pro-

52 Numa carta ao Imperador D. Pedro II, o Marechal Deodoro revela, dois anos antes da Proclamação da República, a insatisfação que rondava pelos quartéis: “Eis-me ainda, e sempre, com o mais profundo amor e respeito e maior lealdade (...) O que os militares pedem é tão justo e tão pouco – o reparo de uma injustiça que os afronta ao vosso exército (...) Senhor, vosso Ministério vos atraiçoa (...) tem exasperado o Exército e o provoca à reação (...) Eu, nascido e criado, como todos da minha família, no mais acrisolado devotamento ao Imperador; eu que me prezo de ser fiel, franco e leal (...) espero justiça (...) que nos nega o secretário de Estado de V. M. (...) a ser negada a justiça (...) terei vergonha da farda que visto.” (Assis Cintra, *Os Escândalos da 1ª República*, Empresa Editora J. Fagundes, São Paulo, 1936, pp. 17-18.)

clamação da República, Ouro Preto convidou Floriano Peixoto para ser ministro da Guerra no lugar do Visconde de Maracaju.⁵³ Dois coronéis foram indicados pelo governo para presidir duas províncias, a do Ceará e Mato Grosso. O próprio Almirante Wandenkolk, que seria um dos signatários do Decreto nº 1 do Governo Provisório da República, tinha sido também promovido por Ouro Preto, quando este havia sido ministro da Marinha.

Se havia uma intrincada amizade entre os militares e os dirigentes monarquistas, o mesmo se pode dizer da ala civil. Quintino Bocaiúva, conhecido como o Patriarca da República, era amigo do Visconde de Ouro Preto. Depois da queda do Império, o polêmico jornalista visitou. No dia em que Ouro Preto partira para o exílio, foi Bocaiúva quem o conduziu em seu carro até o porto, onde esperava o navio que o levaria para o exterior. No famoso baile da ilha Fiscal, realizado seis dias antes da derrocada do regime, estavam presentes, dentre outros republicanos convictos, Benjamim Constant e os civis Rui Barbosa e Campos Sales. Na hora decisiva da Proclamação da República, no momento em que Deodoro entra no quartel-general, depois de uma breve discussão com Ouro Preto, ordenando a sua prisão, Floriano, que estava do lado, tomou a dianteira e disse: “Não, Manuel (se referindo a Deodoro), isto não é o trato.”⁵⁴

As relações de republicanos e monarquistas embora fosse uma disputa pública, nos bastidores a história tinha outra configuração. *O Jornal do Comércio* era editado pela Tipografia Imperial do Conde de Ville-neuve. A *Gazeta de Notícias*, tido e havido como um jornal republicano, não se voltava frontalmente contra a política adotada pelo Gabinete Ouro Preto. O jornal *O País*, o mais republicano de todos, em sua editoria militava o jornalista Quintino Bocaiúva. Mesmo depois de proclamada a República tinha ainda como colaboradores dois distintos monarquistas, Joaquim Na-

53 Para mais informações sobre as relações íntimas que existiam entre o governo imperial e a cúpula militar, que depois formaria os principais nomes da Proclamação da República, ler o livro do Visconde Ouro Preto *O Advento da Ditadura Militar no Brasil, Excertos Biográficos*, Porto Alegre, 1935.

54 Serzedelo Correia, *Páginas do Passado*, Rio de Janeiro, 2ª edição, 1959, p. 24.

buco e Carlos Laet. Em um artigo publicado no *Diário de Notícias*, em plena efervescência republicana, Rui Barbosa toma uma posição claramente monarquista para, depois, tornar-se um dos homens mais influentes do novo regime.

Curiosa mesmo é a discussão que existia publicamente entre monarquistas e republicanos, mas por detrás do pano os dois grupos dividiam teoricamente posições comuns quando o assunto era maçonaria. Maçons eram os monarquistas Visconde de Ouro Preto, Silveira Martins, Barão de Rio Branco, Joaquim Nabuco, Marquês de Abrantes, Marquês de Paraná, Marquês de Paranaguá, Marquês de São Vicente e Marquês de Itaboraí. Enquanto do lado republicano eram maçons Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Rui Barbosa, Aristides Lobo, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio, Silva Jardim e outros.

Entre mortos e feridos na luta entre irmãos obreiros pelo poder, o resultado final foi a ascensão de um determinado grupo de maçons liderados por Deodoro da Fonseca, que tomou para si o poder e depois dele outros maçons ilustres, inclusive ex-monarquistas, se tornaram figurões do novo governo, muitos posteriormente chegando à presidência da República como Prudente de Moraes, Campos Sales, Nilo Peçanha, Venceslau Brás, Hermes da Fonseca, Epitácio Pessoa, Delfim Moreira, Artur Bernardes e Washington Luís. Assim, o primeiro período republicano (1889-1930), chamado da República Velha, pode ser verdadeiramente cognominado de a República dos Maçons!

O que os republicanos nem de longe desconfiavam era que o poder e seu lugar-tenente, o prestígio, quase sempre em toda história humana, estiveram de mãos dadas com algum tipo de cinismo. Os que se diziam senhores da verdade, se mostraram depois contaminados por interesses torpes. Os que pareciam possuidores do dom de resgatar a cidadania perdida, mostraram-se à vista de todos incrementadores do horror e da impiedade. O que era para ser um instante de alegria coletiva, acabou por mergulhar a esperança num poço de desilusões. O que se mostrava como o certo, tornou-se o errado, e o que se revelava um bem comum, transformou-se em algo nocivo. Pelo menos foi isto que a história republicana deixou para a posteridade. O tempo e a história se encarregaram de asse-

verar que, em determinadas circunstâncias, os menos escrupulosos são os que de fato triunfam, não dando margem posteriormente ao discurso da alteridade.

É igualmente verdadeiro que a presença auspiciosa da insensatez não foi um atributo exclusivo dos republicanos. O Império era centralizador, sustentado por uma conjugação de forças latifundiárias oriundas da velha aristocracia lusitana. A Constituição outorgada em 1824 dava ao Imperador poderes discricionários, podendo a qualquer momento dissolver a Câmara dos Deputados, como aconteceu em 1868, quando os liberais, mesmo sendo maioria na Casa, foram defenestrados do poder por intrigas palacianas.

Os senadores eram biônicos e vitalícios. O aparelho ideológico de Estado mascarava a mão-de-obra escrava que dava sustentação à economia agroexportadora. A pena de morte vigorava desde 1835, somente abolida oficialmente pela Lei nº 3.309, de 15 de outubro de 1866, durante a vigência do gabinete do Barão de Cotegipe⁵⁵. Não havia uma definição clara dos partidos políticos, que, na verdade, funcionavam como simples artifícios constitucionais, posto que as diferenças entre eles eram circunstanciais, somente impelidos para a ação de acordo com os seus interesses particulares.

55 Lacombe e Tapajós, ob. cit., pág. 261.

.....

Capítulo 4

A ESCRAVIDÃO DA ALMA

TRÊS foram os fatos pontuais para a derrocada da monarquia brasileira. O fim da escravatura, a luta entre a Igreja Católica e a Maçonaria e a questão militar. A Abolição foi o último prego que faltava para fechar de vez o velho caixão onde estavam guardados os trapos do fraque e da cartola de um reinado que se mantinha havia 58 anos. As duas últimas foram determinantes para minar por baixo as bases do Império.

Os três aspectos tiveram causas diferentes e a possível resolução por parte do Governo de cada um deles gerou muito mais insatisfações entre as partes litigantes do que a possibilidade do surgimento de uma equação que trouxesse um bom desfecho para todos. Neste sentido, a embaraçosa política imperial abriu espaços no leque de opções no catecismo republicano para atrair para a causa os grupos perdedores e suas respectivas demandas. A partir de então os ressentimentos acumulados se avolumam e precipitam os acontecimentos que vão desembocar na Proclamação da República.

A escravidão foi o motor que moveu a economia brasileira por 300 anos nos campos, nas minas e nas cidades. O alvará de 20 de março de 1549, assinado por D. João III, rei de Portugal, já apontava o escravo africano como uma mercadoria para o comércio. Não foi por acaso que, 31 anos depois, o Brasil já tinha 10 mil cativos vindos da África. Do final do século XVI até 1856, data oficial do último desembarque de navios

negreiros em terras brasileiras, milhões de negros foram arrancados de seus lares por traficantes inescrupulosos e trazidos para a América, dos quais mais de 25% morreram, a maior parte deles, por asfixia em função das superlotações nos porões dos navios.

Há notícias de movimentos libertários que remontam aos quilombos e às revoltas de negros na Bahia e outros motins, todos dirigidos para a extinção do trabalho servil. Livros contra o sistema escravagista foram publicados, como *O Etíope Resgatado*, em 1757, de autoria do Pe. Manuel Ribeiro da Rocha. O principal jornalista no início de século XIX, Hipólito José da Costa, já argumentava que “se o Brasil remediar este mal, os filantropos lhe perdoarão todos os mais”⁵⁶. O Tratado de Viena de 1815 e a lei imperial de 1826, muito eloqüentes no papel, não tinham sentido prático, nunca saindo da letra morta da legislação feita apenas para inglês ver.

O Tratado de Viena é grotesco quando se refere ao tráfico negreiro. Proibia-o ao norte da linha do Equador, mas o mantinha ao sul daquele traço imaginário, ficando a maior parte do Brasil livre para o acesso ao infame comércio de almas. Aliás, um tratado de 19 de fevereiro de 1810 obrigava D. João VI a extinguir segura e gradualmente o tráfico. Em 1818, repetiram-se novamente os acordos para novamente não serem cumpridos, até que, finalmente, cansados do jeitinho brasileiro de não fazer valer as leis criadas pelo Parlamento, os ingleses resolveram apertar o cinto, obrigando o Governo Imperial a criar uma legislação mais eficaz que pudesse acabar de uma vez com o comércio negreiro.

De tal maneira que, em 23 de novembro de 1826, é criada uma lei entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha para a abolição do tráfico de escravos. Por ela, o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, D. Pedro I e o representante do Rei Jorge IV da Inglaterra e Irlanda, Robert Gordon, assinam um termo colocando um ponto final nos negócios de importação de negros. O texto parece induzir que o acordo para a cessação do referido comércio levou em conta uma negociação entre o Brasil e a Inglaterra, ainda em 1822, por ocasião da Independência, pelo qual o Reino Unido

56 Hipólito José da Costa, *Correio Brasiliense*, 1809.

apoiaria a separação do Brasil de Portugal, desde que a ex-colônia portuguesa se comprometesse a acabar com aquela atividade odiosa.⁵⁷

Foi só o representante inglês entrar no navio de volta para a Inglaterra, o tráfico continuou tão descaradamente a ponto de, cinco anos depois, na regência do Pe. Feijó, fosse necessário ao Parlamento Brasileiro criar outra legislação, conhecida como a Lei do 7 de abril de 1831, cujo principal mérito foi o repetir o mesmo e grandioso fiasco de 1826. O preâmbulo da resolução declarava livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impunha penas aos importadores.⁵⁸ Estavam fora da lei os escravos que trabalhassem em embarcações de países que tolerassem a escravidão, os fugitivos do território até serem encontrados e depois expatriados, e os que forem achados depois da saída das embarcações, também seriam apreendidos até serem reexportados. Os apanhados nos delitos previstos na lei receberiam pesadas multas, na época avaliada em 200 mil-réis por cabeça de cada escravo importado.⁵⁹ Mais uma vez a História registrou para o futuro que todo o aparato jurídico serviu apenas para confirmar que as boas intenções só serviam para colocar tinta preta no papel.

O Rio de Janeiro abrigava o maior porto de desembarque de africanos das Américas. E à proporção que se criavam as leis, aumentavam cada vez mais os índices de importação. Paradoxalmente, a despeito da grande oferta, os preços dos negros vendidos em leilão e em praças públicas subiam vertiginosamente no mercado. Em 1851, o Rio de Janeiro tinha o absurdo número de 110 mil escravos para uma população de 266

57 O art. 1º do texto assinado entre os dois países é claro: “Acabados três anos depois da troca das ratificações do presente Tratado, não será lícito aos súditos do Império do Brasil fazer comércio de escravos na Costa da África, debaixo de qualquer pretexto, ou maneira qualquer que seja. E a continuação deste comércio, feito depois da dita época, por qualquer pessoa súdita de Sua Majestade Imperial, será considerado e tratado como pirataria.” (*Coleção das Leis do Império do Brasil* – Atos do Poder Legislativo, 1ª parte, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1880, p. 73.)

58 *Coleção das Leis do Império*, Atos do Poder Executivo, pp. 182-3-4, registrada antes na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça no Livro 1 de Leis, folha 98, em 15 de novembro de 1831.

59 *Idem*, 182.

mil habitantes!⁶⁰ Em Niterói, o contingente de cativos girava em torno de 55% do total da população da cidade. Além das casas de leilões, dos grandes negociantes e de empresas instaladas com o devido consentimento das autoridades, havia ainda os atravessadores dos barões do tráfico.⁶¹

As leis que tendiam para a emancipação da escravatura eram quase sempre seguidas por outras, em geral direcionadas para a confirmação da ilegalidade. Se de um lado o decreto de 12 de abril de 1832, que regulamentava a execução da Lei de 7 de abril do ano anterior, dando poderes a juízes, a delegados e escrivães para visitar e punir embarcações envolvidas com o tráfico, a Lei nº 4, de 10 de junho de 1835, por outro lado, criava a pena de morte aos escravos que matassem ou ferissem gravemente os patrões.⁶² Mesmo havendo aparentemente uma jurisdição que considerava inevitável a convocação de um júri por um juiz, no caso da condenação, por dois terços dos jurados ou pela maioria, à sentença condenatória não cabia o recurso da apelação. No Rio de Janeiro, como em outros lugares, as execuções eram feitas em lugar previamente determinado, não sem antes o réu sofrer a humilhação pública de desfilar, levado por seus algozes, pelas ruas da cidade até o local do cumprimento da punição.⁶³

60 Haidar Abu Talib. Palestra proferida, em novembro de 1997, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

61 A comprovação deste fato vem do relato do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire: “À época de minha viagem [1819] eram principalmente os ciganos que, no Rio de Janeiro, vendiam em segunda mão os escravos, havendo entre eles alguns bastante ricos.” (Saint-Hilaire *apud* Teixeira, 2000.)

62 Art. 1º: “Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas que matarem por qualquer motivo que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave ofensa física a seu senhor, a sua mulher, a descendentes e ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e às suas mulheres, que com eles viverem.” (*Coleção das Leis do Império do Brasil*, parte primeira, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1864, p. 5.)

63 Anos depois, em 1869, o escritor Joaquim Manuel de Macedo fez uma crítica arrasadora sobre a justiça brasileira: “O nosso código é necessariamente muito sábio e muito previdente: exige que para ser jurado o cidadão brasileiro tenha apenas senso comum; se exigisse bom senso haveria desordem geral, porque (...) muitos dos que têm feito e dos que fazem leis, muitos dos que as deviam mandar e mandam exe-

Não tendo mais condições de fixar um contrato social a ser novamente desprezado, principalmente pela aristocracia rural que lhe dava sustentação, o Governo Imperial começou a recauchutar medidas já conhecidas no ordenamento jurídico. É o caso da Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, que instituíra ações para a repressão do tráfico, cujo art. 1º é uma cópia do art. 1º da Lei de 7 de novembro de 1831!⁶⁴

À proporção que os legisladores brasileiros foram criando um amontoado de leis, justamente para não dar solução a um problema que colocava o Parlamento numa situação de desconforto junto aos setores mais liberais da sociedade, a maioria dos políticos fingia não ver que aos poucos tomava corpo, fora dos gabinetes, um ritual de passagem do processo escravagista para as relações de produção capitalista. Para o novo mundo dos negócios e da política que despontava no horizonte, era mais barato pagar um salário para um imigrante pobre, do que comprar e manter o elemento servil nos campos e nas cidades.

O Gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos baixou um decreto, de 6 de novembro de 1866, dando liberdade aos escravos que se alistassem no Exército, desde que fossem para lutar na Guerra do Paraguai. O negro que fosse casado, o benefício seria extensivo à sua mulher. Em 1869 o Governo proibiu a venda de escravos em leilões, através do Decreto nº 1.695, de 15 de novembro daquele ano, tornando nula a venda e prescrevendo multas aos leiloeiros. Em 1871, a Lei do Ventre Livre, do Visconde do Rio Branco, só teve eficácia nas grandes cidades e não nas pequenas comunidades e no interior. A lei, amplamente discutida entre os anos de

cutar, e muitos dos que têm por dever aplicar as leis, não poderiam ser jurados por falta de bom senso.” (Joaquim Manuel de Macedo, *Luneta Mágica*, Martin Claret, São Paulo, 2003, p. 21.)

64 “As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidos pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros, e considerados importadoras de escravos. (*Coleção das Leis do Império do Brasil*, 1850, tomo 11, parte 1ª, seção 35, p. 267. Registrada a folha 135, v, do Lv. 1º de Leis, Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, em 27 de setembro de 1850.)

1868 a 1871, teve nos bastidores o trabalho desenvolvido por Nabuco de Araújo, embora o mérito tenha ficado historicamente para Rio Branco.

Em 1880, o Deputado Joaquim Nabuco chegou a denunciar a tribuna da Câmara que o seu pedido de urgência para votar um projeto de lei que punha fim à escravidão não tinha sido votado por absoluta falta de *quorum*, tramado, segundo o parlamentar, nos corredores do legislativo.⁶⁵ A Lei dos Sexagenários, criada em 1885, durante o Gabinete Saraiva, não fazia nenhum sentido, porque felizardo era o cativo que conseguia passar dos 60 anos! E em 1887, o Exército brasileiro, através do Clube Militar, passou a recusar o triste ofício de perseguir negros fugidios, tarefa muito distinta de suas obrigações constitucionais.

Quando a Princesa Isabel libertou os escravos em 13 de maio de 1888, o espírito abolicionista já era uma causa abertamente vitoriosa em amplas esferas da sociedade. Os partidos políticos estavam muito aquém dos fazendeiros que já tinham tomado a decisão de alforriá-los aos milhares, não motivados por um espírito de benevolência, mas, segundo Joaquim Nabuco, pelo o princípio da não-indenização, já então triunfante.⁶⁶ Além do que a opinião pública, esclarecida pela campanha abolicionista feita na imprensa, admitia a idéia da escravidão como um crime, levando a própria princesa regente a encaminhar ao gabinete de João Alfredo o pedido de extinção do trabalho servil.

As províncias do Amazonas, Ceará e alguns municípios do Rio Grande do Sul se anteciparam ao gesto da princesa. Muitos escravos fugiam em debandada para os centros urbanos. Em toda a América somente

65 O projeto de Nabuco previa o fim do trabalho escravo somente para 1890 e com indenização para os proprietários. O discurso dele na Câmara parece um desabafo contra seus pares: ...“ na questão da emancipação, porém, na convicção de que é preciso caminhar além (...) eu me separarei não só do gabinete, não só do partido liberal, não só da opinião pública e da conspiração geral do país, mas de tudo e de todos! (...) A sessão de hoje há de parecer como um desses exemplos históricos das divisões, dos temores e receios de homens que recuam sempre diante das grandes medidas salvadoras, que transformam a face de seu país.” (Coleção Diários da Câmara dos Deputados, sessão de 30 de agosto de 1880, p. 440.)

66 Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, Martin Claret, São Paulo, 2004, p. 91.

o Brasil, Cuba e Costa Rica eram escravagistas. De maneira que a ação libertadora da Lei Áurea, consignada, porém, sem a democratização da terra, ao invés de minimizar, psicologicamente teve o efeito de maximizar o sentimento de superioridade dos brancos sobre os negros, que daí em diante passaram da condição de escravos para mendigos vagando como fantasmas pelas ruas das cidades brasileiras.

.....

Capítulo 5

O DEDO DA IGREJA

SE a Abolição da escravidão e a chamada Questão Militar foram circunstâncias materiais determinantes para a queda da monarquia, o conflito entre a Maçonaria e a Igreja Católica se apresenta como a componente espiritual que se alia com aquelas duas causas, transformando-se numa força devastadora contra o Império. As relações entre a Igreja e o Governo imperial eram cordiais nos discursos públicos e nas solenidades, mas difíceis nos bastidores da política. A começar pela Constituição de 1824, no seu artigo 72, inciso 6º, da Declaração de Direitos, seção II, que admitia o ensino leigo nos estabelecimentos públicos, mas defendia o catolicismo romano como religião oficial.

É bem verdade que a Igreja possuía muito domínio sobre a sociedade. Na ausência de registro civil, a certidão de nascimento das pessoas era feita nas paróquias, em geral pelo padre. Os censos brasileiros antes do de 1872 tinham por base os livros das igrejas onde estavam assentados os nascidos de cada comunidade diocesana e alhures. Até 1881, os não-católicos não podiam votar nem ser eleitos. Como o Imperador tinha poderes absolutos, os bispos eram indicados por ele, como se fosse um funcionário público comum. A Constituição de 1824 garantia o catolicismo como a

religião dos brasileiros⁶⁷, sendo o rei o grão-mestre da Ordem de Cristo no Brasil. Mas nem tudo era assim tão cordial como a ideologia do regime se mostrava nas festas e nos eventos.

Os conflitos entre a Igreja e o Estado começaram a pipocar no período entre 1827 e 1838, envolvendo questões pontuais como o celibato clerical e a manutenção dos privilégios do clero.⁶⁸ No início da década de 50, o ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco, denunciava o estado de calamidade dos conventos. Pedia providências urgentes a serem tomadas pelo Imperador para recuperá-los imediatamente. Partiu dele o anúncio, em 1855, para todo o país, sobre a decisão do Vaticano de instituir o dogma da Imaculada Conceição, proclamado em Roma no ano anterior.⁶⁹ No entanto, o ministro anunciava também que a partir daquela data em diante nenhum dos prelados podia admitir a entrada de um noviço sem a devida autorização do governo. O resultado imediato foi o aparecimento de conflitos entre o poder secular e o bispo de Mariana, D. Antônio Ferreira Viçoso.⁷⁰

Era evidente a queda vertiginosa do prestígio da Igreja, cujos templos, seminários e conventos estavam em estado deplorável em contraste com o esplendor de seu domínio junto às classes populares. O governo não atendia sequer a uma solicitação de Nabuco de Araújo, um dos notáveis estadistas do Império, para a criação da faculdade de teologia, levantando o velho argumento de que não dispunha de recursos financeiros. A decadência da Igreja, em parte, se deu em virtude da expulsão dos jesuítas do Brasil feita pelo Marquês de Pombal, em 1759. Sem a presença missionária na educação, a intervenção do Estado nos negócios eclesiásti-

67 “A Religião Católica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma de Templo.” (Art. 5º do Título I da Constituição Política do Império do Brasil de 1824, Presidência da República, Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos.)

68 Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, 3ª edição, São Paulo, 1938, v. 32, p. 311.

69 Américo Jacobina Lacombe e Vicente Tapajós, *Organização e Administração do Ministério da Justiça no Império*, Funcep, Brasília, 1986, p. 213.

70 Américo Lacombe e Vicente Tapajós, ob. cit., p. 213.

cos foi ganhando terreno ao longo dos anos, a ponto de até mesmo se intrometer na formação do noviciado, que estava sob a tutela governamental, desde o tempo de D. Pedro I.

De fato, a Igreja já estava separada do Estado pelo decreto de 28 de maio de 1824. Por ele, eram inócuas até as bulas papais para a indicação dos bispos sem o beneplácito do Imperador. Essa legislação surgiu como um golpe mortal que estremeceu as bases do poder eclesiástico interferindo na organização interna da ordem religiosa.

Uma situação bisonha teve lugar na corte brasileira. Em 31 de maio de 1824, era batizada no Engenho Velho, a filha de D. Pedro I com a Marquesa de Santos. O pároco, seguindo o ordenamento eclesiástico, não quis colocar o nome do pai no registro, por considerar a menina fruto de uma relação adulterina. Dois anos depois, o monarca, ferindo o direito canônico e civil, declarou ter tido “com mulher nobre e limpa, uma filha, a quem deu o título de Duquesa de Goiás!”⁷¹

A Questão Religiosa propriamente dita teve lugar no Gabinete do Visconde de Rio Branco (1871/1875). Tudo começou em 1872 envolvendo o Bispo D. Vital, de Olinda, e D. Antônio de Macedo, do Pará, ambos em litígio com a Maçonaria, cuja repercussão chegou ao conhecimento da opinião pública internacional. Naquele tempo, alguns padres pertenciam a lojas maçônicas, muito embora as recomendações do Vaticano fossem contrárias a esse tipo de ligação. A Igreja nunca assumiu uma postura abertamente abolicionista, enquanto veneráveis maçons eram mais liberais com a causa, como Rio Branco que, em 28 de setembro de 1871, fez aprovar a Lei dos Sexagenários. Por essa razão, o visconde foi homenageado a 3 de março de 1872 pela Maçonaria. Na solenidade o Pe. Almeida Martins, maçom convicto, fez um inflamado discurso em favor do presidente do Conselho de Ministros.

Foi o começo de um terremoto que abalou por muito tempo as relações entre o poder espiritual e o político no Brasil. O bispo do Rio de Janeiro chamou o Pe. Almeida Martins para uma conversa pedindo explicações tanto para o discurso quanto para o artigo, que

71 Lacombe e Tapajós, ob. cit., p. 110.

no outro dia estava estampado no *Jornal do Comércio*. Na audiência, o bispo aceitou as razões apresentadas, mas pediu a seu subordinado que deixasse a Maçonaria para ficar apenas exercendo o sacerdócio. Diante da recusa do religioso, o chefe da diocese o suspendeu da ordem monástica. O Visconde de Rio Branco, na qualidade de presidente do Conselho de Ministros, era também Grão-Mestre da Loja Maçônica da Rua do Lavradio. Magoado com a decisão do bispo, ficou do lado do padre.

As encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus*, de Pio IX, ambas publicadas em 1864, e o *Consistório*, do ano seguinte, proibiam o clero de participar de reuniões maçônicas.⁷² Por aquela época, muitos padres chegaram a participar da criação de lojas obreiras, da mesma forma como os maçons tomavam parte da liturgia católica. A diferença fundamental estava no detalhe de que a monarquia era politicamente dominada pelos maçons, que giravam como mariposas em torno do poder. O padroado brasileiro, uma antiga herança dos reis portugueses, desde 1445, e ratificada pela decisão do Papa Calixto III, dava poderes excepcionais aos soberanos sem depender da aprovação da cúpula diocesana. Pelo padroado, seria permanente a superioridade do rei sobre o poder religioso, no caso exercido pelo catolicismo romano.

Os maçons, encontrando um terreno fértil para o desempenho de seus objetivos, começaram a usar todos os poderes de que dispunham para desqualificar a Igreja perante a opinião pública brasileira. O clero, por sua vez, procurou capitalizar para si as acusações, se colocando como vítima diante das investidas de diferentes grupos maçônicos contra a instituição. Os maçons argumentavam que a bula papal não tinha recebido, e era verdade, o beneplácito do Imperador, portanto não se investia dentro do ordenamento jurídico estabelecido pelo padroado. Em resposta, os padres acusavam os seus detratores de quererem destruir as bases de uma religião que havia sido edificada ao longo de quase dois mil anos de existência.

72 *Colección de las alocuciones consistoriales, encíclicas y demas letras apostólicas*, Imprenta de Tejado, r. Ludeña, 1865, pp. 3-52.

Quando D. Vital tomou posse no cargo de bispo de Olinda e Recife, em 24 de maio de 1872, praticamente a confusão já estava armada, só faltava a gota d'água para criar uma crise, cujos reflexos precipitaram anos depois a queda da monarquia, e a separação oficial da Igreja do Estado. Ao tomar conhecimento de que, assim como no Rio de Janeiro, muitos padres de Pernambuco eram filiados a lojas maçônicas, D. Vital, um galã de 27 anos, tendo ganhado imediatamente a simpatia do seu rebanho, especialmente a parte feminina, reuniu-se com os sacerdotes considerados infieis, advertindo-os de desligamento da Igreja, caso não abjurassem de atos considerados ilícitos para o exercício pleno da missão evangelizadora. Ao ver seus pedidos recusados, o bispo excluiu os membros maçons das confrarias religiosas. O Conselho da Confraria do Santíssimo Sacramento foi contra a decisão de D. Vital que, em represália, interditou as atividades da Confraria.⁷³

A interdição não permitia aos padres a celebração de missas se não expulsassem os maçons da ordem, impedindo também que os filiados das lojas não pudessem mais acompanhar o Santíssimo, assistir às festividades religiosas, ir ao confessionário, batizar os filhos, receber a extrema-unção e outras obrigações religiosas. Os interditados recorreram então ao Conselho de Ministros na busca de uma solução para o impasse criado pela decisão do bispo de Olinda. O Conselheiro João Alfredo, orientado pelo Visconde de Rio Branco, expediu ofício do Rio de Janeiro mandando desfazer as medidas tomadas por D. Vital. Este não aceitou a ordem imperial argumentando que as sociedades secretas no Brasil estavam proibidas desde 1823.⁷⁴

73 Em 16 de janeiro de 1873, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira publica a sentença do interdito:... “recusando a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio desta cidade, apesar de nossas paternais admoestações, expulsar do seu grêmio alguns membros que não querem de modo algum abjurar a maçonaria (...) declaramos formalmente que a dita pena permanecerá em pleno vigor até a retratação ou eliminação daqueles irmãos que por infelicidade são filiados à Maçonaria.” (Pandιά Calógeras, ob. cit., p. 118.)

74 Paulo Bonavides Vieira, *Textos Políticos da História do Brasil*, Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, sd., p. 586.

Percebendo o Governo que o poder de comando corria grande risco, mandou prender D. Vital por desobediência e desacato à autoridade. O bispo foi detido em Recife e mandado algemado para o Rio de Janeiro, onde foi encarcerado no Arsenal de Marinha, até o julgamento final no Supremo Tribunal Federal. Apesar de ter em sua defesa dois excelentes advogados, Zacarias de Góis e Vasconcelos e Cândido Mendes de Almeida, o bispo foi condenado a quatro anos de trabalho forçados em 21 de fevereiro de 1874, o que evidentemente provocou um enorme furor no meio católico, recebendo o Governo críticas de todos os lados.⁷⁵ O mesmo destino teve o bispo do Pará, D. Antônio Macedo Costa, condenado pelos mesmos motivos a cumprir pena em uma prisão na ilha das Cobras, onde entrou em 21 de março de 1874. Por insistentes pedidos da Princesa Isabel, D. Pedro II retirou a determinação de trabalhos forçados para a pena simples de reclusão.

Os protestos da Igreja ficaram ainda mais veementes quando se soube que o Governo Imperial enviou o Barão do Penedo a Roma, antes do julgamento final. No Vaticano, o representante brasileiro contou para o Papa Pio IX uma versão amenizadora dos acontecimentos no Brasil, escondendo inclusive do Sumo Pontífice que o bispo de Olinda já se encontrava preso no Rio de Janeiro. Dom Pedro II não deu a mínima importância a uma carta papal pedindo explicações sobre a prisão de D. Vital. Mesmo aparentemente vitorioso, o Gabinete do Visconde do Rio Branco acabou caindo, sendo substituído por outro maçom, o Duque de Caxias, que concedeu anistia aos presos, em 1875, encerrando, pelo menos aparentemente, a questão religiosa no Brasil.

75 Júlio Fleichman, *Dom Vital e a Maçonaria*, p. 4, trecho extraído do livro *D. Vital – Um Grande Brasileiro*, Félix de Olivola, edição da Imprensa Universitária, Recife, 1967.

.....

Capítulo 6

OS MILITARES PROVAM A MAÇÃ DO PODER

A QUESTÃO militar, embora tivesse preciosos antecedentes, se afirmou a partir do momento em que os militares passaram a cantar de galo no terreiro da política monarquista. O estopim de toda crise nacional, porém, aconteceu no longínquo e esquecido Piauí.⁷⁶ Nunca por certo, naqueles decisivos dias, pôde-se imaginar que um pequeno incidente entre militares numa província deserta fosse gerar uma crise institucional, capaz de abalar irremediavelmente, daí em diante, a relação entre a Coroa e o Exército. O Gabinete era presidido pelo conservador Barão de Cotegipe, que tomara posse em 20 de agosto de 1885.

Em fevereiro de 1886, o Coronel Cunha Matos veio ao Piauí para apurar denúncias de fraudes na guarnição local do Exército. Corriam

76 Houve na verdade muitos desentendimentos entre o poder civil e os militares antes do caso Cunha Matos. Os mais importantes ocorreram no último Gabinete Zacarias de Góis (1866-1868) e no de Lafaiete Rodrigues Pereira (1883). A bola de neve da indisciplina militar ganhou notoriedade em todo o país durante a vigência do Gabinete conservador liderado por Cotegipe, 1885-1888.

boatos de irregularidades no soldo dos militares, em premiações forjadas e até mesmo em roubo de fardamento de voluntários e engajados. O assunto, que era estritamente ligado à esfera militar, logo passou para o campo da política. Matos era partidário dos liberais e foi investigar uma questão em que o principal envolvido, o comandante da guarnição federal do Piauí, Pedro José de Lima, era do Partido Conservador.

Saindo do âmbito piauiense – na época a província vivia sob a tutela conservadora do presidente sergipano Manuel José Meneses Prado, sendo substituído por outro conservador, o maranhense Antônio Jansen de Matos Ferreira –, a questão acabou chegando ao conhecimento nacional, quando o deputado federal da bancada piauiense, Simplício Coelho Resende, um autêntico conservador, fez um caloroso discurso na Câmara, acusando o Coronel Cunha Matos de ter feito um relatório propositalmente motivado por questões pessoais e políticas contra o comandante da Companhia de Infantaria em Teresina.⁷⁷ O inflamado discurso do parlamentar provocou uma reação de Cunha Matos pela imprensa, e daí em diante, uma série de réplicas e tréplicas, de ambos os lados, apimentou mais ainda o dissídio entre o Governo e os militares envolvidos na questão.

O ministro da Guerra de Cotegipe era Alfredo Chaves que fora acusado por Simplício Coelho Resende de obrigar Cunha Matos a fazer um relatório parcial sobre o caso das irregularidades administrativas ocorridas no Piauí.⁷⁸ No dia 17 de julho de 1886, Matos escreveu um artigo no

77 No dia 15 de julho de 1866, o Deputado Simplício Coelho Resende atacou Cunha Matos da tribuna da Câmara, no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que inocentava o comandante Pedro José de Lima de todas as acusações. “O Coronel Cunha Matos, já identificado com os ódios e com os interesses partidários dos chefes liberais da capital do Piauí (...) garantiu em um hotel, na capital da província, que o Capitão Pedro Lima seria retirado dali e comprometido o seu futuro.” (R. Magalhães Jr., *A Espada contra o Império*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957, p. 208.)

78 “V. Ex.^a Sr. Ministro da Guerra, apesar de sua capacidade, é novo na gerência dos negócios de sua pasta (...) porque os militares que se imiscuem na política (...) têm também a argúcia da raposa, com que muitas vezes, possuídos de má vontade, vêm denunciar falsamente (...) um companheiro de armas nas condições do Capitão Pedro Lima.” (Trecho do discurso do Deputado Simplício Coelho Resende, sessão de 15 de julho de 1886, *Anais do Parlamento*, volume III, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1886, p. 243.)

Jornal do Comércio fazendo sua defesa e apontando outras irregularidades na inspeção feita no Piauí. Nove dias depois, Resende volta a ocupar a tribuna da Câmara, desta vez acusando Cunha Matos de desrespeitar o parlamento brasileiro e as instituições governamentais, inclusive o ministro da Guerra⁷⁹. O coronel acabou preso por desacato ao ministro, dividindo os grupos entre os que ficaram do lado do militar e os que se posicionaram ao lado das decisões do Governo.

Respondendo novamente a um artigo de Cunha Matos, Coelho Resende fez outra acusação, considerada ultrajante para o Exército. Ele afirmara que o coronel, durante o tempo que combateu na Guerra do Paraguai, havia recebido dinheiro do ditador paraguaio Solano López, e que como prisioneiro de guerra chegara a dirigir a artilharia inimiga contra as tropas brasileiras!⁸⁰

Foi o fim. O leitor moderno talvez não possa avaliar plenamente o que significava para a cabeça de um militar, em 1886, apenas 16 anos depois da Guerra do Paraguai, em que pereceram mais de 300 mil pessoas entre as nações envolvidas, das quais são bastante consideráveis os brasileiros que morreram nos campos de batalha. A acusação era um acinte para aqueles homens que foram levados para a guerra convencidos de que estavam defendendo a liberdade. As feridas estavam ainda muito vivas para o imaginário de quem, como Cunha Matos, era um respeitado veterano de guerra.

Vitoriosas depois de devastar o país vizinho, a elite militar compreendeu que havia sido usada como máquina de manobra pelos senhores da guerra, enquanto os políticos gozavam dos prazeres nababescos da Corte, bem longe dos campos de horror, sem sequer se incomodarem com o destino daqueles infelizes que morriam como mosca nas frentes de combate. Cunha

79 “Não posso, nesta ocasião, deixar de vir protestar da tribuna e perguntar ao honrado Sr. Ministro da Guerra se no regulamento do Conde de Lippe não há também meio de refrear esse oficial audacioso que, usando de frases insolentes, vem atacar um representante da nação, porque aqui denunciou-o como prevaricador (...) que havia inocentado verdadeiros dilapidadores [da Companhia de Infantaria do Piauí] (...) ao mesmo tempo, condenar um inocente.” (*Anais do Parlamento*, sessão de 26 de julho de 1886, p. 517.)

80 Brito *apud* Rego, p. 75.

Matos era considerado um herói, e os seus colegas de farda, como o General Câmara e o Visconde de Pelotas, logo se sentiram também ofendidos. Sena Madureira, outro oficial de grande prestígio do Exército, que em 1884 já havia tido um problema de insubordinação, ocupa também espaço na imprensa gaúcha e sai em defesa do colega acusado, ao passo que atacava no mesmo artigo o General Franco de Sá, sem ter para isso autorização prévia do seu superior, o Marechal Deodoro da Fonseca.⁸¹

Pressionado de um lado pelos partidários monarquistas, que queriam a punição para os militares indisciplinados, e do outro lado, os simpatizantes do movimento de oposição no meio militar e civil, o governo achou por bem trazer Deodoro da Fonseca de Porto Alegre para o Rio de Janeiro, com o intuito de acalmar o ânimo dos mais exaltados. No dia 5 de fevereiro de 1887, aconteceu o grande encontro entre o marechal e o Imperador, no Paço de São Cristóvão. Durante a audiência, Fonseca entrega a famosa carta ao monarca.⁸² Os militares se sentiam desprestigiados. D. Pedro II, que não gostava muito de homens fardados perto de si, ficou impassível, e o seu silêncio foi extremamente revelador. O governo ficaria ao lado de Cotegipe e não dos militares rebelados.

Sentindo que as solicitações não encontravam eco no governo, apesar da demissão do ministro da Guerra, a 2 de fevereiro de 1887, Deodoro escreve uma carta, dez dias depois, a D. Pedro II, ainda mais

81 Interpelado pelo Governo, Deodoro da Fonseca, comandante das Armas no Rio Grande do Sul, respondeu que de fato não tinha autorizado Sena Madureira a publicar o artigo e que nenhum militar podia discutir com seus superiores. Mas protegeu seu subordinado não lhe transmitindo as penas previstas. O argumento de Sena era o de que sua crítica se dirigia ao senador e não ao General Franco de Sá. Há um trecho no artigo de Madureira, que mostra claramente o que ele pensava dos militares de gabinete: “Poderia retaliar – mas não o faço – respondendo que nós, velhos soldados, nem sempre tomamos ao sério os generais improvisados que perpassam rápida e obscuramente pelas altas regiões do poder.” (Magalhães Jr., ob. cit., p. 215.)

82 “Conceda V. M. Imperial permissão a um dos vossos mais respeitosos amantes e leais súditos de tomar vossos preciosos momentos em petição de justiça. E não venho só. É, por assim dizer, o exército todo (...) Sabe V. M. Imperial dessas repreensões injustas, feitas com espalhafato, com publicidade em todos os jornais, e, por conseguinte, tornadas patentes à nação e ao mundo, a dois oficiais superiores do Exército (...) um tal procedimento (...) é (...) um insulto à classe militar.” (Paulo Bonavides e Roberto Amaral, ob. cit., p. 215).

veemente em seus apelos.⁸³ Nela, mais uma vez, o velho marechal não deixava transparecer que desejava uma mudança na ordem institucional vigente, mas somente pedia ao Imperador que tomasse para si a responsabilidade de reparar algumas injustiças cometidas contra os colegas de farda, como o fim das punições, a revisão das execrações públicas, pôr termo à transferência de oficiais para os mais distantes pontos do Brasil, a falta de equipamento e profissionalização da tropa. Já é corrente hoje a avaliação de que a insubordinação de setores militares foi tão grande que o golpe de 15 de novembro de 1889, que entrou para a história como a Proclamação da República, poderia ter sido dado em 1887!⁸⁴

Muitos indicativos de conduta, porém, não deixam dúvidas sobre o caráter monarquista de Deodoro. Contam que um dos seus mais ardentes desejos era o de segurar uma das alças do caixão de D. Pedro II, de há muito acometido de uma grave doença. Numa carta dirigida a seu sobrinho, Clodoaldo da Fonseca, em 30 de setembro de 1888, o marechal escreveu: “República no Brasil é coisa impossível, porque será uma verdadeira desgraça (...) os brasileiros estão e estarão mal-educados para ‘republicanos’;” e conclui: “Não te metas em questões republicanas.” Há depoimento de Felisberto Freire registrado para a História, em que se revela a profunda inclinação monárquica de Deodoro, mesmo depois do desfile militar de 15 de novembro.⁸⁵

Claramente, Deodoro não era republicano. O que ele queria era um tratamento melhor por parte do governo em relação aos militares. A sua determinação de continuidade era tão grande que, nos primeiros tempos republicanos, defendia que a bandeira nacional fosse a da Monar-

83 Ver nota nº 52, pág. 59.

84 Marco Antônio Vila, *A Queda do Império*, Editora Ática, São Paulo, 1999, p. 9.

85 “Em 13 de dezembro de 1891, num jantar em casa do General José Antônio do Amaral, Deodoro contara ao Dr. Ismael Torres de Albuquerque que ‘somente cogitara da República no momento em que tivera certeza que o Imperador mandara chamar, por telegrama, o conselheiro Gaspar para organizar Ministério.’” (João Dornas Filho, *Apontamentos para a História da República*, Editora Guairá, Curitiba, 1941, p. 49.)

quia, substituindo apenas a coroa pelo Cruzeiro do Sul.⁸⁶ Na memorável manhã do dia 15 de novembro de 1889, quando o marechal adentrou na sala do Quartel-General, onde estava reunida parte do Ministério dirigido por Ouro Preto, inclusive com a presença veneranda do piauiense Marquês de Paranaguá, disse que trazia no bolso uma lista com os nomes dos novos ministros que deveriam substituir o Gabinete presidido por Ouro Preto. Uma inequívoca demonstração de que queria apenas a troca do Ministério e não necessariamente a Proclamação da República.

Não é suficientemente correto comentar que para além das rixas políticas entre Deodoro e Gaspar Silveira Martins, cuja nomeação precipitada de D. Pedro II nas tensões do dia da queda do Gabinete de Ouro Preto precipitou o advento da República, havia uma querela sentimental envolvendo os ilustres homens públicos.

Conta a crônica mundana do período que a briga teria se iniciado quando os dois disputavam o amor de uma mesma mulher. A pessoa em questão era Adelaide, filha do General Andrade Neves, o Barão do Triunfo. Os fofoqueiros de plantão comentavam que a bela viúva, ao invés de Deodoro, escolhera Martins para dividir seus perfumados lençóis nas noites frias do inverno gaúcho. Verdade ou mentira, o certo é que Deodoro era, na época dos boatos, Comandante das Armas, e Martins o presidente da província do Rio Grande do Sul.

Evidentemente que o advento da República teve outras notórias e sublimes razões. A indisciplina do Exército estava à vista de todos e o pensamento positivista tomava de conta das cabeças dos alunos do Colégio Militar. A oposição civil instigava pela imprensa as forças armadas, mostrando que o governo lhes era hostil. Espalhou-se inclusive o boato de que o Visconde de Ouro Preto pretendia criar uma força especial para proteger o Imperador, ferindo os brios do Exército que já era detentor dessas obrigações constitucionais. Junte-se a isso o enfraquecimento do Império já manifestado desde a morte de Caxias e do Visconde de Rio Branco, somando-se ainda o afastamento da Igreja em função da Questão Religiosa.

86 Ernesto Sena, *Deodoro – Subsídios para a História*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913, p. 10.

O mais grave, para os republicanos, era a possibilidade de a Princesa Isabel assumir o trono, inaugurando assim o Terceiro Reinado.⁸⁷

A Proclamação da República foi feita pelo Exército sem contar com a participação popular. Partiu de dentro para fora do governo monárquico. Floriano Peixoto, ajudante-general do primeiro-ministro Ouro Preto, para uns, o consolizador da República, para outros, uma figura claudicante até os últimos momentos do antigo regime, ficou em cima do muro. Até a madrugada do dia 15 de novembro de 1889, expedira aos seus subordinados mandados para resistir ao movimento insurgente que já era visível nos quartéis.⁸⁸

Ao saber que os alunos da Escola Militar, vindos da Praia Vermelha, iam passar pelo Largo da Lapa, em direção ao Quartel-General, tratou de impedi-los, tentando evitar o encontro dos cadetes com a tropa comandada por Deodoro, que vinha de São Cristóvão para se postar em frente ao QG, hoje a sede do II Exército, na Praça da República.

Mas a postura de insegurança não foi somente de Floriano Peixoto. Muitos outros oficiais demonstravam publicamente, no dia 15 de novembro, um certo desassossego com os rumos do movimento sedicioso. É o caso do comandante Silva Teles.⁸⁹ Mas a postura de Silva Teles mudou completamente quando os portões do QG foram abertos. Principalmente quando adentra até a sala onde se encontravam Ouro Preto e outros integrantes do governo, que seriam depostos em seguida. A cena revela uma dramatização digna dos filmes de suspense, porque, do lado de fora, em frente ao QG, estava a tropa comandada por Deodoro, com cerca de 650

87 “Todos concordam que essa senhora não tem jeito para governar (...) Não tem instrução nenhuma, gosta muito de festa, e é muito beata (...) Ninguém a quer para imperatriz (...) e uma senhora assim não pode dirigir um país como este, muito grande, e atrapalhado com dificuldades de toda espécie. Se D. Isabel fosse Imperatriz, quem havia de governar seria o marido [o conde D’Eu].” (Antônio Silva Jardim, *Propaganda Republicana*, MEC, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1978, p. 187.)

88 Ernesto Sena, ob. cit., p. 119.

89 Numa carta datada de 15 de novembro de 1912 dirigida a Ernesto Sena, o General Sebastião Bandeira, em 1889, comandante do Esquadrão de Lanceiros, portanto, uma testemunha ocular da história, assim escreveu: “O comandante Silva Teles (...) agiu como pôde contra o movimento [republicano], já procurando anular todo o traba-

homens, enquanto do lado de dentro mais ou menos dois mil soldados aguardavam ordens para atacar os insurgentes.⁹⁰

Ainda hoje não se sabe ao certo quem autorizou a abertura dos portões do Quartel-General para a força republicana fato dos mais importantes para a Proclamação da República. Floriano Peixoto estava na sacada do QG ao lado do Visconde de Ouro Preto, e de lá dava para ver a movimentação dos militares em frente, nas proximidades do Campo de Santana. A impressão que dá é a de que o Marechal Floriano havia combinado tudo antecipadamente com Deodoro ou outros próceres da rebelião contra a Monarquia, pois a sua aparente indiferença e frieza, do ponto de vista de um militar que estava ali para defender a ordem constituída, só podia ser entendida como um disfarce capaz de esconder os fins que desejava manifestar na hora adequada.⁹¹

Sobre o prolapado episódio de Deodoro, ao adentrar o QG com a tropa, ter dado paradoxalmente vivas ao Imperador e não à República, ainda nos dias atuais causa uma série de interpretações de historiadores.

lho feito (...) nessa ocasião, Teles (...) declarou em círculos oficiais da Infantaria da 1ª Brigada: 'estamos ameaçados de uma hecatombe, e se isto se der, eu sairei com vocês.' (Ernesto Sena, ob. cit., p. 204.)

90 Mesmo entrando triunfalmente no QG, Teles também não falou em república e sim em deposição do Ministério: "A força [militar republicana], alinhando-se em frente ao quartel (...) o tenente-coronel Silva Teles, apeando de seu cavalo, penetrou no largo portão que lhe foi aberto, subiu as escadas e apresentou-se diante do Ministério ali reunido (...) E perguntando-lhe o Visconde de Ouro Preto (...) que é que pretendiam, respondeu-lhe com firmeza: 'a retirada do ministério'." (Sertório de Castro, *A República que a Revolução Destruiu*, Distribuidores Freitas Bastos & Cia, Rio de Janeiro, 1932, p. 30.)

91 Na hora decisiva da passagem da Monarquia para a República, o diálogo entre Floriano e Ouro Preto é de um peso histórico impressionante: "Volta-se então o presidente do Conselho [visconde de Ouro Preto] para o Marechal Floriano Peixoto, postado a seu lado: - Sr. Ajudante-general, faça retirar o General Deodoro. Ao que respondeu Floriano - Aqueles que V. Exª ali está vendo (...) são brasileiros! E eu sou, antes de tudo, soldado da nação brasileira! Estas estrelas que trago nos punhos foram ganhas nos campos de batalha [na Guerra do Paraguai], e por serviços prestados à nação, e não a ministros." (Sertório de Castro, ob. cit., p. 31.)

Oficialmente, ele dera viva à República, mas há quem sustente o contrário. Para a História ficou a imagem dele montado num cavalo branco, a mão direita erguida, segurando o boné. Na verdade, Deodoro era amicíssimo do Imperador D. Pedro II. Durante décadas de serviço militar, nunca se soube que ele tenha ou pudesse ter tido um comportamento longe de suas funções de caserna, a não ser na Questão Militar, em que ficou ao lado de seus colegas de farda, mas sempre demonstrando ser um fiel seguidor das determinações do velho monarca. No entanto, uma testemunha ocular, pelo seu depoimento, leva a crer que a saudação poderia ter sido monarquista.⁹²

A República fora aclamada no QG, mas durante a tarde os próprios republicanos ainda estavam atordoados com os últimos acontecimentos.⁹³ Depois da deposição do Ministério Ouro Preto, a tropa marchou pelas ruas do Rio de Janeiro, para o espanto da população que achava

92 Uma carta do Coronel José Beviláqua a Ernesto Sena não permite tomar uma posição segura se Deodoro saudara a Monarquia ou a República: ... “No dia 15 de novembro, no Campo de Santana, eu era o guia direito do 1º pelotão da companhia formada por alunos [quase todos oficiais] (...) e a posição que nos coube, em frente ao Quartel-General, me colocou no extremo do lado da Escola Normal. Dali eu não poderia distinguir, ou melhor, ouvir uma voz isolada partindo do portão central [por onde passou Deodoro]. E por isso nunca disse ter ouvido o viva ao Imperador, atribuído ao Marechal Deodoro. Ouvi, sim, referir-se mais tarde, que o dera, sendo respondido com vivas à República, que ele também imediatamente saudou com vivas, tirando o chapéu.” (Ernesto Sena, ob. cit., p. 145.) Hélio Silva, em seu livro *1889: A República não Esperou o Amanhecer*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972, nota 2, p. 127, cita Ester de Viveiros, in *Rondon Conta sua Vida*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958, p. 58, onde está escrito: “Um oficial comunicou para fora o que se passava. Abriram-se, então, as portas do Quartel-General, deram-se 21 tiros, vivas à República, sobretudo para abafar o inadvertido Viva ao Imperador – de Deodoro.”

93 O diálogo entre Deodoro e o Visconde de Ouro Preto, dentro do QG, mostra o revanchismo militar do marechal: Ouro Preto – “Senhor General, diante da força e do seu ato de violência, impossibilitado eu de combatê-lo entrego à sua guarda as instituições e o governo.” E Deodoro: “Sim, diante da força e da violência provocadas pelos governos que nunca souberam tratar um soldado (...) se (...) sofressem com os cinco anos da campanha [guerra do Paraguai] (...) [se] só comessem milho cozido, haviam de compreender as amarguras da alma do soldado, e tratá-lo de outro modo.” (Serzedelo Correia, ob. cit., p. 24.)

tratar-se de mais um desfile militar.⁹⁴ Afinal, a República foi tramada nos quartéis sem que o povo tenha sido chamado para dela tomar parte. “... o nosso pesadelo era, com razão, o militarismo. O autor do golpe de morte do regime passado, ele ameaçava temerariamente, pela sua prepotência, atual. Encarnado no arbítrio de um homem, que das leis mal conhecia a da espada, figura desta senhora absoluta da República, e exercia sobre ela (...) a rude soberania de um cacique.”⁹⁵ Alguns civis, como José do Patrocínio, Olavo Bilac, Luís Murat e Pardal Mallet, proclamaram o novo regime antes dos militares, na Câmara Municipal. Somente no período da tarde, na sacada da casa de Deodoro, nas imediações do Campo de Santana, Benjamin Constant, em discurso para uma pequena multidão, antecipou a existência do Governo Provisório que só seria verdadeiramente assinado por Deodoro à noite.⁹⁶

A afirmação de que a República foi proclamada de surpresa não se sustenta diante de uma simples reflexão crítica. Embora os primeiros deputados republicanos, Campos Sales e Prudente de Moraes, ambos por São Paulo, e Álvaro Botelho, por Minas Gerais, tenham sido eleitos somente em 1884, o golpe já vinha sendo arquitetado muitos anos antes de sua consecução. O Manifesto Republicano de 1870 foi uma espécie de

94 “O que se fez (a Proclamação da República) é um degrau, talvez nem tanto, para o advento da grande era (...) Como trabalho de saneamento a obra é edificante (...) O povo assistiu (...) bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada.” (Carta de Aristides Lobo, em 18 de novembro de 1889, jornal *Diário Popular*, de São Paulo, in Assis Cintra, ob. cit., pp. 23-24.)

95 Carta de Rui Barbosa, *Campanhas Jornalísticas, República (1899-1918)*, 3ª v., Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1957, pp. 92-93. (Originalmente publicada no jornal *A Imprensa*, em 30 de outubro de 1899.)

96 ... “o qual (o Governo Provisório) convocaria uma Constituinte, a fim de que pudesse a Nação deliberar definitivamente acerca de uma forma de Governo.” (Heitor Lira, *História da Queda do Império*, Brasileira, volume 320-A, tomo II, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1964, p. 364. Na nota de rodapé da mesma página há um esclarecimento de que “era sabido (...) que no seu entender (de Benjamin Constant) a República só deveria ser implantada depois que fosse sancionada uma consulta à Nação”.

reação à queda do Gabinete de Zacarias de Góis, para muitos uma bem bolada artimanha de D. Pedro II contra a maioria na Câmara. O dia 15 de novembro de 1889 teve pelo menos 20 anos de um trabalho na imprensa e nos bastidores em favor da derrubada da Monarquia.⁹⁷

Apesar de Rui Barbosa⁹⁸, em 1918, no prefácio do livro *O Abolicionismo*, de Osório Duque Estrada, ter afirmado que a República foi um acidente, o depoimento de Serzedelo Correia, na época da Proclamação da República, um oficial que marchou com a tropa em direção ao Quartel-General, encaminha os fatos para a direção de uma combinação prévia entre as principais líderes da rebelião.⁹⁹ A certeza de que a cúpula militar, exceto Deodoro, desejava o fim do Gabinete de Ouro Preto, como simples pretexto para alçar vôos mais altos em direção à República, pode ser confirmada pelo fato de Floriano ter sido convidado, meses antes da queda do Império, para ser o ministro da Guerra em lugar do Visconde de Maracaju, e de não ter, por razões óbvias, aceitado.

Uma vez proclamada, os militares e civis, porém, trouxeram para dentro da República as mais ardentes diferenças políticas e ideológicas. E não tiveram nenhum pudor em esconder da opinião pública as dissimilitudes domésticas que vieram à tona com toda força. Manda a verdade dizer que os

97 “Prevenia para que dispusesse os elementos paulistas de modo a poderem intervir com eficácia no momento oportuno, visto que o movimento revolucionário ganhava terreno e tudo indicava a proximidade da ação decisiva.” Carta de Aristides Lobo a Campos Sales, em 6 de novembro de 1889. (Campos Sales, *Da Propaganda à República*, Senado Federal, edição fac-similar, Brasília, 1998, p. 13.)

98 “A República originou-se de um acidente gerado pelas desordens (...) e inércia a não lhe resistir (...) a nação aceitou-o [o movimento republicano]. Mas não era seu. Não havia sido elaborado por ela mesma, não lhe derivava das entranhas como o abolicionismo.” (Barbosa *apud* Silva, p. 89.)

99 “Estávamos em 15 de novembro. Marcham as tropas revolucionárias para o Campo de Santana, comandadas pelo Major Sólon e Benjamin. Vínhamos pelo Mangue (...) Não vendo Deodoro, e receando um combate ao entrarmos no Campo, interpelei Benjamin, sobre quem comandava nossa força. Benjamin respondeu-me: – (...) Se Deodoro não vier [Deodoro estava muito doente], comandará esta força Floriano [que estava dentro do QG ao lado do Visconde de Ouro Preto].” (Correia *apud* Silva, p. 94.)

republicanos almejavam fazer do Brasil um lugar melhor para todos. Porém, como os privilégios não cessaram com a ascensão da nova classe dirigente, uma mistura de liberais e ortodoxos dividindo a mesma seara com ex-monarquistas, a vaidade do poder fez com que muitos procurassem defender os seus interesses particulares, e não ideais maiores da Nação. “Esse Numa, que ficou, daí em diante, considerado parlamentar consumado e ilustrado, fora eleito deputado, graças à influência do seu sogro, o Senador Neves Cogominho, chefe da dinastia dos Cogominhos que, desde a fundação da República, desfrutava empregos, rendas, representações, tudo o que aquela mansa satrapia possuía de governamental e administrativo.”¹⁰⁰ Pouco tempo depois, alguns revolucionários descobriram que aquela não era a revolução dos seus sonhos, nem tampouco aqueles homens eram tão idealistas como apregoavam.¹⁰¹

Deodoro era um homem rude. Não tinha capacidade para governar o país, que ele confundia com um quartel. Os problemas começaram a surgir três meses depois de proclamada a República. O ministro da Agricultura, Demétrio Ribeiro, demitiu-se por não concordar com Rui Barbosa, ministro da Fazenda, por causa das emissões bancárias, indo para a liderança da oposição a Deodoro no Congresso.¹⁰² A ele se juntaram os desgostosos Benjamin Constant, ministro da Guerra, Campos Sales, ministro da Justiça e Aristides Lobo, ministro do Interior. Em seguida, Benjamin Constant vai para o Ministério da Instrução, ficando em seu lugar Floriano Peixoto. Aristides Lobo demite-se por não concordar com as interferências de Deodoro em sua pasta, e Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores, por sua desastrosa atuação, é demitido em 19 de maio de 1890.

A oposição dentro do próprio Governo começa no início de 1891. A renúncia coletiva do ministério, em 20 de janeiro daquele ano,

100 Lima Barreto, *Os Melhores Contos*, Martin Claret, São Paulo, 2002, p. 13.

101 Octaciano Nogueira, *Introdução às Atas e Atos do Governo Provisório*, edição fac-similar, Senado Federal, Brasília, 1998, p. VI.

102 Octaciano Nogueira, ob. cit., p. XVIII.

foi um duro golpe para Deodoro.¹⁰³ Os membros do governo agiram com a mais odiosa maledicência política, expondo o chefe do Governo a uma grande impopularidade junto à opinião pública brasileira, trazendo enorme desgaste para a sua combalida administração. Na verdade, os políticos estavam de olho na Constituinte, e percebendo a ineficácia das ações governamentais, trataram logo de abandonar o navio antes de ir a pique. Cercado pelo fogo amigo, Deodoro dá um golpe dentro do golpe, fechando o Congresso. Diante da ameaça de uma guerra civil, renuncia ao cargo, sendo substituído por Floriano Peixoto, que tinha sido eleito a vice-presidente da República na chapa de oposição!

Floriano Peixoto e Benjamin Constant morreram inimigos, Deodoro faleceu desgostoso com a República e com a Maçonaria, Rui Barbosa, José do Patrocínio conheceram o exílio. Silva Jardim morreu ao cair no vulcão Vesúvio, e Raul Pompéia suicidou-se em 1895. Mesmo depois da chegada de Floriano à presidência, as divergências entre militares continuaram na revolta da Armada, na reação de 1904, na insurreição dos marinheiros em 1910, nos movimentos dos tenentes em 1922 e 1924, que resultaram no surgimento da Coluna Prestes. Essas inquietações são a prova de que os militares, ao tomar gosto pela política, principalmente depois da Proclamação da República, tomaram consciência que poderiam determinar os rumos da vida política brasileira muito além dos dispositivos constitucionais previstos na Carta de 1891.¹⁰⁴

103 “Generalíssimo, tendo sido votado hoje (...) o projeto de Constituição da República, circunstância da qual ficou dependendo a nossa retirada da gerência dos negócios públicos, pela demissão que demos dos nossos cargos (...) em consequência da nossa oposição à garantia de juros para a empresa do Porto das Torres.” (Carta assinada por Rui Barbosa, Campos Sales, Francisco Glicério, Eduardo Wandenkolk, Quintino Bocaiuva e Cesário Alvim, dirigida ao Marechal Deodoro, chefe do Governo Provisório da República. (*Atas e Atos do Governo Provisório*, Dunshee de Abranches, edição fac-similar, Senado Federal, Brasília, 1998, p. 306.)

104 Octaciano Nogueira, ob. cit., p. XXIII.

LIVRO 2

.....

Capítulo 1

A COLUNA PRESTES PELOS SERTÕES DO PIAUÍ

AS NOTÍCIAS inquietantes sobre a aproximação da Coluna Prestes que havia estado em Minas Gerais e na fronteira da Bahia, seguindo marcha por Goiás e sul do Maranhão, avizinhandose perigosamente do território piauiense, para daí alcançar o Norte ou o Nordeste brasileiros, fizeram com que o Governador do Piauí, Matias Olímpio de Melo¹⁰⁵ (1882-1967), orientado pelo Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho (1861-1947), e pelo Ministro das Relações Exteriores, Félix Pacheco¹⁰⁶ (1879-1935), tomasse algumas medidas preventivas visando proteger a terra de mafrense da invasão dos “sulistas”.

105 Matias Olímpio de Melo nasceu em Barras. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Recife, em 1904. Voltou para o Piauí no ano seguinte. Jornalista, promotor público, secretário de Estado de Governo de Areolino de Abreu, Anísio de Abreu e Antonino Freire. Ingressou na Academia Piauiense de Letras em 1918. Foi Governador do Estado sob a legenda do Partido Republicano de 1924 a 1928.

106 José Félix Alves Pacheco nasceu em Teresina. Era filho do Governador Gabriel Ferreira e de Maria Benedita Cândida da Conceição Pacheco. Transferiu-se ainda menino para o Rio de Janeiro. Ingressou no jornalismo em 1897 e, dois anos depois, estava no *Jornal do Comércio*, o mais importante do país no começo do século XX, tornando-se anos mais tarde editor-proprietário. Entrou para a Academia Brasileira de Letras em 1912, sucedendo a Araripe Júnior na Cadeira nº 16. Traduziu para o

A história mostra que tais medidas foram tomadas em vão. O destacamento revolucionário de Djalma Dutra (1881-1940) travou os primeiros combates com os governistas em Benedito Leite, no Maranhão, por volta das 18h30min do dia 7 de dezembro de 1925. Depois de um intenso tiroteio, que durou mais de 12 horas, morreram cerca de 200 combatentes¹⁰⁷ do lado do governo. Agripino Negreiros de Matos, de 25 anos, maranhense, ex-PM do Estado de Goiás, estava em Benedito Leite. Um dia depois, contou 35 cadáveres de soldados legalistas. Os feridos foram mortos a facadas pelos revolucionários. Uma parte dos colonistas atravessou 48 horas depois o rio Parnaíba, pisando o solo piauiense da cidade de Uruçuí.

Embora os primeiros combates tenham se realizado no Maranhão, a cidade de Benedito Leite estava sob a guarda do tenente Jacó Gaioso¹⁰⁸ (1899-1976), da Polícia do Piauí. Por ordem do Governador Matias Olímpio, o primeiro contingente de soldados, comandados pelo oficial, saiu de Teresina um mês antes, rumo a Uruçuí, para dar combate aos revoltosos.¹⁰⁹ A saída das tropas, do cais de Teresina, foi precedida de festas e honrarias em que a população manifestava grande regozijo com os que seguiam para o *front*. Muitas escolas mandaram os alunos com bandeiras e fanfarras na hora da despedida dos combatentes.

Brasil parte da obra do poeta Charles Baudelaire. Deputado federal sucessivas vezes, e senador. Fundou o Gabinete de Identificação e Estatística, transformado depois em Instituto Félix Pacheco, no Rio.

107 A informação sobre a quantidade de mortos, certamente é exagerada. Saiu na primeira página de *O Libertador*, órgão de divulgação da Coluna Prestes, em sua edição de número 9, de 25 de dezembro de 1925, editado em Floriano. Vale ressaltar que esse jornal é raríssimo na bibliografia brasileira, tornado-se assim indispensável para quem deseja saber sobre os feitos da Coluna em terras piauienses.

108 Jacó Manuel Gaioso e Almendra nasceu em Teresina. Militar, deputado estadual e federal, chegou a ser general do Exército Brasileiro. Governou o Piauí de 1955 a 1959. Em sua administração criou o Banco do Estado do Piauí, o Departamento de Estradas e Rodagens – DER –, a Faculdade de Odontologia e a Faculdade Católica de Filosofia, além do extinto Fripsa. Foi membro da Academia Piauiense de Letras.

109 Matias Olímpio, *Rumos e Atitudes*, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1956, p. 83.

Passados muitos anos, pode-se imaginar o quanto deve ter sido penosa a trajetória. As chuvas torrenciais que se precipitaram no Piauí no final de 1925 e se estendeu pelos primeiros meses de 1926, foram as mais intensas desde 1825. A distância aproximada por água era de 450km entre as duas cidades, com o detalhe de que o percurso tinha de ser feito subindo o caudaloso [na época] rio Parnaíba em embarcações precárias, cheias de militares e equipamentos de guerra. O objetivo era barrar a Coluna Prestes logo na entrada do território piauiense, evitando assim uma possível ocupação da capital.

Ao chegarem a Uruçuí, [separada de Benedito Leite pelo rio Parnaíba] os governistas foram informados de que a Coluna Prestes se aproximava da vila descendo o rio Balsas, afluente pelo lado maranhense do rio Parnaíba. Então, Gaioso e seus homens, saindo de Uruçuí, abriram trincheiras no Maranhão. Os primeiros combates entre governistas e prestistas resultaram numa retumbante derrota para os primeiros. Não havendo mais como combater por falta de munição, Gaioso fez uma travessia desesperada de volta a Uruçuí.

A confusão aumentou ainda mais quando perceberam que o grosso da tropa estacionada em Uruçuí tinha fugido vergonhosamente levando parte das embarcações rio abaixo, rumo à cidade de Floriano¹¹⁰. A guarnição era formada por uma Companhia do 23º Batalhão de Caçadores de Fortaleza, aquartelada em São Luís, que, a pedido de Matias Olímpio, veio a Teresina de trem até Timon¹¹¹, seguindo para Uruçuí para juntar-se

110 “Fiz a retirada (...) de Benedito Leite para Uruçuí, onde com surpresa e dor não encontrei meus colegas (...) Só me retirei de Benedito Leite porque o Capitão Malheiros [Roberto Malheiros era o comandante da Companhia do 23º BC de Fortaleza] se negou a dar-me oficiais para comandar algumas linhas. (...) em Uruçuí, ao transpor o rio, não encontrei mais um só soldado.” (Depoimento do tenente Gaioso, Matias Olímpio, ob. cit., p. 85.)

111 O 23º BC veio num trem expresso de São Luís até Timon, porque naquela época não existia a ponte metálica que liga Teresina àquela cidade maranhense. A obra foi concluída em 1939 pelo interventor federal Leônidas de Castro Melo. Assim, a referida tropa atravessou de barco o rio Parnaíba, desembarcando em Teresina, juntando-se às demais forças militares, que tomaram a direção de Uruçuí.

com uma Companhia da Polícia Militar do Ceará e com o 25º Batalhão de Caçadores de Teresina. Ao todo eram aproximadamente 950 homens. Os relatos de populares contam que foi tão desabalada a fuga que os cabos das embarcações, ao invés de serem desamarrados, foram cortados pelos fugitivos com facas e machados.

Com a cidade abandonada por quem deveria defendê-la e com a população refugiada nos arredores, fácil foi a entrada triunfal dos revoltosos sem nenhuma resistência em Uruçuí. A presença dos líderes da Coluna foi para evitar o saqueamento das casas e de estabelecimentos comerciais abandonados pelos proprietários. Os saques foram feitos pela população pobre, como também por alguns revolucionários, que levaram muitos utensílios e comida para a manutenção da tropa, já prevendo a dura travessia que teriam pela frente em sua excursão pelos sertões do Piauí, na época catísados por intensas chuvas. Aos poucos, a população voltou à cidade, não sem grandes constrangimentos entre saqueadores e saqueados.

Com as forças governistas em fuga descendo o rio Parnaíba, muitos soldados atordoados preferiram ir a pé. Pelo caminho espalhavam as mais exageradas fantasias sobre a luta com os revolucionários, o que sobremaneira criou um verdadeiro mito sobre as façanhas da Coluna Prestes¹¹². Não houve meios que convencessem a população de não abandonar a cidade de Floriano, nem mesmo os militares que chegaram de barcos vindos de Uruçuí. Estes ao saberem da ameaçadora aproximação dos rebeldes, mais que depressa entraram novamente nos vapores, deixando armas e equipamentos, tomando o rumo de Teresina. A fuga espetacular, imposta injustamente somente ao tenente Jacó Gaioso, entrou para o anedotário político piauiense, e serviu 22 anos depois como deboche nas eleições para

112 “O governo do Estado, para ciência da população de Teresina (...) informa que, não havendo sido possível manter a posse de Uruçuí (...) e como as tropas rebeldes se aproximam de Floriano, determinou a emergência que as nossas forças descessem o Parnaíba com destino a essa capital.(...) E é, para afastar o natural pânico que a notícia dessa deslocação poderia produzir no ânimo do povo, (...) lhe dirige o presente comunicado, aconselhando a precisa e maior calma diante da situação.” (Jornal *O Piauí*, 10-12-1925.)

Governador do Piauí, em 1947, para a qual concorreram José da Rocha Furtado, pela UDN, e o próprio Jacó Gaioso, pelo PSD.¹¹³

Sobre o episódio envolvendo Benedito Leite e Uruçuí há muitas contradições. Se os integrantes da Coluna Prestes afirmavam que os órgãos de comunicação do Governo espalhavam notícias exageradamente falsas sobre os rebeldes, a fim de criar no seio da população desprevenida um sentimento de repulsa pelo movimento, é certo também que da parte dos responsáveis pela divulgação oficial dos revolucionários, havia também uma supervalorização, para dar entender que a sedição já estava vitoriosa. Os dois lados travaram uma guerra de informação e contra-informação.

O exemplo fica evidente ao ler-se a primeira página de *O Libertador*, órgão da revolução. A notícia de que no primeiro embate teriam morrido mais de 200 soldados governistas parece mais uma bravata dos redatores, os senhores José Pinheiro Machado e Lourenço Moreira Lima. 51 anos depois, o Marechal Cordeiro de Farias (1901-1981), um dos mais destacados líderes da Coluna Prestes, em depoimento prestado ao Programa História Oral do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, publicado cinco anos depois em forma de livro, assegura exatamente o contrário. Pelo que se pode concluir, a partir das declarações do marechal, se não houve combate entre os litigantes, não pode ter havido um elevado número de mortos mencionados pelo jornal, sem que não houvesse uma verdadeira catástrofe numa vila com mais ou menos 500 habitantes.¹¹⁴

113 Nessa eleição saiu vitorioso José da Rocha Furtado. A imaginação popular consagrou uma música com os seguintes versos: “Lá se vem o cordão do PSD/ tudo chorando porque já perdeu/ quem vai na frente/ é o tal de Gaiosão/ de malas arrumadas/ pra embarcar no avião/ Não chore/ seu Coronel/ faça como homem/não se desmanche em prantos/ você não nasceu/pa governar o Piauí/ se arrume e vá embora/e não pise mais aqui/ do contrário você sai/ como saiu de Uruçuí.”

114 “Numa noite, com tiroteio desnordeado, houve pânico em Uruçuí e Benedito Leite. A população de ambas as cidades fugiu junto com os soldados, espavorida. As pessoas saíam a pé, de canoa, a cavalo, de caminhão. A Coluna fez um grande número de prisioneiros e, ao serem libertados, eles contavam àquelas populações as mais incríveis histórias a nosso respeito. Éramos descritos com facas na boca, degolando gente. O ataque a Uruçuí e Benedito Leite jamais ocorreu. Mas houve o pânico produzido na população pelo temor do ataque.” (Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*, Editora Nova Fronteira, RJ, 1981, p. 119.)

Um renomado historiador piauiense¹¹⁵, José Camilo da Silveira Filho (1927-2004), professor, ex-reitor da Universidade Federal do Piauí, imortal da Academia Piauiense de Letras, autor de vários livros de história, tem um posicionamento semelhante ao do Marechal Cordeiro de Farias¹¹⁵. Um famoso pesquisador estrangeiro, em seu relato, também não estabeleceu a quantidade de mortos mencionados em *O Libertador*, e até mesmo minimiza a tomada de Benedito Leite, usada, pela sua óptica, como uma ousada armadilha para atrair as tropas governistas, e daí atravessar livremente para o lado piauiense.¹¹⁶

Moisés Castelo Branco Filho (1905–1988), militar, engenheiro, professor e cartógrafo, dedica parte de um livro à passagem da Coluna Prestes pelo Piauí. Lá, diz textualmente não ter havido, do ponto de vista estratégico, um embate que tivesse qualquer importância bélica.¹¹⁷ Outro estudioso descreve com detalhes os acontecimentos vividos pela população

115 “Os legalistas foram atacados em Benedito Leite pelo Destacamento Dutra, na noite de 7 para 8. Houve cerrado tiroteio, e a tropa governista aquartelada em Uruçuí tudo ouviu. A luta em Benedito Leite não teve qualquer significação militar. Os governistas perderam 3 homens, dois PM do Piauí e um praça do 23º BC. Acentue-se que em Uruçuí não morreu ninguém.” (José Camilo Filho, *A Coluna Prestes no Piauí*, EDUFPI, Teresina, 1996. p. 18.)

116 ...“os soldados de Djalma Dutra marchavam em direção ao arraial de Benedito Leite, à margem do Parnaíba (...) A missão de Djalma Dutra consistia em imobilizar estas forças [do governo], por meio de um falso ataque a Benedito Leite, enquanto o grosso das forças rebeldes se aproximava da cidade para, em seguida, atravessar o rio [para Uruçuí]. Às primeiras horas da manhã [do dia 8], houve uma cega correria (...) com homens [do governo] em pânico tropeçando uns nos outros (...) Sem a ter procurado, Djalma Dutra conquistara a maior vitória da Coluna Prestes.” (Neil Macaulay, *A Coluna Prestes, Revolução no Brasil*, Difel, 2ª edição, Rio de Janeiro/São Paulo, 1977, p. 174.)

117 “Essas tropas [governistas], constituíam um grupamento sob o comando do Capitão Malheiros, e na repartição Benedito Leite foi ocupada pela Polícia do Piauí e Uruçuí pelo Exército (...) travou-se em Benedito Leite o primeiro encontro entre os adversários, sem vantagem militar para nenhuma das partes.” (Moisés Castelo Branco Filho, *Depoimento para a História da Revolução no Piauí*, Arrenova, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1975, p. 94, citando o jornal *O Piauí*, Teresina, edição de 12 de dezembro de 1925.)

das duas cidades.¹¹⁸ Nesse relato, acentua a debandada por parte das tropas governistas, a fuga dos moradores para os arredores, as histórias fantásticas superestimadas pelo povo sobre uma superioridade armamentista dos revoltosos. A imagem de selvageria dos insurgentes criou uma aura de assombro na mentalidade atrasada daquela gente pobre e abandonada dos sertões. Porém, nenhuma palavra é dita sobre a singularidade de um elevado número de vítimas que, sem dúvida alguma ficaria registrada na memória popular por sucessivas gerações.

Estive pessoalmente em Uruçuí e Benedito Leite, em 2003. Durante minha estada fiz pesquisa de campo, recolhi documentos, textos avulsos e fotos, conversei demoradamente com pessoas que na época eram crianças, colhi relatos de parentes, cujos antepassados viveram todas as emoções daqueles dramáticos dias. Entrevistei o professor Anchieta Santana. Este me mostrou um texto em que o Sr. Luís Lima, filho do intendente [prefeito] uruçuiense e da primeira professora normalista de Uruçuí, Maria Pires Lima, descrevia sucintamente os episódios. O fato mais importante, do ponto de vista memorialista, é que quando a Coluna Prestes entrou em Uruçuí, a primeira pessoa procurada foi exatamente o pai de Luís Lima.¹¹⁹

118 “O ataque dos revoltosos deu-se em certa hora da noite [dia 7 de dezembro de 1925], em meio a grande escuridão (...) e após a intensa mas rápida fuzilaria foi ordenada pelo comando das tropas legais a retirada (...) Foi uma corrida (...) Ao amanhecer do dia, numa distância de 12 léguas, soldados em disparada, anunciavam o grande morticínio, numa batalha que não se realizou.” (José Patrício Franco, *Uruçuí, sua História, sua Gente, s/e, s/a* pp. 40, 41).

119 “Inicialmente eles [os membros da Coluna Prestes] mandaram uma patrulha armada subir nas serras de Benedito Leite (...) As tropas federais estavam em Uruçuí (...) na hora da fuga (...) os soldados (...) saíram correndo beirando o rio, entrando no mato fechado. Os revoltosos entraram em Uruçuí à procura, principalmente, de meu pai, Erotides Lima, que era intendente. Os revoltosos não mataram ninguém nesta região. Não se tem informação disso. Eles acamparam [na Fazenda Pau-Ferrado] (...) botaram os meninos para debulhar milho para os animais (...) eles ordenaram que fossem recolher um ‘porco morto’ nas bandas do Brejão [uma fazenda]. O ‘porco’ era Joaquim Ferreira [que havia sido assassinado porque] (...) Eles o confundiram com um comandante da Polícia do Piauí.” (Depoimento de Luís Lima ao prof. Anchieta Santana gravado em fita cassete. Dias depois desta entrevista, Luís Lima, vitimado por um derrame, veio a falecer. Parte desta transcrição foi-me entregue pelo prof. Santana, em 5 de dezembro de 2003, no Campus da Uespi, em Uruçuí.)

Pelo lado governista, os militares de alta patente descreveram a Coluna Prestes como uma tropa que detinha um poder de fogo impossível de ser derrotado. Embora fugindo rio abaixo em direção a Floriano, em seus relatórios, os legalistas afirmavam ter sido grandes as perdas dos revoltosos.¹²⁰ Já o tenente-coronel Djalma Dutra que havia descido o rio Balsas nas proximidades de Benedito Leite e Uruçuí, vendo as tropas governistas em fuga, tentou interceptá-las, fazendo prisioneiros alguns soldados. Mas, ao contrário das declarações do tenente legalista Cunha Lemos, asseverou que nenhuma morte foi registrada nos anais da Coluna Prestes, durante o cerco às referidas cidades.¹²¹

Verdadeiramente quem fugiu de Uruçuí com medo dos revoltosos foram os representantes da Guarnição Federal, sob o comando do Capitão Roberto Malheiros, do Ceará, que ainda por cima não socorreu as forças piauienses comandadas pelo tenente Gaioso, em Benedito Leite. Chegou inclusive a rejeitar, do ponto de vista militar, a defesa da legalidade. Todos os indicativos levam a crer que o Exército Brasileiro não quis combater a Coluna Prestes no Piauí. Em alguns momentos chegou mesmo a atrapalhar não apenas nos acontecimentos em Uruçuí e Benedito Leite, mas, sobretudo em Teresina, durante o cerco que se deu na cidade antes do Natal de 1925 e os primeiros dias de 1926.

Ao invés do Capitão Malheiros, ao ouvir o tiroteio entre as tropas governistas e a Coluna Prestes, atravessar o rio para dar combate aos revoltosos, fez exatamente o que não se esperava de um militar no meio de um conflito: autorizou uma fuga rio abaixo, abandonando armas e equipamentos, deixando para a Polícia do Piauí apenas um vapor velho sem condições de

120 “Quando abandonei Uruçuí estava completamente cercado e cerrado tiroteio (...) os carros (...) e as bagagens pesadas ficaram visto não poder ser possível debaixo de fogo intenso serem retirados e embarcados (...) o inimigo teve grandes baixas, principalmente em frente a uma trincheira que fiz uma rede de arame.” (Depoimento do tenente Lemos Cunha, do 25° BC, do Piauí, jornal *O Libertador*, Floriano, 25 de dezembro de 1925, p. 3.)

121 “Cheguei ontem [7 de dezembro de 1925] (...) mil e quinhentos bernardistas que guarneciam Benedito Leite e Uruçuí não resistiram (...) retirando-se [em] grande precipitação (...) Fizemos prisioneiros apoderando-nos de armas, munições e material. Não tivemos nenhuma baixa por morte ou ferimentos.” (Depoimento de Djalma Dutra, jornal *O Libertador*, Floriano, edição de 25 de dezembro de 1925, p. 3.)

navegabilidade. Ora, como o grosso da tropa estava posicionada em Uruçuí, e esta fugiu, não restou outra alternativa a Gaioso senão descer o rio Parnaíba em direção a Floriano, a fim de defender Teresina de um provável ataque.¹²²

A confusão aumentou mais ainda entre os poderes constituídos quando o Presidente da República Artur Bernardes assinou o decreto de estado de sítio para o Piauí e Maranhão, em 1º de janeiro de 1926. A partir daí, o 25º Batalhão de Caçadores, do Piauí, passou a ter poder de polícia, subestimando assim a autoridade civil do Governador Matias Olímpio. Conseqüentemente, o Capitão Malheiros, que estava preso em Teresina por ter fugido de Uruçuí, passou a ser, paradoxalmente, o executor das ordens oriundas do Ministério da Guerra. Assim, o Exército que tinha feito corpo mole no combate direto com a Coluna Prestes, mostrou-se nesse momento extremo cumpridor de suas obrigações constitucionais, inclusive podendo matar cidadãos que fossem flagrados em atos de desobediência civil.¹²³ A denúncia de vazio de poder não partiu do Governador Matias Olímpio, mas da bancada federal do Piauí no Congresso Nacional.¹²⁴

A falta de espírito guerreiro do Exército em relação à Coluna Prestes chegou ao Congresso Nacional, no Rio de Janeiro. Em resposta à Mensagem do Presidente Artur Bernardes, lida a 4 de maio de 1926, em que faz pesadas acusações de saques e outros delitos cometidos pelos colonistas em sua marcha pelo Brasil, o parlamentar gaúcho Batista Luzardo res-

122 Antes de abandonar o campo de luta, Jacó Gaioso telegrafou para o Governador Matias Olímpio contando-lhe a falta de vontade de oficiais do Exército em dar combate à Coluna Prestes. O chefe do Poder Executivo piauiense respondeu-lhe dizendo que resistisse, ao que retrucou Gaioso: “[o senhor] quer me ver vivo ou morto”? Matias revidou: “A resposta à sua pergunta só pode ser dada por sua própria consciência de militar.” (Matias Olímpio, ob. cit., p. 85.)

123 No dia 11 de janeiro de 1926, saiu um aviso da Guarnição Federal do Piauí, colocado nos principais logradouros de Teresina com o seguinte teor: “Por ordem do Chefe do Estado-Maior das forças em operação, previne-se ao povo que qualquer pessoa, civil ou militar, que seja encontrada roubando ou depredando a propriedade alheia, será imediatamente passada pela armas.” (Matias Olímpio, ob. cit., p. 88).

124 Quem assinou a carta-denúncia ao Presidente da República foram os parlamentares piauienses Pires Rebelo, Eurípedes de Aguiar, Antonino Freire, Armando Burlamaqui, João Luís Ferreira, Ribeiro Gonçalves e Pedro Borges. (Matias Olímpio, ob. cit., pp. 88, 89, 90, 91.)

ponde fazendo vários discursos, em sessões diferentes, discorrendo sobre os episódios acontecidos no Piauí entre as tropas governistas e os insurgentes. Na sessão do dia 24 de maio de 1926, usando como argumento um artigo do Desembargador Pires de Castro, na época chefe de polícia, publicado em Teresina pelo jornal *O Piauí*, edição de 28 de fevereiro, Batista levanta também a suspeição de que o Exército não deu combate como deveria ter dado aos sediciosos.¹²⁵

O relato do Desembargador Pires de Castro é o de uma testemunha ocular da história, tendo ele feito várias visitas às tropas governistas entrincheiradas quando do cerco da Coluna Prestes a Teresina. Outro desembargador, Vaz da Costa, que, aliás, teve a sua correspondência apreendida pelos integrantes da Coluna, material publicado no próprio jornal dos revolucionários, mostra claramente que os combatentes piauienses haviam sido abandonados pelo Exército em Uruçuí, não podendo enfrentar os invasores por absoluta falta de condições técnicas.¹²⁶ Evidentemente, logo abaixo do texto de Vaz da Costa, os redatores de *O Libertador* cuidam de livrar os colegas governistas do insulto de traidores, convidando-os para formar fileiras em favor da causa revolucionária.¹²⁷

125 “É o próprio Desembargador Pires de Castro quem declara, com sua autoridade, que desapareceu o espírito bélico, que se verificou ‘a falta do sentimento de hostilidade’ contra os rebeldes, por parte dos chefes militares legalistas (...) [daí] o malogro da expedição [do general] Gomes Ribeiro, no Piauí”. (Discurso de Batista Luzardo, sessão de 24 de maio de 1926, *Anais da Câmara dos Deputados*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, p. 526.)

126 “Resposta ao Ofício nº 2.461, de 1º de novembro, reservado Força Exército após abandonar Uruçuí (...) fugiu ontem miseravelmente de Floriano (...) Aguardo ordens para meus duzentos homens que continuam sem armas nem munições.” (Telegrama de Vaz da Costa ao Governador do Piauí Matias Olímpio, em 10 de dezembro de 1925, publicado em *O Libertador*, edição de 25 de dezembro de 1925, p. 3.)

127 “Soldados do Exército, que ainda permanecéis obedientes aos oligarcas que degradam o Brasil! (...) por que não vos levantai e não vindes formar ao nosso lado?” (*O Libertador*, edição de 25 de dezembro de 1925, Floriano, p. 3.)

.....

Capítulo 2

A POLÊMICA NO CONGRESSO NACIONAL

O

DISCURSO de Luzardo se contrapõe frontalmente ao do Presidente Bernardes.¹²⁸ Na mensagem presidencial, o Exército, representado pelo General Gomes Ribeiro, é visto como uma força que foi suficientemen-

128 “Tendo alijado, com a fuga a declarações de seus chefes, os confusos objetivos políticos com que se acobertaram no começo, os sediciosos passaram a constituir um grupo de bandoleiros e desistiram de armar ao sentimentalismo das populações do interior, pondo-as em contribuição com o saque. Em poder dos presos, nos locais que abandonam, acossados pelas forças legais, são encontrados jóias de ouro e pedras, roupas femininas e objetos domésticos, que caracterizam o saque das habitações.

“A repressão não se fez com presteza desejável, por causas naturais e inelutáveis. Os sediciosos, sem outro pensamento que o da própria salvação, recusam-se enfrentar as forças enviadas no seu encaço, fugindo-lhes sempre com a presteza que lhes permitem as cavalhadas que vão arrebanhando (...)

“Na perseguição dos sediciosos, as forças legais têm sido secundadas por elementos patrióticos e pelas polícias de alguns estados, animadas de um grande espírito de disciplina e legalidade, e adotadas de um instrução que as torna um precioso elemento de defesa nacional (...)

“Entre as causas que alimentam o espírito de rebeldia, que tanto dano tem trazido à Nação, devem se considerar, como incontestáveis, essa legislação defeituosa, que não assegura a punição dos crimes, e a benignidade mórbida com que homens a interpretam e aplicam (...)

te forte para dar combate e de perseguir tenazmente os prestistas em sua passagem pelo Nordeste. Mas pelo menos no caso piauiense, isso não ocorreu, tanto pelos relatos de autoridades e políticos, quanto pelo depoimento de pessoas comuns de vários municípios do Piauí, particularmente em Teresina. O Capitão Malheiros, por exemplo, fugiu duas vezes logo nos primeiros momentos do enfrentamento. A primeira, de Uruçuí e a segunda, de Floriano. Desta cidade, a saída precipitada dele e de seus comandados se deu quando apenas se anunciava a aproximação da Coluna Prestes.

A falta de determinação das forças federais no combate à Coluna Prestes foi mais nítida em Teresina. Apenas no pequeno trecho ferroviário que liga Caxias, no Maranhão, a Timon, havia um número superior a 6 mil homens, segundo ainda a avaliação de Batista Luzardo (1892-1982),¹²⁹ dos quais apenas 1.800, entre civis e militares, foram a luta. Os civis depois ficaram ingenuamente conhecidos como “os batalhões patrióticos”.

Na verdade, a grande maioria deles era formada por cangaceiros e pistoleiros, pagos pelo governo estadual e por grupos de coronéis que davam sustentação política ao Governador Matias Olímpio. Espantosamente, na opinião do governador, as forças federais acantonadas na citada linha férrea ficaram, antes do Natal de 1925 e depois do Ano Novo de 1926, vendo a Coluna passar de um lado para outro do rio Parnaíba, sem tomar nenhuma atitude contra os invasores.

O Sr. Venâncio Rabelo da Paixão, morador da comunidade Mimbó, nas proximidades da cidade de Amarante, localizada no médio Parnaíba, deu um depoimento, em 1982, ao professor José Virgílio Madeira Martins Queirós, no qual ele, sem saber da opinião dos ilustres políticos que apresentaram seus pareceres no Congresso Nacional em 1926, afirma também que o Exército não levou a sério a luta contra os revoltosos. Paixão

“Essa razão deixou de existir. Trinta e sete anos de vida do regime, forte contra os embates materiais e morais, que lhe têm trazido provações ininterruptas, inabalável ante as agitações civis e os levantes militares, testemunham a sua firmeza e a inani-
dade do receio de tocar-lhe mesmo nas obras vivas, para executar os reparos necessá-
rios.” (Mensagem do Presidente Artur Bernardes, *Diário do Congresso Nacional*, ano
XXXVI, nº 1, Sessão de 4-4-1926, p. 4.)

129 *Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., p. 525.

entrou para a Coluna levado por João Alberto (1897-1955) para servir como cozinheiro de Prestes. Participou da longa trajetória do Piauí até a Bolívia, posteriormente voltando à sua terra natal como herói. Ficou conhecido pelas histórias maravilhosas que contou aos seus contemporâneos sobre os feitos memoráveis da utopia revolucionária brasileira do início do século XX.¹³⁰

Foi tão importante a passagem da Coluna Prestes pelo território piauiense que somente o ataque a Benedito Leite e a conseqüente tomada de Uruçuí saíram do âmbito estritamente regional para ganhar fórum de calorosos debates no Rio de Janeiro. As discussões entre parlamentares que eram contra ou a favor ganharam mais notoriedade depois da leitura da mensagem presidencial, já anteriormente citada, feita durante a abertura da terceira sessão legislativa da duodécima legislatura do Congresso Nacional, da então República dos Estados Unidos do Brasil.

Nela, o Presidente Artur Bernardes (1875-1955) – ganhador da conturbada eleição de 1922, em que predominou a já manjada dobradinha entre as oligarquias paulista e mineira, vencedora da candidatura “liberal” de Nilo Peçanha, apoiado pelos tenentes – destila várias acusações contra a Coluna Prestes, enaltecendo ao mesmo tempo a ação do Governo em face da grande marcha iniciada pelos revolucionários no Rio Grande do Sul. Na visão do Governo, os sediciosos não tinham objetivos políticos definidos, faziam saques e pilhagem por onde passavam contra as populações interioranas, constituindo-se assim num grupo de bandoleiros dispostos a quebrar a ordem institucional vigente no país.¹³¹

130 Indagado sobre se a Coluna Prestes era muito perseguida, respondeu: “Mais pela polícia. O Exército tinha hora que eu pensava que era brincadeira. Uma vez nós ficamos do lado de um rio e o Exército do outro. A gente atirava, eles atiravam. Até que um deles gritou – ‘tá bom por hoje, amanhã a gente continua’.” (Depoimento inédito de Venâncio Rabelo da Paixão, p. 3.) Ele encontrou-se nos anos 80, em Teresina com Luís Carlos Prestes, que o reconheceu pelo apelido de campanha, *Negro Manso*. Os dois se abraçaram e o antigo cozinheiro lembrou a comida de que mais o líder revolucionário gostava, o grolado, uma espécie de arroz com caldo de carne. Venâncio da Paixão faleceu em 14 de março de 1989.

131 *Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., 1927, p. 24.

A resposta veio com o parlamentar gaúcho Batista Luzardo, ferrenho opositor do Governo, por meio de um longo discurso de nove páginas, corrigindo os excessos da fala presidencial e detalhando a trajetória revolucionária dos tenentes em solo piauiense, maranhense, potiguar, paraibano, cearense, pernambucano e baiano. Médico e advogado, ficou célebre desde 1922, quando se posicionou contra Borges de Medeiros (1864-1961), cuja candidatura à presidência do Rio Grande do Sul fora apoiada por Artur Bernardes. Vitorioso, embora sem alcançar os $\frac{3}{4}$ da votação, Medeiros, no poder desde 1898, viu crescer politicamente seus inimigos, dentre eles, Batista Luzardo, eleito afinal deputado federal em 1924.

No pronunciamento de Luzardo, fica claro o objetivo de desqualificar o tenente Gaioso. Porém, algumas inexatidões sobre cidades piauienses e maranhenses ou pontos geográficos são perfeitamente aceitáveis, para quem, como ele, nunca havia pisado no Piauí. No caso da fuga de Gaioso, o deputado levanta um argumento contrário ao do apresentado, dias antes, pelo parlamentar governista piauiense Armando Burlamaqui (1874-1927), que assinalava a bravura do militar nos combates de Benedito Leite e Uruçuí.¹³² Pelo o que se pode deduzir, a guerra de informações e contra-informações entre governistas e rebeldes no Piauí chegou também ao Congresso Nacional. A verdade histórica ou a fantasia parecem estar ora com os situacionistas, ora com os opositores, e em outros momentos com os ideólogos ligados ao movimento revolucionário.

A resposta a Batista Luzardo veio em 2 de julho de 1926, por intermédio de um longo discurso do Deputado João Luís Ferreira (1881-1927). Logicamente, o parlamentar piauiense saiu em auxílio ao tenente Gaioso, aliando assim a Armando Burlamaqui em sua intransigente defesa da legalidade. Ferreira havia sido Governador do Piauí entre os anos de 1920 a 1924, eleito pela influência direta do seu irmão, o senador e

132 “Devendo agora aludir a Gaioso (...) a cuja tática e visão de militar (...) nosso digno colega Sr. Armando Burlamaqui tantos hinos entoou (...) Enfim, o que eu sei de positivo é que o tenente Gaioso não pôs à prova a sua valentia, os seus conhecimentos militares, mas abandonou, quase por completo, os seus camaradas e, por um triz, deixou de ser feito prisioneiro.” (*Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., p. 523.)

proprietário do *Jornal do Comércio*, Félix Pacheco, que, apoiando a candidatura oficial à presidência da República, tornou-se Ministro das Relações Exteriores de Artur Bernardes. Em determinada passagem de sua fala, apresenta um documento de inegável valor para a história do Brasil, sem esconder, porém, a fuga do Exército.¹³³

A polêmica generalizou-se ainda mais na questão envolvendo a participação de Lampião (1898-1938), durante a passagem da Coluna pelos sertões nordestinos. O Presidente Artur Bernardes já havia comparado Luís Carlos Prestes ao cangaceiro. Era então natural, do ponto de vista político, que o parlamentar piauiense, aliado do Governo em sua ânsia de defender os seus argumentos, também fizesse semelhante acusação. Havia sido levantado no Congresso Nacional que Lampião, ao invés de combater os revolucionários, foi, ao contrário, vanguardeiro da Coluna, uma vez que, profundo conhecedor da região, serviria aos interesses dos líderes da Coluna Prestes neste mister.¹³⁴

A verdade sobre o episódio envolvendo a Coluna Prestes e o rei do cangaço também entrou no rol de informações desconstruídas. Alguns estudiosos afirmam que Pe. Cícero (1844-1934) chamou Lampião a Juazeiro, em março de 1926, para dar combate aos revoltosos, segundo se informa, influenciado pelo Deputado Federal Floro Bartolomeu (1876-1926), que havia trazido, em dezembro de 1925, do Rio de Janeiro, grande

133 "... Benedito Leite foi atacada pelos rebeldes de número de 600 e o ataque terminou às 5:50, do dia 8, com a retirada de ambos os contendores. O tenente Gaioso, que comandava a Polícia do Piauí, combateu toda a noite e pela manhã não encontrou ninguém em Uruçuí. As forças aquarteladas ali, compostas do 25º BC e 23º BC e patriotas, retiram-se às 4 [4 horas da manhã], e o tenente Gaioso, retirou-se às 7 [da manhã], por não ter mais munição." (Telegrama de Brandão Júnior, chefe do Distrito Telegráfico, citado por João Luís Ferreira, *Anais da Câmara dos Deputados*, v. III, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1927, p. 61.)

134 Saíndo em defesa de Luís Carlos Prestes, o Deputado Batista Luzardo, na referida sessão de 27 de maio de 1926, rebate a equivocada denúncia: "Luís Carlos Prestes, na antevéspera de entrar em Campos Sales, no Ceará [na fronteira com o Piauí], em reunião do estado-maior, deliberara que, se aprisionasse o famoso Lampião, faria justiça, mandando fuzilá-lo na frente de sua Coluna." (*Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., p. 584.)

quantidade de armas para proteger o Ceará. Outros pesquisadores asseguraram que tudo não passou de uma decisão pessoal de Floro e de Benjamim Abraão, secundado pelo Dr. Pedro de Albuquerque Uchoa, de convidar o cangaceiro para entrar no Batalhão Patriótico, forjando um documento, dando-lhe assim o título de capitão. Depois, pressionado pela Guarnição Federal de Recife, e temendo represálias, Dr. Uchoa jogou toda a responsabilidade da tal condecoração a Pe. Cícero.

A polêmica maior ainda é se Lampião enfrentou ou não a Coluna Prestes. O Marechal Cordeiro de Farias diz que não,¹³⁵ mas a crônica nordestina, talvez influenciada pelo próprio cangaceiro, afirma que sim. Numa entrevista concedida em Juazeiro, Lampião, num ato de bravata, disse que travou luta com os revolucionários.¹³⁶ O que se descobriu é que ele estava apenas nas imediações da localidade Cipó dos Gatos, em Pernambuco, quando se deu um combate entre os colunistas e uma companhia dos Batalhões Patrióticos. Foram os políticos e alguns escritores imaginosos que inventaram a história de um enfrentamento que nunca aconteceu.

135 “Ao tentar atravessar o São Francisco, tive um contato com Lampião e seus homens. Ele não queria nos combater. Lembro-me de que foi um encontro à noite. Eles começaram a berrar, como também fazíamos (...) Finalmente, aos gritos, eles próprios nos informariam: ‘Isto aqui é a tropa de Lampião!’ Respondemos: ‘Isto aqui é a tropa revolucionária!’ Eles disseram: ‘Então, não queremos luta. Deixem-nos passar.’ Nossa resposta: ‘Não, vocês não podem passar por aqui, mas podem nos contornar sem nenhum receio.’” (Aspásia Camargo e Walder de Góes, *ob. cit.*, p. 99.)

136 “Tive um combate com os revoltosos da Coluna Prestes, entre São Miguel e Alto de Areias. Informado de que eles passavam por lá, e sendo eu legalista, fui atacá-los, havendo forte tiroteio. Depois da grande luta, e estando com apenas dezoito companheiros, fui forçado a recuar, deixando diversos inimigos feridos.” (Depoimento de Lampião, em março de 1926, na cidade de Juazeiro, dado ao Dr. Otacílio Macedo, no sobrado do Sr. João Mendes de Oliveira, onde o rei do cangaço estava hospedado.)

.....

Capítulo 3

A REPÚBLICA DO VINTÉM E OS TENENTES

ANTES de adentrar com mais detalhes acerca da passagem da Coluna Prestes pelo Piauí e de clarear as informações contraditórias sobre o teatro de guerra armado no Nordeste, peço licença ao leitor para conduzi-lo aos antecedentes imediatos do movimento revolucionário no Brasil. Analisar a maneira como os tenentes procuraram tornar visíveis as formas antiquadas de poder da República Velha, os desdobramentos desta ação na vida política do país, sem, contudo, perder o enfoque histórico regional, disponibilizando uma ferramenta capaz de interagir os fatos acontecidos em terras piauienses, com o que já foi escrito, do ponto de vista nacional, por outros estudiosos nestes 80 anos de história do movimento revolucionário.

Se é verdade que o cidadão é aquela entidade concreta ligada à ordem jurídica e que tem participação efetiva na vida de determinado país, neste caso, não havia cidadania no Brasil, pelo menos na República Velha (1889-1930), simplesmente porque o povo ficou de fora das decisões, a não ser de participar em cada período eleitoral de eleições fraudulentas, cujos resultados já eram previamente conhecidos. Com o poder político nas mãos de poucos e os cidadãos privados de opinar sobre os rumos da sociedade, o resultado foi o surgimento de uma monstruosa ausência de espírito público nas instituições brasileiras.

Reivindicando somente para si a posse do aparelho estatal, as elites atuavam em benefício próprio usando o poder público para objetivos meramente partidários. Os vícios políticos do Império não foram eliminados com a Proclamação da República. Alguns deles, aliás, foram elevados à categoria de virtude, como a figura do “coronel”. Como chefe político podia decidir em quem os seus agregados deveriam votar. Aos poucos, foram surgindo aberrações sociais, a partir das quais os controladores tomaram consciência de que não sabiam mais como lidar com uma estrutura que se voltava cada vez mais contra os seus criadores. A saída foi instituir a restrição dos direitos individuais, a diminuição do estatuto do *habeas corpus* e o controle da informação.

O ambiente político da República Velha era tão fechado que dos 13 presidentes, apenas dois, Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa, foram eleitos fora da indicação direta da dobradinha São Paulo–Minas Gerais, na época os dois Estados mais importantes da Federação. A autocracia das classes dominantes não permitiu o vislumbre da alteridade no poder, que era vista como um caso a ser resolvido pela polícia ou pelo Exército. A instauração do pensamento burguês, substituindo as velhas formas de governar da monarquia, querendo transformar uma mentalidade agrícola do século XIX numa sociedade industrial do século XX, não poderia ser feita sem grandes conflitos. Principalmente porque, desde o início da República, a esdrúxula aliança entre os setores urbanos da sociedade e os antigos latifundiários só poderia desembocar numa crise, cuja resolução, para muitos, estava no radicalismo da luta armada.

A idéia de democracia na República Velha era a de uma estrutura montada de cima para baixo. Lá no topo da pirâmide estavam a elite cafeeira de São Paulo, setores letrados da faixa urbana e os políticos que eram, na verdade, representantes ou descendentes das oligarquias rurais que se mantiveram no poder, mesmo com a mudança do regime monárquico para o republicano. A Constituição de 1891, em seus artigos 34 e 35, privilegiou o ensino superior em detrimento do ensino fundamental, sem colocar para os Estados recém-criados a competência de legislar em matéria de educação, ficando a cargo do poder executivo central. O resultado foi desastroso. Na década de 20, 41% das crianças estavam fora das escolas no Rio de Janeiro, 43%, em Santa Catarina, 44 %, no Rio Grande do Sul, 56%, em São Paulo, 94 % em Alagoas e 95% no Piauí.

Verificando o quadro da população recenseada em 1920 nas unidades federativas acima referidas, o resultado é o seguinte: no Rio de Janeiro, para uma população de 1.559.371, havia 330.732 pessoas com até seis anos de idade. Na faixa de sete a 14 anos, 327.869; de 15 a 20 anos, 207.559. Em Santa Catarina, para uma população de 668.743, 152.741 tinham até seis anos de idade. De 7 a 14 anos, 147.014, e de 15 a 20 anos, 88.448. Rio Grande do Sul, com um contingente populacional de 2.182.713, 484.063 tinham até seis anos de idade, 470.123 estavam na faixa de sete a 14 anos, e de 15 a 20 anos, 290.851. Em São Paulo, dos 4.592.188 habitantes, havia 987.872 com até seis anos de idade, 961.616, de sete a 14 anos, e de 15 a 20 anos, 625.955. Alagoas, 978.748 habitantes, até seis anos, o índice era de 200.858, de sete a 14 anos, 218.747, e de 15 a 20 anos, 143.636. No Piauí, dos 609.003 habitantes, 130.404 tinham até seis anos de idade, de sete a 14 anos, 141.864, e de 15 a 20 anos, 86.438.¹³⁷

Pelas contas do Censo de 1920, para uma população estimada em 30 milhões de pessoas, 71,2% era composta por analfabetos.¹³⁸ A explicação para tão alarmante índice se deu em virtude de a educação nunca ter sido verdadeiramente uma preocupação cardeal dos governos. Na Constituição de 1824, ficou a cargo do poder imperial que, da Corte, não podia evidentemente dá conta de tamanha incumbência, dadas as condições continentais do país¹³⁹. Dez anos depois, pelo Ato Adicional de 1834, resolveu-se descentralizar o ensino primário, cedendo mais autonomia para as províncias. Não deu certo, pois as mesmas não tinham como prover os custos das despesas. A Constituição republicana de 1891¹⁴⁰ voltou a centralizar, ficando com o Congresso o poder de decidir sobre os destinos da educação.

Nos textos constitucionais de 1824 e 1891, a educação era para ser gratuita e extensiva a todos os brasileiros. No caso republicano, a cria-

137 Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil*, 1938, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939.

138 Fonte: IBGE. *Censos Demográficos e Contagem da População*, 1996.

139 Cf. Título 8, arts. 179, 32, da Constituição de 1824.

140 Cf. Capítulo IV, Das Atribuições do Congresso, arts. 34 e 35, da Constituição de 1891.

ção do Ministério da Educação, em 1890, ligado estranhamente aos Correios e Telégrafos, foi um arranjo político para não permitir a permanência de Benjamin Constant no Ministério da Guerra. Dois anos depois, a educação ficou atrelada ao Ministério da Justiça. As reformas sucessivas vieram cada uma modificando os estatutos da anterior. A de 1898, acabou com o ensino de literatura nacional, a de 1911, pôs fim à estatização do ensino, e a de 1922, tentou colocar ordem no caos, priorizando novamente o ensino primário.

Num país de analfabetos, a Carta Magna de 1891, não dava direito ao voto para quem não sabia ler. Durante a vigência do Império, o analfabeto podia votar, porém, era necessário ao votante possuir uma bela renda anual, inalcançável para a maioria da população. Nas duas situações, o povo sempre ficava de fora não podendo assim decidir os rumos da sociedade, ficando somente para os poderosos tal atribuição. Em 1889, o Brasil contava 14 milhões de habitantes e apenas 150 mil eleitores. Por essa época, pouco mais de 1,8 % da população era alfabetizada. Trinta e quatro anos depois, a taxa de alfabetizados baixou muito, mas a participação popular na vida do país não mudou, em razão de outros impedimentos na hora de votar.¹⁴¹

A Constituição de 1891 acabou com o critério econômico da Carta de 1824, mas criou outros obstáculos à participação do povo na escolha de seus representantes. Não podiam votar, segundo o art. 70, os menores de 21 anos, as mulheres, os mendigos, os religiosos ligados a uma ordem monástica, os soldados e os analfabetos. Em certo sentido, a legislação eleitoral republicana voltou a 1603, quando entraram em vigor as Ordenações Filipinas que, em seu título LXVII, trata dos homens “bons” aqueles nobres de linhagem, proprietários rurais, a alta burocracia, os pequenos burgueses e comerciantes, os únicos capazes de escolher seus representantes.¹⁴²

O voto era aberto, apesar da Lei Saraiva, de 1881, ter-lhe dado o caráter secreto. O título de eleitor só existia na letra morta da lei. Não havia justiça eleitoral para dirimir os conflitos eleitorais, nem o mérito das

141 Fonte: IBGE, *Censos Demográficos e Contagem da População*, ob. cit., 1996.

142 Walter Costa Porto, *O Voto no Brasil*, Gráfica do Senado, Brasília, 1989, p. 37.

eleições, cabendo às assembleias legislativas estaduais o poder de decidir sobre a matéria, quase sempre dando ganho de causa aos candidatos oficiais. Das 11 disputas presidenciais no período de 1894 a 1930, apenas quatro, as de Hermes da Fonseca (1910), Epitácio Pessoa (1919), Artur Bernardes (1922) e Júlio Prestes (1930), houve de fato uma “uma luta eleitoral” pelo cargo. As demais foram cartas marcadas, com resultados conhecidos antecipadamente.

O primeiro presidente republicano, Deodoro da Fonseca, foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, e o segundo, Floriano Peixoto, era juridicamente inconstitucional,¹⁴³ porquanto seu antecessor só tinha nove meses no Governo quando foi obrigado a renunciar, a fim de evitar uma guerra civil. Floriano estava por detrás do golpe dentro do golpe, que tirou o velho Marechal do poder. Da eleição de Prudente de Morais, em 1894, a primeira consagrada com o voto direto e universal, até 1930, nenhum dos presidentes eleitos teve mais de 4% dos votos em relação à população total do país, e o único a alcançar o patamar superior a 5%, Júlio Prestes, que ganhou a eleição contra Getúlio Vargas, ironicamente foi derubado por um golpe militar, mais conhecido como Revolução de 30.¹⁴⁴

Na República Velha, milhões de cidadãos e cidadãs, principalmente os jovens, viviam oprimidos pela falta de participação na vida política, cultural e social. Ainda tendo o Censo de 1920 como referência, 12% dos 30 milhões de habitantes, ou seja, 3,9 milhões eram formados por pessoas entre 10 e 14 anos; 13,77%, traduzidos em números reais,

143 O art. 42 da Constituição em vigor na época era claro: “Se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorridos dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição.” (Constituição de 1891, Casa Civil). Ora, Deodoro assumiu em 25 de fevereiro de 1891 e renunciou a 22 de novembro do mesmo ano. Assim, Floriano Peixoto, na qualidade de Vice-Presidente, por força da Lei, teria de convocar novas eleições, o que não aconteceu. O Congresso Nacional só reconheceu Floriano como presidente, muito tempo depois, em 3 de maio de 1892. Para saber mais sobre essa questão, cf. Roberto Macedo, *Os Obstáculos à Administração – Floriano, Memórias e Documentos*, MEC, Rio de Janeiro, 1939).

144 Bolívar Lamounier, Amorim Neto e J. L. de Matos Dias, *Eleições e Direito de Voto*, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2000.

equivaliam a 4,2 milhões de pessoas, na faixa de 15 a 19 anos; e 6,87% da população, ou 2,1 milhões de pessoas, estavam na faixa de idade compreendida entre os 20 e 24 anos.¹⁴⁵ Naquele ano, apenas 10% da população morava nas cidades. O instrumento de exploração dos 80% que viviam no campo era a sujeição do trabalho à terra que não lhes pertencia, e a dependência total ao dono das possessões confinava-os a trabalhar continuamente para ele. A média de vida dos brasileiros girava em torno de 33 anos de idade.¹⁴⁶

O aumento populacional verificado desde o Censo de 1872, não foi seguido por uma política eficaz para diminuir os desperdícios em seus direitos mais fundamentais, como a educação. Naquele ano, a pesquisa registrou 9.930.478 milhões de habitantes, dos quais 8.365.997 milhões eram de analfabetos. Em 1890, outra contagem contabilizou 14.333.915 milhões de habitantes, destes 12.213.356 não sabiam ler. Em 1900, para um contingente de 17.438.434 milhões de habitantes, havia 14.057.983 milhões de analfabetos. Em 1920, dos 30.635.605 milhões de pessoas, 24.480.038 milhões de habitantes eram ignorantes nos quesitos leitura e escrita.¹⁴⁷

Se é certo que houve uma elevação no índice de alfabetizados, de 1872 a 1920, configurou-se também que o projeto educacional no Brasil foi um verdadeiro fracasso. Há de se observar que nenhuma pesquisa realizada foi abrangente, por causa das condições técnicas da época que favoreciam a muitas falhas. É difícil imaginar um pesquisador no início do século XX cobrir totalmente as caatingas sertanejas do Nordeste, a região pantaneira do Centro-Oeste, as densas florestas amazônicas, os pampas sulinos e até mesmo as regiões povoadas do Sudeste brasileiro, mesmo porque, as ferramentas utilizadas e o treinamento de então nem de longe se aproximam das técnicas contemporâneas.

145 Fonte: Fundação IBGE, *Anuário Estatístico de 1993*, Censo Demográfico de 1996.

146 Idem.

147 *Anuário Estatístico do Brasil*, v. 59, 1999, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os governos oligárquicos da República Velha não deram ênfase à pesquisa sobre o funcionamento das escolas, nem sobre a qualidade pedagógica do que era repassado em seus diversos níveis. Se não havia uma democracia política, conseqüentemente não poderia haver uma democratização do ensino. Preocupados em mascarar o logro do sistema educacional brasileiro, os ideólogos de plantão começaram a estigmatizar o povo com as mais diferentes formas de exclusão, tais como a imagem de improdutivo, o vício da vadiagem e o caráter de indolência, que só poderiam ser equacionados mediante uma atitude moralizadora dos costumes, capaz de regenerar a alma nacional, corrompida por três séculos de trabalho servil.

Os republicanos não perceberam que o investimento na educação traria um grande retorno social, dando para cada brasileiro o sentimento de construção de uma nação soberana, aberta a todos, e não apenas a uma parcela. O Governo voltou a sua atenção para o setor agroexportador, a descobertas de novas possibilidades no campo da mineração, a taxaço dos produtos importados e o investimento de novos capitais, deixando de dar importância aos fatores humanos como elemento de produção. A conseqüência foi a ênfase no desenvolvimento da “ordem”, como forma de manter o *status quo*, e a lentidão do “progresso”, por conta do baixo nível educacional e técnico da mão-de-obra lançada no mercado.¹⁴⁸

Os políticos não prepararam os cidadãos para a nova realidade urbana e industrial que se configurava nos anos que se seguiram à Proclamação da República. Com a Abolição da Escravatura e o advento da República, a grande massa que morava no campo, formada por ex-escravos e pessoas livres, veio para as cidades em busca de um lugar ao sol. Os dados da pesquisa confirmam esse grande êxodo. A cidade do Rio de Janeiro,

148 “Edward Deninson determinou a contribuição de cinco fatores no crescimento da renda dos Estados Unidos no período de 1929 a 1957. O aumento do número de trabalhadores foi responsável por 34% do crescimento e o aumento do capital investido, por 15%. Os demais 51% foram determinados por fatores em geral pouco enfatizados pela análise econômica anterior, principalmente o aumento dos níveis de escolarização (23%) e o progresso dos conhecimentos (20%).” (Luís Antônio Cunha, *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*, Francisco Alves, 7^a edição, Rio de Janeiro, 1980, p. 17.)

em 1872, tinha uma população de 274.972 habitantes. Doze anos depois, o contingente era estimado em 522.651. Em 1900, o Censo registrou 811.443, e em 1920, o índice populacional espantosamente subiu para 1.157.873 pessoas.¹⁴⁹

Em 1872, a capital paulista tinha 31.385 habitantes. Em 1890, 64.934. Em 1900, 239.820, e em 1920, já era um grande centro urbano, com 579.033 habitantes. Porto Alegre, em 1872, tinha 43.998 habitantes. Em 1890, 52.421 habitantes, em 1900, 73.647 habitantes, e em 1920, 179.263 pessoas. Em Teresina, afastada do sistema industrial, os índices populacionais não subiram tão vertiginosamente como nas cidades em que o fluxo industrial se fazia mais presente. Em 1872, a capital do Piauí tinha uma população de 21.692, 10 mil a menos do que São Paulo. Em 1890, 31.523, 20 mil a menos do que Porto Alegre. Em 1900, 45.316 habitantes, e em 1920, 57.500 pessoas. Portanto, a saída das populações rurais se deu para as cidades onde o processo industrial era mais evidente.¹⁵⁰

A velocidade do tempo motivada pela crescente densidade urbana do país provocou mudanças no comportamento da sociedade. As antigas formas de gerar energia, como a tração animal, a utilização do vento, do fogo e das pequenas quedas-d'água, deram lugar à modernidade das ferrovias e dos bondes, do vapor e do telefone. O tempo veloz para a emergência do “novo” se contrastava com as pretensões de permanência do “mesmo” no modo de pensar das principais lideranças políticas da República Velha. O Brasil urbano, com os olhos voltados para a Europa, desconhecia o Brasil rural, cuja marginalidade heróica reclamava sua inclusão com aquela parte da nação que se desenvolvia rapidamente.

149 “3/4 dos brasileiros vegetavam miseravelmente nos latifúndios e nas favelas das cidades (...) perambulam como mendigos, estranhos, expatriados na própria pátria (...) de cidade em cidade, de fazenda em fazenda, desnutridos, esfarrapados, famintos, ferreteados com a preguiça vermiótica (...) a inconsciência da ignorância (...) difundindo sem peias esses males.” (Relatório do higienista Belisário Pena, de 1912, feito a pedido de Oswaldo Cruz, cit. por Marta M. Chagas de Carvalho *in A Escola e a República*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1989, p. 20.).

150 *Anuário Estatístico do Brasil*, v. 59, ob. cit.

A agonia das formas fossilizadas de fazer política chegou ao auge e se tornou escandalosamente pública na campanha presidencial de 1922. Era a primeira vez que os candidatos a presidente e a vice saíam num corpo-a-corpo em busca do eleitor e do voto¹⁵¹. Nilo Peçanha, candidato da chamada Reação Republicana, fez uma viagem memorável pelo Norte e Nordeste, tendo feito inclusive campanha em Teresina, vindo de Manaus, Belém e São Luís. Na capital piauiense, participou de uma reunião na casa de Heitor Castelo Branco, com a presença do intelectual Clodoaldo Freitas que o apoiava politicamente. Enquanto o outro candidato, o situacionista Artur Bernardes, Governador de Minas Gerais, fazia uma política mais de bastidores, repetindo os velhos conluios palacianos.

Verdadeiramente não existiam grandes diferenças ideológicas entre Nilo Peçanha – presidente da República entre 1909 e 1910 – e Artur Bernardes, embora o primeiro tenha passado a idéia, durante a campanha presidencial, de que a sua eleição iria pôr termo a uma infinidade de erros cometidos na vigência do regime republicano. Bernardes ficou com a imagem do continuísmo, porque dos 20 estados brasileiros de então, 16 formalizaram apoio à sua candidatura que, afinal, embora vitoriosa, tinha entrado para a História como a mais fraudulenta de todas, pelo fato de até defuntos terem ido às urnas.

A opinião pública brasileira mergulhada no mais perfeito obscurantismo, não percebeu que os dois candidatos rezavam na mesma cartilha das oligarquias brasileiras, cujos representantes se revezavam no poder. Sem haver partidos políticos nem projetos de ação governamental, os grupos estavam interessados tão-somente em tomar conta das rédeas do Governo, abrindo as portas da administração federal à irrefreável cobiça por privilégios das facções triunfantes nos pleitos eleitorais. Outro resultado não poderia ser exceto a instalação de um absolutismo presidencial, muitas vezes semelhante à política viciada do Império, abundantemente criticada pela carbonária época pré-republicana.

Os tenentes já ressentidos com o Presidente Epitácio Pessoa pelo apoio dado à campanha de Artur Bernardes, aliaram-se a Nilo Peçanha,

151 Hélio Silva, *O Levante da Escola Militar – 1920/1922*, Editora Três Ltda., São Paulo, 1998, p. 100.

passando a fazer forte oposição ao Governo. Aliás, a tentativa de opor as forças armadas a Bernardes tivera lugar ainda na desafortunada luta presidencial, através das famosas cartas falsas¹⁵² atribuídas ao candidato oficial contra o Marechal Hermes da Fonseca, fiel escudeiro da ala liberal, cuja cabeça de chapa, liderada por Peçanha, conspirava para derrubar Eptácio, e assim impedir a chegada de Artur Bernardes à presidência da República. Claramente, a intenção dos falsários era dar lugar a uma grande exploração política, a fim de incriminar a candidato mineiro junto à opinião pública, e ao mesmo tempo jogá-lo contra o exército.

A reação republicana não aceitou a eleição de Bernardes mesmo depois desta ter sido reconhecida pelo Congresso Nacional. Até a posse dele em 15 de novembro de 1922, o país viveria momentos de turbulência. O levante dos marinheiros no porto do Rio de Janeiro, em abril de 1922, a intervenção em junho de Eptácio Pessoa na política pernambucana, a prisão do Marechal Hermes da Fonseca, e principalmente o episódio de 5 de julho de 1922, que entrou para a história como a revolta dos 18 do Forte de Copacabana, juntamente com a revolta de São Paulo, em 5 de julho de 1924, vão ilustrar tenentismo e sua conseqüência imediata, a Coluna Prestes.

Dos acontecimentos acima citados, dois merecem uma atenção especial. O intervencionismo de Eptácio Pessoa em favor do Coronel Castro Lima, nas eleições para o governo de Pernambuco, apoiado pelo presidente eleito Artur Bernardes, chocou-se com os interesses da candidatura de oposição, liderada por José Henrique Carneiro da Cunha, chancelada do Rio de Janeiro por Nilo Peçanha e pelos tenentes. Com a vitória oposicionista, o Exército, obedecendo a ordens do Palácio do Catete, foi chama-

152 As cartas supostamente escritas por Artur Bernardes contra o Marechal Hermes da Fonseca foram publicadas pelo editor Mário Rodrigues, pai do futuro dramaturgo Nelson Rodrigues, do jornal *Correio da Manhã*, nas edições do dia 10 e 11 de outubro de 1921. Um dos trechos foi considerado um insulto para o exército: “Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados, e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use de toda energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois esse canalha precisa de um reprimenda para entrar na disciplina.” (Rui Castro, *O Anjo Pornográfico, A Vida de Nelson Rodrigues*, Companhia de Letras, São Paulo, 1992, p. 35.)

do para impedir a posse da ala ganhadora, provocando mortes, tiroteios e tumultos em Recife entre as forças federais e a polícia.

Oficiais da guarnição federal de Pernambuco, atônitos diante de uma inusitada situação, fizeram uma consulta ao Marechal Hermes da Fonseca, no Rio de Janeiro, se deveriam ou não obedecer às ordens do presidente da República. A resposta de Fonseca veio através de um telegrama¹⁵³ conclamando os militares a não tomar parte no dissídio político envolvendo as facções antagônicas. Na opinião dele, a atitude presidencial significava uma intervenção na autonomia daquele estado, ferindo assim um preceito federativo. A resposta do Governo Federal foi decretar a prisão imediata do Marechal, o que desagradou profundamente os tenentes, incitando-os à revolta na Cidade Maravilhosa.

Três dias depois da prisão de Hermes da Fonseca, a 5 de julho de 1922, estourou a revolta do Forte de Copacabana. Se era realmente verdadeira a mesquinha intromissão de Epitácio Pessoa na política pernambucana, já que havia interesses familiares em jogo, é igualmente justificável a atitude presidencial em salvar o princípio da autoridade ameaçada, em virtude da palpitante indisciplina do Marechal que se arvorou de um comando, previsto na Constituição de 1891, de competência exclusiva do presidente da República. Era tão complexa a situação que um oficial comunicou a Pandiá Calógeras a absurda ordem de um comandante militar de Recife, autorizando o fuzilamento de oficiais, sargentos e praças que cumprissem as determinações do Ministro da Guerra.¹⁵⁴

153 “O Clube Militar está contristado pela situação angustiosa em que se encontra o Estado de Pernambuco, narrado por fontes insuspeitas que dão ao nosso glorioso Exército a odiosa posição de algoz do povo pernambucano. Venho (...) lembrar-vos (...) para isentardes o vosso nome e o da nobre classe à que pertencemos da maldição dos nossos patrícios (...) Não esqueçais que as situações políticas passam e o Exército fica.” (Hélio Silva, ob. cit., p. 135.)

154 Pandiá Calógeras era Ministro da Guerra de Epitácio Pessoa. Sua nomeação, por ser um civil, provocou grandes descontentamentos entre oficiais das forças armadas, pois o cargo que ocupava era privativo de militares de alta patente. Sobre o telegrama enviado de Recife, soube-se depois que o referido oficial ainda foi punido pelo comandante da guarnição militar de Pernambuco, por ter se dirigido diretamente, sem autorização, ao Ministro da Guerra. (*Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., p. 129.)

Contou o tenente Siqueira Campos em interrogatório, por meio de um inquérito militar presidido pelo General-de-Divisão Augusto Tasso Fragoso, a epopéia daquele 5 de julho. Depois de tomar conhecimento da rendição das outras guarnições militares, 28 dos 300 militares acantonados no Forte de Copacabana acharam por bem tomar a decisão de marchar em direção ao Palácio do Catete, supostamente sob as ordens do Marechal Hermes da Fonseca, e destituir o presidente Epirácio Pessoa. Havia também a idéia de poupar o Forte sob as ameaças das tropas legalistas de bombardeá-lo. Então, de armas em punho caminharam para a morte sobre o calçadão da praia de Copacabana.¹⁵⁵ Na altura onde hoje se localiza a praça Serzedelo Correia começou o tiroteio.

A superioridade militar governista não poderia ser superada pela bravura dos jovens militares rebelados. O gesto era uma revolta de uma juventude que desejava a verdade do voto, e não a fraude dos acordos eleitorais de gabinete; a justiça eleitoral, e não a intervenção direta dos políticos nos resultados das eleições; a quebra do monopólio da política “café-com-leite” para que surgissem novas lideranças capazes de reacender a chama dos ideais primitivos dos autênticos republicanos, nem que para isso fosse necessário expor para a opinião pública as desavenças militares não resolvidas desde 1889.¹⁵⁶

155 “Foi então que seus últimos defensores, no firme propósito de não se render, saíram para combater as forças do governo que por terra sitiavam o Forte, evitando assim a destruição do mesmo e talvez a do bairro de Copacabana. Cada um trazia um pedaço da última bandeira do Forte de Copacabana.” (Narração feita pelo 1º tenente Siqueira Campos, publicada na 1ª página da edição extraordinária de *A Noite*, em 3 de setembro de 1923, citada por Hélio Silva, 1922, *Sangue na Areia de Copacabana (O Ciclo Vargas – volume 5)*, Editora Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1964, p. 137.)

156 “Lamentamos o desvario (...) como os Srs. Nilo Peçanha e Marechal Hermes a revolução contra o governo (...) O movimento explodiu quase simultaneamente na Escola Militar do Realengo e na fortaleza de Copacabana. Os revoltosos acreditavam que o resto das forças da guarnição militar aderisse à revolução, mas essas esperanças (...) fracassaram. As tropas, em sua maioria, conservaram-se fiéis ao Governo e à legalidade (...) Na Vila Militar (...) um pelotão (...) atirou contra a sala onde estavam reunidos os oficiais (...) o capitão de companhia (...) de nome Barbosa Monteiro (...) saiu ao encontro dos soldados sublevados e recebeu uma descarga que o fez tornar morto (...). O pelotão (...) foi com seu comandante, feito preso e desarmado.” (Jornal *A União*, 9 de julho de 1922. *O Rio Através dos Jornais, 1888–1989*, uma pesquisa feita pelo jornalista João Marcos Weguelin.)

Parte do exército estava desestruturada do ponto de vista militar e descontente com os rumos da repetitiva política implementada no país, sem falar nos baixos salários. Não havia partidos de cunho nacional, a não ser o Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922. “É a partir da formação desse clima revolucionário, que empolgou o país durante toda a década de vinte, que se pode explicar os levantes tenentistas (...) Tal articulação oposicionista constitui um momento privilegiado (...) pois foi no desenrolar da campanha presidencial de 1922 (...) que se forjaram as alianças entre políticos civis, ligados às dissidências oligárquicas, e militares que conspiravam contra os governos tanto de Epitácio Pessoa, como, posteriormente, de Artur Bernardes.”¹⁵⁷

Os lucros das exportações brasileiras vinham majoritariamente do café e do imposto sobre as importações era a principal receita da economia. O título de eleitor não passava de um engodo desde 1881, não existia previdência social, nem carteira de trabalho, e o processo industrial que começou com os bens de consumo, só depois da 1ª Guerra Mundial, voltou-se para fábricas de cimento, papel e celulose, máquinas agrícolas e equipamentos de ferragens.

Não havia democracia, mas um poder centralizado nas mãos dos representantes dos barões do café, de políticos ambiciosos e latifundiários. A justiça era um favor, não um direito. O tenentismo nasceu do mal-estar de uma pequena parte da burguesia nacional que viu nos jovens militares a possibilidade de instauração do novo na decadente República Velha. O inconformismo dos tenentes estava em consonância com os anseios de mudanças de círculos das camadas médias urbanas, intelectuais e operários, tendo na retaguarda latifundiários de segunda mão, que queriam a reformulação do estado brasileiro, diante dos desmandos de uma classe que se encastelou no poder, insensível ao estado de penúria em que vivia o povo brasileiro.¹⁵⁸

157 Anita Leocádia Prestes, *Os Militares e a Reação Republicana – As Origens do Tenentismo*, Editora Vozes, Petrópolis, 1994, p. 19.

158 Jefferson Rodrigues Barbosa, “Relação entre as conjunturas do Brasil no início do século XX e a construção do ideário integralista”, *Revista de Iniciação Científica da FCC*, v. 4, n° 2, 2004, p. 5.

O final do Governo Epitácio Pessoa e todo o de Artur Bernardes, o Brasil viveu uma brutal ditadura civil, cuja existência era mantida à custa de uma feroz censura à imprensa e à magistratura, uma vez que o executivo penetrava no âmbito dos outros poderes, como forma única e segura de manter determinada corrente política no topo da pirâmide. A censura à imprensa já havia se manifestado durante as greves de 1917 e 1919, quando os órgãos de repressão voltaram os seus olhos para a chamada pequena imprensa.

A chamada imprensa marrom era os jornais operários mantidos pelos próprios trabalhadores. Porém, na visão do Governo se constituíam numa fonte de desordem e uma ameaça à ordem pública¹⁵⁹. Logo após a revolta do Forte de Copacabana, os governantes cogitaram criar uma lei de imprensa em plena vigência do estado de sítio, atingindo os grandes jornais de oposição¹⁶⁰ e situacionistas, com jornalistas e diretores amargando o confinamento dos cárceres da República Velha.¹⁶¹

Dois anos depois, a 5 de julho de 1924, estoura a revolta de São Paulo como resultado da crise político-militar que não havia sido totalmente equacionada em 1922. Isidoro Dias Lopes, general reformado, o Major Miguel Costa, Juarez Távora, Eduardo Gomes, João Cabanas, Filinto Müller, Newton Estillac à frente do movimento, que começou com o levante do 4º Batalhão de Caçadores, de Santana. A seguir, ocupam a Estação da Luz, a estrada de ferro Sorocabana, o Brás e outros pontos estratégicos da cidade. No dia 8, os rebeldes tomam conta do Palácio dos Campos Elísios, forçando a saída do Governador Carlos Campos.¹⁶²

159 Depoimento de Barreto Leite Filho ao repórter Gilberto Negreiros, *Folha de S. Paulo*, 5 de janeiro de 1979.

160 Por ser considerado antibernardista, o jornalista Edmundo Bittencourt, diretor-proprietário do jornal *Correio da Manhã*, foi preso, sendo substituído na redação pelo jornalista Mário Rodrigues. As desavenças entre Bittencourt e Artur Bernardes começaram na campanha presidencial de 1921, quando o primeiro apoiou a candidatura de Nilo Peçanha, da reação republicana, contra Bernardes. O *Correio da Manhã*, criado em 1901 e extinto em 1974, ficou do lado dos tenentes nas revoltas de 1922 e 1924. (Fonte FGV, CPDOC, DHBB, Rio de Janeiro.)

161 *Diário do Congresso Nacional*, nº 59, ano XXXIII, 12 de julho de 1922, p. 235.

162 O Deputado Antônio Carlos usando a tribuna da Câmara Federal, através de uma moção de apoio ao Governador Carlos Campos, fez um requerimento à Mesa, aprovada pelo plenário, nos seguintes termos: "A Câmara dos Deputados julga-se no

O Governo Federal reage atacando os insurgentes por 23 dias, inclusive com pesados bombardeios a diversos bairros da capital paulista. Negada a anistia aos sublevados, o que restou foi a inevitável fuga dos revoltosos, em número de seis mil, para o Paraná a 28 de julho. Sobre o conflito, a população civil só tomou conhecimento de seu significado muito tempo depois. Casas e logradouros públicos foram destruídos, deixando um saldo de mais de 500 mortos e quase cinco mil feridos. Mais de duzentas mil pessoas foram obrigadas a abandonar a cidade. O oficial Eurico Gaspar Dutra, que seria eleito presidente da República após a queda de Vargas, participou da repressão ao cerco aos paulistas, como parte das forças governistas na operação aérea.¹⁶³

Da junção das tropas paulistas, que fugiram para o sudoeste do Paraná, com os insurgentes gaúchos, capitaneados por Luís Carlos Prestes, Juarez Távora e Irã Cunha, líderes de um movimento armado iniciado a 29 de outubro em várias cidades do Rio Grande do Sul, ao qual uma parte considerável dos combatentes, que seguiram posteriormente para o interior paranaense, era formada por remanescentes da revolução rio-grandense de 1923, inconformados com o Pacto de Pedras Altas, surgiu a lendária Coluna Prestes. Comandada por Miguel Costa, começou a grande marcha, em abril de 1925, a princípio invadindo o Paraguai, posteriormente entrando novamente no Brasil, através do Mato Grosso, para realizar uma das mais notáveis façanhas da história militar em todos os tempos.

dever de, traduzindo o sentimento geral do país de que é reflexo e órgão, aplaudir a serena e imperturbável intrepidez com que na atual emergência e em face do odioso levante de que está sendo teatro a capital do Estado de São Paulo, está agindo o eminente Sr. Presidente da República e de significar-lhe a sua integral solidariedade. Ao mesmo tempo cumpre-lhe expressar a sua admiração pelo denodo cívico e bravura patriótica que caracteriza a ação do ilustre Presidente Carlos Campos, na heróica resistência àquela rebelião e às forças legais do Exército e da Marinha que estão defendendo a República.” (Sala das Sessões, 10 de julho de 1924. *Anais da Câmara dos Deputados*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1929, p. 279.)

163 Fonte: FGV, CPDOC, verbete biográfico de “Eurico Gaspar Dutra”, Rio de Janeiro.

.....

Capítulo 4

DE VOLTA AO PIAUÍ

V

OLTANDO aos acontecimentos de Uruçuí, porta de entrada da Coluna Prestes no Piauí, os fatos históricos ali acontecidos continuam sendo objetos de grandes polêmicas e de numerosas contradições entre historiadores e pesquisadores do assunto. O embate entre informações contraditórias não se deu somente entre as autoridades constituídas da República contra o que era veiculado pelo ponto de vista dos revolucionários, como também houve divergência de opiniões entre governistas, da mesma maneira que posições opostas sobre o mesmo tema podem ser observadas igualmente pelo lado dos prestistas.

Na mensagem lida na Assembléia Legislativa do Piauí no dia 1º de junho de 1926, o Governador Matias Olímpio diz textualmente que no conflito “em Benedito Leite morreram, somente, três soldados, dois pertencentes à Polícia do Piauí (dos quais um pereceu afogado), e outro do 23º BC.”¹⁶⁴ Porém, no relatório apresentado pelo Tenente Gaioso ao Governador, datado de 23 de dezembro de 1925, no qual ele apresenta os fatos acontecidos em Benedito Leite e em Uruçuí, o oficial, que era o homem de

164 Mensagem de 1926, p. 12, citada por Matias Olímpio *in Rumos e Atitudes*, Rio de Janeiro, 1956, Departamento de Imprensa Nacional, p. 112.

confiança de Matias Olímpio, afirma que morreram dois combatentes da Polícia do Piauí, 30 foram tidos como extraviados e dois feridos; do 23^a BC morreu um homem, 43 foram extraviados e nenhum ferido; pelo lado dos patriotas, que lutaram junto às forças governistas, 65 tombaram no campo de luta, outros 65 foram considerados extraviados e nenhum ferido.¹⁶⁵

Pelos números apresentados pelo tenente Gaioso no combate de Benedito Leite, que durou cerca de 12 horas, morreram 68 pessoas do lado do governo, 138 foram considerados extraviados e dois feridos. Contraditoriamente, admite o chefe da expedição piauiense: “No combate de Benedito Leite, houve poucos mortos. Impossível calcular o número, por ter sido abandonado o campo de luta. Na retirada, deu-se o extravio de muitas praças, porque foi ela desordenada.”¹⁶⁶ É a palavra do Governador, sobre o número de mortos, feridos e extraviados que vai de encontro com o relatório do tenente Gaioso, lido pelo próprio chefe do Poder Executivo piauiense em sessão da Assembléia Legislativa!

Na verdade, desde outubro de 1925, Matias Olímpio sabia que o Piauí podia ser invadido pela Coluna Prestes, porque as notícias vindas de Goiás indicavam que os revoltosos poderiam atingir o sul do Maranhão. Não foi nenhuma surpresa, do ponto de vista estratégico, o fato de que a Coluna, já em marcha posteriormente pelo vizinho Estado pudesse, através do rio Balsas, afluente maranhense do rio Parnaíba, penetrar facilmente no território piauiense. Como a Força Pública do Estado tinha, antes da invasão dos rebeldes, somente 572 componentes para dar segurança aos 41 municípios à época¹⁶⁷, o Governador autorizou o aumento para mil o número do contingente policial.¹⁶⁸

165 *Anais da Câmara dos Deputados*, volume III, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1929, pp. 310–311. Acrescente-se ainda que o relatório do tenente Gaioso fazia parte da Mensagem lida pelo Governador Matias Olímpio na Assembléia do Piauí, além de ter sido também apresentado ao General Gomes Ribeiro, comandante supremo das forças federais encarregadas de debelar a presença da Coluna Prestes no território nordestino.

166 *Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., p. 310.

167 Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil*, recenseamento de 1920, Rio de Janeiro, IBGE, volume 4, 1939.

168 Arquivo do Comando da Força Militar do Estado do Piauí, Decreto nº 875, de 1^o de novembro de 1925.

No mesmo decreto, em seu art. 2º, Matias Olímpio, mostrando interesse em estimular a tropa para o combate contra os revoltosos, dava gratificações especiais para oficiais, sargentos, soldados e corneteiros.¹⁶⁹ Conforme o Boletim Regimental nº 227, de 17 de novembro de 1925, o comando da Polícia do Piauí, por determinação do Governador, mandava mais um contingente de policiais, a fim de reforçar o agrupamento que já se encontrava em Uruçuí.¹⁷⁰ Reunidos no QG da Polícia Militar, os combatentes ouviram dos oficiais superiores a seguinte mensagem: “Meus camaradas! Por ocasião de seguir (...) para aquela localidade (...) para defender a honra de nossas famílias (...) impedir a violação do território do nosso querido Piauí (...) ameaçado por um grupo de indisciplinados soldados que, esquecendo os seus juramentos, se transformaram em verdadeiros bandoleiros perturbadores da paz geral.” (Arquivo citado.)

O indiscutível nesse emaranhado de informações que se chocam é que as forças governistas formadas pela 1ª e 2ª Companhias do 25º Batalhão de Caçadores de Teresina, a 1ª Companhia do 23º Batalhão de Caçadores do Ceará, o 1º Batalhão da Polícia Militar do Piauí e a 1ª Companhia da Polícia Cearense, além dos batalhões patrióticos, num total de 950 homens, amarguraram uma fragorosa derrota e uma humilhante retirada de Benedito Leite e Uruçuí, apossados por apenas 600 homens do Destacamento de Djalma Dutra¹⁷¹. O tenente Gaioso só não foi preso pela divisão revoltosa porque se viu obrigado a ir a pé, com o rifle na mão, uma boa parte do trajeto entre Uruçuí e Floriano.¹⁷²

169 “Os oficiais e praças da Força Pública do Estado, que entrarem em operação, perceberão a mais dos seus vencimentos a gratificação especial constante de tabela anexa.” Pela tabela, os oficiais receberiam 6\$000, os primeiros-sargentos, 3\$000, os terceiros-sargentos, 1\$500 e os soldados e corneteiros, 1\$000.

170 “Ordem para seguirem para Uruçuí hoje, às 18 horas, onde vão se incorporar às forças sob as ordens do Sr. Secretário de Polícia, 1º tenente Jacó Manuel Gaioso e Almendra, os Srs. Capitão Modestino da Silveira Soares, 2º tenentes Manuel Arrais e Norberto de Sousa, e 60 praças deste Batalhão.” (Arquivo citado.)

171 Discurso do Deputado Federal Batista Luzardo, *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 24 de maio de 1926, p. 520.

172 Relatório escrito por Gaioso lido pelo Deputado Batista Luzardo, *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 6 de julho de 1926, p. 307.

O detalhe mais espantoso é o de que, dos 600 homens sob o comando de Dutra, apenas algumas patrulhas avançadas entraram em choque com as tropas do Governo, ficando o grosso do destacamento a quilômetros do local dos combates! Mesmo assim, o tenente-coronel Djalma Dutra ainda perseguiu as tropas legais até a vila maranhense de Nova Iorque, tomando-lhes armas e munições¹⁷³. Foi uma das mais retumbantes vitórias registradas nos anais da Coluna Prestes, muito embora anos depois, um dos membros de maior prestígio entre os revolucionários, o Marechal Cordeiro de Farias, tenha se mostrado descrente sobre a magnitude do conflito.¹⁷⁴

A desculpa de Gaioso apresentada em seu relatório foi a de que a fuga de Benedito Leite se deu em virtude da falta de munição. O Boletim Regimental do Comando da Polícia Militar do Piauí de nº 239, de 29 de novembro de 1925, afirma que 35 mil cartuchos para rifles foram mandados para Uruçuí, depois que homens e equipamentos já tinham sido embarcados, por ordem do Governador Matias Olímpio, para o teatro de guerra. É razoável supor que as primeiras tropas governistas, que foram para aquela cidade antes da tal remessa, não tenham partido para o confronto sem armas e munições.

A verdade pura e cristalina sobre a derrota das forças governamentais se baseia em dois pontos fundamentais: a incompetência da Polícia Militar do Piauí e a falta de vontade de luta por parte do Exército Nacional no confronto com a Coluna Prestes. A PM do Piauí não estava preparada para enfrentar os “tenentes” moldados na experiência adquirida em cursos de formação profissional na Escola Militar de Realengo¹⁷⁵. A

173 “No dia 7 do corrente, às 19 horas, a vanguarda (...) do comando do tenente-coronel Djalma Dutra atacou o inimigo, que se achava fortemente entrincheirado (...). Na vila de Nova Iorque, 22 léguas abaixo de Uruçuí (...) foi feita tenaz perseguição às tropas inimigas em fuga. O terror destas era tanto que um dos navios que as conduzia (...) ao ser tiroteado por uma patrulha nossa, tocou avante sem recolher o cabo.” (Jornal *O Libertador*, Floriano, 25 de dezembro de 1925, nº 9, 1ª página.)

174 “O ataque a Uruçuí e Benedito Leite jamais ocorreu. Mas houve pânico produzido na população pelo temor do ataque.” (Aspásia Camargo e Walder de Góes, ob. cit., p. 119.)

175 “... sob o influxo de fatores como o conflito mundial de 1914-1918 e a persistente preocupação com o potencial militar de vizinhos continentais, sobretudo a Argentina, a progressiva aceitação de uma política de defesa nacional resultou no fortalecimento do Exército: aumento dos efetivos, modernização do equipamento e

cúpula da Coluna era composta de homens que haviam adquirido conhecimentos em estratégia militar, táticas de infantaria e cartografia, enquanto a soldadesca da força pública piauiense era formada por elementos que nem sabiam ler nem escrever.

Sem infra-estrutura para luta por falta de condições financeiras do Estado para manter a corporação pronta para defender a sociedade; sem ter o devido preparo capaz de enfrentar um adversário tão poderoso, embora também os colonistas tivessem graves problemas de abastecimento, armas, munições e até mesmo remédios; sem possuir uma preparação psicológica para combater os revoltosos, que já chegaram ao Piauí com a fama de indomáveis guerreiros, a PM do Piauí não poderia desempenhar um papel melhor do que realizou porque, mediante a precariedade de meios, não tinha condições de superar um rival mais qualificado na arte de guerrear.

O exemplo bem característico que comprova a falta de manejo para o combate por parte da PM do Piauí, foi descrito por Gaioso, em seu já citado relatório. O oficial conta que os seus comandados, ao invés de atirar contra os integrantes da vanguarda revolucionária de Djalma Dutra, voltaram suas armas contra ele, quase o atingindo. “Com as explicações dadas pelos soldados desse posto, concluí que o inimigo iniciava o seu ataque pelas duas estradas de São Domingos, a estrada nova e a estrada velha. Com muito custo, consegui chegar a meu objetivo. Mas, com as trevas da noite, fui sair em frente da trincheira erguida na estrada velha, onde, a quatro metros de distância, me receberam a tiros. Milagrosamente escapei da morte, fiz-me reconhecer e parti, depois de expedir ordens, para a trincheira da estrada nova.”¹⁷⁶

É evidente a desorganização estratégica dos soldados piauienses que, a uma pequena distância, embora fosse noite, não identificaram o seu comandante, o que seria extremamente constrangedor naquele mo-

armamento, reestruturação de unidades e acréscimos no aperfeiçoamento profissional.” (A Revolução de 30, Seminário Internacional, Coleção Temas Brasileiros, v. 54, Edmundo Campos, *Forças Armadas: Autonomia e Hegemonia*, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 253.)

176 Relatório do tenente Jacó Gaioso, ob. cit.

mento da luta se ele tombasse pelo chamado fogo amigo. O mais trágico, para não dizer hilariante, estava por vir. No pânico provocado na tropa que tentava atravessar o rio Parnaíba para juntar-se ao forte contingente que estava em Uruçuí, Gaioso colocou um ordenança a fim de barrar tal intento. Nesse momento, irrompeu-se um grande tiroteio perto da margem do rio. Correndo para o local, o comandante piauiense verificou que o seus soldados haviam gasto muita munição para fuzilar um jumento!¹⁷⁷

A indiferença do Exército nos episódios de Benedito Leite e em Uruçuí, que depois se repetiria no decorrer da passagem da Coluna Prestes pelo Piauí, foi logo sentida desde o primeiro momento. Na tarde do dia 7 de dezembro de 1925, poucas horas antes do início dos combates, a PM do Piauí substituiu dois pelotões do 23º Batalhão de Caçadores do Ceará nas trincheiras de Benedito Leite. A tropa federal cearense atravessou o rio Parnaíba de volta para Uruçuí. O comandante do 23º BC era o Capitão do Exército Roberto Malheiros, tendo como subalternos os tenentes Irapuã Saturnino de Freitas, Oscar Fernandes e Josué Vale.¹⁷⁸

Uma chuva muito forte caía naquele fim de tarde, começo de noite. Quando começou o tiroteio, por volta das 18h15min, Gaioso, que estava jantando em Uruçuí, atravessou para o outro lado do rio, com o firme propósito de comandar os seus soldados em Benedito Leite. Acossados pelos integrantes da Coluna Prestes, os governistas recuaram das trincheiras quase que até a margem do rio, e emissários foram pedir apoio à tropa que estava em Uruçuí.

O reforço veio com os pelotões do 23º para ajudar a PM do Piauí, mas na confusão provocada por um fogo intenso, o caos estabeleceu-se entre os defensores, e como a munição estava acabando, Gaioso voltou

177 “Na certeza de tratar-se de novo pânico (...) grito pelo sargento (...). Nada sabe dizer sobre os tiros (...) E, com cautela (...) depois de expor pela segunda vez a vida, traz o sargento a nova de que os patriotas desembarcados recentemente haviam disparado as armas sobre um jumento.” (*Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., p. 309.)

178 Moisés Castelo Branco, ob., cit., p. 94.

a Uruçuí para comunicar ao Capitão Malheiros a melindrosa situação. Encontrou-o sentado tranqüilamente numa calçada, enquanto em Benedito Leite, o tiroteio continuava.

Então, Gaioso pede autorização a Malheiros e volta novamente a Benedito Leite para fazer a retirada de seus homens. Quando retorna a Uruçuí, o Capitão Malheiros e seus comandados tinham fugido, descendo em barcos, pelo rio Parnaíba em direção a Floriano, abandonando o campo de luta no momento mais crucial.¹⁷⁹ O tenente do Exército Lemos Cunha, outro fugitivo, expede um telegrama ao comandante do 25º BC, depois publicado no jornal *O Libertador*. A correspondência, interceptada pelos revolucionários, tornou-se um documento tão precioso quanto revelador, pois comprova para a história a fuga espetacular das forças federais.¹⁸⁰

Além de não combater, os oficiais do Exército criaram um mundo fantasioso em torno do primeiro encontro com os prestistas. O maior exemplo vem do já citado telegrama de Lemos Cunha, datado de 9 de dezembro de 1925, destinado ao comandante do 25º BC. “Saí de Uruçuí debaixo de balas tanto da margem direita como esquerda do Parnaíba (...) Uruçuí estava completamente cercada e cerrado tiroteio salvamos devido a grande cerração que ora caía. Os carros, cozinha e as bagagens pesadas ficaram visto não poder ser possível debaixo do fogo intenso serem retirados e embarcados.”¹⁸¹

Uma mentira. A vila de Benedito Leite fica na margem esquerda do rio Parnaíba. As trincheiras ali cavadas não ficavam perto da ribanceira.

179 “O Capitão Malheiros, comandante de Uruçuí, fugiu da forma mais lastimável. Embarcou no vapor *Manuel Tomás*, sem esperar a chegada dos companheiros que batalhavam em Benedito Leite.” (José Camilo Filho, ob. cit., p. 18.)

180 “... informo que Capitão Malheiros, capitão Brasil [da Polícia do Ceará], tenentes Florêncio [do 25º BC de Teresina], Irapuã [do 23º BC do Ceará], Amir [do 25º BC de Teresina], Camargo [do 25º BC] e outros da força polícia Ceará, saíram de Uruçuí no vapor *Manuel Tomás*, primeiro que o nosso vapor. Ao passar num povoado abaixo de Uruçuí (...) perguntei aos oficiais pelo tenente Gaioso tendo sido informado que talvez viesse em outro vapor.” (José Camilo Filho, ob. cit., p. 19.)

181 *O Libertador*, nº 9, Floriano, 25 de dezembro de 1925.

Tive oportunidade de conhecer o local e comprovar a geografia e relevo. A extensão entre a margem piauiense e a maranhense é bastante considerável. O rio estava cheio devido às grandes chuvas que caíram sobre a região. O que aconteceu na verdade foi uma fuga dos soldados governistas das trincheiras para a margem do rio, assustados com os tiros que vinham das mais diferentes direções. Alguns de seus próprios locais de entrenchamento.

Do lado direito do rio Parnaíba fica Uruçuí. Portanto, Lemos Cunha não poderia ter saído daquela cidade “debaixo de balas” se o tiroteio ocorria em Benedito Leite. A não ser que se admita uma hipótese extremamente absurda: os revoltosos, ao amanhecer do dia, depois de um temporal e com o inimigo em debandada, ao invés de atirarem nos integrantes das forças legais que recuaram até a margem do lado de Benedito Leite, resolvessem, a alguns quilômetros dali, fazer pontaria de dentro da mata, para cima, e que as balas, atravessando as caudalosas águas do Parnaíba, atingissem a tropa também em fuga de Uruçuí! Em nota oficial, o Governador Matias Olímpio, reconheceu a derrota,¹⁸² embora a imprensa chapa-branca mostrasse uma visão ilusória da realidade.¹⁸³

Se o destacamento de Djalma Dutra fustigou as tropas do Governo até a vila de Nova Iorque, isso quer dizer que a perseguição se deu pelo lado esquerdo do Parnaíba, ou seja, pelo lado maranhense. Se, como depois ficou comprovado, os oficiais do Exército e subalternos debandaram de barcos pelo Parnaíba rumo a Floriano deixando seus companheiros de farda à mercê da sorte em Uruçuí; e se por fim, Gaioso e alguns militares de baixa patente fizeram a pé quase todo trajeto de Uruçuí a Floriano, é certo que esse caminho foi feito pela margem direita do rio. Assim, pode-se

182 “O Governador do Estado (...) informa que, não havendo sido possível manter a posse de Uruçuí (...) determinou a emergência que as tropas descessem o Parnaíba com destino a esta capital, onde se concentrará a defesa (...) pois o Governo, justamente a par da nossa situação, promove todos os meios ao seu alcance para guarda da capital piauiense.” (Nota circular do Governador publicada no boletim de *O Piauí*, em 10 de dezembro de 1925.)

183 “Toda força [governista] desembarcou animada e altiva (...) vindo juntar-se às que se acham acononadas nesta capital (...). Teresina saberá manter, pela bravura e patriotismo (...) a sua posição de absoluta integridade e domínio de si mesma.” (Editorial do jornal *O Piauí*, 20 de dezembro de 1925.)

concluir que a fuga das forças governamentais se deu de uma forma dupla, constituindo-se num verdadeiro fracasso, do ponto de vista militar, a missão de defesa do território piauiense.

O Comando-Geral da Polícia Militar do Piauí, em Teresina, expediu uma nota oficial cheia de patriotismo, mas também recheado de inverdades, talvez querendo amenizar as notícias alarmantes oriundas do interior do Estado. O boletim certamente se dispunha a tranqüilizar a população teresinense diante da ameaçadora notícia de invasão da capital pelos rebeldes:

“Efetivamente, naquela noite [7-12], um grupo de indisciplinados soldados, que se transformaram pelo movimento de 5 de julho [São Paulo, 1924] do ano passado, em bandoleiros, perturbadores da paz geral, atacou traiçoeiramente os nossos camaradas entrincheirados em Benedito Leite, mas foram repelidos (...) Depois de um combate que durou 10 horas os rebeldes tiveram de fugir em debandada, perseguidos pelos nossos camaradas.

“A luta terminou em armas brancas e os nossos companheiros, com tal ato de heroísmo, bem souberam honrar o nome piauiense. Tendo faltado munição (...) retirou as (...) forças sem nenhum incidente para Amarante, onde se acham todos os nossos camaradas aguardando ordens (...) Tivemos algumas perdas, porém o inimigo sofreu mais.”¹⁸⁴ Tudo mentira!

Outra impostura teve o Presidente da República, Artur Bernardes, em sua fala presidencial em que se refere aos episódios de Benedito Leite e Uruçuí. “Nas perseguições aos sediciosos, as forças legais têm sido (...) animadas de um grande espírito de disciplina e legalidade (...) que as torna um preciso elemento da defesa nacional.”¹⁸⁵ Cai por terra o discurso de Bernardes segundo o qual os revolucionários destroçados na revolta de 1924, em São Paulo, andavam desgarrados e em bandos estavam reduzidos a pequenos grupos de bandoleiros “que fogem sempre com a presteza que

184 Arquivo da PM do Piauí, Boletim nº 240, do Comando-Geral da Polícia Militar do Piauí, assinado pelo comandante Delfino Vaz Pereira de Araújo, em 11 de dezembro de 1925.

185 Sessão Solene do Congresso Nacional, Mensagem presidencial, 3 de maio de 1926, ob. cit., p. 24.

lhe permitem as cavalhadas que vão arrebanhando.” Pelo menos em Benedito Leite e em Uruçuí os fugitivos foram as forças do Exército, da PM do Piauí e do Ceará.

O mais espantoso foi o depoimento de Luís Carlos Prestes quando esteve em Teresina em meado dos anos 80. Ele disse, em entrevista ao Núcleo de História Oral da Fundação Cepro¹⁸⁶, à disposição de pesquisadores no acervo do Arquivo Público do Piauí, rememorando aquele caso, que as tropas do Governo gastaram munição atirando para o ar, enquanto a Coluna Prestes passava a uns 15 ou 20 quilômetros de Benedito Leite. De fato, não deixa de ser verdadeira, em parte, a declaração do Cavaleiro da Esperança. Mas isso não pode ser entendido como se não houvesse tido nenhum confronto nas cercanias da cidade maranhense, entre patrulhas avançadas da Coluna e tropas legais.

O Marechal Cordeiro de Farias¹⁸⁷ tinha opinião semelhante à de Prestes sobre o assunto. Foi até ventilado em uma sessão na Câmara Federal, que o tão propalado tiroteio em Benedito Leite foi travado entre as próprias forças do Governo em completo pânico com a aproximação dos revolucionários, resultando em várias mortes. Verdades ou mentiras, muitos relatos de pessoas que faziam parte da Coluna, como o secretário Lourenço Moreira Lima, levam na direção de que não houve combate em Benedito Leite¹⁸⁸. Tudo não teria passado de uma “alucinação coletiva” dos governistas, ocasionada pela fama que os sediciosos carregavam de indomáveis guerreiros.

Ao contrário de Lourenço Lima, o escritor Jorge Amado defende a tese de que houve combates. “O destacamento de Djalma Dutra enga-

186 CAB/ A entrevista de Luís Carlos Prestes foi feita nas dependências da Fundação Cepro, em Teresina, no dia 11 de abril de 1985.

187 Aspásia Camargo, obra citada, p. 119.

188 “O combate de Uruçuí (...) passou-se da seguinte forma: na tarde de 7 [de dezembro de 1925], uma patrulha do destacamento Dutra surpreendeu um posto avançado do inimigo [tropas do Governo] (...) nas proximidades de Benedito Leite (...) os bernadescos [soldados governistas] que ocupavam Benedito Leite romperam um fogo terrível até a madrugada de 8, enquanto o grosso do destacamento Dutra permanencia a algumas léguas de distância.” (Lourenço Moreira Lima, *A Coluna Prestes, Marchas e Combates*, Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1979, pp. 215-216.)

nava o inimigo, marchando paralelamente ao grosso da tropa, chamando para si a atenção dos bernardistas. Trava (...) tiroteios até que o inimigo abandona Benedito Leite e Uruçuí, partindo então a Coluna para a cidade de Floriano.¹⁸⁹ Em outro trecho do livro de Lourenço Moreira Lima, o autor chega a afirmar que Gaioso combateu fantasmas¹⁹⁰ e que o bravo militar piauiense foi vencido pelas sombras.¹⁹¹ A verdade parece ser a de que Djalma Dutra, usando a tática do simulacro, fingia que lutava, ao passo que as tropas governistas atiravam aleatoriamente na escuridão.

Nesse jogo de espelhos contrastantes em que as imagens criadas entre a informação oficial do Governo do Piauí, por intermédio de seu representante militar, o tenente Gaioso, que afirmava a existência de um grande combate em Benedito Leite e em Uruçuí, e as declarações dos revolucionários que dão conta de um confronto que não houve, uma interrogação fica no ar: Onde está a verdade? No relatório afirmativo de Gaioso que contabiliza os mortos entre as tropas governistas? Ou nas afirmações desabonadoras sobre o acontecimento feitas em forma de livros e entrevistas assinadas por integrantes e simpatizantes da Coluna Prestes?

Se não houve luta armada, por que o jornal *O Libertador*, órgão solene de divulgação da Coluna Prestes, colocou em sua primeira página, a narrativa dando conta de uma “formidável vitória das armas revolucionárias”, e que “alguns pelotões carregavam a baioneta sobre as trincheiras, enquanto outros, empunhando facões, assaltavam as linhas inimigas levando o terror e a confusão a todos que pretendem embargarlhes o passo”? A intenção dos dirigentes do jornal não era outra a não ser passar a idéia de que revolução já estava vitoriosa, e que o apoio das massas viria através de um convencimento espetacular, usando a palavra como meio de persuasão.

Como poderia a Coluna ter uma vitória estrondosa sobre os seus adversários, se depois um dos mais famosos integrantes, Lourenço Moreira Lima, que era redator do jornal, disse que não houve confronto,

189 Jorge Amado, *A Vida de Luís Carlos Prestes – O Cavaleiro da Esperança*, Editora Record, Rio de Janeiro, 37ª edição, 2002, p. 117.

190 Lourenço Moreira Lima, ob., cit., p. 216.

191 Idem, obra citada, p. 216.

tendo Gaioso lutado contra sombras e fantasmas? Seria um gesto de bravata da publicação revolucionária? Ou o Governo, contabilizando dezenas de mortos, escondeu que as baixas foram provocadas pelo fogo amigo? *O Libertador* afirma a morte de mais de 200 combatentes governistas; o relatório oficial da PM do Piauí reconhece 68 mortos, sendo que 65 destes tomavam parte dos batalhões patrióticos, em geral, mercenários, cangaceiros e bandidos.

.....

Capítulo 5

A COLUNA PRESTES NA PRINCESA DO SUL

ASTROPAS governistas, descendo desesperadamente o rio Parnaíba, chegaram a Floriano no dia 9 de dezembro de 1925. Em perseguição, a Coluna Prestes também se encaminhava na direção daquela cidade, tanto pelo lado maranhense quanto do lado piauiense. Por este, marchavam Miguel Costa, Siqueira Campos, João Alberto e Pinheiro Machado. A vanguarda do grupo chegou a Jerumenha a 11 de dezembro. O Coronel Vicente José da Fonseca, 70 anos, piauiense, casado, deputado estadual, fugiu ao saber da aproximação dos revoltosos. O comando das forças revolucionárias ofereceu um conto de réis pela sua captura. Em represália, saquearam a casa do coronel e a farmácia do Sr. Frutuoso; o telégrafo foi danificado e, na confusão, pessoas da cidade, aproveitando-se do caos praticaram roubos em casas comerciais.

O juiz de Direito de Jerumenha, Dr. José Messias Cavalcanti, casado, 32 anos, em depoimento, meses depois, disse que estava no dia 9 de dezembro, às 22 horas, conversando com populares, na praça do mercado, quando foi informado da aproximação de uma parte da Coluna Prestes. Ele contou que a cidade foi evacuada pela população, que tomou a direção da estrada de Floriano. “É verdade que a população rural do Piauí, Maranhão e Minas tratou bem a Coluna, ajudando e fornecendo víveres e informações. Mas a propaganda, acrescida de estragos e requisições, levam

a hostilizar homens cujos objetivos estas populações não entendiam e não podiam entender.”¹⁹² Até o prefeito, o médico Luís de Área Leão abandonou a cidade, só retornando posteriormente, para verificar os prejuízos extensivos à agência dos correios e ao cofre da mesa de rendas, que não tinha dinheiro algum. A ata de criação de Jerumenha, datada de 22 de junho de 1762, foi queimada, como também alguns móveis da prefeitura.

Um incidente cômico, dentre vários que aconteceram durante a passagem da Coluna Prestes pelo Piauí, teve lugar na vila de Porto Seguro, hoje a cidade de Guadalupe. Quem conta é o escritor Ribeiro da Fonseca. “O comandante da Coluna, Luís Carlos Prestes, emitiu requisição de bens nos seguintes termos: ‘Requisito do Sr. Adelino Ribeiro da Fonseca o seguinte – 20 latas de bolacha, 10 burros arreados, 12 machados com cabo, 15 facões de 22 polegadas e 10 sacos de mantimentos (arroz e feijão)’ (...). Quando as tropas de tumulto chegaram em Porto Seguro, Adelino Fonseca, preocupado com a salvaguarda de objetos de valor e da quantia de dezoito contos de réis (...) pensou em escondê-los (...) mas as dúvidas e o nervosismo impediam uma decisão rápida e acertada. Eis que (...) Dona Eugênia Carneiro, Janoca, resolveu o problema (...). A solução seria guardar, naquele instante, o dinheiro e objetos de valor dentro da almofada velha que estava no meio da sala (...). Os revoltosos calçados de botinas e esporas chutavam a almofada para todos os lados sem perceberem que nela se encontrava uma fortuna para aquela época.”¹⁹³

Pelo lado maranhense seguia o grupamento de João Alberto na direção de Grajaú deixando para trás a vila de Picos (Maranhão), Nova Iorque e Pastos Bons, ficando o QG da Coluna na cidade de Mirador, no comando das operações. O objetivo era juntar-se aos revolucionários e tentar libertar o Major Paulo Kruger, preso quando tentava levantar o lugarejo a favor da causa libertadora.¹⁹⁴ No entanto, ao chegar em Grajaú, o oficial já havia sido recambiado para São Luís. A vanguarda chega a Barão

192 Edgar Carone, *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*, São Paulo Editora, Coleção Buriti, São Paulo, 1965, p. 60.

193 Dimas Ribeiro da Fonseca, *Seu Beija, Biografia e Memória*, Gráfica do TJ/Rondônia, Porto Velho, 2004, pp. 27-28.

194 Neil Macaulay, ob. cit., p. 172.

de Grajaú a 11, atravessando o rio Parnaíba para Floriano um dia depois de uma nova fuga das forças federais, rio abaixo rumo a Amarante. O segundo contingente revolucionário aparece sete dias depois.

Antes da chegada do principal contingente da Coluna, a população de Floriano fugiu da cidade a pé ou de barco, o que favoreceu a que um bando de salteadores tomasse conta do comércio e das casas particulares, num verdadeiro ato de barbarismo. “Sem exame algum [os revoltosos estavam ainda na vila de Nova Iorque], sem certeza do que ocorria, deu-se então um fato deprimente e vergonhoso. Com ordem do comandante Malheiros [do Exército] para embarcar (...) oficiais e soldados, sem a mínima compostura precipitaram-se para as embarcações, em correrias desabaladas, pelas ruas da cidade, embarcando atabalhoadamente (...) sucedendo ficarem em terra muitas praças, que andavam pelos subúrbios e não tiveram ciência da fuga intempestiva.”¹⁹⁵ Com a presença dos rebeldes, novos saques foram praticados, principalmente na alfândega, na ocasião em que os chefes revoltosos pegaram as mercadorias e distribuíram para o povo.¹⁹⁶

Em 1922, Floriano tinha pouco mais de cinco mil habitantes. Antigamente era uma fazenda de gado *vacum* e cavalar. Em 1897, por meio da Lei nº 144, de 8 de julho daquele ano, foi elevada de vila à categoria de cidade, prosperando rapidamente em função do comércio que mantinha com o sul do Maranhão, Teresina, Juazeiro e outros centros importantes do Nordeste. Naquela época, Floriano tinha hospital, quatro médicos, matadouro, agência dos correios, jornal e o melhor mercado público do Piauí, construído em 1904.

O Sr. Hermano Brandão, 55 anos, casado, piauiense, conhecido como criador na região, estava na cidade durante a ocupação da Coluna Prestes. Brandão revelou em inquérito¹⁹⁷ que os colonistas chegaram a 17 de dezembro, ficando até 29 do mesmo mês. Confirmou que houve de-

195 Higino Cunha, *Os Revolucionários do Sul Através dos Sertões Nordestinos do Brasil*, Oficinas d’O Piauí, Teresina, 1926, pp. 40-41. (Depoimento do Delegado Pedro Barros, de Floriano.)

196 Neil Macaulay, ob., cit., p. 76.

197 República dos Estados Unidos do Brasil, Juízo Federal da Secção do Estado de São Paulo, Cartório Criminal e seus anexos. Autos do processo vindo do Piauí, datado de 12 de novembro de 1927, do escrivão federal Honório Paiva Dias, pp. 263 e seguintes.

predações no telégrafo, violação na correspondência dos correios, arrombamento do cofre da mesa de rendas e invasão do cartório do 1º Tabelião Público. Dali foram retirados todos os autos de ação executiva da dívida pública do Piauí, que foram queimados na calçada. As mercadorias retiradas da mesa-de-rendas, segundo o depoente, foram dadas a Honorato Otaviano, empregado da usina elétrica municipal, a fim de ser vendida ou doada. Na mesa-de-rendas só ficou uma máquina de descaroçar algodão¹⁹⁸. Muitas mercadorias foram levadas para a praça da Matriz.

As luzes da cidade foram apagadas antes do horário normal favorecendo nova pilhagem. Cerca de 300 peças de tecidos que ficaram sob a guarda de homens da Coluna e de moradores fiéis aos revoltosos desapareceram miraculosamente. A informação corrente sobre esse episódio é que um certo árabe chamado Moisés, que trabalhava na casa comercial de Mazuad Lobo & Companhia, fora acusado de ser o autor intelectual do saque, tendo inclusive destelhado o prédio onde estava localizada a mesa-de-rendas que funcionava ao lado da usina elétrica, atualmente Espaço Cultural Maria Bonita.

Quando estive em Floriano em 2003, conversei com o Sr. José Bruno dos Santos (nascido em Amarante a 6 de outubro de 1925), político, foi prefeito da cidade e deputado estadual, escritor, imortal, membro da Academia de Letras e Belas-Artes de Floriano¹⁹⁹. Meses depois desse encontro, enviou-me prontamente uma carta contando os acontecimentos relativos à passagem da Coluna Prestes pela Princesa do Sul: “Em 1925, foi o ano em que Floriano recebeu em seu meio hospitaleiro a afamada Coluna Prestes (...). O quartel-general aqui na cidade ficou sediado numa casa de sótão, da Rua Dr. Eurípedes de Aguiar, esquina da Rua São Pedro, onde morava o Sr. João Matos (...). Antes, porém, da chegada dos revolucionários a Floriano, quase todas as famílias de posses e algumas de classe média deixaram a cidade.

“(...) Muitos comerciantes esconderam ou manejaram suas mercadorias, a fim de salvaguardar prejuízos. Aqueles que não usaram deste expediente, tiveram mercadorias requisitadas pelos revolucionários (...). As

198 Autos do Processo, ob. cit., p. 264.

199 Adrião Neto, *Dicionário Biográfico – Escritores Piauienses de Todos os Tempos*, Editora Halley, Teresina, 1995, p. 233.

peessoas menos favorecidas nunca comeram tanta carne bovina como nessa ocasião, pois os revoltosos matavam a tiros os animais encontrados nos pastos, distribuindo com todos os presentes parte da carne retalhada (...). Nas oficinas do jornal *O Popular*, foram editados dois números, em datas diferentes, do jornal *O Libertador*, órgão oficioso da ex-Coluna Prestes (...).

“Quando a Coluna deixou Floriano, a cidade foi ocupada um mês após, por um contingente da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, sob o comando do Tenente-Coronel Artur Otaviano Travassos Alves. Este oficial veio a falecer em nossa cidade, vitimado por febre palustre. Seu corpo foi trasladado para o Rio Grande do Sul. Também, aqui acampou por pouco tempo, uma Companhia do 26º BC, sediada em Belém, no Estado do Pará. Passada a fase belicosa (...) alguns comerciantes que haviam enterrado mercadorias ficaram surpresos, pois muitas destas, ao serem desenterradas, foram encontradas danificadas pelo bolor e umidade do terreno, especialmente fósforos, os quais eram, antigamente, embalados em lata de zinco ou flandre.”²⁰⁰

Pelo relato sincero de Bruno dos Santos três aspectos são notados: a cidade foi evacuada, o comércio sofreu danos e o Exército chegou quando a Coluna Prestes já não estava mais no município. Se é verdade que no Piauí e no Maranhão os revolucionários obtiveram o maior número de adeptos, havia nos municípios por onde passava um grande temor da população que, sem saber realmente do que se tratava, fugia para se proteger. Em quase todos os lugares, houve requisições dos colonistas e saques nas comunidades. As forças federais não foram atuantes na execução dos seus preceitos constitucionais. O Exército só aparecia quando a Coluna Prestes já estava a quilômetros de distância.

200 Carta de José Bruno dos Santos, enviada ao autor deste livro, datada de 23 de dezembro de 2003, de cujo conteúdo retiramos os trechos acima mencionados.

.....

Capítulo 6

A COLUNA PRESTES DESCE O PARNAÍBA

NO CASO piauiense, a presença do Exército foi bastante questionável por fatos comprovados documentalmente. O General Gomes Ribeiro, enviado do Governo Federal para dar combate à Coluna chegou a São Luís, capital do Estado do Maranhão, a 9 de dezembro de 1925, quando os rebeldes já estavam em Floriano, depois de vagar pelo território maranhense. Pela lógica, o QG das forças federais deveria ter sido instalado em Teresina e não em São Luís porque, daquela cidade à capital piauiense, a distância é de 450km por via férrea. Prestes jamais cogitou invadir a capital maranhense.

Não é preciso ser um estrategista militar para ver com clareza que os revolucionários jamais poderiam tomar a decisão de rumar para São Luís. Por uma questão geográfica, era muito mais fácil e produtivo descer o rio Parnaíba até Timon, pelo lado maranhense, para isolar Teresina de Caxias, e assim cortar a ligação das tropas governistas com a capital maranhense. Por conseguinte, isolada de São Luís pela interrupção da linha férrea que ligava as duas cidades, Teresina se tornaria um objetivo fácil de ser alcançado. E foi exatamente este o plano executado, descendo a Coluna Prestes em duas frentes, partindo de Floriano, pelas duas margens, para atingir a Cidade Verde.

Antes de descer o rio em direção a Teresina, o General Miguel Costa, comandante da Coluna Prestes, mandou criar uma guarda civil

emergencial para coibir os saques que costumeiramente aconteciam em Floriano. Somente da Standard Oil de Floriano foram roubadas 700 caixas de óleo lubrificante, segundo informações de Honorato Otaviano, dono de um caminhão. Destas, 20 foram dadas pelos rebeldes a José Tajra.²⁰¹ Em poder do Sr. Miguel Mota foi encontrada grande quantidade de mercadorias como pimenta-da-Índia, enxofre e outros produtos. Se muita gente da comunidade aproveitando a confusão praticou crimes contra o patrimônio público e privado, é também verdadeiro que integrantes da Coluna fizeram, no calor da hora, ações pouco condizentes com o ideal revolucionário. O arrombamento da mesa-de-rendas, que tinha em dinheiro 10 contos de réis, e a distribuição de mercadorias na praça da matriz, teve o conhecimento da cúpula prestista.

O General Costa, porém, num gesto magnânimo, enviou de Floriano um telegrama ao Presidente da República, curioso por sinal, por revelar o caráter religioso dos revolucionários, principalmente de Juarez Távora, um dedicado vicentino desde o tempo em que freqüentava a Escola Militar do Rio de Janeiro: “Hoje, véspera do nascimento do Filho da Imaculada virgem de Nazaré, quando o mundo cristão cala todas as dores e esquece todos os ódios, para somente pensar na grandeza de Jesus (...) nós, esquecendo o sangue derramado nos campos de batalha, cuja responsabilidade cabe aos traidores que hoje sustentam o Governo de V. Ex^a, suspendemos nossas operações por 24 horas (...) pedindo ao Nazareno que ‘aplaque’ as iras e restabeleça a paz no Brasil.”²⁰²

Usando a mesma tática empregada em Uruçuí e Benedito Leite de perseguir o inimigo e até mesmo ultrapassá-lo na direção de Teresina, cortando ligações com vilas, povoados e cidades rio abaixo, os colunistas arquitetaram o seguinte plano em Floriano: pelo lado piauiense marchariam Miguel Costa, João Alberto e Djalma Dutra, enquanto Siqueira Campos, Cordeiro de Farias e Prestes margeariam o lado maranhense.²⁰³ Seguindo

201 Autos do Processo, ob. cit., p. 266.

202 Autos do Processo, ob. cit., p. 359, telegrama de Miguel Costa ao Presidente Artur Bernardes, 24 de dezembro de 1925.

203 Moisés Castelo Branco, ob. cit., p. 95.

uma outra direção, oposta àquelas duas frentes, o Major Ari Freire foi designado para tomar o rumo de Valença, Oeiras e Picos.

Em depoimento, muitos anos mais tarde, Prestes confirmou a estratégia de como chegar a Teresina. “Depois voltei para o Maranhão, e junto com Siqueira Campos e uma força do Coronel Dutra (...) avançamos em direção a Flores [Timon] (...) enquanto do lado do Piauí ficavam Miguel Costa com Juarez Távora (...). Então, a Coluna ficou dividida em suas partes (...) fomos encontrar resistência só em Teresina (...). Sabíamos que em Teresina [tinha] mais de 4,4 mil homens.”²⁰⁴

Os destacamentos que seguiram pelo lado piauiense iam mais lentamente, só chegando a Amarante a 21 de dezembro. Ficaram seis dias na terra do poeta Da Costa e Silva. O comércio fechou as portas, as ruas ficaram desertas, houve requisições em lojas e mercearias. Os comerciantes Elesbão Ribeiro, José Alves e Joaquim Castro foram os que tiveram os maiores prejuízos. O comando revolucionário ficou instalado nas proximidades da serra da Arara, hoje um acampamento do MST. Apesar de 12 revoltosos terem desertado, 36 amarantinos aderiram à causa dos rebeldes. Raimundo Nonato Batista dos Santos, integrante da Coluna, que se dizia deputado pelo Estado de Goiás, ameaçou fuzilar comerciantes que não colaborassem com a causa revolucionária.

Vindo de Amarante, um grupo de rebeldes passou por Regeneração a 21 de dezembro de 1925. Ali, ocupou a estação telegráfica cortando as ligações com Teresina. No dia 29, aparecem sessenta soldados comandados pelo Capitão Ribeiro. O General Miguel Costa, o Major Ari Freire, Schüller, que seria preso em Valença, confiscaram 300 mil réis em selos da agência dos correios ou da coletoria estadual. Juarez Távora, ao adentrar numa casa comercial, comprou uma botina nova, deixando apenas uma nota promissória como garantia de pagamento que, por sinal, nunca foi efetivado. Antes de sair da cidade passou um telegrama ao prefeito de Valença garantindo que não haveria violência quando os colonistas chegassem ao município.

Outro destacamento, tendo Djalma Dutra à frente, passou em São Pedro. O destino era Monsenhor Gil, intercalando o percurso por Bai-

204 Luís Carlos Prestes, entrevista citada, CAB.

xão dos Ribeiros. Um episódio interessante aconteceu naquela localidade. Quem conta é o Dr. Pedro Mendes Ribeiro, conhecido repentista piauiense: “O Capitão Pretinho, um dos eminentes oficiais da Coluna Prestes, passou na fazenda de meu pai, Manoel Ribeiro Soares, no final de 1925.

“Todas as famílias se retiraram para os arredores. Meu pai ficou. *Pretinho* ocupou o pátio da fazenda e foi logo perguntando por armas e munições. O velho Manuel Ribeiro falou-lhe que dali não saía nem uma folha do chão. Vendo o revoltoso que não tinha chance alguma de fazer qualquer requisição, pediu comida, que foi servida em seguida, e depois, de comerem todas as frutas que estavam postas sobre a mesa, foram embora levando um cavalo de meu pai, que foi devolvido alguns dias depois.”²⁰⁵

Por sua vez, as tropas que iam pelo lado maranhense, em marcha mais acelerada, já haviam travado violentos combates, três dias antes, em Queimados e Belém, abaixo da cidade Amarantina. “O 3º Destacamento (...) e outras forças (...) bateram completamente em dois renhidos combates, apreendendo armas e munição e pondo a pique o vapor *Paranhibana*. O primeiro combate foi no dia 17 [de dezembro] e o segundo no dia 18 em Queimados, ficando os revolucionários de posse de Amarante, Belém e Queimados.”²⁰⁶ Os conflitos foram registrados nos anais governistas e revolucionários, inclusive citando numerosas vítimas.

Em uma entrevista, Luís Carlos Prestes²⁰⁷ disse que não houve conflitos entre a Coluna e as tropas do Governo durante o percurso de descida de Floriano a Teresina pelo rio Parnaíba. No entanto, o jornal revolucionário estampou em suas páginas vitórias esmagadoras.²⁰⁸ Os colunistas chegaram a dizer que Siqueira Campos destroçou 100 homens da Polícia Militar do Piauí. E o próprio Juarez Távora, em carta lida no Congresso Nacional, falou dos combates ocorridos antes da chegada da Coluna Prestes a Teresina: “Por isso, quando as forças revolucionárias ocuparam no dia 19 de dezembro [de 1925] a cidade de Floriano, encontrava-me eu

205 Depoimento dado na Casa do Cantador, em Teresina, a 24 de agosto de 2005.

206 Jornal *O Libertador*, p. 3.

207 Entrevista citada, CAB.

208 Jornal *O Libertador*.

em Araçás, a 10 léguas abaixo da cidade de Amarante, ajudando o Coronel Siqueira Campos a tirotear as forças do Capitão Gaioso, que descia de Amarante para Teresina.”²⁰⁹ Quem mentiu? Prestes, Távora ou o jornal da Revolução?

Já da parte do Governo, a história é completamente diferente, confirmando que a guerra de informação e contra-informação foi uma constante em toda a passagem da Coluna Prestes pelos sertões piauienses. É o que declarou em seu relatório o Capitão-Tenente da Marinha Humberto de Área Leão. “Ao clarear do dia (18) a montante de Almesquinha deu-se começo ao desembarque de duas colunas; a 1ª da Força Policial do Estado e Patriotas do Desembargador Vaz da Costa, era composta de 150 homens, às ordens do Coronel Gaioso e Almendra. Esta ia operar sobre Queimados; a 2ª composta do destacamento Cornélio, da Força Policial do Estado, com 120 homens, ao mando do Major Alencariense [que] operou em Belém (...) Gaioso chocou-se com o inimigo, repelindo-o por duas vezes, entrando em Queimados abandonada pelos rebeldes. Ali foram apreendidos animais, arreios e objetos de uso, que o inimigo, na precipitação da fuga, deixara. (...) Alencariense entrou em Queimados, sem incidente algum (...) No lugar Ribeirão, foi atacado pelo inimigo oculto na mataria da margem. Em frente a Tamboril, o fogo inimigo aumentou o volume.

“Ficamos assim expostos por largo tempo ao fogo inimigo (...) e após uma meia hora de intenso fogo de fuzilaria e metralhadora, o inimigo abandonou as posições, cessando de atirar (...). No lugar Araçás, novo ataque do inimigo entrincheirado nos altos da ribanceira.”²¹⁰

Em outro documento de um militar governista, lido também no Congresso Nacional, o major Costa Araújo em entrevista ao Major Otacílio Fernandes, narra as circunstâncias dos acontecimentos passados nos três povoados localizados entre Amarante e Teresina. “Na vila de Queimados, em frente a Belém (...) as [forças rebeldes] que estavam do lado do Maranhão, surpreendeu-as Gaioso, pondo-os em fuga. Deixaram cavalos e selas (...). Mas um encontro nos era reservado no Ribeirão; os rebeldes

209 *Anais da Câmara dos Deputados*, v. III, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1926, p. 64.

210 *Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., p. 65.

alvejaram-nos violentamente das margens do rio, entrincheirado nas casas (...). Prosseguindo a viagem, encontramos meia légua adiante, no porto encachoeirado do Araçás, o grosso das tropas rebeldes comandadas por Siqueira Campos. (...). A ação ali foi violenta. Perdemos um sargento da força policial, que se achava no vapor dirigido pelo Tenente Gaioso (...). As baixas dos rebeldes atingiram a quarenta e tanto mortos. Chegamos, finalmente, à capital que se achava, então, ameaçada pelas forças de Prestes, já de posse de Floriano, Amarante e outros pontos do Piauí.”²¹¹ Quem mentiu? Área Leão, Gaioso ou Costa Araújo?

Partindo de um exame minucioso dos depoimentos contraditórios da Coluna Prestes e do Governo do Piauí, pode-se analisar alguns aspectos. Os relatórios governistas falam em vitória, mas estão sendo cada vez mais empurrados pelos calcanhares na direção de Teresina. Inclusive é bom dar relevo que alguns destacamentos revolucionários, em marcha acelerada pelas margens do Parnaíba, se posicionavam, muitas vezes, à frente das tropas governistas, impedindo a passagem do comboio rumo a Teresina, em combates registrados por testemunha oculares. Causa espécie, portanto, saber que entre colunistas honoráveis, como Luís Carlos Prestes, anos mais tarde, tenha negado que houvesse tido pelejas entre prestistas e bernardistas, no trajeto entre Floriano e Teresina.

O historiador, cronista e pesquisador piauiense Geraldo Borges, em um documento intitulado “Meu pai e a Coluna Prestes”, conta com detalhes um episódio acontecido a poucos quilômetros de Teresina antes do cerco à cidade feito pelos revoltosos. O fato teve lugar na propriedade Bacabas, à beira do rio Parnaíba, pelo lado maranhense, no município de Matões, hoje pertencente à área de jurisdição de Parnarama:

“A Coluna Prestes vinha descendo pela bacia do Parnaíba (...) perseguida pelos legalistas, que já tinha entrado em confronto com os revoltosos defronte a Uruçuí e Benedito Leite (...). Ao passar pela propriedade Bacabas (...) de meus avós, os revoltosos avisaram ao meu pai e a seus irmãos, que estavam capinando uma roça na beira do rio, que se retirassem dali e fossem para as suas casas, pois os legalistas logo passariam pela frente

211 *Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., p. 66.

do porto. E poderiam atirar (...) já que estavam atirando em todo mundo de tão confusos e apavorados que estavam. (...) Logo (...) o vapor apareceu na curva do rio, descendo o canal que, por sorte, ficava (...) na margem do Piauí. Os legalistas logo que passaram viram meu pai e seus irmãos começaram a atirar, com seus rifles e fuzis. Os irmãos do meu pai ao ouvirem os tiros caíram no chão. Meu pai não teve presença de espírito (...) pegou dois tiros. Um entrou no ombro (...) o outro entrou mais abaixo da última costela (...). Meu pai ficou às portas da morte (...). Nesse mesmo dia, passaram pela porteira da propriedade Bacabas os Tenentes Cordeiro de Farias e Siqueira Campos. Um deles disse ao meu pai 'não se preocupe, você vai sarar e, ainda, vai contar essa aventura aos seus filhos e netos'. Foi, de fato, o que aconteceu. Em resumo é essa a história em que meu pai se envolveu."²¹² Enquanto isso, a Coluna Prestes se aproximava perigosamente de Teresina.

212 Geraldo Borges, carta endereçada de Mato Grosso ao autor deste livro, em 2004.

.....

Capítulo 7

A DEFESA DE TERESINA

O CORONEL Gustavo Frederico Benttemüller saiu de São Luís, onde estava o QG do Exército, em 10 de dezembro de 1925, para fazer a defesa de Teresina. Veio em trem expresso, desembarcando em Flores (Timon) e daí atravessou o rio Parnaíba, de barco, para a capital piauiense.²¹³ Ali já estavam o 25º BC, 1º Batalhão do 1º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, a 1ª Companhia do 24º BC, do Maranhão, o 20º BC, de Alagoas, o 29º BC, do Rio Grande do Norte, a Polícia Militar do Piauí, o 24º Corpo de Dom Pedrito, da Polícia Militar do Rio Grande do Sul, e o Batalhão Lucrecio Avelino, formado por patriotas sob o comando do Desembargador Vaz da Costa. Ao todo eram cerca de cinco mil homens, sob o comando de Benttemüller, prontos para a grande batalha contra a Coluna Prestes.²¹⁴ As tropas governistas guardavam Teresina e Timon.

213 “...a ponte metálica rodoferroviária João Luís Ferreira foi inaugurada pelo interventor Leônidas Melo em 2 de dezembro de 1939. O projeto da ponte ligando o centro de Teresina a Timon foi feito pelo alemão Germano Franz.” (Zózimo Tavares, *100 fatos do Piauí no Século 20*, Editora Halley, 3ª edição, Teresina, 2000, p. 53.)

214 José Camilo Filho, ob. cit., pp. 21-22.

As notícias sobre a aproximação dos rebeldes de Teresina deixaram a cidade em alvoroço. Uma testemunha fiel da história, o engenheiro Luís Mendes Ribeiro Gonçalves contou que participou de uma reunião, em 10 de dezembro, no Palácio do Governo, em que estavam presentes as mais altas autoridades do Estado. Além do Governador Matias Olímpio, compareceram o ex-Governador e Senador Antonino Freire, que já então sofria de diabetes, o Secretário de Governo José Auto de Abreu, outros assessores, militares da PM do Piauí e do Exército. “Lá cheguei, encontrei todos sentados, mudos, quietos (...) diante do impacto daquela notícia e daquela ameaça.”²¹⁵ Era tão marcante o nervosismo das forças governistas que, a partir do dia 23 de dezembro de 1925, os soldados começaram a atirar na escuridão em direção aos subúrbios da cidade.²¹⁶

As trincheiras para a defesa de Teresina começaram a ser cavadas a 1º de dezembro sob a supervisão de Ribeiro Gonçalves. Para as obras foram convocados trabalhadores da usina de fornecimento de luz, que, naquela época, só funcionava das 18h30min às 7h30min da manhã seguinte. Mas com a aproximação dos revolucionários muitos trabalhadores fugiram. Com a chegada das tropas do Exército, começaram os desencontros entre o Governador Matias Olímpio e o alto comando das forças federais. Estes defendiam a idéia de recuar as trincheiras mais para o centro, com a finalidade de atrair os invasores para a área mais urbana e aí travar os combates; enquanto o Governo estadual queria manter as defesas para além da zona suburbana, ao sul da cidade, numa linha defensiva que ia do rio Poti ao Parnaíba a proposta era preservar a população civil do fogo cruzado.

De vários municípios piauienses vieram voluntários em auxílio à resistência. Grupos de Caracol, Barras, Livramento (José de Freitas), Valença, Picos, Campo Maior, União, Corrente, Miguel Alves, Altos, Parnaíba, Piripiri e Pedro II acamparam em Teresina, aguardando os colonistas que se aproximavam. Por ordem das autoridades, nenhum civil

215 Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, entrevista para o Núcleo de História Oral da Cepro, concedida a Manuel Domingos Neto, no Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1984, Teresina, Arquivo Público do Piauí, p. 118.

216 Neil Macaulay, ob. cit., p. 179.

podia transitar pelas ruas depois da 18h. Como 90% da população, dos quase 60 mil habitantes, se retirou para as zonas mais afastadas ou até mesmo para municípios vizinhos, os 10% que ficou se recolheu às suas casas. A não ser os militares em patrulhas, pouca gente se atrevia a sair durante o dia, o que dava à capital piauiense uma atmosfera fantasmagórica de medo e apreensão.

Sugeriu-se até a mudança da capital para Parnaíba como medida preventiva de segurança ao governador. Naquela ocasião, além da ameaça prestista, um inesperado surto de varíola, trazido por soldados do sul do país, se alastrou pela cidade, ocasionando vários óbitos. As autoridades sanitárias foram obrigadas a criar um posto de internação nas imediações do sítio Pirajá. Lotes de vacina vieram de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Não obstante o transe, o governador foi sereno em sua decisão. “Para convencer-me alegavam que a Bélgica, como a França, tinham transferido a sede de seus governos por uma conveniência militar!!!”²¹⁷ O reforço moral veio por um comunicado oficial do Rio de Janeiro, da parte do General Santa Cruz, Chefe de Gabinete Militar do Presidente da República Artur Bernardes, que ordenou a permanência do Governo em Teresina.

A proposta de mudar a capital foi definitivamente posta de lado em outra reunião em palácio, quando foi decidido que tal propósito poderia dar ao inimigo a presunção de fraqueza, além do caos administrativo que naturalmente seria instalado. “Contra essa idéia foi unânime a opinião de oficiais superiores (...) desde o Coronel Benttemüller e o Capitão Álvaro Peixoto (...) Antônio da Costa Araújo Filho, Alencariense Fernandes, Capitão José Faustino dos Santos e Silva e o Capitão-Tenente Humberto de Área Leão.”²¹⁸ Muitas senhoras da elite teresinense chegaram a embarcar em vapores, nas imediações do Troca-Troca, para o litoral, levando jóias, dinheiro e objetos de uso. Vários feriados foram decretados pelo Governo estadual.

Trezentos homens da Marinha, dirigidos por Humberto de Área Leão, faziam pelo rio Parnaíba a segurança fluvial em lanchas que subiam

217 Matias Olímpio, ob. cit., p. 100.

218 Jornal *O Piauí*, edição de 1º de janeiro de 1926.

e desciam o Velho Monge de dia e de noite²¹⁹. Tecnicamente falando o aparato militar era fabuloso para os padrões da época. O problema é que o QG de São Luís, emitia ordens completamente fora da realidade. O Coronel Benttemüller, por exemplo, veio da capital maranhense apenas acompanhado do Major Tabora, Chefe do Estado-Maior do QG do Exército, naquele momento imobilizado a 450km de distância de Teresina.

A troca de correspondências entre o General Gomes Ribeiro e Matias Olímpio revela justamente essa tensão entre o comando militar do Exército e a defesa de Teresina. É inegável a atitude corajosa do governante piauiense de chamar para si a responsabilidade de levar até o fim a determinação de defender a sua terra. Em um telegrama ao governador, o general chegou a manifestar a extravagante idéia de deixar a Coluna Prestes invadir Teresina e só depois cercá-la e combatê-la. “No ponto de vista em que vos colocais, são justíssimas as vossas ponderações. Equivocais, entretanto, minha missão de defender esse ou aquele estado. Meu fim de destruir os rebeldes implica que me fixe em determinado objetivo (...) Teresina destinava-se a esse honroso e inconfundível papel de debelar a atual revolta (...) Acredito na tomada de Teresina, entretanto, assumi o comando e cabe-me a inteira responsabilidade das operações.”²²⁰

O Governador do Piauí, meses depois, em mensagem enviada à Assembléia Legislativa do Estado, lida, posteriormente, no Congresso Nacional pelo Deputado Batista Luzardo, ataca veementemente a atuação do general. “Era, como se vê, a entrega da nossa capital aos rebeldes, para que, uma vez aqui reunidos, de posse da cidade, pudesse cercá-los!!! Custa crer como um oficial do nosso Exército concebesse semelhante despropósito. A verdade, porém, é que os canhões para a destruição de nossos lares chegaram até Flores [Timon], fronteira a Teresina, à margem do rio Parnaíba.”²²¹

219 O Decreto governamental nº 879, de 7 de dezembro de 1925, criava uma flotilha fluvial armada para operar no rio Parnaíba. Um comando desta flotilha seguiu para Floriano. Nela ia o Major Costa Araújo. (Mensagem do Governador Matias Olímpio, 1º de junho de 1926, anexo IV.)

220 Matias Olímpio, ob. cit., p. 106.

221 *Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., p. 509.

Matias Olímpio tinha toda razão. Afinal, patrulhas da Coluna Prestes estavam às portas da capital, enquanto Gomes Ribeiro muito longe dali se negava efetivamente a ordenar um ataque aos revoltosos, não permitindo inclusive a remessa de mais homens e munição para a defesa de Teresina. A situação era desesperadora como deixa claro outro telegrama do governador a Gomes Ribeiro. “Cumpro o dever de comunicar a V. Ex.^a que, há duas noites, os rebeldes, em pequenos grupos, assaltam as trincheiras que defendem esta capital, sempre repelidos pelas forças que as guarnecem (...) os rebeldes estão se infiltrando pelo interior do Estado, que nenhuma resistência pode oferecer (...) para defender Teresina (...) é absolutamente indispensável a vinda urgentíssima de reforços.”²²²

Gomes Ribeiro, por seu turno, alegava que não mandava mais munições porque fora informado de que os soldados legalistas, encarregados na defesa de Teresina eram mal treinados, não tinham uma disciplina militar adequada e atiravam em qualquer direção. Em telegrama, ele argumentava que o pedido do Governador do Piauí era 1/3 de toda munição que o Governo Federal teria posto à disposição do chefe supremo das operações do Exército no Norte e Nordeste. Quanto ao reforço de homens e equipamentos, o general afirmava não dispor de nenhum destacamento porque todos os soldados haviam sido enviados para Codó e Caxias.

“Reitero recomendação poupar munição recomendando oficiais combater nervosismo soldados (...) faz atirar sem saber para onde, devendo convencê-los realidade ataque noturno só desvantajoso força atacante além só feito pequenos efetivos, visando provocar pânico tropas bisonhas ou mal comandadas. Não esquecer que o principal meio defesa consiste guardar reserva pronta agir onde necessário. Próximos dias não poderá haver ataque importante e quando momento oportuno outras forças chegarão aí.”²²³ Não há dúvidas de que o general estava mais preocupado com a defesa de Codó e de Caxias do que com a proteção da capital piauiense.

222 Pires de Castro, *A Incursão dos Rebeldes no Piauí*, Tipografia do Piauí, Teresina, 1926, pp. 25-26.

223 Telegrama do General Gomes Ribeiro ao Coronel Benttemüller, em 25 de dezembro de 1925, *Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., p. 47.

O cerco da Coluna Prestes a Teresina durou de 23 de dezembro de 1925 a 1º de janeiro de 1926. O QG das tropas revolucionárias ficou em Natal (Monsenhor Gil), enquanto grupos de rebeldes durante a noite fustigavam as trincheiras teresinenses. As chuvas caíam intensamente fazendo transbordar as águas do Poti e Parnaíba, amedrontando a população com a subida de nível cada vez maior das águas. A imprensa abriu espaço para um tema que era muito comum entre o povo. “Assoberbados pela grande enchente cujos prejuízos são realmente incalculáveis, pois a mesma excedeu a de quantas temos memória (...). Apelou [o Piauí] para o Governo Federal, solicitando do mesmo o remédio reclamado pelos grandes males trazidos pela inundação.”²²⁴ Some-se a isso a precariedade da iluminação elétrica, restrita ao centro da cidade, que dificultava a movimentação das tropas tanto de quem a atacava quanto para quem a defendia.

Daí a fuzilaria extraordinária, principalmente dos governistas, que, atordoados, não conseguiam pôr em prática nenhum objetivo propriamente militar. Mas para a população civil, que não entendia nada do que estava acontecendo, os barulhos dos tiros de fuzis e metralhadoras, disparados a um só tempo, passava a idéia de que uma batalha feroz acontecia nas trincheiras, como registrou exageradamente um cronista da época. “Ninguém dormiu em Teresina e o fragor das armas se ouvia à distância de mais de 10 léguas em redor, como as grandes batalhas da última guerra mundial.”²²⁵ Do lado maranhense, Prestes e Siqueira Campos comandavam encontros de patrulhas e explorações do terreno inimigo, danificando consideravelmente a estrada de ferro, no trecho entre Caxias-Timon.

A tática dos revoltosos era insinuar-se nas trincheiras durante a noite e depois recuar em direção a Areias, Nazária, Remanso ou para as bandas do bairro Catarina e, em alguns casos, para o QG em Monsenhor Gil, num vaivém diário. Muitos feridos no bairro Catarina foram levados para Areias ou Angelim. Pelo menos dois morreram por falta de assistência médica. Em Nazária, a Coluna fez requisições de mercadorias a comerciantes que eram distribuídas entre a população pobre da comu-

224 *Jornal O Piauí*, edição de 14 de abril de 1926.

225 Higino Cunha, ob. cit., p. 63.

nidade. Jeremias de Abreu, lavrador, analfabeto, morador desde 1916 no lugar Atalho, a uma légua de Nazária, foi preso por ter recebido arroz com casca dos rebeldes.

Nas idas e vindas de patrulhas prestistas, que utilizavam táticas de guerrilhas, as tropas legalistas gastavam muita munição. Com isso causava pavor na população que acreditava estar acontecendo uma verdadeira carnificina. Os rebeldes, lutando e fugindo no escuro, escondiam as suas verdadeiras condições militares que, diga-se de passagem, eram precárias. Tendo quase metade dos homens enfraquecida pelo impaludismo, não tinham o firme propósito de combater, mas o de confundir os comandos governistas com táticas de ação guerrilheira. Por isso, buscavam simpatizantes entre o povo doando mercadorias e objetos, a quem se dispusesse a acompanhá-los.

Muitos pesquisadores desavisados, ao lerem as publicações oficiais, relatórios de militares ou as notícias veiculadas no jornal *O Piauí*, órgão do Partido Republicano Piauiense, podem cair na doce ilusão de que houve verdadeiros combates entre a Coluna Prestes e as forças do Governo em Teresina. Intelectuais da época, como Higinio Cunha, Benedito Napoleão Martins, Anísio Brito, Heráclito de Sousa, Celso Pinheiro, Sebastião Vasconcelos, e até mesmo pessoas comuns, que estavam na cidade durante o cerco, consciente ou inconscientemente, criaram um autêntico mito em torno de batalhas que nunca aconteceram.

Espantosamente, o Exército, por ordem do Coronel Benttmüller, não saiu de dentro do quartel para lutar contra os revoltosos. A desculpa usada foi a de que as trincheiras cavadas por populares, localizadas fora dos limites urbanos, não eram adequadas para proteger os soldados das investidas dos rebeldes. A área de atuação ficou circunscrita ao centro da cidade, protegendo prédios e logradouros públicos. Saiu, porém, para defender ostensivamente o estado de sítio decretado pelo Presidente Artur Bernardes, a 1º de janeiro de 1926, válido para o Piauí e Maranhão.

A bancada federal do Piauí, no Rio de Janeiro, enviou ao Presidente da República uma carta na qual exigia mais empenho das forças federais:

“Motivo de ordem alguma (...) existe para que as autoridades militares [do Exército] agindo com morosidade nas operações contra os rebeldes (...) quando se trata das providências (...) solicitadas pelo Governo

Estadual (...) determina medidas que reputa eficazes para que os rebeldes impunemente não passem pelo Piauí (...) deixam de ter andamento pela oposição levantada pelo delegado [coronel Benttemüller] do general comandante-em-chefe [Gomes Ribeiro], numa errônea compreensão dos seus deveres e da extensão das suas particulares atribuições.”²²⁶

No final da missiva, os parlamentares pedem ao Presidente da República a suspensão do estado de sítio, para que o Governador Matias Olímpio possa exercer, de acordo com os preceitos da Constituição de 1891, a legalidade e legitimidade do cargo a que fora levado pelo sufrágio popular. O Presidente, pressionado pela bancada piauiense, chancelada pela influência do Ministro das Relações Exteriores, Félix Pacheco, mandou suspender o estado de sítio, retornando a normalidade no Estado, mesmo que tal medida tenha sido tomada depois que a Coluna Prestes levantou o cerco a Teresina.

O que ocorreu em Teresina no final de 1925, e começo de 1926, foi uma simultaneidade de poderes, motivada pela presença de autoridades do Exército estranhas ao meio político e geográfico locais. O Coronel Gustavo Frederico Benttemüller, por exemplo, era catarinense. Confundia a margem direita com a margem esquerda do rio Parnaíba. Chegou ao cúmulo de mandar cavar trincheiras na zona norte de Teresina, quando na realidade a Coluna Prestes se aproximava pelos subúrbios da zona sul! Ademais, tudo leva a crer que ele não via no Governador Matias Olímpio a figura a quem deveria ter a mais irrestrita consideração, e sim ao seu chefe, o General Gomes Ribeiro, instalado confortavelmente em São Luís do Maranhão, só tomando conhecimento sobre os acontecimentos em Teresina por via telegráfica.

A mesma morosidade foi observada em Timon quando as tropas do Exército não davam o menor sinal de que estavam ali, e nos arredores, para debelar a presença dos destacamentos rebeldes que, usando ações de ataque e recuo, tentavam cortar a ligação férrea entre Teresina e Caxias, e

226 Matias Olímpio, ob., cit., p. 89. Assinaram a carta ao presidente, datada de 16 de janeiro de 1926, os parlamentares Pires Rebelo, Eurípedes de Aguiar, Antonino Freire, Armando Burlamaqui, João Luís Ferreira, Ribeiro Gonçalves e Pedro Borges.

assim isolar a capital piauiense do resto do Brasil. Pelos dados oficiais, a guarnição federal que fazia a segurança naquele trecho ferroviário tinha um contingente superior a seis mil homens, entre militares e civis engajados. Apenas um terço, durante uma semana, enfrentou realmente as forças revolucionárias de Prestes, Siqueira Campos e Cordeiro de Farias.

Ora, uma força politicamente estranha, para além da caserna, impedia uma ação mais enérgica do Exército. Se juntasse os seis mil homens que estavam posicionados entre o trecho Timon–Caxias, somados aos cinco mil soldados de prontidão em Teresina, os 1.200 componentes da Coluna Prestes, mesmo com os seus brilhantes estrategistas, não teriam chance alguma num possível enfrentamento direto. Os revolucionários seriam facilmente cercados, perseguidos e esmagados. Até mesmo o QG, posicionado em Monsenhor Gil, onde estava o General Miguel Costa, a pouco mais de 60km ao sul de Teresina, não teria condições de escapar de tal empreitada, pondo um fim de um só golpe à saga da Coluna em seu périplo pelo país.

Felizmente, nada disso aconteceu. Daí o desespero de Matias Olímpio e da bancada federal piauiense no Congresso Nacional diante da inércia das forças federais, situação que praticamente colocava uma bomba-relógio a ser explodida a qualquer momento na cadeira do governador. “O general recusou a remessa de força (...) prometendo (...) trinta mil tiros, que deixaram de ser enviados porque (...) havia o risco de caírem em poder do inimigo, que não tinha posto mão à estrada [ferrovia] que nos comunica à capital maranhense”,²²⁷ declarou Olímpio em sua Mensagem governamental.

Politicamente, seria ruim para Matias Olímpio se os revolucionários invadissem e tomassem de conta de Teresina porque, neste caso, seria a primeira e única capital a sofrer esse tipo de constrangimento, já que a Coluna Prestes só marchou pelo interior do Brasil. Seria pior ainda para o Senador Félix Pacheco, braço direito do Presidente Artur Bernardes, e um dos homens mais importantes da política piauiense desde os primeiros anos do século XX. Seria inexplicável para Pacheco, como ministro pleni-

²²⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., p. 507.

potente, justificar para a Nação tal fato. Em nível de Piauí, seria devastador um episódio daquela natureza, visto ser um prato feito para o grupo do Marechal Pires Ferreira²²⁸ (1848-1930), candidato derrotado do PRP nas eleições para o Senado em 1921.

A relação conflituosa entre Matias Olímpio e o Exército chegou ao conhecimento do Presidente da República. No documento, os parlamentares, depois de exaltarem a bravura dos combatentes locais, conclui afirmando que todo o território piauiense se opunha à Coluna Prestes. Mentira. O Piauí foi o segundo Estado brasileiro a ter o maior número de adesões à causa tenentista. Artur Bernardes, em telegrama ao governador, datado de 10 de dezembro de 1925, responde dizendo que “acompanho, com todo interesse, o valiosíssimo concurso prestado à defesa da ordem pelo governo de V. Ex^a, e pelo heróico povo do Piauí (...) o Governo Federal (...) e o ministro da Guerra acaba de recomendar ao General João Gomes que mande prover com armas e munições a defesa de Teresina”.²²⁹ Havia, portanto, da parte do Presidente Bernardes e do ministro da Guerra o forte propósito de salvar Teresina de uma possível invasão.

228 Nasceu em Barras. Herói da Guerra do Paraguai, recebendo rasgados elogios do Duque de Caxias e de Deodoro da Fonseca. De volta ao Brasil, entra para a Escola Militar do Rio de Janeiro, em 1870. Foi eleito deputado federal à Constituinte de 1891. Exerceu nove legislaturas seguidas como senador da República. Foi o primeiro piauiense a atingir o posto de marechal, em 1906. (Wilson Carvalho Gonçalves, *Grande Dicionário Histórico-Biográfico Piauiense (1549-1997)*, Teresina, 1997, pp. 139-140.

229 Higinio Cunha, ob. cit., p. 49.

.....

Capítulo 8

A REPÚBLICA VELHA NO PIAUÍ

O

PROBLEMA é que na capital piauiense o ambiente político-militar era bem diferente das boas intenções das mais altas autoridades da República no Rio de Janeiro. Se não houve o movimento tenentista no Piauí, pelo menos alguma inquietação no meio político e entre militares do 25^o BC era notada bem antes da chegada da Coluna Prestes a Teresina. O Marechal Pires Ferreira derrotado para o Senado por Félix Pacheco, em 1921, declarava abertamente seu apoio político ao candidato da reação republicana, Nilo Peçanha, à presidência da República, contra Artur Bernardes. Peçanha esteve em Teresina naquele ano, durante viagem que empreendeu pelo Norte e Nordeste em plena campanha presidencial. Pires Ferreira era amigo do Marechal Hermes da Fonseca, pivô da revolta do Forte de Copacabana em 1922.

Nilo Peçanha chegou a Teresina em outubro de 1921. Encontrou-se inclusive com o Governador João Luís Ferreira, irmão de Félix Pacheco, e com oficiais do 25^a BC, conforme cobertura feita pela imprensa local, e depois analisada por um estudioso do período. “O Movimento Reação Republicana foi formalizado no Piauí em 18 de outubro de 1921, com a assinatura de um manifesto da oposição ao Governo do Estado, dando apoio à candidatura patrocinada pelo tenentismo. Essa decisão pró Nilo Peçanha, no Piauí, fazia parte da dinâmica da disputa local, na qual a

oposição sempre ficava ao lado do adversário da oligarquia circunstancialmente na 'oposição'.²³⁰ Pelo que se pode facilmente deduzir, havia interesses contraditórios que envolviam políticos e militares tanto na disputa estadual quanto no âmbito federal.

Acrescente-se ainda que muitos oficiais do Exército, vindos de lugares distantes, estavam destacados em Teresina como punição por atitudes tidas como inconvenientes pelas forças armadas, naqueles tempos conturbados das primeiras décadas do século XX. Em entrevista concedida ao Núcleo de História Oral, uma testemunha de época assim se manifestou sobre a situação política, envolvendo o ambiente da caserna. "Eu sempre estive muito ligado com à sargentada do 25º BC (...) Eu vinha imbuído de idéias revolucionárias. Nesse tempo (...) Valdemar Rocha, Alfeu, Madeira Campos, Frazão e uma infinidade de militares, conspirávamos muito. Daí começou a conspiração para a revolução de 30."²³¹ Houve uma articulação, em 1922, para derrubar João Luís Ferreira, mal-sucedida, por sinal, porque Ferreira conseguiu terminar o seu mandato, passando o cetro do poder para Matias Olímpio, em 1924.

Assim, uma cena de mais um ato teatral se descortinava no palco do museu político da República Velha. No Piauí, Félix Pacheco derrotou Pires Ferreira na escolha para o Senado em 1921. Pires vai para a oposição no interior do próprio Partido Republicano Piauiense do qual Pacheco saíra vitorioso. Este se licencia da senatoria para ser ministro das Relações Exteriores do Presidente Artur Bernardes. Bernardes, usando a poderosa máquina do Governo e o malogro do voto, derrotou Nilo Peçanha, cuja candidatura fora apoiada pelos tenentes no pleito presidencial de 1922. Os jovens oficiais rebeldes, artífices em seguida da Coluna Prestes, tinham como padrinho o velho marechal e ex-Presidente da República, Hermes da Fonseca, correligionário em Teresina de Pires Ferreira, que acusava Félix Pacheco de ter fraudado as eleições no Estado.

As ondas dos abalos sísmicos de 5 de julho no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, e a revolta paulista de 1924 chegaram mais leves

230 Roberto John, *A Metamorfose das Oligarquias*, USP, 1997, p. 72.

231 Leão Rocha Marinho, entrevista à Fundação Cepro, Governo do Estado do Piauí, Secretaria de Planejamento, p. 3.

ao Piauí, mas repercutiram na política e no meio intelectual. Não houve grandes mudanças no processo de passagem do Império para a República, todavia. Muitos defensores da Monarquia tornaram-se, depois de 15 de novembro, republicanos de última hora. Se, durante o Império, muitos monarquistas eram acusados de propagar idéias republicanas, com a quar-telada de 1889 alguns integrantes do novo regime passaram a ser vistos como monarquistas ressentidos. As relações públicas e de bastidores entre as figuras do Império derrubado e da República nascente não sofreram solução de continuidade.²³²

Gabriel Luís Ferreira foi deputado provincial pelo Partido Conservador de 1876 a 1878. Mas com a Proclamação da República tornou-se o primeiro governador constitucional republicano, embora eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa do Piauí. Residindo depois no Rio de Janeiro, o magistrado tornou-se um dos editorialistas do *Jornal do Comércio*, muito tempo depois comprado pelo seu filho Félix Pacheco, em 1923. Aos 12 anos, Pacheco foi morar na capital federal, levado pelas mãos poderosas de seu tio, Teodoro Alves Pacheco (1850-1891), senador da República à Assembléia Nacional Constituinte de 1890.

Félix Pacheco começou no jornalismo em 1897 no jornal *O Debate*. Dois anos depois, estava na redação do *Jornal do Comércio* que, naquela ocasião, funcionava na Rua do Ouvidor, posteriormente transferido para a Avenida Central, hoje Rio Branco, em função das reformas empreendidas pelo Prefeito Pereira Passos, em 1904. Dono de uma invejável inteligência e poeta dos mais notáveis do grupo simbolista de Cruz e Sousa, Pacheco se viu, porém, metido em inimizades históricas, como a que foi cultivada ferrenhamente pelo cronista carioca João do Rio, um dos mais ácidos críticos de sua obra. Em 1903, a pedido do Presidente Rodrigues Alves, introduziu no Brasil a datiloscopia, método avançado de investigação policial, a partir de impressão digital, na identificação de criminosos, cadáveres e pessoas desconhecidas.

Deputado federal pelo Piauí em 1909 e em mais três outras sucessivas legislaturas, em 1912 entrou para a Academia Brasileira de Letras

232 Ana Regina Rego, ob. cit., p. 101.

na vaga deixada por Araripe Júnior. Um ano depois já acumulava a direção e chefia de redação do *Jornal do Comércio*, criando a edição matutina e vespertina, uma grande novidade para o jornalismo brasileiro. Em nível de Piauí, foi decisiva a sua participação na sucessão do Governador Miguel Rosa, em 1916, em cujo pleito saiu vitorioso o Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar (1880-1953), apoiado por Pacheco, contra a candidatura oficial derrotada do Desembargador Antônio José da Costa. Quatro anos mais tarde, elege a governador o irmão João Luís Ferreira que, na eleição seguinte, a de 1924, fez de Matias Olímpio seu sucessor no Governo do Estado.

A linha sucessória de monarquistas transformados da noite para o dia em republicanos, no Piauí, é estelar e calidoscópica, ramificando em diversos grupos familiares.²³³ Da mesma árvore genealógica de Lisandro Francisco Nogueira (1848-1907), deputado provincial pelo Partido Conservador de 1872 a 1874, veio Arlindo Francisco Nogueira (1853-1917), governador do estado no quadriênio 1900 a 1904, período em que foi criada, em 20 de fevereiro de 1901, pela bula *Supremum Catholicum Ecclesiam*, do Papa Leão XIII, a Diocese do Piauí.²³⁴ Ele foi o sucessor de Raimundo Artur de Vasconcelos (1866-1922), o primeiro governador eleito pelo voto universal, que governou de 1896 a 1900, e foi autor da primeira reforma feita no Theatro 4 de Setembro.

O jurista cearense Clóvis Bevilacqua veio para Teresina em 1890 para assumir a Secretaria de Governo do Estado. Dez anos depois, o seu amigo e ex-conselheiro de D. Pedro II, o piauiense Antônio Coelho Rodrigues, apresentava o esboço do primeiro Código Civil Brasileiro, modificado por Bevilacqua e transformado em objeto de acirradas polêmicas na imprensa carioca, envolvendo Rui Barbosa e outros juriconsultos de reconhecida fama nacional. Outra grande polêmica envolvendo Clóvis Bevilacqua aconteceu quando sua mulher, a poetisa piauiense Maria Carolina de Freitas Bevilacqua (1860-1946), nascida em Jerumenha, candidatou-se à Academia Brasileira de Letras, em 1930, na vaga deixada pelo Acadêmico Alfredo Pujol. Seu nome foi preterido em função da Casa de Machado

233 Ana Regina Rego, ob. cit., pp. 238-239-240-241-242.

234 Zózimo Tavares, ob. cit., p. 24.

de Assis não aceitar, na época, que uma mulher tomasse assento entre os imortais brasileiros.

Areolino Antônio de Abreu (1865-1908) foi um dos deputados provinciais mais votados na última eleição do Império em 1888.²³⁵ Seu irmão, Anísio Auto de Abreu (1862-1909), deputado estadual em 1892, conseguiu projeção nacional como deputado federal (1894-1908) e senador da República (1908-1909), principalmente por ter feito parte, no Congresso Nacional, da Comissão dos 21 parlamentares encarregados de examinar o Código Civil Brasileiro, quando foi relator do capítulo concernente à família.²³⁶ Areolino de Abreu, mais restrito ao Piauí, de monarquista conservador se viu, na qualidade de vice-governador, na obrigação de assumir a vaga deixada por Álvaro Mendes, vitimado por tuberculose, em 1907.

Quando Antonino Freire (1876-1934) assumiu o governo em 1910, o Piauí ainda se ressentia de três mortes consecutivas de governadores em pleno exercício do poder: Álvaro Mendes, em 1907, Areolino de Abreu, em 1908, e Anísio de Abreu, em 1909. Freire fez um governo voltado para grandes realizações como a reabertura Escola Normal²³⁷ de Teresina, a extensão da navegabilidade do rio Parnaíba até o município de Santa Filomena, no extremo sul do Estado, além de projetar o abastecimento de água encanada em Teresina.

Na reinauguração da Escola Normal, em 31 de março de 1910, pronunciou um discurso cheio de esperança na educação como fator de mudança, mas carregado de preconceito em relação ao papel feminino na sociedade: “Duas razões principais atuaram no meu espírito (...) A primeira e mais poderosa foi a natural aptidão (...) que a mulher possui; mais afetiva que o homem (...) muito mais apta a ensinar crianças e acompanhar-lhes os primeiros labores da inteligência. A segunda razão foi a exigüidade dos

235 Ana Regina Rego, ob. cit., p. 236.

236 Wilson Carvalho Gonçalves, ob. cit., p. 7.

237 A criação da Escola Normal em Teresina data de 1864. Teve apenas três anos de duração. Voltou a funcionar em 1871 junto ao Liceu Piauiense para ser extinta em 1874. Em 1882, voltou a funcionar, fechando novamente suas portas seis anos depois. O Governador Antonino Freire reabriu-a em 1910.

vencimentos que o Estado oferece aos professores. Com a carestia atual da vida, é absurdo pensar em obter preceptores dedicados ao magistério, pagando minguados ordenados (...) A mulher, porém, mais fácil de contestar e mais resignada e quase sempre assistida pelo marido, pelo pai ou irmão, pode aceitar o professorado (...) com assiduidade e dedicação, não obstante a parcimônia da retribuição dos serviços.”²³⁸

A Antonino Freire sucedeu Miguel Rosa, cuja eleição foi fraudulenta. Seu governo, marcado por administração desastrada, atrasando em 36 meses o pagamento do funcionalismo público estadual. Para o cientista político Jairo Nicolau, “as eleições deixaram de ter relevância para a população; eram simplesmente uma forma de legitimar as elites políticas estaduais. Elas passaram a ser fraudadas descaradamente, de uma maneira muito mais intensa do que no Império. Dessa época vêm as famosas eleições a bico-de-pena: um dia antes da eleição, o presidente da Mesa preenchia a ata dizendo quantas pessoas a tinham assinado, fraudando a assinatura das pessoas que compareciam.”²³⁹

Miguel Rosa morava numa bela casa de palha. No entanto, foi dele a instalação do sistema de luz elétrica em Teresina, mas a conta só pôde ser paga pelo Governador e médico Eurípedes de Aguiar eleito em 1916 com o marcante apoio de Félix Pacheco, de cuja coligação surgiram as divergências entre o futuro Ministro das Relações Exteriores do Presidente Artur Bernardes com o Marechal Pires Ferreira. Rosas, maçom de primeira linha, um dos fatos mais marcantes como Governador foi a polêmica que engendrou com a Igreja Católica, que já tinha um histórico desde 1884, quando apareceu o jornal *O Reator*. Na redação militavam maçons históricos como Clodoaldo Freitas, Higino Cunha, Abdias Neves e Domingos Monteiro.

238 Pedro Vilarinho Castelo Branco, “Mulheres plurais: a condição feminina em Teresina na 1ª República”, Recife. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 1995, p. 67.

239 Marcos Vilarinho, “Uma história feita de luta e garra”, jornal *O Dia*, 5 de setembro de 2004, p. 4.

.....

Capítulo 9

A PROVÍNCIA DA IMPERATRIZ

A PROCLAMAÇÃO da República não foi benéfica para os Estados pequenos. A Constituição de 1891 deixava grande parte do bolo para a União, ficando os Estados e municípios à semelhança do Piauí numa situação miserável. Antes da virada do século, cogitou-se a anexação do Estado ao Maranhão ou Ceará, em razão da total falta de operacionalização da máquina administrativa. Quem se deu bem foram os entes federados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul que, motivados com uma economia crescente, podiam fazer empréstimo no exterior em função da larga margem de sustentabilidade. Naquela época não havia transferência volumosa de recursos do Governo Federal para os Estados, como ocorre nos dias de hoje. Para os pequenos Estados, como o Piauí, a situação era desesperadora.

Quando a Coluna Prestes chegou aos arredores de Teresina, o Governo Federal fazia do Piauí tão-somente um posto de arrecadação fiscal. A cidade era extremamente provinciana e isolada até mesmo das capitais dos estados vizinhos. Até 1868, quase 100% das casas eram de palha. Com a construção da estrada de ferro São Luís–Timon, facilitou-se sobremaneira o acesso aos outros centros mais adiantados. Quem estava em Teresina teria de atravessar o rio Parnaíba, e de Timon, pegar o trem até a capital maranhense e de lá, por meio de navio, podia chegar a Belém ou descer pelo litoral em

demanda de Fortaleza, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, numa viagem longa e cheia de tropeços.

Teresina teve suas primeiras estradas ligando a capital ao interior nas primeiras décadas do século XX. Os primeiros automóveis apareceram também nesse mesmo período. A mudança no paradigma da saúde pública começou na legislatura anterior por iniciativa do Governador Eurípedes de Aguiar, um devotado aos serviços de atendimento da faixa populacional menos favorecida. Foi dele a criação do Posto Sanitário de Teresina, em 1920.²⁴⁰ Em 1921, uma grande crise comercial afetou a economia do estado provocada pela queda dos preços da cera de carnaúba. Como resultado registrou-se a falência de muitos comerciantes, numa escala nunca vista desde o início do século.²⁴¹ A cera, que no meado do século XIX era usada para o uso doméstico, nos primeiros anos do século XX, passou a fazer parte na pauta de exportação e utilizada industrialmente no Brasil e no exterior.

Antes do apogeu da cera de carnaúba como fonte de receita para o Estado, a maniçoba, descoberta em fins do século XIX, era a coqueluche das exportações piauienses, englobando sozinha 23,28% da receita total. Em trabalho aparecido em 1921, afirma-se que em 1897, “com a descoberta da maniçoba, começou a aparecer avultado saldo no orçamento, o que possibilitou, mais tarde, o Governo Arlindo Nogueira a promover o serviço de água e iniciar o de luz elétrica em Teresina.”²⁴² O crescimento econômico fez o Poder Executivo criar em 1908 uma lei que se destinava “a conceder a quem mais vantagens oferecer ao Estado, privilégio, pelo espaço de quinze anos, para estabelecer nesta capital uma casa de empréstimos de dinheiro (...) mediante as condições legais”.²⁴³ Em 1911, o Governador Antonino Freire autorizava a criação de um banco para fortalecimento do crédito agrícola.

240 Antônio Melo Filho, *Década de Vinte: Teresina na Era do Saneamento, Teresina 150 anos*, Gráfica Júnior, Teresina, 2002, p. 126.

241 Raimundo Nonato Monteiro de Santana, *Evolução Histórica da Economia Piauiense*, APL/Banco do Nordeste, Gráfica do Banco do Nordeste, 2ª edição, 2001, p. 98.

242 Lima *apud* Santana, p. 91.

243 Fárabas Pimentel, *Teresina 150 anos*, ob. cit., p. 112.

O ensino primário não existia praticamente, apesar da Lei nº 267, de 20 de julho de 1901, sancionada pelo Governador Arlindo Nogueira, e a Lei nº 527, de 6 de julho de 1909, do Governador Anísio de Abreu. A capital não tinha calçamento, o que dificultava o tráfego dos três únicos automóveis que circulavam garbosamente pelas ruas de terra, em 1924. Durante a noite, como a iluminação era precária, grande parte das ruas, mesmo as do setor urbano, ficavam absolutamente às escuras.

O rio Parnaíba continuava sendo o melhor meio de locomoção de pessoas e mercadorias, tanto para o sul como para o litoral norte do Estado. Antes de 1904, o abastecimento de água para o consumo humano era feito em lombo de burros ou em latas carregadas por jumentos.²⁴⁴ O telefone chegou primeiro (em 1907) do que a luz elétrica (1914). No início do século XX, Teresina não tinha grandes escolas, bibliotecas e livrarias. Até 1911, 90% da população piauiense era composta por analfabetos. No Piauí inauguraram-se escolas sem ter professores. A Escola Normal criada em 1864 só veio ter cursos livres para a formação do magistério 44 anos depois. De cada 1.000 habitantes, apenas seis estavam matriculados nas escolas estaduais, ou seja, 0,6% da população.²⁴⁵

Em 1925, o índice de analfabetismo em Teresina era de 83% para uma média populacional beirando a casa de 60 mil pessoas. De 1870 a 1921, a matrícula escolar cresceu somente 0,1%. No início dos anos 20, o Piauí tinha 95 escolas primárias, das quais 21 para homens, 20 para mulheres e 55 mistas, 101 professores, oito homens e 93 mulheres.²⁴⁶ Um dado, porém, contrário à opinião comum de pobreza: o Piauí, em 1912, possuía o segundo maior rebanho bovino do Nordeste – o que dava mais de dois bois por habitante – e, em nível de Brasil, só ficava atrás dos rebanhos de Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Goiás e São Paulo.²⁴⁷ Apesar dessa riqueza, a comercialização do gado que era realizada fora das fron-

244 Zózimo Tavares, ob. cit., p. 25.

245 *Instrução Pública no Piauí*, publicação da Diretoria da Sociedade Auxiliadora da Instrução, Papelaria Piauiense, Teresina, 1922, p. 17.

246 Idem, p. 19.

247 *Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912*, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, Tipografia de Estatística, 1917, pp. 3-4.

teiras do Estado, não trazia para dentro os benefícios compatíveis com o volume de vendas.

Ao povo pobre da cidade não era dado nem pão e circo. “Vale salientar que nos subúrbios onde residia o homem pobre migrante existia, junto à casa, quintal cercado com talos de palmeira de buriti, onde plantava milho, feijão, hortaliças e mangueira. Também era comum a criação de animais (...) Essas atividades [eram] geralmente praticadas por mulheres e crianças, tendo como finalidade auxiliar o sustento da família.”²⁴⁸ A sociedade teresinense ainda se ressentia da grande seca de 1877 que transformou a cidade num arraial de retirantes famintos, oriundos de outros lugares, notadamente do Ceará. No vizinho Estado a seca dizimou milhares de pessoas durante a estiagem, como bem retratou o poeta português Guerra Junqueiro (1850-1923), num poema de 1877:

*“Lançai o olhar em torno;
Arde a terra abrasada.
Debaixo da candente abóbada dum forno.
Já não chora sobre ela orvalho a madrugada;
Secaram-se de todo as lágrimas das fontes;
E na fulva aridez aspérrima dos montes,
Entre as cintilações narcóticas da luz,
As árvores antigas
Levantam para o ar – atléticas mendigas
Fantasmas espectrais, os grandes braços nus.*

*Na deserta amplidão dos campos luminosos
Mugem sinistramente os grandes bois sequiosos.
As aves caem já, sem se suster nas asas.
E, exaurindo-lhe a força enorme que ela encerra,
O Sol aplica à Terra
Um cáustico de brasas.*

248 Araújo *apud* Carta Cepro, p. 72.

*Um incêndio destruidor a galopar com fúria,
Como um Átila, arrasta a túnica purpúrea
Nos bosques seculares;
E, Lacoontes senis, os troncos viridentes
Torcem-se, crepitando entre as rubras serpentes
Com as caudas de fogo em convulsões nos ares.*

*O Sol bebeu dum trago as límpidas correntes;
E os seus leitos sem água e sem ervagens frescas,
Cò' as bordas solitárias,
Têm o aspecto cruel de valas gigantescas
Onde podem caber muitos milhões de párias.
E entre todo este horror existe um povo exangue,
Filho do nosso sangue,
Um povo nosso irmão,
Que nas ânsias da fome, em contorções hediondas,
Nos estende através das súplicas das ondas
Com o último grito a descamada mão.*

*E por sobre esta imensa, atroz calamidade,
Sobre a fome, o extermínio, a viuvez, a orfandade,
Sobre os filhos sem mãe e os berços sem amor,
Pairam sinistramente em bandos agoireiros
Os abutres, que são as covas e os coveiros
Dos que nem terra têm para dormir,*

Senhor!

*E sabeí – monstruoso, horrível pesadelo!
Sabeí que aí – meu Deus, confranjo-me ao dizê-lo!
Vêem-se os mortos nus lambidos pelos cães,
E os abutres cruéis com as garras de lanças,
Rasgando, devorando os corpos das crianças*

Nas entranhas das mães!

*Quando inda há pouco o vendaval batia
 Dos grandes montes nos robustos flancos;
 E as nuvens, como enormes ursos brancos,
 Em tropel pela abóbada sombria
 Dos canhões dos titãs, aos solavancos
 Arrastavam a rouca artilharia;
 Quando os rios, indômitos, escuros,
 Iam como ladrões saltando os muros,
 Para roubar ao camponês o pão;
 E cruzando-se, os raios flamejantes
 Abriam como esplêndidas montanhas
 De meio a meio a funda escuridão;
 Quando os ventos aspérrimos, frenéticos
 Como ciclopes doidos, epilépticos
 Com raivas convulsivas
 Perseguiam, bramindo, às chicotadas,
 Das retumbantes ondas explosivas
 Às trôpegas mandas;
 Quando entre os gritos roucos da procela,
 A fome – a loba – escancarava a goela
 Uivando às nossas portas;
 E andavam sobre as águas desumanas
 Com os despojos tristes das choupanas
 Berços vazios de crianças mortas.*

*Oh! Nesse instante, ao ver o povo exânime,
 Pulsou da pátria o coração unânime,
 Um coração de mãe piedosa e boa...
 E das imensas lágrimas choradas
 Muitíssimas então foram guardadas
 Entre as jóias da c'roa.*

*Mas é certo também que além dos mares
Alguém ouviu, alguém, cortando os ares
Essa terrível dor;
E esse alguém é quem hoje, é quem agora
Morto de fome a soluçar implora
Mais do que o nosso auxílio – o nosso amor.
Vamos! Abri os corações, abri-os!
Transborde a caridade como os rios
Transbordam dos leitos em janeiro!
Nem pode haver decerto mão avara,
Que a esmola negue a quem lha a deu primeiro.*

*A miséria é um horrível sorvedeiro.
Vamos! Enchei-o com punhados d'ouro,
Mostrando assim aos olhos das nações
Que é impossível já hoje (isto consola)
Morrer de fome alguém, pedindo esmola
Na mesma língua em que a pediu Camões.²⁴⁹*

Além de não proporcionar mercado de trabalho, o Governo proibia a diversão. Uma Lei de nº 69, no seu Capítulo VII, inciso 3º, publicada em 12 de outubro de 1905, com a assinatura do Presidente do Conselho de Intendência Municipal, Lisandro Francisco Nogueira, punia com multa no valor de 10 mil réis quem se atrevesse “a fazer batuques, com toques de tambor, cantorias e danças, ou qualquer instrumento, que perturbe o sossego durante a noite, dentro da zona urbana”. No Capítulo X, era ainda mais insidiosa a legislação quando admitia ser “proibido o jogo de entrudo, permitindo-se apenas o uso de pequenas bisnagas perfumadas e de outros artifícios que não prejudiquem a decência e a saúde públicas”. Ao infrator a multa estipulada de 10 mil réis.

249 Guerra Junqueiro, *A Musa em Férias*, Porto: Lello & Irmãos Editores, 2ª edição, Portugal, 1974, pp. 744-747.

A primeira agência do Banco do Brasil foi instalada somente em 1921. O número de alunos matriculados na rede escolar entre 1921 e 1924 esteve sempre inferior a cinco mil, numa média de 54 estudantes por escola. O governo ampliou a rede de ensino abrindo unidades escolares em Parnaíba, Jerumenha, Piripiri, Miguel Alves, Barras, Buriti dos Lopes, Piracuruca e Campo Maior. Na Escola Normal, em 1925, foram matriculados 71 alunos no primeiro ano, 48 no segundo ano, 30 no terceiro ano e nove no quarto ano, totalizando 158 alunos. Desde o ano de sua reabertura em 1910 até 1925, foram matriculados ao todo 1.166 alunos.²⁵⁰ Em 1924, foi comprado o Palácio de Karnak pela quantia de 100 contos de réis para ser a sede do Governo. A área total de 5.941 metros quadrados, dos quais 913 metros quadrados de construção. Naquele mesmo ano, estavam prontos os serviços de ajardinamento da Praça Deodoro.

Sobre o Palácio de Karnak, muitas histórias apareceram ao longo de sua existência. Antigamente, o local chamava-se Chácara Karnak. Depois da segunda metade do século XIX, muitas veredas que saíam da parte central de Teresina em direção a leste da Chapada do Corisco eram interrompidas por cercas que impediam o acesso direto ao local em que se situa atualmente o Palácio de Karnak. Ali, era uma quinta, de mato fechado, segundo a informação de ilustres estudiosos da história teresinense.

A posse inicial do imóvel era do Dr. Gabriel Ferreira (1848-1905), o primeiro governador constitucional do Piauí, que instalou uma casa de ensino de grau médio em 1º de janeiro de 1890, destinada a preparar alunos para as escolas superiores e militar. O educandário funcionou até o final do século XIX. Posteriormente, Gabriel Ferreira negociou a Chácara para o Barão Mariano Gil Castelo Branco (1848-1935) que, por sua vez, vendeu-a para o Governador João Luís. Mas a transação comercial só foi quitada pelo Governador seguinte, Dr. Ma-

250 Mensagem do Governador Matias Olímpio lida na Assembléia Legislativa do Piauí a 1º de junho de 1925. O objetivo do relatório era justificar o programa dos 11 meses de governo.

tias Olímpio, em 1926, que transformou a antiga escola em sede do Governo Estadual.

João Luís Ferreira, engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, era chegado à vida boêmia. Ainda estudante, na então capital federal, conheceu o escritor Lima Barreto (1881-1922). Quando o ficcionista escreveu *O Triste Fim de Policarpo Quaresma* dedicou a obra ao amigo piauiense. Em retribuição, Ferreira, ao assumir o Governo do Piauí em 1920, convidou-o para ser diretor da Imprensa Oficial do Estado. O dinheiro da fracassada viagem a Teresina, conta-se, foi gasto por Lima em inúmeras farras na graciosa noite da Belle Époque carioca!

Uma testemunha de época, a digníssima senhora Elvira Aguiar Freire, esposa do Governador Antonino Freire (1876-1934), contou anos depois ao jornalista Deoclécio Dantas que realmente o interesse de mudar a residência do barão em sede do Governo, partiu da vontade de João Luís Ferreira, que, aliás, tinha passado a sua infância naquele local.

Sabendo Mariano Gil do interesse do governador pela compra do prédio, saiu um belo dia montado em seu cavalo, tomando o rumo do Palácio do Governo, que no início dos anos 20 do século passado funcionava onde hoje é o Museu do Piauí, para fechar o negócio. Talvez o motivo da venda tenha sido frustração causada pelo prematuro falecimento de Cândi, a filha adotiva do barão. Quem circulava pelas imediações do Karnak nos anos 20, narra o saudoso A. Tito Filho em seu livro *Teresina, Meu Amor*, quase sempre, podia ouvir, ao cair da tarde, as mais belas composições de Chopin tocadas pela jovem baronesa, ao piano que o pai mandara vir da Europa. Cândi havia se tornado uma grande pianista pelas mãos da Professora Ana Bugyja Brito.

Depois do acerto entre os dois, o projeto de transformar uma moradia particular em sede de Governo, acrescentando inclusive o pórtico, teve como autor o Engenheiro Luís Mendes Ribeiro Gonçalves (1895-1984). Foi dele a iniciativa de grafar o nome Palácio de Karnak, e de colocá-lo na frente do edifício, depois estranhamente mandado retirar por ordens superiores. Gonçalves é também o criador do brasão do Estado do Piauí no qual adotou o verso *Impavidum ferient ruinae* – Os bravos não temem as ruínas, retirada das Odes (3, III), de autoria do poeta latino Horácio (65-8 a.C.), dedicadas a César Augusto (63 a.C.-14 d.C.).

Uma outra vertente de pensamento, não menos exitosa, sobre o estudo histórico e lingüístico do nome Karnak dado ao Palácio de Governo do Piauí, já foi lembrada pelo já citado erudito amarantino Luís Mendes Ribeiro Gonçalves. Em carta dirigida do Rio de Janeiro ao intelectual Arimatéia Tito Filho, a 5 de julho de 1983, coloca um novo enfoque para desvendar as linhas da questão. Para ele, citando a autoridade de Lucrécio Avelino, Karnak, com duas letras “k” colocadas uma no início e outra no fim da palavra, tem sua origem, numa milenar tribo celta ligada ao tronco bretão do norte da França. Assim, Gabriel Ferreira ao colocar o nome Karnak em sua famosa Chácara, poderia ter-se inspirado na leitura da obra do escritor Eugène Sue (1804-1857), autor do livro *Mistères du Peuple*, considerado para muitos como o Charles Dickens francês.

Por esta origem gaulesa, Karnak deveria ser escrito Carnac, com a letra “c” começando e finalizando o vocábulo, ou aportuguesando-a como Carnaque. Quem comunga também da procedência céltica é o renomado Dr. Demóstenes Avelino, reforçada pelo testemunho epistolar de Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, pelo qual, Gabriel Ferreira, ao ter várias alternativas para a adoção do polêmico nome, teria sido levado a optar pela influência do romancista Eugène Sue e não pela origem egípcia do termo.

A dúvida que se coloca é que o escritor francês grafa também Karnak com dois “k” e não com dois “c”, como era de se esperar, dado o caráter etimológico da língua francesa. O certo é que Gabriel Ferreira, homem antenado com a modernidade do seu tempo, tinha conhecimento tanto da redescoberta arqueológica do Egito, quanto do romance-folhetim, modalidade literária que havia alcançado enorme sucesso de público, um pouco antes e principalmente depois da segunda metade do século XIX na Europa e no Brasil.

As contradições entre o progresso e o atraso são notadas antes e logo após a fundação de Teresina em 1852. A arrecadação de dinheiro para a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo foi feita um ano antes da fundação da capital!²⁵¹ Há notícias sobre o aparecimento de

251 Paulo Gutemberg, *Teresina*, Pulsar, Teresina, 2004, p. 25.

sorvete em 1866, mas a luz elétrica só veio aparecer em 1914. Os principais produtos de exportação do Piauí eram, no início do século, a borracha de maniçoba, algodão, cera de carnaúba, couros de gado vacum, peles de cabra, e gado para corte²⁵². Mas não existiam vias de facilitação do escoamento, a não ser o rio Parnaíba, para a produção, pois as primeiras estradas foram construídas ligando a capital aos locais de produção nas primeiras décadas do século XX. A inauguração da estrada de ferro ligando Teresina a São Luís data de 1939. O forte da economia piauiense eram a agricultura e a pecuária, mas não havia por parte do Governo federal e estadual nenhuma política de incentivos fiscais ligada a essas atividades.

O Piauí sofreu muito com a seca entre os anos de 1915 e 1919. O luxo era o outro lado da moeda, pois “a elite constituía um pequeno grupo formado por pessoas que se vestiam com artigos de luxo vindos da França. Usava-se vestidos de seda, veludos, leques de madreperla, gravatas, perfumarias e jóias de ouro. Quase tudo era vendido nas casas de comércio.”²⁵³. Nesse ambiente de “uma miserável aldeia abandonada”, intelectuais ligados à Maçonaria criaram a Academia Piauiense de Letras em 30 de dezembro de 1917, reunidos no salão nobre do Conselho Municipal de Teresina. Se bem que, dezesseis anos antes, já estava criada uma Academia, com o firme propósito de desenvolver e divulgar as letras piauienses.

252 Raimundo Nonato Monteiro de Santana, ob. cit., pp. 94-95.

253 Filho *apud* Cartacepro, p. 84.

.....

Capítulo 10

A CIDADE VERDE PEGA FOGO

EM linhas gerais esse era o retrato incompleto de Teresina quando a Coluna Prestes deu-lhe cerco em fins de 1925. Reiteradas vezes Prestes declarou que não pretendia invadir a capital piauiense. “...Porque nós não tínhamos pretensão de atacar Teresina (...) logo em seguida (de 23 de dezembro de 1925 a 1º de janeiro de 1926) abandonamos (a cidade), reunimos a tropa em Natal (Monsenhor Gil), e tomamos a direção do Ceará.”²⁵⁴ Mas a explicação não tem sustentação lógica. Se o propósito não era verdadeiro, por que, então, marchar de Uruçuí descendo o rio Parnaíba, numa distância aproximada de 450km, para apenas fazer pequenas incursões com as patrulhas de vanguarda nas bordas dos subúrbios da Cidade Verde?

Em termos de estratégia militar seria ótimo invadir Teresina porque seria uma grande desmoralização para a imagem do Governo. A não ser que os objetivos originais da Coluna, que eram o de derrubar o Presidente Artur Bernardes, tenham se transformado em um inexplicável “passeio” para tomar conhecimento da dura realidade dos sertões e dos sertanejos brasileiros. É preferível imaginar que os revoltosos não invadiram Teresina por temer o colossal sistema de defesa que foi montado. Ou então,

254 Entrevista de Luís Carlos Prestes ao Núcleo de História Oral, ob. cit., CAB.

o plano dos rebeldes fosse apenas o de dar tempo ao tempo para desgastar ainda mais a imagem do presidente da República, passando a idéia de que o país vivia mergulhado em grandes convulsões sociais.

Há um trecho no depoimento de Prestes ao Núcleo de História Oral da Cepro que dá a entender que pelo menos alguma coisa os colonistas queriam com Teresina. "...De maneira que chegamos (...) quando estávamos ainda a 40 ou 50km de Teresina, já à noite ouvimos os tiroteios (...) João Alberto, Siqueira Campos faziam troça (...) 'tão gastando lá a nossa munição'."255 A expressão "nossa munição" é revelador, pois os revoltosos naquela altura estavam carecendo muito de armas, munições e remédios. A declaração é verdadeira se levarmos em conta que realmente o grosso da Coluna estava naquela situação. Mas não se pode negar que patrulhas colonistas faziam reconhecimento do terreno, aproximando da zona sul de Teresina, sendo recebida por uma saraivada de tiros.

Muitos relatos foram feitos pelos governistas e por testemunhas que estavam em Teresina durante os dias de cerco. Houve violentos tiroteios no dia 23 de dezembro de 1925, a partir das 23 horas, na zona sul e no bairro Catarina, que demoraram até às cinco horas da madrugada. No dia seguinte, durante a missa do galo, na catedral, o som dos tiros deixou os fiéis em pânico, atrapalhando os rituais litúrgicos. Minha avó, Susana Gonçalves de Mesquita, minha mãe, Cândida Gonçalves de Mesquita e familiares estavam na igreja. Saíram correndo pela porta lateral, atravessaram a Praça Saraiva, encaminhando-se pela Rua Olavo Bilac até a Rua Arlindo Nogueira, esquina com a Taumaturgo de Azevedo, onde moravam.

No dia 25, a peleja se deu na estrada de São Pedro. No dia 26, a Coluna Prestes cortou as ligações telegráficas da capital e um cerrado tiroteio aconteceu na vizinha cidade de Timon, e nas imediações da usina elétrica, onde hoje funciona a Cepisa. No dia 27, à noite, novo ataque a Teresina, retirando-se os prestistas na manhã seguinte. No dia 28, às 20 horas, outro tiroteio em Teresina e Timon. Muitos moradores da Rua Paissandu tiveram que dormir no chão, a fim de não serem atingidos pela chuva de balas que caíam na área. O Banco do Brasil teve de mandar seus

255 Idem, entrevista citada.

arquivos para Parnaíba prevendo uma catástrofe que poderia acontecer naquele momento.

No dia 29, pela manhã, pequenos choques foram registrados entre colunistas e governistas. No mesmo dia, patrulhas da Coluna chegaram a quatrocentos metros das trincheiras na zona sul de Teresina. No dia 30, curtos tiroteios sem grandes proporções. No dia seguinte, depois da prisão de Juarez Távora, grande tiroteio foi ouvido em toda a capital. Segundo muitos depoimentos de populares, ninguém dormiu em Teresina naqueles dias, e pela manhã do dia 31 registrou-se novo pânico, com a fuga de mais de trezentas pessoas, para fora da capital.

Todos os relatos de combates foram posteriormente negados pelos integrantes da Coluna Prestes, embora depoimentos de governistas demonstrem exatamente o contrário. "...alertas, na eventualidade de um contra-ataque, que se realizou efetivamente às 4h10min, cuja duração foi de meia hora (...) fomos atacados novamente, com vigor, às 5 horas (...) às 6 horas findava o combate (...) pela fuga dos rebeldes (...) De nossa parte nenhum perda pessoal."²⁵⁶ Várias baixas foram registradas pelos relatórios governistas, como as do Sargento da 1ª Companhia do 23º BC, Lucas Evangelista de Sousa, que morreu no dia 29 no Hospital de Sangue do QG do Exército; o marinheiro de 2ª classe, Manuel Virgílio da Costa, falecido no Hospital da Força Pública do Piauí; e o 2º Sargento da Força Pública do Rio Grande do Norte, Augusto Azevedo de Souza, óbito ocorrido no dia 31.

Juarez Távora foi outro colunista que fez coro afirmando que não houve combates em Teresina, mas os relatórios dos governistas falam em grandes vitórias. "A fim de que todas as unidades subordinadas a este destacamento tenham ciência dos detalhes dos combates travados em nossas linhas de frente, nos dias 24 e 25 (de dezembro) (...) que terminaram em magnífica vitória para as nossas forças."²⁵⁷ No mesmo boletim, são descritos lugares, situações e descrição de lutas que não poderiam sair da imaginação fantasiosa dos depoentes:

256 Relato do Capitão-Comandante do 25º BC, Álvaro Peixoto de Azevedo, do 1º quartelão do setor leste, Teresina, 26 de dezembro de 1925.

257 Boletim nº 6, do Comando da Força Militar do Estado do Piauí, Quartel de Teresina, 26 de dezembro de 1925.

“Comunico-vos (ao comandante do Destacamento do Piauí), para os fins devidos, que tendo ocupado (...) o primeiro quartelão do setor leste, compreendido entre a estrada de São Raimundo e o rio Parnaíba na tarde de 24 (de dezembro) do corrente (1925), fiz a competente distribuição de praças ao longo da linha de entrincheiramento (...) numa distância de quatro km (...) até a passagem de São Raimundo (...) pelas estradas de Santa Catarina (bairro Catarina) e Barroão (atual Av. José dos Santos e Silva) (...) às 23 horas, mais ou menos do mesmo dia, surgem disparos do lado inimigo (...) grupos de rebeldes (...) o ataque (...) em toda extensão da nossa frente. Das 3 às 4 horas da manhã, houve (...) intensificação de fogos que culminou às 5, momento em que os rebeldes buscaram o campo e puseram-se em fuga. Era a primeira vitória. Entramos no dia 25 (com a aproximação) de um forte contingente de revoltosos nas proximidades de nossas posições (...) às 19h30 minutos, aproximadamente, começaram os primeiros disparos dos rebeldes (...) que foram se intensificando (...) às 2h40 minutos o ataque pronunciou-se francamente, havendo então formidável intensificação de fogos.”²⁵⁸

Não é possível, para quem conhece Teresina, que estes relatos sejam pura ficção. Salvo se estiver correta a afirmação de Luís Carlos Prestes que os governistas e também os prestistas atirassem para o ar brincando de fazer uma guerra de mentirinha. A morte do Capitão Hildebrando, um dos cabeças da Coluna, ocorrida em Timon, e a prisão de sete revoltosos, registrada pelo Comandante da Polícia Militar do Piauí, Delfino Vaz de Araújo, não podem ser colocadas no campo da imaginação.

Se não houve uma guerra verdadeira no sentido amplo da palavra, muitos conflitos foram registrados por várias testemunhas, inclusive nas imediações do centro de Teresina. “Na madrugada do dia 27 (de dezembro), notando grande tiroteio em terra, à Praça Deodoro, próximo ao Palácio do Governo, e temendo uma infiltração do inimigo no setor norte da capital (...) lancei em terra um contingente de desembarque, às 3 horas da manhã, a fim de proceder a um reconhecimento às áreas adjacentes ao Palácio do Governo, Praça Deodoro e Rua Álvaro Mendes

(...) Quando próximo ao cais, a patrulha descia a Rua Álvaro Mendes, um dos praças foi atingido por um projétil mauser que lhe atravessou o abdômen (...) Requisitou-se uma ambulância, mas, até às 6 horas da manhã quando veio a falecer (o marinheiro chamava-se Virgílio da Costa), não chegara.”²⁵⁹

259 Humberto de Área Leão, relatório assinado em 16 de março de 1926 (Mensagem Governamental de 1º de junho de 1926, anexos XVI e XVII).

.....

Capítulo 11

JUAREZ TÁVORA ABANDONA A COLUNA PRESTES

A PRISÃO de Juarez Távora foi o fato mais espetacular acontecido durante a passagem da Coluna Prestes pelo Piauí, aliás, pouco esclarecido pela historiografia brasileira. A detenção do oficial se deu nos arredores de Teresina quando o cavalo em que montava empacou num momento em que tentava fugir do assédio das tropas governistas. Ele e os seus companheiros de Coluna sempre defenderam este argumento. Em suas memórias, a versão de Távora carece de fundamento lógico, em função da geografia do local. Claramente, a descrição que ele faz é muito mais para esconder do que para revelar o que realmente aconteceu. Testemunho de militares e de moradores levam a crer que o famoso tenente se entregou, desertando-se das hostes colonistas.

Távora foi preso na manhã do dia 31 de dezembro de 1925 na antiga Fazenda Angelim, na comunidade Areias, nas imediações onde hoje se localiza o bairro Santa Fé, pelo Major Costa Araújo, em meio de um tiroteio entre governistas e prestistas. Ele estava dentro de um matagal cerrado quando ouviu os tiros. Claro que teve tempo para fugir, como fizeram seus companheiros. Porém, inexplicavelmente, tomou a direção onde justamente estavam as tropas governistas que o prenderam. Na noite anterior, debaixo de uma chuva torrencial, 40 atiradores com metralhadoras e 1.500 fuzileiros abriram fogo ao mesmo tempo contra a Coluna Prestes.

O local da prisão fica à direita da pista para quem vai no sentido Teresina a Palmeirais. O Governo do Piauí ofereceu 100 contos de réis pela prisão ou pela cabeça de cada um dos chefes colonistas. O volume de dinheiro apresentado despertou a cobiça de muita gente, que a partir de então se interessou pelo repto. Em suas memórias, Juarez Távora não nega a intenção de atacar Teresina, depois que as tropas governistas abandonaram Floriano. Porém, quando descreve a sua prisão, muitas dúvidas surgem sobre a narrativa apresentada.

A nossa intenção é somente mostrar as versões e assim motivar o leitor a tirar as suas próprias conclusões. Juarez contou assim a sua versão: “Por volta de 8 horas da manhã, uma lancha governista, vinda de Teresina, apoderou-se de uma canoa mantida na região de Caieiras (...) Era essa a terceira vez que essa embarcação governista perturbava (...) nossas ligações com a outra margem [maranhense] do [rio] Parnaíba (...) Irritado com essas incursões (...) decidi armar-lhe uma emboscada (...) Para isso (...) me desloquei pela margem [piauiense] do rio em direção a Teresina (...) o comando governista de Teresina (...) resolvera montar (...) um ataque (...) atacaram violentamente a guarda postada em Caieiras, que foi obrigada a retirar-se sobre Natal [Monsenhor Gil] (...) Ouvindo o tiroteio, à minha retaguarda, tratei de voltar a Caieiras (...) Mas o meu cavalo, assustado com o tiroteio, empacou miseravelmente, obrigando-me a apejar para puxá-lo pelas rédeas e perder o contato com os meus companheiros de exploração. Estes conseguiram ultrapassar Caieiras, antes ocupada pelos governistas. Eu, porém (...), fui cercado por um pelotão adversário, que me intimava render-me. Atirando o revólver que vinha empunhando (...) apeei-me, e, desarmado, me entreguei como prisioneiro.”²⁶⁰

Mas há outras versões. A prisão de Juarez Távora, que havia chegado à Fazenda Angelim no dia 27 de dezembro, foi feita pelo Major Antônio da Costa Araújo Filho. Mal o dia amanhecera em 31 de dezembro de 1925, o Destacamento de João Alberto, que estava em Caieiras, tomou o rumo leste com o objetivo de atravessar o rio Poti. Em Angelim ficou um grupo de revoltosos encarregado de vigiar a margem direita do rio Parnaíba

260 Juarez Távora, *Uma Vida e Muitas Lutas*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1976, p. 193.

para tomar de conta de uma estrada por onde passava as linhas telegráficas, numa reta até o rio Poti. O Comando da Coluna Prestes ordenou que todos os combatentes, inclusive os que estavam em Timon, deveriam se reunir ali. A partir do ponto marcado, se deslocariam então para Natal [Monsenhor Gil]. De lá, um grupo rumaria para o Ceará, enquanto outros destacamentos se deslocariam para Valença, Oeiras, Picos e Pio IX.

Há uma carta de Juarez Távora ao comandante Luís Carlos Prestes, datada de 30 de dezembro de 1925, em que é revelado todo o plano da Coluna para aquele dia, vazada nos seguintes termos: “Acabo de receber sua ligação. Mando-lhe um croqui deste e do outro lado do [rio] Parnaíba, com as distâncias em quilômetros, ou em léguas:

“Os pontos para passagem de tropa são: 1) São João da Cana Brava, daqui a 7,5km, onde há três pequenas canoas; 2) Varjota-Nazária – daqui a cinco léguas, onde há duas canoas regulares; 3) Santo Antônio, daqui a oito léguas, onde há uma ótima chalana.

“Com esse dispositivo, penso que a travessia [de Timon para Teresina] pode ser assim determinada: 1) Landucci deixará uma avançada de cavalaria (...) para vigiar Flores [Timon] (...); 2) Os doentes, feridos e cargueiros, que estão no Maranhão, passarão, ainda hoje, para o Piauí, no porto [de] São João da Cana Brava, onde há três canoas, e para onde seguiram ontem os cargueiros e feridos de João Alberto e de Dutra; 3) Você encaminhará a tropa de Cordeiro e de Siqueira para Varjota-Nazária, ou Santo Antônio, mandando, se julgar melhor, descer a chalana de Santo Antônio, para Nazária; 4) Aqui, a situação permanece a mesma. Esta noite, nosso pessoal atacou, novamente, em simples demonstração, as trincheiras de Teresina (...); 6) Esperamos sua vinda para Gameleira, ou São João, onde poderemos conversar muitas coisas.”²⁶¹ foi o último contato de Juarez Távora com seus amigos de Coluna. A carta foi entregue a Prestes por Cordeiro de Farias.

A versão piauiense da prisão de Távora difere dos integrantes da Coluna Prestes. Em primeiro lugar, apresentaremos uma vilã do renomado e insuspeito historiador Anísio Brito, um espírito culto e ponderado, que deixou para a história o seguinte relato:

261 Juarez Távora, ob. cit., p. 194.

“Consultado a aceitar o comando (...) pelo chefe do primeiro quartirão e organizador da expedição, Capitão Álvaro Peixoto, o Major Antônio da Costa Araújo, comandante do setor, acedeu prontamente, pondo, mais ainda, em relevo, com este gesto, a sua bravura e civismo. Oficial de maior patente entre os expedicionários, conhecedor perfeito do terreno (...), tudo indicava o Major Costa Araújo a tomar a direção suprema da diligência de 31 de dezembro, composta de cento e dezoito praças e dos tenentes comissionados Tobias Rivoredo e Miguel Filgueiras.

“Acompanhando a expedição subia o [rio] Parnaíba a lancha *Al-neves*, guarnecida de marinheiros nacionais. Sem maiores precauções ante a nossa inatividade, estava em Areias a coluna de revoltosos do comando de Capitão Juarez Fernandes Távora, entre eles no posto de coronel. Ao avistar aquele barco, Juarez Távora planejou uma cilada à sua marinhagem, dispondo pequena patrulha à margem do rio – porto de Areias – pronta à violenta abordagem caso a tripulação o aproximasse a tomar um bote que ali estava.

“Neste ínterim, porém, rompe o fogo das forças rebeldes sobre as legalistas, que marchavam por terra. A confusão se estabelece, logo, entre os revoltosos, que fogem em todas as direções, vendo-se perdido, e um soldado a apontar-lhe o fuzil, atira ao solo as armas, ergue os braços e exclama: ‘Sou Juarez Távora e entrego-me prisioneiro.’ Salvou-lhe a vida o Major Costa Araújo, que impôs à soldadesca baixar as armas. Aproximando-se, o intrépido tenente Rivoredo foi o primeiro a cumprimentar o Capitão Távora, fazendo-o, em seguida, o Major Costa Araújo, que o convidou a montar e seguir para Teresina.”²⁶²

Há uma cena descrita por Anísio Brito pouco conhecida na ocasião da prisão do chefe revoltoso. Ao saudar Juarez Távora, o Major Costa Araújo, que era também do Exército, teria feito a seguinte inquirição: “Capitão, Juarez Távora, não?” Ao que respondeu Távora: “Eu não sou capitão, não pertencço mais a esse exército; sou Juarez Távora, coronel das forças revolucionárias e agora seu prisioneiro de guerra.”²⁶³

262 *Anais da Câmara dos Deputados*, volume II, ob. cit., pp. 66-67.

263 *Anais da Câmara dos Deputados*, volume II, ob. cit., p. 68.

Continuemos com a leitura do texto de Anísio Brito sobre o que aconteceu depois dos episódios das Areias: “A notícia da prisão do chefe revoltoso circulou na capital ao meio-dia, arrastando às imediações do quartel da força federal quase toda a população. Inúmeras visitas tiveram acesso ao Quartel-General. Nos primeiros momentos portou-se Juarez Távora de ânimo sereno, atitude que não pôde manter após a visita do Revmo. Bispo Diocesano, Dom Severino Vieira de Melo, que fora ali visitar o católico praticante que é o capitão revoltoso. Abriu-se então após essa entrevista em verdadeira loquacidade, ele que até momentos antes se mantivera calmo ao trocar cumprimentos com várias autoridades, inclusive S. Ex^a o Sr. Dr. Matias Olímpio, que lhe apertou a mão (...) Com o intuito de intimidar, disse que lamentava o massacre da população de Teresina, que seria tomada pelos seus companheiros. As cidades do interior seriam incendiadas. Em Floriano já haviam causado um prejuízo de cerca de mil contos de réis, Amarante nada mais possuía e a vila de São Pedro fora completamente arrasada.”²⁶⁴

Mas vamos retornar novamente ao momento da prisão de Juarez Távora. A opinião de Anísio Brito não é tão polêmica quanto a do próprio Major Costa Araújo, no instante em que a tropa, sob o seu comando, prendeu o chefe revolucionário. “Continuando o nosso avanço, apoderamos-nos do cemitério [das Areias] e de várias casas do arraial. Tendo observado que os rebeldes se ocultavam (...) demos-lhes cerco apertado, que colocou o inimigo em posição crítica. Nossos soldados (...) não cessaram seus disparos na direção dos rebeldes sitiados. Foi então que vimos surgir, por uma porteira do cercado, um homem de porte varonil, montado a cavalo, trajando camisa branca, calça bombacha e um lenço encarnado [vermelho] no chapéu. Apontou-lhe a arma um dos nossos soldados (...) apressei-me em gritar que não atirasse e me aproximando do rebelde. Foi então que ele, tirando do cinto uma pistola e um punhal, arremessou-os ao solo e declarou em voz forte e clara: ‘Sou Juarez Távora e entrego-me prisioneiro (...)’ Foi para a tropa um momento de indizível exaltação patriótica.”²⁶⁵

Nesse momento, Costa Araújo ofereceu um cavalo a Távora, rumando a comitiva para Teresina. O comboio seguiu pela estrada no

264 Idem, pp. 66-67.

265 Higinio Cunha, ob. cit., pp. 86-87.

sentido Palmeirais–Teresina, passou entre o hoje Parque Piauí e o hoje Saci. Chegando ao balão da Tabuleta, entraram na atual Avenida Barão de Gurguéia, dobrando lá na frente, à direita, na Avenida Joaquim Ribeiro. Depois entraram à esquerda na Rua Barroso, indo até a esquina com a Avenida José dos Santos e Silva. Como havia um grande grotão naquela via de acesso, o cortejo entrou à esquerda, saindo novamente na continuação da Avenida Barão de Gurguéia, hoje Rua Rui Barbosa. Entraram na Praça Saraiva pela esquina onde funciona atualmente o bar do Babá, indo em linha diagonal. Na esquina da Rua Barroso com Félix Pacheco, dobraram à direita e seguidamente à esquerda, para chegar à Rua 13 de Maio, esquina com a Paissandu, onde se localizava o antigo quartel da Polícia Militar do Piauí. Há outra versão, segundo a qual a comitiva fez o mesmo trajeto, indo, porém, para o quartel do 25º BC.

Analisando os depoimentos de pessoas envolvidas no episódio da prisão de Távora, e fazendo uma comparação com o do prisioneiro, não há dúvidas de que ele se entregou. Em primeiro lugar, o encontro dos soldados de Costa Araújo com o chefe revolucionário se deu no cruzamento da linha telegráfica, que vinha de Teresina, no sentido norte–sul, com uma estrada, antes das Areias, no sentido leste–oeste, que ia da margem do rio para onde fica a BR que liga a capital a Monsenhor Gil. Ali houve troca de tiros e os rebeldes fugiram em direção sul, voltando para o QG nas Areias. A perseguição dos governistas foi feita no sentido norte–sul. A PM do Piauí matou alguns moradores do lugar Areias achando que eram coniventes com os revolucionários do Sul.

Encurralado na mata perto do rio, Juarez Távora foi visto saindo por uma porteira de uma casinha, vindo em galope frontal para onde estavam as forças do Governo, e não fugindo, como era de se esperar, mais para o sul. Indo sempre naquela direção encontraria certamente seus amigos que haviam atravessado do Maranhão para o Piauí bem acima, na Fazenda Angelim. Ele tinha outras opções de fuga. Poderia, de onde estava, tomar o rumo até chegar à hoje BR-343, via de acesso para Monsenhor Gil, onde se encontrava o QG da Coluna Prestes. Preferiu rumar diretamente para onde se encontrava Costa Araújo. Fica difícil imaginar que um oficial gabaritado como era, e que, no dia anterior, armara todo o esquema de evacuação das forças prestistas, a fim de levantar cerco sobre Teresina e

Timon, inclusive usando mapas da região, pudesse seguir exatamente para onde estavam seus inimigos.

É bem verdade que Távora era péssimo cavaleiro. O cavalo que montava era emprestado de um Senhor da região. Costumeiramente reclamava para os amigos de dores provocada pela cistite que o atormentava diariamente, agravada talvez em razão da longa marcha que empreendera, em lombo de animais, desde o sul do Brasil até o longínquos sertões piauienses. Na prisão, confidenciou para o seu ex-colega de Escola Militar, o tenente Gaioso, que não houvera jurado dar sua vida pela revolução. No dia da prisão, Juarez Távora fora indicado para invadir o Ceará, sua terra natal. Houve muita sorte de Costa Filho que, ao ultrapassar para além das trincheiras, aliás, sem autorização do comandante-geral das operações, Coronel Benttemüller, deu de frente com Távora, que cavalgava tranqüilamente pela estrada.

A prisão do oficial revoltoso foi uma coqueluche em Teresina. Vinte e sete anos, solteiro, galã, alto, branco, cabelos ondulados, de olhar penetrante, educado, pertencente à Sociedade de São Vicente de Paula, despertou as mais ardentes fantasias entre as mulheres teresinenses, que fizeram fila para vê-lo, levando flores e presentes. O lenço vermelho dele virou objeto de obscuros desejos femininos, impensáveis para uma época marcada pela carece e repressão. Houve fogueirão e festa em toda a cidade, como nunca se vira antes.

O Governador mandou pintar o prédio do QG da Polícia Militar do Piauí, para receber o ilustre prisioneiro, embora o mesmo estivesse alojado nas dependências do 25º BC. A romaria para ver Juarez Távora despertou interesses também na ala masculina. Até o Governador Matias Olímpio o cumprimentou respeitosamente. “A notícia da prisão do chefe revoltoso circulou na capital ao meio-dia arrastando às imediações do quartel da força federal quase toda a população (...) Inúmeras visitas tiveram acesso (...) Nos primeiros momentos portou-se Juarez Távora de ânimo sereno, atitude que não pôde manter após a visita de S. Ex^a o Sr. Bispo Diocesano D. Severino Vieira de Melo (...) Abriu-se então após essa entrevista em verdadeira loquacidade, ele que até momentos antes se mantivera calmo ao trocar cumprimentos com várias autoridades, inclusive S. Ex^a o Sr. Dr. Matias Olímpio, que lhe apertou delicadamente a mão.”²⁶⁶

266 Ver nota 264, p. 189.

É curioso o depoimento do Engenheiro Luís Mendes Ribeiro Gonçalves sobre a visita do Governador a Távora. “Nós todos, eu e o Área Leão fomos ao quartel do Exército (...) O Matias foi avisado e foi ao quartel. Lá, chega o Juarez, trazido pelo Costa Araújo. Enfim, preso, mas andando em liberdade como nós (...) Apresentam-no ao Matias. Matias estira-lhe a mão, ele cumprimenta o Matias. – Que o Sr. é do Dr. Manuel Nascimento Távora? Pergunta-lhe o Governador. – É meu irmão mais velho, meu padrinho, respondeu Juarez. – Porque eu fui amigo dele no Acre, finalizou Matias.”²⁶⁷

Outras autoridades civis, militares e eclesiásticas também estiveram no xadrez para ver o prisioneiro. O povo não compreendia o significado da Coluna Prestes, mas gostava da identificação dos seus membros com os pobres e oprimidos. A admiração era acrescida pelo largo espírito de aventura daqueles rapazes que, saindo do Sul do país, tomaram a decisão de andar pelo Brasil na defesa de um ideal que os seus admiradores paradoxalmente desconheciam.

O dinheiro que Távora levava consigo, provavelmente para o pagamento do soldo dos rebeldes, foi confiscado. Muitos episódios pitorescos e engraçados aconteceram durante o período em que passou preso. Ele reclamou, por exemplo, a falta de chocolates e de mingaus. Muitas testemunhas disseram que tratava seus colegas de farda com um certo ar de superioridade. Chegou a dizer que recebeu maus-tratos, o que é absolutamente inverídico.

O mais cômico teve lugar em uma sala do 25º BC, na presença de várias testemunhas. O comandante desconfiado se dirigiu a Juarez. – “Dê-me o cinto”, disse. Távora pegou o cinturão, que era largo e com dupla face, desabotoou a fivela, entregando-o para a autoridade. Examinado-o, viu que na parte interna tinha um pacote cheio de dinheiro. Interrogou-lhe Benttemüller: “Que dinheiro é este?” Távora respondeu: “É dinheiro da Revolução, hoje era o dia de pagamento dos soldados que trabalham comigo.” O coronel não quis devolvê-lo. Juarez, conhecido pela sua enorme timidez, se incomodou de ficar quase de cuecas na frente das pessoas. Diante daquela situação constrangedora, argumentou: “Mas eu necessito do cinto também, que essa calça é frouxa e eu não posso passar o tempo todo com ela nas mãos.”²⁶⁸ Todos os presentes caíram numa discreta gargalhada!

267 Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, entrevista citada, p.125/CAB.

268 Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, entrevista citada, p. 125/CAB.

.....

Capítulo 12

O PAPEL DE DOM SEVERINO

OUTRO acontecimento espetacular da estada de Juarez Távora em Teresina foi o encontro com o Bispo Diocesano Dom Severino Vieira de Melo. Sabendo que o prisioneiro era um devotado católico, o religioso manteve com ele uma longa conversa. Távora, querendo impressioná-lo, disse-lhe que a Coluna Prestes iria resgatá-lo a todo custo, causando um verdadeiro banho de sangue na capital, além de incendiar as cidades e vilas do interior que estavam sob custódia dos rebeldes. “Alvitrei-lhe, então, o recurso de me ser permitida uma comunicação com o Comando Revolucionário, pedindo-lhe que, por amor às famílias ali domiciliadas, desistissem de atacar Teresina, se o pretendiam fazer simplesmente para tentar libertar-me.”²⁶⁹ Apavorado, mais que depressa, Dom Severino tratou de marcar um encontro com os líderes revolucionários, cujo QG estava acampado em Monsenhor Gil, a fim de dissuadi-los de tamanha pretensão.

O pernambucano Dom Severino foi o terceiro Bispo do Piauí. Ex-reitor do Seminário de Olinda, pertencia a uma das mais prestigiosas famílias daquele Estado.²⁷⁰ Veio de navio até São Luís, acompanhado de

269 Juarez Távora, ob., cit., pp. 195-196.

270 Pe. Cláudio Melo, *Arquidiocese de Teresina/Piauí, Diocese e Província Eclesiástica*, Editora/Gráfica da UFPI, Teresina, 1993, p. 51.

sua mãe, dona Rosa Leite Vieira de Melo, no início de fevereiro de 1924. Da capital maranhense se deslocou de trem até Timon, atravessando em seguida de barco para Teresina, numa grande procissão fluvial. Em solo teresinense, dirigiu-se rapidamente para a igreja de Nossa Senhora do Amparo, e de lá, a pé, seguido por um cortejo, assumiu a Diocese de Teresina a 24 de fevereiro, na Catedral de Nossa Senhora das Dores, na presença de várias autoridades, dentre elas, o Governador João Luís Ferreira.²⁷¹ Os sinos da igreja de São Benedito repicaram durante algum tempo em homenagem à importante data.

Preocupado em retomar os trabalhos da Igreja no campo da educação, deixados de lado pelo seu antecessor Dom Otaviano (1914-1922), Dom Severino reabriu o Ginásio São Francisco de Sales, criado em 1906, em 1º de fevereiro de 1925, destinado somente para rapazes. No seu governo, readquiriu o patrimônio que a diocese perdera em Piracuruca, por causa de um erro de avaliação do Vaticano. Dentre suas obras destacam-se a aquisição de casas para os párocos das igrejas de Nossa Senhora das Dores e do Amparo, aquisição da casa do Patronato Dom Barreto doada à Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, a criação do jornal *O Dominical*, em substituição *Apóstolo* que, na década anterior, serviu de instrumento ativo nas polêmicas contra a Maçonaria.²⁷²

Assim, como hábil negociador, diante da ameaça de invasão da cidade pelos rebeldes, Dom Severino, de posse de uma carta de Távora a Prestes, saiu de Teresina no dia 2 de janeiro de 1926 para Monsenhor Gil. A viagem, feita em um automóvel, foi interrompida porque as pontes entre o trajeto haviam sido seriamente danificadas pelos integrantes da Coluna. Retornou à capital piauiense, selou um cavalo, e acompanhado por um padre tomou novamente a direção onde estava o QG dos revolucionários. Muitos estudiosos divergem a respeito da atitude de Dom Severino, então com 45 anos de idade. Uns argumentam que ele tomou sozinho a decisão de ir ao encontro com a cúpula revolucionária. Outros defendem a tese de que a viagem foi feita com o conhecimento das autoridades civis e militares.

271 Idem, p. 52.

272 Áurea da Paz Pinheiro, ob. cit., p. 134.

A carta de Juarez Távora, datada de 1^o de janeiro de 1926, entrou para a História como um das peças mais importantes da passagem da Coluna Prestes pelo Piauí:

“Prestes,

“Aqui estou, desde ontem pela manhã, como prisioneiro. Recebendo, logo após minha chegada, a mui honrosa visita de S. Ex^a o Sr. Bispo do Piauí Dom Severino Vieira de Melo, abordou-se, em palestra, a idéia de um entendimento para evitar, se possível, o transe amargo que ameaça Teresina. Contrariando embora meu interesse pessoal, naturalmente propenso a anelar por uma tentativa de libertação, eu prefiro abdicar essa satisfação, em benefício do povo deste recanto do meu país. Ademais, de acordo com as informações colhidas em quatro reconhecimentos levados a efeito sobre os entrincheiramentos da cidade e cujo resumo lhe remeti anteontem, a conquista de Teresina custaria vidas preciosas à revolução e ao Brasil e cujas perdas bastariam, por si só, para sombrear os louros da vitória, porventura alcançados. Por outro lado, estou convencido de que a posse de Teresina, e é talvez a única cidade do Piauí onde se faz sentir ainda, com eficiência, a ação governamental, pouco influiria materialmente sobre o futuro desenrolar da nossa campanha. Nessas condições, eu penso que, de acordo com o General Miguel [Costa] e os comandantes de destacamentos, você faria um ato de generosidade, talvez proveitoso à causa, que ambos defendemos, desistindo do ataque à cidade, caso o haja decidido, diante das informações que anteriormente lhe remeti. De qualquer forma, valeria a pena suspender o assalto à capital, até um novo entendimento com o comandante das forças que a defendem, o Sr. Coronel Benttemüller. Este embora sem competência para estabelecer um armistício, manter-se-á em suas posições, até receber uma resposta sua a esta carta. Creio que nenhum mal resultará para o governo, ou para a revolução, desse leal entendimento. Por isso, preso e impossibilitado de prestar ao meu país o auxílio de combatente no campo de luta que me tem apontado a consciência, procuro, na tristeza da minha impotência de prisioneiro, prestar-lhe o serviço pequeno, mas sincero, de minha palavra fraca e desautorizada. Entrego ao seu patriotismo e ao dos nossos queridos companheiros e deferimento desta petição, sem poder

adiantar qualquer coisa sobre as conseqüências que ela poderá ter. Sem outro motivo, sou o seu companheiro de todos os transes.”²⁷³

A carta é recheada de simulacros e escondia as reais intenções de Juarez Távora. Como a missiva não foi lacrada, ele sabia de antemão que o bispo a leria durante o percurso da viagem. Nela, finge que a intenção de Prestes de invadir Teresina era algo irremediavelmente decidido, plano que depois foi negado peremptoriamente pelo Cavaleiro da Esperança e pelos principais integrantes da Coluna. Na verdade, Távora queria era se ver livre o mais rapidamente da cadeia. Corria o boato de uma autorização, vinda do Rio de Janeiro, para o seu imediato fuzilamento. Desse modo, Prestes desistiria de atacar a capital, e em troca, Dom Severino convenceria as autoridades militares pela libertação segura do prisioneiro.

Descobriu-se depois que nem Prestes desejava tomar conta de Teresina, nem a ida de Dom Severino a Monsenhor Gil foi assim tão decisiva para o levante do cerco. No primeiro caso, se a Coluna Prestes invadissem a Cidade Verde para resgatar Juarez Távora, seria totalmente aniquilada pelas forças governistas entrincheiradas em diversos pontos da capital. No segundo, quando D. Severino voltou de Monsenhor Gil para Teresina trazendo a resposta de Prestes a Távora, este já havia embarcado para São Luís. Portanto, a interlocução do bispo diocesano não surtiria efeito algum, já que o motivo principal da troca viajara de trem rumo a capital maranhense.

A carta de Prestes ao companheiro preso, embora cheia de fingimento, é outro documento de enorme importância para quem quer se aprofundar nos estudos sobre a passagem dos revoltosos pelo Piauí:

“Meu caro Távora,

“Só ontem à noite recebi a tua carta de 1 do corrente, de que foi portador S.Ex^a o Sr. Bispo do Piauí, D. Severino Vieira de Melo.

“É a tua carta mais uma prova de como colocar o bem-estar do povo e a tranqüilidade das famílias acima de teus interesses, continuando a dedicar, mesmo preso, todas as tuas energias e toda a tua inteligência à felicidade de nossa pátria.

273 Higino Cunha, ob. cit., pp. 97-98.

“Sabes perfeitamente que a nossa campanha tem sido sempre encaminhada de maneira a poupar o mais possível a vida de nossos patriotas, limitando-nos a combater, quando a necessidade da vitória nos impõe esse meio de ação. Assim, tendo consultado o General Miguel [Costa] e os comandantes de destacamento a respeito do teu pedido, resolvemos sustar o assalto a Teresina, até que tenhas outro entendimento com o comandante dessa praça, o Sr. Coronel Gustavo Benttemüller, e, desde que ele se mantenha como prometeu, dentro de suas posições atuais e não procure perturbar a tranqüilidade das regiões que estamos dominando no Estado, regiões, que, como sabes, abrangem a quase totalidade do seu território.

“Percebemos que, com esta nossa primeira concessão, ficarão nossos adversários, dia a dia mais fortes, mas tudo sacrificaremos pela tranqüilidade da família teresinense, o governo se oporá à tua liberdade e volta ao nosso meio.

“Poderia assim ser satisfeito o pedido da população indefesa de Teresina, feito por teu intermédio e pelo zelo apostólico de S. Ex^a o Sr. Bispo D. Severino, que esteve pessoalmente no acampamento.

“Peço-te avisares ao Sr. Cel. Benttemüller que ainda não nos foi possível dar contra-ordens a algumas patrulhas encarregadas dos diversos reconhecimento ofensivos e que, portanto, não considere como ato de hostilidade alguns encontros (...) que dificuldades de comunicação não permitem evitar.

“Sem mais, abraços dos companheiros e do – Luís Carlos Prestes.”²⁷⁴

Os dois textos trazem à reflexão alguns pontos a considerar. Vamos analisar em primeiro lugar a carta de Távora a Prestes. 1) Távora, mesmo sabendo que uma invasão a Teresina seria algo impossível de se realizar, e que a idéia estava fora dos planos da cúpula da Coluna, dava a entender que era inevitável o assalto à capital piauiense; 2) ele reconhece que a cidade estava bem guarnecida e um ataque traria conseqüências trágicas para ambos os lados; 3) se não era proveitoso para Prestes invadi-la, por que requerer a generosidade de Prestes e dos comandantes em não atacá-la?; 4) na carta, por detrás das boas intenções, o missivista deixa escapar que o Coronel Benttemüller, por um acor-

274 Higino Cunha, ob. cit., pp. 98-99.

do de bastidores, “manter-se-á em suas posições, até receber uma resposta sua a esta carta”, ou seja, não atacaria a Coluna se a mesma se afastasse de Teresina, quando, ao contrário, o papel do Exército seria de combatê-la a qualquer lugar e em qualquer situação; 5) continuando nesta mesma linha de raciocínio, fica claro que o Exército era refém dos revoltosos, pois a decisão de sair em seu encalço dependia de uma resposta de Prestes.

Já a carta de Prestes, também cheia de astúcia, demonstra uma preocupação com o bem-estar da família teresinense, mas na prática acontecia exatamente o contrário: 1) de 23 de dezembro de 1925 a 1ª de janeiro de 1926, os integrantes da Coluna fizeram uma verdadeira guerra psicológica, com ataques e recuos; 2) reafirma que havia uma intenção de investir sobre Teresina, mas diante do pedido do amigo, resolveu, em comum ajuste com a cúpula, “sustar o assalto,” como se uma luta armada fosse uma conversa entre comadres e compadres; 3) praticamente, manda um recado para o Coronel Benttemüller para que não saia “de suas posições atuais e não procure perturbar a tranqüilidade das regiões que estamos dominando,” deixando o comandante do Exército na ridícula posição de emparedamento, como se o “agressor” não aceitasse ser “agredido”. Seria trágica se não fosse cômica as relações incestuosas de ambos os lados. Parece que não estava em jogo a “legitimidade” defendida pelos revolucionários, e a “defesa da legalidade”, que nem cabia ao Governo Federal. Prestes chega ao cúmulo de afirmar que não atacar Teresina seria a “nossa primeira concessão”!

Depois da saída da Coluna Prestes dos arredores de Teresina, outra polêmica foi instalada. O Governador Matias Olímpio sempre afirmou que Dom Severino tomara a decisão deliberadamente, sem ouvir as autoridades civis e militares envolvidas na questão. O Coronel Benttemüller também declarou que não tomou conhecimento da viagem, nem quais eram os objetivos a ser discutidos entre o bispo e os colonistas. Ambos mentiram.

O caso chegou à Câmara Federal pelas declarações firmes do Deputado Federal e ex-Governador do Piauí, João Luís Ferreira. “Posso assegurar a V. Ex^a (Deputado Batista Luzardo) que o Governo do Piauí nenhuma interferência nem conhecimento teve quanto à iniciativa do Sr. D. Severino.”²⁷⁵ Mentiu João Luís Ferreira. Soube-se que Coronel Bente-

275 *Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., p. 501.

müller dissera a seu cunhado, o Deputado Federal pelo Ceará, José Lino, que não teve nenhuma participação quanto à atitude do bispo, no momento em que este procurou o comando revolucionário, a fim de conseguir o término do cerco que, durante nove dias e nove noites, asfiava a capital piauiense.

As versões oficiais não se sustentam. Do ponto de vista político, a prisão de Juarez Távora foi o acontecimento mais importante da Coluna Prestes em sua passagem pelo Piauí. Era um trunfo na mão das autoridades para negociar, não só a saída dos revolucionários dos subúrbios de Teresina, mas qualquer decisão que fosse tomada em benefício da população. Se Dom Severino manteve longa conversa com o prisioneiro dentro de uma sala reservada do 25º BC, logicamente, a entrevista foi autorizada por alguém, a princípio, o Comandante Gustavo Benttemüller, responsável pela guarda do ilustre detento. Se, para falar com Távora, no âmbito do QG, era preciso anuência prévia do alto comando, como explicar a viagem do bispo para se avistar com os revolucionários, atravessando as trincheiras da cidade, e as guarnições dos rebeldes entre Teresina e Monsenhor Gil, sem que ninguém na capital tomasse conhecimento de tal gesto?

Em geral, num conflito armado ou numa pendência entre forças opostas em uma disputa, um negociador civil, militar ou eclesiástico, não se dirige de um lado para o outro sem autorização, pelos menos de uma das partes. Ora, se ele tomou a decisão sozinho, pode-se chegar ao absurdo de imaginar que Dom Severino estava mancomunado com os rebeldes, em função de levar uma carta de Juarez Távora para Prestes, sem o conhecimento do governador, nem do comandante do Exército, na qual configuravam-se até mesmo os planos de uma possível invasão de Teresina. Se havia somente três ou quatro automóveis na cidade, a saída de um deles, em tão perigosa missão, não poderia jamais acontecer sem antes ter a aprovação de alguém com alto poder de decisão.

A verdade é que se o governador e o comandante do Exército admitissem que tinham conhecimento da ida de D. Severino ao encontro de Luís Carlos Prestes, isso se configuraria para a população como uma atitude de fraqueza e motivo de profunda suspeição. Matias Olímpio, que já estava de olho na sucessão estadual, não daria um prato feito para os seus adversários políticos. Para Benttemüller seria uma missão espinhosa

convencer os chefes militares sobre a ida do bispo em missão de paz, se ele estava ali para fazer a guerra. Como depois iria justificar em um relatório ao ministro da Guerra, a respeito de uma negociação daquela natureza, obviamente feita sem o conhecimento do Presidente da República?

Dom Severino saiu de Teresina, na manhã, no dia 2 de janeiro de 1926. A estrada carroçal para Monsenhor Gil estava em condições normais de trafegabilidade. No entanto, as pontes não ofereciam maior segurança, daí o seu retorno. Montado em um cavalo da Polícia Militar do Piauí, em companhia do pároco Cristino Santos, empreendeu nova viagem, chegando a seu destino na noite do dia seguinte. “Uma légua antes da vila, teve a sua marcha interrompida por um piquete (...) comandado por um sargento. Explicado o motivo da sua viagem e depois de provar não conduzir arma alguma, o bispo prosseguiu (...) sendo, todavia, acompanhado por soldados, a fim de que não viesse a sofrer algum desacato. Um quarto de légua adiante, encontrou outro piquete (...) comandado por um capitão chamado Odilon. Dadas as necessárias explicações e entregue a carta ao dito capitão, este reconheceu a letra de Juarez, e lendo-a, pôs-se a chorar, dizendo: ‘O Coronel Távora foi preso’. Dali, D. Severino, acompanhado de um sargento e levando a carta, marchou para Natal, onde chegou às 4 horas da tarde do dia 3 de janeiro.”²⁷⁶ Estranhamente, Juarez Távora já havia embarcado no dia anterior, escoltado até Timon pelo Major Costa Araújo, e de lá tomara um trem expresso para São Luís. Dom Severino chegou até a celebrar uma missa em Monsenhor Gil, retornando para Teresina no dia 5. Se a carta de Prestes a Távora é datada do dia 4, então nem ele nem o alto comando revolucionário tinham tomado conhecimento da soltura do prisioneiro.

Assim cai por terra o argumento de que a intermediação do bispo foi fundamental para o levantamento do cerco a Teresina, pois, nem Távora se encontrava mais preso, nem a Coluna, já em retirada, tinha o propósito de invadir a cidade. É o próprio Prestes quem afirma que quando “o bispo de Teresina (...) foi nos procurar (...) na mesma noite que ele chegou, eu cheguei a Natal (...). No dia seguinte eu o procurei. Ele trazia uma carta de Juarez Távora, que estava preso, e que pedia (...) que nós evi-

276 *Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., p. 505.

tássemos (...) atacar Teresina (...). Nós concordamos que não atacaríamos (...). Era naturalmente um despistamento (...). Nós estávamos em retirada de Teresina quando o bispo chegou a Natal.”²⁷⁷

Num outro momento da conversa, ainda em Monsenhor Gil, quando tudo parecia resolvido, o bispo foi tomado por um profundo espanto quando ouviu de um outro chefe rebelde uma afirmação contrária à dada por Prestes. Foi-lhe dito que realmente havia um plano de invadir Teresina pela retaguarda, ou seja, pela zona norte. As trincheiras piauienses estavam concentradas na zona sul. A intenção, na verdade, era outra. Assustar ainda mais o interlocutor usando uma bela tática, desviando a atenção dos governistas para que os revolucionários pudessem seguir viagem rumo a Valença, Oeiras e Picos e Pio IX.

Assim, o destacamento de João Alberto ficou livre para atravessar, como de fato fez, o rio Poti, na direção de Altos, Alto Longá, Campo Maior (ocupada dia 7 de janeiro), Castelo, Piriipiri e Pedro II, para posteriormente invadir o Ceará. Os prestistas entraram por Ipu, a 13 de janeiro. Dois dias depois, o Presidente da República, Artur Bernardes, assina o estado de sítio em todo Ceará. “Por Decreto nº 17.193, de 15 do corrente, foi estendido ao Ceará o estado de sítio decretado para os Estados do Maranhão e Piauí.”²⁷⁸ Foram suspensas as eleições em Quixadá e Cedro. O chefe de Polícia decretou férias escolares durante trinta dias.²⁷⁹ Os revoltosos atravessaram o estado vizinho pelo sul, para chegar em Pernambuco a 2 de fevereiro.

Em Pedro II, depois de passar por Alto Longá, Campo Maior, em parte do Município de Piriipiri, um estudioso contou, por meio de uma carta, como foi a estada dos revolucionários por aquele município:

“A passagem da Coluna Prestes pela cidade de Pedro II ocorreu em 10 de janeiro de 1926 quando era intendente do município o Cel. Lauro Cordeiro Brandão. Durante muitos anos esse episódio ficou conhecido

277 Luís Carlos Prestes, entrevista citada, p. 7/CAB.

278 Pe. Geraldo Oliveira Lima, *Revoltosos Abandonam Arneirós*, Cordel nº 13, s/e, s/d, s/a, s/l, pp. 4-5. (Originalmente, o decreto foi publicado no jornal *Correio do Ceará*, em 16 de janeiro de 1926.)

279 Idem, p. 5.

como a Passagem dos Revoltosos. Não se fazia nenhuma menção à Coluna. Parece que as pessoas não sabiam quem era Prestes mesmo depois de tanto tempo. Os mais velhos da cidade referem-se ao episódio nestes termos: Passagem dos Revoltosos. A Coluna teria vindo desde Teresina, adentrou a cidade de Pedro II pelo Oeste, aí não se demorando mais do que 24 horas, rumando em seguida para o Estado do Ceará (que fica a Leste da cidade), fronteira com o município piauiense.

“Conversando com alguns moradores acerca da Coluna pode-se colher os mais variados relatos. Alguns mais fantasiosos, outros mais realistas. Há trabalhos feitos por alunos da UESPI, pólo de Pedro II, baseados em pesquisas consistentes. Todos esses relatos, no entanto, têm um ponto em comum: a Coluna (destacamento João Alberto, na verdade) encontrou a cidade deserta. Ao que tudo indica (e sobre isso Alcides Nascimento [historiador] faz menção em *Cadernos de Teresina*, agosto/91), o Cel. Milton Brandão Filho havia lançado uma campanha difamatória contra os seguidores de Prestes.

“No entanto as forças legalistas que perseguiram João Alberto Lins de Barros perpetraram, estas sim, uma série de atrocidades. Sob o comando do Major Otacílio Fernandes as tropas cometeram saques a comerciantes e criadores de Pedro II. Sabe-se também que os integrantes da Coluna entraram na cidade através do que hoje seria o bairro Saborá, o primeiro de Pedro II. O local caracteriza-se por estar situado em uma elevação (morro) cujo término vai dar na BR que liga o Estado do Piauí ao do Ceará, rota certamente trilhada por João Alberto e seus comandados.

“Ao final do morro do Saborá encontra-se o olho d’água do Bananeira, um oásis para os que ali chegavam de viagem. A vegetação deste lado da cidade era até bem pouco tempo muito fechada, com uma formação rochosa de impressionar: pedras enormes do tamanho de uma casa, dispostas aqui e ali e que certamente serviram de abrigo aos revoltosos contra possíveis emboscadas, retaliações e hostilidades das autoridades locais.

“Havia uma loja de fazenda (tecido) de grande porte para os moldes da cidade de Pedro II, pertencente ao comerciante João Matias, a qual o Major Otacílio Fernandes (do Governo) determinou que abrissem. Uma peça inteira (de cerca de 30m de comprimento por 1,8m de largura) de cor cáqui foi retirada à força pelos soldados e entregue a um pequeno batalhão de mulheres, para que costurassem uniformes militares.

“Ao mesmo tempo o major requisitou um succulento almoço do Cel. Milton Brandão Filho onde foi servida uma mesa muito farta com a matança de criação e, dizem, até de um boi. Há relatos de que os soldados chegaram a matar alguns caboclos achando que estes sabiam do paradeiro dos homens da Coluna.

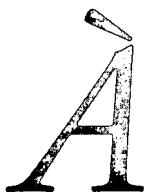
“O fato absolutamente novo que disso foi colhido é que, ainda hoje, para boa parte da população de mais idade, os saques teriam sido cometidos pelos integrantes da Coluna. Isso pode ser explicado pelo fato de que os seguidores de Prestes também andavam uniformizados e por outro lado, pela capacidade de distorcer os fatos que os coronéis tinham em detrimento de sua ambição pelo poder, pondo a culpa por antecipação em tudo que de mal pudesse acontecer na Coluna.”²⁸⁰

280 Carta de Ernani Getirana, Pedro II, 27 de janeiro de 2004.

.....

Capítulo 13

A COLUNA PRESTES DEIXA TERESINA



MEDIDA que a Coluna Prestes, saindo de Teresina, se dirigia a Valença, Oeiras, Picos e Pio IX, outro acontecimento de um valor histórico inestimável aconteceu no Piauí. Foi o primeiro encontro de Luís Carlos Prestes com membros do Partido Comunista, em Monsenhor Gil. O Tenente Cleto Campelo havia sido transferido do Rio de Janeiro para Recife. Ele prometera a Prestes fazer um levante na capital pernambucana a favor da causa revolucionária. Descoberto o plano, Campelo viajou para Jaboação, juntamente com 25 companheiros. Em suas andanças pelos sertões pernambucanos, libertou prisioneiros, prendeu policiais, cortou ligações telefônicas do interior com a capital. Num tiroteio em Gravatá, com um destacamento formado por oitenta soldados, o Tenente Cleto Campelo morreu em combate em 18 de fevereiro de 1926. A inesperada morte do oficial revolucionário mudou os planos da Coluna Prestes em relação a Pernambuco.

Antes, porém, uma comitiva do Partido Comunista, a mando de Cleto Campelo, esteve com Prestes naquele município piauiense, conforme depoimento do chefe revolucionário: “O Tenente Cleto Campelo, do Batalhão de Caçadores de Recife, ia se levantar e a classe operária do Recife o apoiava na base de um programa de reivindicações. Eles nos mandavam esse programa de reivindicações. Nós concordamos com o

programa e nos comprometemos de que estaríamos nas proximidades de Recife o mais próximo possível, em meados de fevereiro.”²⁸¹ O encontro, de que participou Cristiano Machado, secretário do Partido Comunista em Pernambuco, foi confirmado pelo historiador Nelson Werneck Sodré.²⁸²

Seguindo um roteiro rumo ao sudeste do Piauí, a Coluna Prestes encontrou-se com um outro destacamento que partira de Floriano em dezembro de 1925, com cerca de trezentos homens, sob o comando do Major Ari Freire. A estratégia era fazer uma volta por Picos até Valença. Como andavam separados, um grupo passou por Ipiranga a 19 de dezembro de 1925. O Capitão Joaquim Rufino formou um batalhão patriótico para combatê-los. Mesmo assim, os invasores levaram 140 mil réis em selos e 480 réis em dinheiro, além de gado, dinheiro e roupas, segundo informaram Rufino e Manuel Ribeiro de Almeida, comerciante, casado, de apenas 28 anos de idade. Eles disseram que os revoltosos retiraram mercadorias, distribuíram carne de gado, porco e galinha para a população carente do povoado. Ficaram dois dias descansando. O destino deles era Valença.

Outros revolucionários de Freire ocuparam Oeiras a 20 de dezembro. Da estação telegráfica, retiraram 330 mil réis das coletorias federal e estadual, além de grande quantidade de selos. Fizeram requisições na casa comercial do Sr. Orlando Barbosa de Carvalho, 47 anos, comerciante e fazendeiro. Carvalho teve um prejuízo de 900 mil réis em mercadorias requisitadas. Mataram várias cabeças de gado. Doavam a parte dianteira para a população pobre da cidade. Arrearam dez cavalos e seguiram, dois dias depois, para Picos, chegando ao município modelo no dia 23. Ali, destruíram o aparelho telegráfico da cidade, hoje em exposição no Museu Ozildo Albano. O objetivo era criar um sistema de retaguarda mais para o centro do território piauiense, justamente para garantir maior segurança aos mil rebeldes que marchavam para a capital. A idéia era proteger a Co-

281 Anita L. Prestes, *A Coluna Prestes*, Editora Brasiliense, 2ª edição, São Paulo, 1991, p. 239.

282 Nelson Werneck Sodré, *A Coluna Prestes, Análises e Depoimentos*, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 4ª edição, 1985, pp. 93-94.

luna de um possível ataque de tropas bernardescas vindas do Vale do São Francisco.²⁸³

Um certo José Tajra, um árabe, conforme depoimento de Esdras Beleza, oeirense de 34 anos, chegou a Oeiras com os revolucionários se apresentando como preposto do Major Lira, chefe militar e comandante das operações da Coluna Prestes em Floriano.²⁸⁴ Sorrateiramente, usando um distintivo, arrecadou três contos de réis a título de contribuição de guerra da população, argumentando que o General Miguel Costa tributara Jerumenha e Floriano, com 10 contos de réis e 30 contos de réis, respectivamente. Uma comissão de comerciantes oeirenses foi a Floriano e verificou que tudo não passara de um embuste. Tajra teve de assinar uma nota promissória a ser paga em 30 de setembro de 1926, no mesmo valor, mas que foi esquecida, ao que consta, nos porões da memória.

Para piorar a situação do suposto logro, a assinatura do Major Lira tinha sido falsificada pelo esperto árabe. José Rego, 24 anos, comerciante; Cândido Martins de Sá, 27 anos; José Nogueira Tapeti, 38 anos; Benedito Ferraz, 25 anos, solteiro; Luís Rego de Carvalho, 21 anos, comerciante; e Orlando Barbosa de Carvalho, que estava em sua fazenda quando os revoltosos entraram em Oeiras, foram testemunhas no inquérito policial. Todos afirmaram que José Tajra entrou na primeira capital com um lenço vermelho no pescoço, conduzindo um caminhão com a bandeira da Coluna desfraldada, cujo veículo, por sinal, não era de sua propriedade, mas sim de Raimundo Neiva, que depois contou a história para os oficiais colonistas.

Pois bem, se Ari Freire já estava na Fazenda Cantinho no meio do sertão entre Monsenhor Gil e Valença, em 4 de janeiro de 1926, isso quer dizer o seguinte: o grupo dele que saíra de Floriano, em dezembro do ano anterior, fez um percurso em forma de arco passando por Picos, Oeiras, Ipiranga, Inhumas e Valença, encontrou-se com o grosso da Coluna abaixo da área valenciana. Juntaram-se todos num mesmo bloco, claro, com patrulhas de reconhecimento à frente, e o QG atrás, marcharam pelo

283 Neil Macaulay, ob. cit., p. 179.

284 *Autos do Processo*, Piauí, 12 de novembro de 1927, Delegacia Especial de Polícia em Oeiras, 11 de março de 1926, pp. 130 a 133.

caminho que levava novamente a Valença, Inhumas, Ipiranga, Oeiras e Picos. No dia 7 de janeiro chegaram a Valença, ficando até o dia 14. Os rebeldes acamparam na Fazenda Lindóia, de propriedade do Sr. Aníbal de Sousa Martins, 62 anos. Cordeiro de Farias, em nome da Coluna, assinou uma promissória no valor de 24 contos e trezentos mil réis, bem longe de corresponder às requisições solicitadas.

O prefeito de Valença era Norberto Soares da Silva, 39 anos, casado, que fugiu da cidade. A fazenda dele foi incendiada. Sessenta cavalos foram requisitados pelos colunistas, além de gado, roupas e jóias, selos e dinheiro. Levaram 5 contos de réis da coletoria.²⁸⁵ Os revoltosos passaram duas vezes pelo município. A primeira, em 29 de dezembro de 1925, vindos de Picos [grupo de Ari Freire tinha 40 componentes], os prejuízos foram poucos; mas na segunda ocasião, de 7 a 14 de janeiro de 1926, foram grandes as requisições. Várias fazendas foram saqueadas. Só na farmácia, os danos foram calculados em dois contos de réis em remédios.²⁸⁶ A casa do telégrafo virou QG da Coluna, e foi lá que o telegrafista Alfredo Miguel, Schüller e Lacerda foram presos, enquanto dormiam.

Os comerciantes valencianos mais prejudicados foram José Martins de Castro e Silva, Oscar Nogueira, Raimundo Brandão, Clóvis Portela Veloso e Casimiro Pereira da Cunha. Houve queima dos autos de processo e papéis oficiais, violação de correspondências. Na Fazenda Lindóia, de propriedade de Aníbal de Sousa Martins, mataram muito gado e reses. Miguel Costa, Cordeiro de Farias, Manuel Lira e Pinheiro Machado fizeram do lugar o QG revolucionário. Os últimos revoltosos saíram de Valença em 16 de janeiro de 1926, levando mais de um conto de réis em dinheiro.²⁸⁷ Apesar da violência, muitos sertanejos aderiram aos rebeldes.

Depois de um violento combate com um batalhão da Polícia Militar de Pernambuco, sob o comando do Coronel João Nunes, os revoltosos fugiram. Durante uma hora e meia, os conflitos estremeceram os arredores da cidade. Um morador, assim contou anos depois, o combate

285 *Autos do Processo*, p. 207.

286 *Autos do Processo*, ob. cit., p. 197.

287 *Autos do Processo*, p. 209.

de Valença. “Os revoltosos se trajavam de roupas escuras e lenços vermelhos amarrados ao pescoço e a cartucheira de balas a tiracolo. Tomaram de conta da igreja e do mercado e fizeram trincheiras (...) Certo dia ouvimos tiroteios (...) Nesse dia houve uma grande correria (...) Eu passei correndo durante o tiroteio em direção à rocinha do papai, atrás do meu povo que já tinha saído na frente.”²⁸⁸

Três revoltosos aprisionados pela PM foram fuzilados perto do cemitério. Antes de sair de Valença, Luís Carlos Prestes teve uma conversa com o Padre Acilino Portela, de 35 anos, na qual, afirmara que não acreditava mais na revolução que empreendia pelo país, mas mesmo assim continuaria lutando.²⁸⁹ Na despedida, Prestes, acompanhado por dois oficiais, jantou na casa do Sr. Eudócio Lima Verde. O Coronel Nunes, sem poder derrotar a Coluna, incendiou parte da cidade.

Prestes, Cordeiro de Farias, Pinheiro Machado e mais 400 revolucionários chegaram a Inhumas, naquela época um povoado pertencente ao município de Valença, passando 24 horas no local. Requisitaram mercadorias do comerciante João de Deus Carvalho, mataram gado, dando um prejuízo de cerca de 33 contos de réis. O agente da Coletoria apanhou muito para descobrir onde havia mais dinheiro, selos e documentos. Grandes prejuízos sofreram os comerciantes Acilino José de Almeida, Aureliano José Nogueira, Isidoro Araújo e Antônio José Fernandes. Na confusão, João de Deus Filho, morador do povoado, solteiro, 24 anos, matou dois revoltosos em uma briga, prendendo em seguida mais dois rebeldes. Na primeira passagem realizada alguns dias antes, o número de revoltosos era bem reduzido, e não teve maiores repercussões.

A 12 de janeiro de 1926, a Coluna chegou a Picos. A cidade já sabia da presença dos rebeldes em território piauiense desde o início de dezembro de 1925. A notícia chegara por meio de um telegrama do Governador Matias Olímpio, avisando que os mesmos, batidos em Goiás, cortavam os sertões maranhenses em direção ao Piauí. Em certo trecho do despacho, ordena o Chefe do Executivo que as autoridades picoenses

288 Mestre Dezinho, *Minha Vida*, Halley S. A. Gráfica e Editora, Teresina, 1999, p. 15.

289 *Autos do Processo*, ob. cit., p. 221.

contratem batalhões patrióticos para dar combate aos insurretos. Houve pânico entre a população. Famílias inteiras se retiraram para outras localidades. Duas pessoas do mesmo tronco familiar enlouqueceram, ante a perspectiva de aproximação dos revoltosos. A 20, na localidade Riachão, Prestes é promovido a general.

A pedido do Procurador-Geral da República Dr. Miguel Rosa, o jornal *O Piauí* publicou um telegrama, em sua edição de 11 de abril de 1926. “Estiveram duas vezes nesta cidade [Picos]. A primeira, entraram a 23 de dezembro, comandados por Ari Freire (...) requisitaram relativamente pouca coisa [no comércio] cerca de quarenta animais, além de todas as armas, munições (...) Batidos em Teresina, regressaram grande número, comandados por Miguel Costa, que permaneceu em Bocaina, enquanto dava entrada aqui, Prestes, com cerca de quatrocentos homens (...) trocando-se viva fuzilaria. De posse da cidade (...) inutilizaram aparelhos telegráficos, requisitaram saldo, selos dos correios, arrombaram portas, casas comerciais, praticando saque que seria completo não fora a entrada da polícia baiana que os dispersou, matando o Tenente Agenor, oficial rebelde, cujo cadáver fugitivos deixaram insepulto (...) Há famílias anteriormente abastadas, reduzidas à pobreza extrema (...), loucura de três pessoas.”

Era prefeito de Picos Eliseu Pereira Nunes, 36 anos, casado com Dona Santa. Estava ausente da cidade o Coronel Francisco de Sousa Santos que, antes, ao saber da presença dos colonistas em Valença, deu ordens à polícia pernambucana para atacá-los. Uma parte da população fugiu para outras localidades. Luís Carlos Prestes chegou no dia 18 de janeiro. Houve saques em dinheiro nas casas comerciais de Raimundo Neiva, José Carlos Pereira da Silva e Jacome Stopell. Este teve a casa arrombada, várias caixas de gasolina abertas e o conteúdo derramado no meio da rua.²⁹⁰ Prestes estava almoçando na pensão de Benedito Sá, que ficava na Praça 13 de Maio, quando teve de sair às presas, deixando a comida sobre a mesa, ao ser informado da aproximação da polícia baiana.

As forças legais armaram uma metralhadora pesada no adro da matriz e de lá atiravam nos revoltosos, que respondiam ao fogo. No tiroteio, morreu o Tenente Agenor, um dos oficiais revolucionários, cujo

290 *Autos do Processo*, p. 167.

corpo, insepulto, foi devorado pelos urubus.²⁹¹ Prestes foge para Pio IX pela estrada do Riachão. O Vice-Governador do Piauí, Desembargador Cândido Martins, que estava em Valença, quando tomou conhecimento da presença dos rebeldes em Monsenhor Gil, voltou para Picos, e de lá exilou-se em Iguatu, no Ceará.

O Prefeito Eliseu e o cabo do destacamento, de nome Januário, 25 anos, da PM do Piauí, foram levados como reféns até a fronteira de Pio IX com Campos Sales. Indo pela retaguarda, Djalma Dutra passou pela fazenda de Josias Antão de Carvalho, 54 anos, fazendeiro, casado. A propriedade ficava à beira da estrada. Mataram vacas paridas, porcos, ovelhas e galinhas. Uma parte do estado-maior hospedou-se na residência de Carvalho, inclusive o prefeito seqüestrado de Picos.

Em 18 de janeiro de 1926, Prestes já estava em Patrocínio, atualmente Pio IX. Desde o dia 13, emissários do Deputado Federal pelo Ceará, Floro Bartolomeu, procuraram as autoridades locais para acertar a defesa, cavando trincheiras para combater os revoltosos. Médico, nascido na Bahia, viera morar, em 1908, em Juazeiro, depois de uma epidemia que assolou aquele Estado, sendo acolhido pelo Padre Cícero que lhe dera uma farmácia. Para outras pessoas, ele teria sido perseguido desde a Bahia, sendo ali acolhido, indo morar num quartinho nos fundos do quintal do patriarca cearense, para algum tempo depois, tornar-se seu médico particular e homem da mais irrestrita confiança do famoso “Padim Ciço”.

Durante o quadriênio presidencial de Hermes da Fonseca, Floro se transformou numa figura importante na política pelas relações que passou a ter com Pinheiro Machado, braço direito do marechal. Elegeu-se deputado estadual e, no início dos anos 20, ganhou a eleição para deputado federal, com uma expressiva votação, graças ao apoio incontestado de Padre Cícero Romão, que se orgulhava, como chefe político, de manter correspondência com presidentes da República e com chefes de estados estrangeiros.

Em fins de 1925, Floro trouxera armas, dinheiro e munição, doadas pelo Ministério da Guerra, para dar combate à Coluna Prestes, naquele momento em marcha pelo Piauí, com fortes indícios de que poderia

291 *Autos do Processo*, p. 167.

invadir o sul do Ceará. Em 1926, forma um poderoso batalhão patriótico, composto por dois mil cangaceiros e sertanejos da região, e se dirige, como comandante, para Campos Sales, cidade fronteira com o Piauí, nas imediações de Pio IX.

Nos dois dias que a Coluna Prestes ficou em Pio IX, muitos moradores testemunharam cenas constrangedoras. Francisco Nunes da Cruz, de 54 anos, estava na roça, quando recebeu um recado de sua mulher, comunicando-lhe a chegada dos rebeldes. Ao chegar à cidade, viu a praça repleta de soldados colonistas, que mataram vacas e reses. Levaram dinheiro da coletoria estadual, queimaram livros de registros, arquivos e papéis da prefeitura. Retiraram selos dos correios levaram 500 animais, roupas e jóias. Incendiaram o cartório do tabelião.

Não houve conflito com as forças legalistas. Outra testemunha, Teófilo Pimentel de Alencar, filho de Antonino de Alencar e Silva, estava na estrada da lagoa da roça, que ligava Pio IX a Picos. Ele viu quando a Coluna, em pequenos grupos, se dirigia para a zona urbana da cidade, tendo à frente Pinheiro Machado. Ao todo, segundo calculou, havia mais de 1.100 homens. O comboio parou na frente da casa do Sr. Elói Bezerra, que era o coletor estadual. Os chefes revoltosos, prevenidos, mandaram colocar sentinelas em pontos estratégicos, para evitar surpresas de última hora.

Ao saber da aproximação do comandante Atualpa de Alencar, do 19º Batalhão de Caçadores, que vinha em seu encalço, Prestes, Cordeiro de Farias, Pinheiro Machado, Djalma Dutra, Miguel Costa e outros, ainda se fartando de um suculento almoço servido na Pensão dos Viajantes, tiveram de sair às pressas para não enfrentar as forças governamentais que ameaçavam entrar na cidade. A Coluna se retirou na direção de Campos Sales, a única saída, para evitar um confronto maior com os legalistas. Depois, muitos moradores, como a viúva Maroca, Isaac Antônio de Carvalho, Pedro Possidônio de Alencar, João Jesuíno e Dona Matutina de Carvalho, contabilizaram os prejuízos.

Osterne Ernesto de Alencar, 46 anos, fazendeiro, 2º suplente de juiz distrital, casado, estava na localidade Saco da Roça. No dia da festa de São Sebastião, saiu da fazenda para Patrocínio. Quando voltou, encontrou depredações por toda parte. Cereais, roupas, dinheiro e jóias foram levados. Deixou o seguinte registro para a história: “Quando voltei para

a fazenda, não tinha mais nada. Levaram todos os animais, todo o ouro, envenenaram o armazém de rapadura, quebraram todos os móveis (...) carregaram baús com roupas e louças (...) Até o Cristo eles arrancaram do oratório e só deixaram a cruz.”²⁹² Os colonistas levaram todo o dinheiro da arrecadação da coletoria estadual, relativa ao mês de dezembro, calculada em um conto e seissentos mil réis. O automóvel de Elói Pereira, 40 anos, casado, coletor estadual, foi incendiado.²⁹³

Esperava-se um grande confronto da Coluna Prestes com as forças de Floro Bartolomeu que estavam estacionadas em Campos Sales, mas um imprevisto aconteceu. Bartolomeu, que sofria de angina, teve uma crise nas vias respiratórias, sendo imediatamente transportado dali para Juazeiro, de lá para Fortaleza e da capital alencarina para o Rio de Janeiro, onde veio a falecer.

Para o seu lugar, na Câmara Federal, foi eleito, em 6 de junho de 1926, com mais de oito mil votos, Padre Cícero Romão, que não assumiu alegando problemas de saúde. Os colonistas passaram a cinco léguas dos batalhões patrióticos, mas nenhum incidente foi registrado na fronteira do Piauí com o Ceará. O esperado encontro entre os dois grupos deu-se em Cipó dos Gatos, em Pernambuco, do qual Lampião não participou, embora tenha dito posteriormente que combatera os revoltosos.

292 Eliane Brum, *Coluna Prestes, O Avesso do Mito*, Artes e Ofícios, Porto Alegre, 1994, p. 94.

293 *Autos do Processo*, ob. cit., p. 382.

.....

Capítulo 14

A COLUNA PRESTES E LAMPIÃO

SOBRE a polêmica se Lampião participou ou não de ataques à Coluna, ainda hoje o assunto é recheado de opiniões contraditórias. Uma carta de Padre Cícero, datada de 30 de abril de 1926 e publicada no *Jornal do Comércio*, na edição de 4 de junho, dirigida a seu amigo Simões da Silva, o beato em determinado trecho assim se expressa: “Ultimamente, quando os patriotas de Juazeiro perseguiram os revoltosos, nos sertões pernambucanos, Lampião, voluntariamente, entrou em ação com eles e, reunido a um dos seus contingentes, veio a esta cidade, alegando que o fizera de ordem do Dr. Floro e no caráter de soldado da legalidade. Eu, efetivamente, sabia que o Dr. Floro o mandara chamar para auxiliar a reação contra as hostes revolucionárias.(...) Preferi, pois, como sempre costume fazer, agir conselheiramente e consegui do renomado cangaceiro a formal promessa de retirar-se do Nordeste. Aliás, por este processo, já tenho conseguido livrar este pedaço do território brasileiro de outros bandidos de igual jaez, como foram Luís Padre, Sinhô Pereira e Joaquim Maciel, etc., contra os quais nunca valeram as providências oficiais.”²⁹⁴

Pelo depoimento de Pe. Cícero, conclui-se que ele fora informado de que Lampião travara combate com a Coluna Prestes. Mas a história

294 *Anais da Câmara*, volume IV, ob. cit., p. 122.

é outra. O cangaceiro estava nas proximidades de Cipó dos Gatos, quando irromperam grandes tiroteios entre colonistas e tropas do Governo. Perguntando sobre o que estava acontecendo, informaram-no de que os batalhões patrióticos de Juazeiro, por conseguinte, combatentes ligados a Floro Bartolomeu e por tabela ao Padre Cícero Romão, estavam em luta com os rebeldes sulistas. Um amigo então lhe convenceu a ir a Juazeiro receber o título de capitão do Exército para que, depois de tal condecoração, pudesse perseguir os revoltosos pelas caatingas nordestinas.

Envaidecido pela possibilidade de conhecer uma cidade grande e também ver de perto o mais ilustre morador, Lampião topou o desafio. Sem saber que tudo não passava de uma armação dos poderosos que queriam se livrar de sua figura, cuja fama já extrapolava os limites do Nordeste. O bando poderia ser dizimado pela Coluna, pois indo ao encontro direto, certamente seria derrotado, ou, como depois foi acertado nos bastidores, depois da missão, Lampião iria morar em Goiás, a pedido do famoso beato, ficando a região livre de sua presença. A história mostra que Lampião era muito mais esperto do que imaginava a vã consciência de seus corruptores.

Acompanhado de um número representativo de cangaceiros, chegou a Juazeiro nos primeiros dias de março de 1926. Acampou nos arredores da cidade numa fazenda de Floro Bartolomeu. Ao ser recebido pelo Padre Cícero em Juazeiro, saiu no dia 9 em triunfo com seus cabras, depois de tomar conhecimento do documento, para muitos apenas uma peça de decoração, que lhe dava o título de capitão do Exército Brasileiro e o direito de “entrar no exercício de suas funções logo que deste documento se apossasse”. Tudo não passou de uma enorme enganação. Foi Benjamim Abraão, secretário particular de Padre Cícero quem forçou o Dr. Pedro Albuquerque Uchoa, único funcionário público federal da cidade, a assinar um documento falso, dando o título de capitão do Exército brasileiro a Lampião.

O jornal *O Ceará*, edição de 16 de abril de 1926, anunciou que o Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, havia mandado, do Rio de Janeiro, um telegrama para o Padre Cícero avisando-lhe que estava à sua disposição em uma agência do Banco do Brasil, em Fortaleza, a fortuna de 360 contos de réis, dos quais 17 contos de réis eram para ser entregues a

Lampião.²⁹⁵ O que se sabe de verdade nessa rede de mentiras é que o cangaceiro deu uma entrevista ao Dr. Otacílio Macedo na casa de João Mendes de Oliveira, na qual ele afirma que combateu, sem ter combatido, a Coluna Prestes em Pernambuco. Durante a reportagem, o mais famoso de todos os cangaceiros veio até a janela e jogou dezenas de moedas para o povo que se apinhava na calçada do sobrado. Isso aconteceu no dia 6 de março de 1926.

Lampião nunca combateu a Coluna Prestes e Padre Cícero nunca lhe deu o título de capitão, embora a crônica nordestina tenha espalhado essas duas crendices. Alguns chegam a afirmar que o Rei do Cangaço servira como guia dos rebeldes em suas andanças pelos sertões nordestinos. O General Mariante, das tropas governistas, depois de ouvir soldados prestistas presos em Juazeiro da Bahia e de outras testemunhas, enviou um telegrama ao Deputado Francisco Rocha, nos seguintes termos: “Em Juazeiro, fomos informados que Lampião e os seus sicários estavam servindo de guias às tropas rebeldes, durante a travessia delas na região do Vale do Pajeú, onde normalmente aquele bandido estabeleceu seu centro de operações.”²⁹⁶

Esse posicionamento é contestado por integrantes do movimento revolucionário e por historiadores renomados, embora muitas correspondências trocadas entre autoridades apontem naquela direção. O Governador de Pernambuco, Dr. Sérgio Loreto, informava, em 16 de fevereiro de 1926, ao Presidente da República Artur Bernardes: “Repelidos [os rebeldes] de Custódia, que pretendiam tomar, internaram-se na zona mais deserta deste Estado, conhecida pela denominação de Navio, reduto de cangaceiros, andam capitaneados pelo célebre Lampião.”²⁹⁷ O temido Abílio Wolney, um dos coronéis goianos que recebeu dinheiro para perseguir os revolucionários, em telegrama dirigido ao Deputado baiano Francisco Rocha, assim se expressou: “Lampião está agindo em estrada de Rio Branco em combinação com os revoltosos. Estou informado que Lampião vai fazendo vanguarda dos mesmos auxiliando travessia do rio.”²⁹⁸ Outra

295 *Anais da Câmara dos Deputados*, volume IV, ob. cit., p. 125.

296 *Anais da Câmara dos Deputados*, volume II, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1926, p. 444.

297 *Anais da Câmara dos Deputados*, ob. cit., p. 445.

298 *Idem*, p. 445.

notícia, com o mesmo teor, foi transmitida por uma estação telegráfica de Recife, em 16 de fevereiro. “Ao grupo rebelde está reunido o famoso Lampião (...) Uma circunstância interessante, e que vem de algum modo provar que os rebeldes são agora guiados pelo famoso bandido.”²⁹⁹

Se o leitor observar as datas em que os que afirmam que Lampião guiou a Coluna Prestes pelos sertões pernambucanos, são todas anteriores a sua ida a Juazeiro para encontrar-se com Padre Cícero e acertar os detalhes de sua missão legalista contra os revolucionários do Sul. Ora, se o próprio Lampião declarou em entrevista que havia guerreado contra os revoltosos em Cipó dos Gatos, em fevereiro de 1926, a conclusão a que se pode chegar se abre em duas bifurcações: ele não poderia ter ao mesmo tempo combatido e servido de batedor. Ou então, mentiu ou alguém mentiu ao Padre Cícero dizendo que o cangaceiro entrara em conflito com os colunistas.

Influenciado por Floro Bartolomeu, Padre Cícero Romão Batista mandou uma carta a Prestes, datada de 20 de fevereiro de 1926, que foi tachada pelos revolucionários como ingênua e despropositada, ao propor a deposição das armas:

“Caros patrícios,

“Venho-vos convidar à rendição.

“Faço-o firmado na convicção de que presto serviço à Pátria, por cuja grandeza também devem palpitar os vossos corações de patriotas.

“Acredito que já não nutris esperanças na vitória da causa pela qual, há tanto tempo, pelejais, com excepcional bravura. É tempo, portanto, de retrocederdes no árduo caminho por que seguis e que, agora, tudo está a indicar, vos vai conduzindo a inevitável abismo. Isto, sinceramente, enche-me a alma de sacerdote católico e brasileiro de intraduzíveis apreensões, dominando-a de indefinível tristeza.

“Reflexo do meu grande amor ao Brasil, esta tristeza, asseverovos, firmemente, é uma resultante do conhecimento que tenho dos inauditos sacrifícios que estais impondo à nação, entre os quais incluo, com notável relevo, o vosso próprio sacrifício e dos muitos companheiros que

299 Ibidem, p. 445.

são vossos aliados, na expectativa de resultados, hoje, provavelmente impossíveis.

“Confrange-me o coração e atormenta-me, incessantemente, o espírito esse inominável espetáculo de estar observando brasileiros contra brasileiros, em uma luta fratricida e exterminadora, que tanto nos humilha e deprime perante o estrangeiro. Acresce que para uma nação jovem e despovoada como é a nossa, as atividades constantes de cada cidadão representam um valor inestimável ao impulsionamento do seu progresso. De modo que, para se fazer obra de impatriotismo, basta contribuir-se para a paralisação dessas atividades ou para o desvio da sua aplicação construtora. É o que estais fazendo involuntariamente, talvez.

“Assim sendo, é claro que se outros vultosos males não acarretasse ao país a campanha que contra ele sustentais, bastaria atentardes nesta importante razão, para vos demoverdes dos propósitos de luta em que persistis.

“Entretanto, deveis refletir ainda na viuvez e na orfandade que, como penalizadora em abundância, se espalham por toda parte: na fome e na miséria que acompanham os vossos passos, cobrindo-vos das maldições dos vossos patrícios, que não sabem compreender os motivos da vossa tormentosa derrota, através do nosso grandioso *interland*.

“É, pois, em nome destes motivos superiores e porque reconheço o valor pessoal de muitos dos moços que digirem esta malfadada revolução, que ousou vos convidar e a todos os vossos companheiros a depordes as armas. Prometo-vos, em retribuição à atenção que derdes a este meu convite, todas as garantias legais e bem assim me comprometo a ser advogado das vossas pessoas perante os poderes constitucionais da República, em cuja patriótica complacência muito confio e deveis confiar também. Deus queira inspirar a vossa resolução, que aguardo com ansiedade e confiança.

“Deus e o amor da Pátria sejam vossos orientadores, neste momento decisivo da vossa sorte, cujos horizontes me parecem todos de sombrias nuvens.

“Outrossim, é meu principal dever vos salvar da ruína moral em que, insensivelmente, vos estais embrenhando, com feios atos e desregramentos conseqüentes da revolução e que, certamente, vos conduzirão a uma inevitável ruína material. Lembrai-vos de que sois moços educa-

dos, valentes soldados do Brasil, impulsionados neste vosso corajoso ato, tentam por ideal, irrefletido, embora, e que, entretanto, estais passando, perante a maioria dos vossos compatriotas por celerados comuns, já se vos tendo comparado, na imprensa das capitais, aos mais perigosos facínoras do Nordeste.

“Isto é profundamente entristecedor. Deixai, portanto, a luta, e voltai à paz: paz que será abençoada por Deus, bendita a pátria e aclamada pelos concidadãos, e, pois, só vos poderá conduzir à felicidade. Deus e a Pátria assim o querem e eu espero que assim o fareis.

“Com toda a atenção, subscrevo-me, vosso patrício muito grato. Padre Cícero Romão Batista.”³⁰⁰

A explicação para as duas versões sobre Lampião e os colunistas é simples: os que argumentam que Lampião lutou ao lado das forças governamentais, assim se posicionaram tentando separar o joio do trigo, ou seja, o cangaceiro foi comprado pelo Governo para acabar com a Coluna Prestes. Nessa linha de raciocínio, estão espantosamente o Padre Cícero, os mais renomados membros do movimento e muitos historiadores. Os que tentaram colocar Lampião como guia e amigo dos revolucionários, o fizeram na pretensão de diminuir, para a opinião pública, a força da revolução pretendida, associando-a a um bandido da pior espécie [na visão deles], mesmo que o poder, contraditoriamente, para se ver livre dos rebeldes que o ameaçavam, chegaram a ponto de convocar um desordeiro (*sic*) para defender seus interesses imediatistas.

300 *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 12 de agosto de 1926, pp. 475-476.

.....

Capítulo 15

A SAÍDA

ENTRE marchas e contramarchas, toda a Coluna Prestes estava na Bahia a 26 de março de 1926, depois de atravessar o Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Acossada em terras baianas, entra em Minas Gerais a 19 de abril. Mas volta novamente para a direção norte, enganando as tropas legalistas que a perseguiram. A 30 de abril, entra novamente na Bahia. No começo de julho, faz a travessia do rio São Francisco da Bahia para Pernambuco para daí entrar pela segunda vez no Piauí, pela Serra Dois Irmãos. Para Lourenço Moreira Lima, a nova entrada se deu a 11 de julho pelo povoado Campinas.³⁰¹ Se o nome a que se refere for do atual município piauiense, isso não pode ter acontecido, porque Campinas não fica na fronteira do Piauí com Pernambuco.

Há notícias de revolucionários em Simões dia 12, Jaicós, 13, já vindos de Paulistana. Em Jaicós foi registrada a presença de Prestes, Siqueira Campos, João Alberto e outros. Um oficial da Coluna pediu a Joaquim Nelito da Silveira que abrisse a loja. Nesse momento, chega Frutuoso da Silveira, que faz um sinal característico da Maçonaria. Como o rebelde

301 Lourenço Moreira Lima, ob. cit., p. 373.

também era maçom, retirou-se sem nada levar do estabelecimento comercial. Na Coluna havia maçons, católicos praticantes, espíritas e ateus.

Seguem para Picos, chegando a 14. Muitas histórias ficaram registradas, nesse município, cuja origem remonta à emigração italiana, como as que aconteceram com Jacome Stopelli, um dos primeiros a divulgar as idéias republicanas no Piauí. “Durante a passagem da Coluna Prestes por Picos, em 1925-1926, Jacome foi uma das pessoas mais visadas e molestadas pelos *maledetti* revoltosos que – seguindo informações dadas por adversários invejosos – saquearam e confiscaram quase todo o seu patrimônio líquido – dinheiro e jóias de ouro; da mesma forma, os gêneros alimentícios estocados em seus armazéns foram requisitados. Preparou-se para reagir, chegou a adquirir armas e munições; mas, desistiu – diante da violenta prepotência dos usurpadores, que lhe extorquiram por várias vezes, arruinando a fortuna construída em toda uma vida de trabalho.”³⁰² Jacome faleceu em Picos, aos 80 anos.³⁰³ Os revoltosos passaram também em Paulistana e Simplício Mendes e nas proximidades de São João do Piauí.

Picos, criada como freguesia em 1851, passando à condição de vila, desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, em Oeiras, em 1855, tornou-se cidade em 1889, mas anos antes, durante a seca de 1877, foi invadida por centenas de retirantes vindos de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.³⁰⁴ Em 1904 e 1910 já tinha telégrafo e jornal.

Uma cena trágica viria acontecer ali em 1926. Os revoltosos andavam procurando cavalos velozes, que pudessem dar-lhes fuga. Muitos moradores esconderam os animais com medo das requisições. Um deles, Isaac, apanhou muito para descobrir o paradeiro dos quadrúpedes. Mas nada contou. Depois, pegaram Pedro Pio e o espancaram. Então, um capitão da Coluna avançou para Isaac com a chibata em punho. O rapaz derrubou-o ao chão em um luta feroz. Pio, vendo o irmão naquela sofreguidão, pegou uma arma e apunhalou diversas vezes o revoltoso, matando-o. Ao saber do ocorrido, muitos revoltosos voltaram ao local e incendiaram a

302 Graziani Gerbasi Fonseca, *Os Italianos de Picos*, EDUFPI, Teresina, 2004, p. 167.

303 Idem, p. 168.

304 Ibidem, pp. 36-37-41.

casa dos rapazes. Esta história foi contada por Pedro Pio ao Sr. Antônio Fontes Ibiapina.³⁰⁵

A Coluna Prestes saiu no dia seguinte para Oeiras, indo pelos vales dos rios Itaim e Canindé, chegando no dia 17 à primeira capital do Piauí. Nos seis dias que passaram, muitos acontecimentos, trágicos e cômicos, foram registrados. “Quando os revoltosos ocuparam a cidade (...) Antônio Galo brigou sozinho para não carregarem o seu gado. Apanhou como bicho. Os rebeldes arrancaram as suas roupas, amarraram os seus testículos com uma corda e o obrigaram a correr de quatro.”³⁰⁶ Os atos ilícitos praticados pelos integrantes da Coluna, quando chegavam ao conhecimento dos chefes, os acusados eram, em geral, punidos exemplarmente, o que não impedia que tais fatos acontecessem, como por exemplo o caso da morte da prostituta Benedita, moradora do Morro do Rosário. “A rameira (...) não teve sorte. Foi currada por seis revoltosos. Quando acabaram, já não sobrava muito da pobre (...) Os homens (...) lamentaram. Nunca mais puderam se regalar nas carnes generosas da mocinha da vida.”³⁰⁷

O Promotor Carlos Rubem Reis, mais conhecido como Bill, uma das memórias mais vivas de Oeiras, contou que seu avô paterno Natanael de Sousa Reis, quando soube que a Coluna ia passar na casa em que morava na Travessa Floriano Peixoto, hoje Walburg Ribeiro, escondeu um cavalo no quintal, colocando-lhe uma focinheira para não relinchar. Alberto Reis, um menino de quatro ou cinco anos, interpelado por um rebelde se sabia onde tinha um cavalo, o garoto, sem saber do que se tratava, descobriu que o pai escondera o animal, para que os colonistas não o levassem como requisição. Puxado pelo braço por uma ex-escrava que morava na casa, Alberto ainda teve de experimentar as duras repreensões de sua tia Darinha.

Outro depoimento preciso de Carlos Rubem narra um episódio com o português Hermógens Garcia. “Ele chegou bem jovem a Amarante com sua mãe. Esta faleceu em seguida. Daí passou a ser criado pela família Ribeiro Gonçalves. Com a vinda do Coronel Orlando Carvalho para

305 *Revista Foco*, Picos, 2001, pp. 22-23.

306 Eliane Brum, ob. cit., p. 152.

307 Idem, p. 152.

Oeiras, ele o fez acompanhar. Tornou-se seu braço direito. Quando da passagem da Coluna Prestes, Garcia se encontrava na Fazenda Espírito Santo, pertencente a seu patrão. Abordado, não procurou atender aos pedidos de alguns membros da Coluna. Subjugado e completamente nu – logo ele que era tísico e franzino – montado num cavalo, ficou horas no pátio da fazenda cantando a modinha: ‘Plantei cebola branca/Nasceu cebola preta/Vou dançar um xote/ Com Maria Preta’.”³⁰⁸

Em um trecho de suas memórias, Possidônio Queirós (1904-1996), que estava em Oeiras quando a Coluna por lá chegou, contou mais um fato engraçado que entrou para o anedotário piauiense. “Pela manhã daquele dia [19 ou 20 de julho], a mais ou menos uma légua de Oeiras, alguns revoltosos avistaram um vaqueiro que andava campeando. Ao ver os homens armados, todos de lenço vermelho ao pescoço, amedrontou-se (...) E, deitando-se na sela, deu rédeas ao cavalo e correu. Os rebeldes o perseguiram, e um deles disparou um tiro contra o vaqueiro, que foi atingindo na nádega direita, ficando o projétil alojado na região inguinal.

“O Sr. Manuel do Nascimento Rego, mais conhecido por Nêsinho da Talhada, trouxe o moço baleado, seu sobrinho, de nome Florêncio, à cidade, e nos procurou. Fomos ao General Prestes. Estava ele com o estado-maior, alojado no Palácio Nepomuceno, hoje Palácio Episcopal. Recebeu-nos atenciosamente. Ouvia o relato feito pelo Nêsinho. Lamentou a ocorrência e mandou o ferido para a enfermaria, localizada na casa do Canela, onde foi extraída a bala (...) Convém lembrar que a Coluna não trazia médico na ocasião. A bala foi extraída por um veterinário, o Tenente do Exército Aristides Leal.”³⁰⁹ Anos depois, o Tenente Aristides, em entrevista ao *Jornal da Tarde*, edição de 12 de julho de 1974, relembando os fatos narrados por Queirós, entre outras coisas disse: “Até agora não consigo explicar, à luz da ciência, como operava os soldados, [e civis, como é o caso de Florêncio] a céu aberto, sem instrumentos cirúrgicos.”³¹⁰ Os chefes revoltosos passavam o dia no QG do Palácio Episcopal, mas, à noite, se retiravam para fora da cidade, para dormir em lugares nunca revelados.

308 Carlos Rubem, depoimento datado de 7 de agosto de 2005.

309 Possidônio Queirós, *Memórias de Oeiras*, manuscritos, p. 3.

310 Idem, p. 4.

Possidônio Queirós, que tocou flauta em serestas para a Coluna Prestes, relata alguns fatos notáveis e dignos de transcrição, dado o caráter amigável com que membros da Coluna travaram com moradores da cidade. Uma história do Tenente Jordão com o Sr. Jeconias Nogueira Tapeti é uma delas. Fumador inveterado, seu Barra, como era mais conhecido, reclamou do oficial a falta de cigarros em razão da grande demanda provocada pelos soldados rebeldes ali estabelecidos. Para seu espanto, o Tenente Jordão se levantou de onde estava, foi até à residência onde estava hospedado, trazendo um pacote de cigarro para o queixoso.³¹¹ Outra narração fabulosa foi quando Siqueira Campos esteve na barbearia de Luís Mangabeira. Ao ser barbeado, tirou a camisa e exibiu para os presentes a enorme cicatriz de uma operação que os médicos cariocas fizeram, após os conflitos nas areias da praia de Copacabana, em 5 de julho de 1922.³¹²

Embora tenha sido amistosa a segunda passagem da Coluna por Oeiras, houve um fato muito constrangedor. Contam que Siqueira Campos, um homem inquieto e guerreiro, quis entrar na Igreja de Nossa Senhora da Vitória para tirar a custódia, uma peça valiosíssima, material e espiritualmente para todos os habitantes da cidade. O padre tinha fugido, e o sacristão, receoso, trancou a porta da frente e sumiu. Campos se dirigiu a uma mercearia, e de posse de várias latas de gasolina, enfileirou-as na entrada do templo, com o intuito de provocar um incêndio e assim derrubar mais facilmente a porta. Ao ser informado, Prestes, que estava ao lado, no Palácio Episcopal, chamou Siqueira Campos ao QG. Os dois entraram numa violenta discussão, testemunhada por Possidônio Queirós, que estava em pé, na esquina do Palácio. Luís Carlos Prestes, católico e devoto de São José, evitou, com isso, uma grande perda para a comunidade. Hoje, a custódia, uma fina jóia de ouro cravejada de brilhantes, faz parte do acervo do museu de arte sacra de Oeiras.

Ameaçado pela proximidade da polícia, o QG da Coluna Prestes deixou Oeiras a 23 de julho. João Alberto já estava em Amarante a 19, passando antes por São Pedro e Regeneração. Saiu somente no dia 27. Ari Freire chegou a Floriano no dia 19, onde publicou no dia 23, o nº 10 do

311 *Ibidem*, p. 2.

312 *Ibidem*, p. 3.

jornal *O Libertador*. Na cidade, dentre outras personalidades ilustres estava o político Antônio Ribeiro Gonçalves. O jornal *A Imprensa*, em sua edição de nº 117, de 29 de julho, fez o seguinte registro jornalístico: “Depois de ocupada desde 19 deste mês, foi ontem descongestionada esta cidade, donde se retiraram os rebeldes em número de 400 aproximadamente (...) O estado-maior e os restantes (...) passaram por Oeiras e chegaram até Nazaré (...) rumaram para Jerumenha, onde os aguarda João Alberto (...) Não se verificou nenhum caso vexatório a ninguém; pelo contrário, reinou muita disciplina e respeito entre as forças ocupantes (...) Ary Salgado Freyre (...) demonstrou ser de fino trato (...) e dispensou bastante consideração às pessoas que com ele trataram (...) Foi notada aqui a falta de munição (...) no destacamento João Alberto.”

Siqueira Campos se dirigiu a Jerumenha armando acampamento a 25. Djalma Dutra aparece juntando-se ao grupo no dia 26. Novamente os revoltosos se espalhavam por vários municípios, para dar a impressão de uma revolução total quando na verdade fugiam, numa eterna luta de movimentação para despistar o inimigo. Todos se juntam em Jerumenha. A partir dali, é Cordeiro de Farias quem faz a retaguarda, lutando com Siqueira Campos contra as forças governistas. O governo contrata espíões para matar Prestes e Miguel Costa.

Em Uruçuí, os revoltosos são atacados pelo Coronel Wolney, que desde a Bahia já os perseguia, contratando cangaceiros e bandidos da pior espécie, pagos naturalmente com o dinheiro público. “O pelotão do Tenente Nelson foi à vila de Uruçuí e destruiu o telégrafo ali existente. Esse oficial, em vez de retirar-se imediatamente (...) permaneceu durante algum tempo (...) sem estabelecer o indispensável serviço de segurança, resultando disso ser surpreendido pela coluna de Wolney, conseguindo, entretanto, escapar com perda de cinco homens.”³¹³

Durante todo o período da marcha, a imprensa divulgou a remessa de batalhões patrióticos para a triste tarefa de perseguir os militares dissidentes, que reivindicavam as liberdades constitucionais conspurcadas pela ditadura civil de Artur Bernardes. Por onde passavam, aqueles mercenários improvisados cometiam atrocidades contra a população civil e o

313 Lourenço Moreira Lima, ob. cit., p. 385.

patrimônio público, jogando depois a culpa na Coluna Prestes. É certo também que em muitos casos houve excessos e atos deploráveis em alguns lugares, principalmente na primeira invasão do Piauí, praticados pelos revolucionários, muitos dos quais estavam longe do ideal de grandeza imaginada pelos seus líderes.

Muitos “coronéis” dos sertões, antes da passagem da Coluna Prestes, eram vistos pelo governo como desordeiros da pior espécie. Em três anos seguidos, 1922, 1923, 1924, as mensagens dos Governadores João Luís Ferreira e de Matias Olímpio são reveladoras de ações de inconstitucionalidade praticadas por aquela gente. “... falta de garantias no sul do estado vai dia a dia se tornando maior, mais inquietude, motivada pelas repetidas incursões de jagunços da Bahia e Goiás, que praticam toda sorte de crimes, sem que o governo piauiense possa policiar convenientemente a região infestada de malfeitores.”³¹⁴ Os fatos chegaram ao conhecimento do Presidente da República e do Congresso Nacional.

Ao assumir o Governo do Estado em 1º de julho de 1924, e persistindo os conflitos, Matias Olímpio manda o Tenente Jacó Gaioso ao sul do estado resolver as pendências entre os poderosos coronéis. “Tendo a seu comando novo e reforçado contingente policial, Gaioso chegou a Corrente adotando medidas drásticas. E começou pelos chefes. Prendeu logo José Honório e o Dr. Raimundo, mesmo este alegando a arbitrariedade e ilegalidade de sua prisão, dada a sua condição de Juiz de Direito.”³¹⁵ Um ano depois, pelo menos José Honório, Abílio Wolney e Franklin de Albuquerque foram contratados pelo Governo Federal para combater a Coluna Prestes, em sua incursão pelos sertões nordestinos.

Nos últimos dias em solo piauiense, a Coluna Prestes passou por sérias privações, até mesmo a falta de água e comida. Esfarrapada e tendo ainda um longo caminho pela frente, marcha cada vez mais para o sul na busca da junção da fronteira do Piauí com a Bahia e Goiás. Em 9

314 Mensagem do Governador João Luís Ferreira, 1º de junho de 1922, publicada no jornal *O Piauí*, em 1º de junho de 1922, citada por Jesualdo Cavalcanti Barros, in *Memória dos Conflitos*, Gráfica do Povo, Teresina, 2005, pp. 368-369.

315 Jesualdo Cavalcanti Barros, ob. cit., p. 373.

de agosto, já estava em Bom Jesus; a 14 enfrenta resistência nas imediações de Corrente. “Uma potreada foi até perto da vila de Correntes, tiroteando uma patrulha adversária com a qual se defrontou. Chegando ao nosso conhecimento terem sido enviados dessa vila a Horácio de Mattos [coronel pago pelo Governo Federal para combater os revolucionários] cem animais, mandamos o Tenente Saraiva apreendê-los ou dispersá-los, tendo esse bravo oficial conseguido apoderar-se de vinte cavalos, quarenta *Winchesters* e alguma munição, dispersando o resto do comboio.”³¹⁶

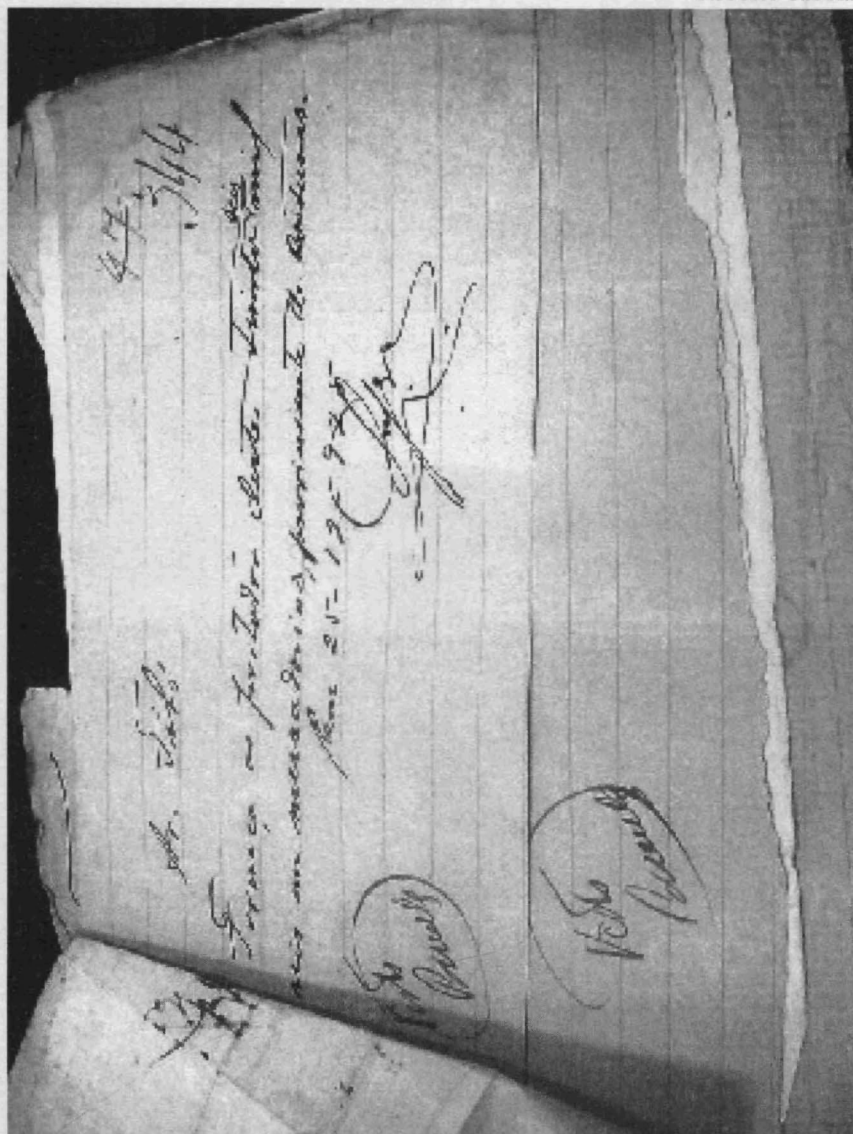
A 20 de agosto de 1926, os rebeldes saíram definitivamente do Piauí, depois de passagens rápidas pelos municípios de Santa Filomena e Gilbués. A vanguarda marcha dia e noite da Bahia para Goiás e daí para Mato Grosso, em busca do exílio. Em seu encalço, o batalhão patriótico de Franklin Albuquerque perseguiu-os até a fronteira com a Bolívia.

A Coluna Prestes foi a mais galharda e gloriosa gesta militar de que se tem notícia em todo mundo. Seu alvo principal foi a deturpação do regime republicano feita por políticos que, valendo-se das posições de comando, dilapidavam os cofres públicos e a consciência nacional, vivendo nababescamente o fastígio do poder, subjugando a Nação a seus caprichos e ódios mais mesquinhos. O percurso que fizeram os “tenentes” pelo Brasil foi maior do que a marcha de Aníbal, de seus domínios cartagineses a Roma, em 218 antes de Cristo, e a de Mao-Tsé-tung pelo interior da China. Se a memória da passagem da Coluna Prestes pelo interior do Brasil continua viva, é um sinal de que o desejo de mudança dos rumos da política não mudou no imaginário popular nestes 80 anos de história do país.

316 Lourenço Moreira Lima, p. 390.

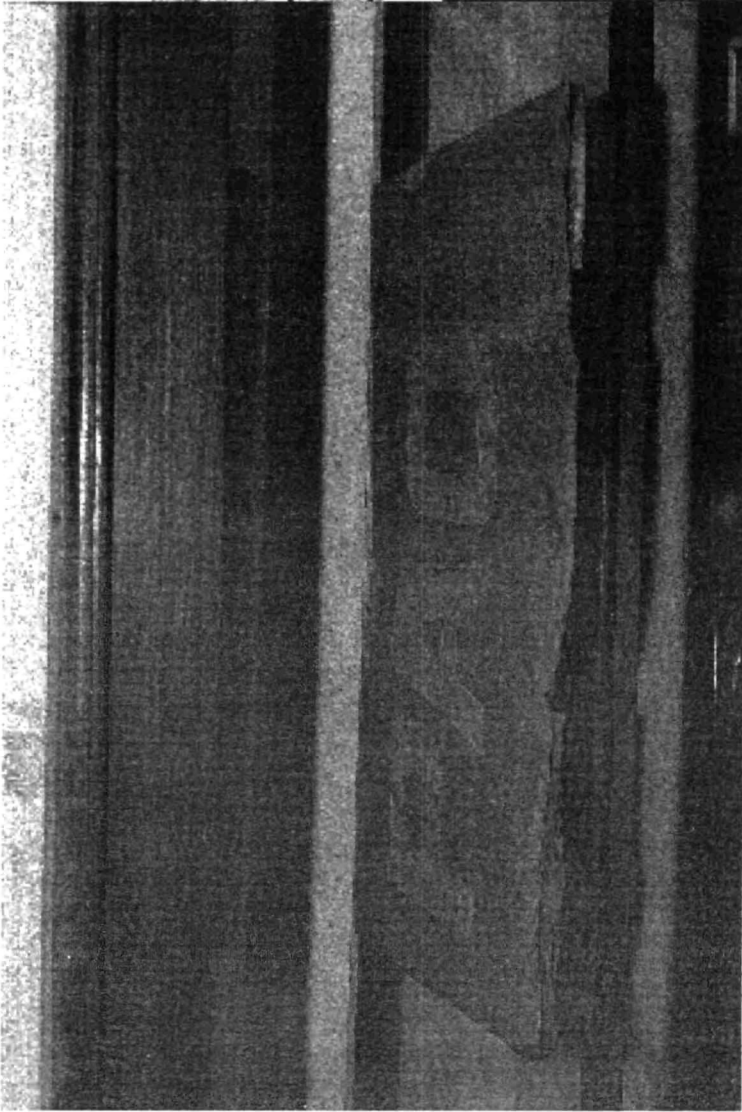
ANEXOS

Roberto Sabóia



Bilhete do comando da Coluna Prestes pedindo mercadorias

Valderi Duarte



Lenço de Juarez Távora – Museu do Piauí

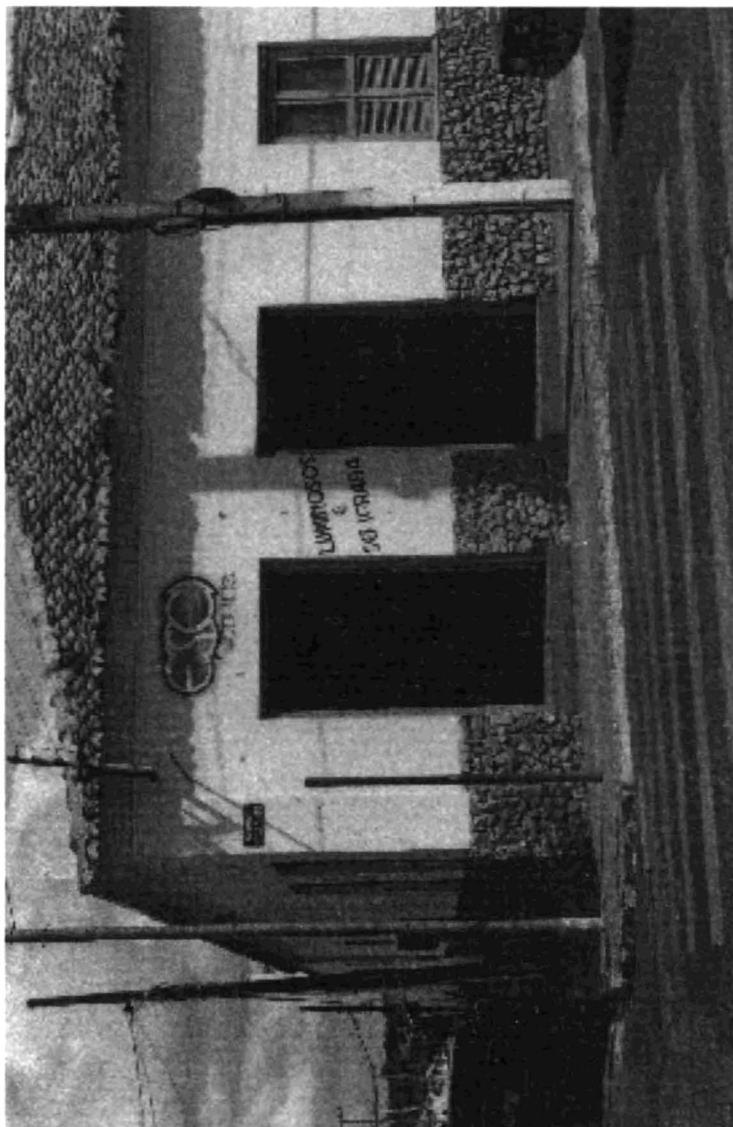


Cidade de Benedito Leite. No fundo, a cidade de Uruçuí



Valdeir Duarte

Casa onde alguns integrantes da Coluna Prestes foram enforcados – Teresina



Casa em Floriano onde membros da Coluna Prestes se hospedaram

Valderi Duarte



Cemitério das Areias em Teresina. Ai estão enterrados soldados da Coluna Prestes



APARELHO DE CÓDIGO MORDE
PERTENCENTE A ANTIGA AGÊNCIA DOS
CORREIOS DE PICOB.
FOI QUEBRADO PELA COLUNA PRESTES,
EM 1926.
DOADO POR DIALMA PADILHA

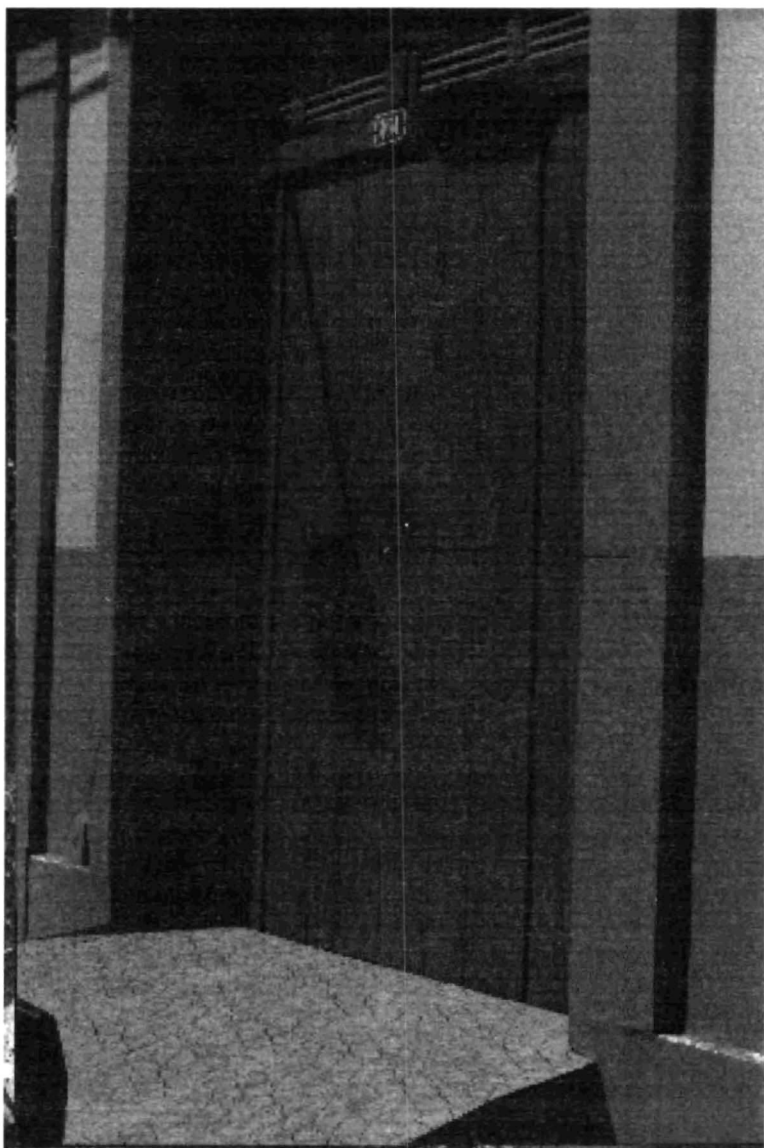


Dona Santa, de Picos, falecida recentemente, e o autor do livro, em 2003

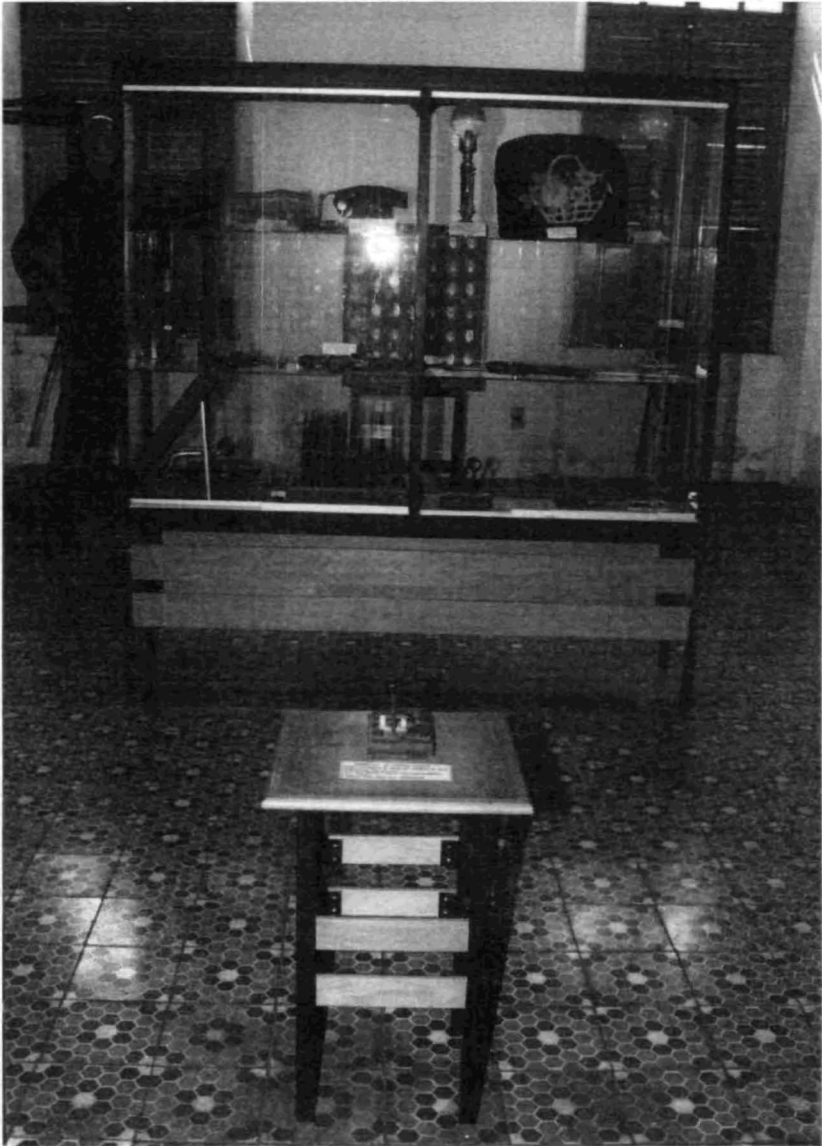
Valderi Duarte



Perto desta casa ocorreu a prisão de Juarez Távora



Porta arrombada por Prestes, em Floriano, 1925



Museu Ozildo Albano, em Picos

Sr. Arthur Bernardes.
 Palácio do Catete

Hoje vespereio no marcialmente infelice
 Sa Immaculada Virgem Nazareth, que
 e aparece todos os dias para lembrar
 a todos os peccados e a grandeza de
 Jesus. Deus de amor e de bondade
 que baixou do Ceu para derramar
 seu sangue innocente pela salvacao
 da humanidade, nos esquecemos
 o sangue derramado nos Campos de
 Ipiranga, e os traidores que hoje sustentam
 o governo da Esclava, suspendem os
 seus operacoes arbitraras por vinte e
 quatro horas para q' neste dia mais seja
 derramado como se gatta de sangue
 innocente e morra o povo se oculos
 retos de felicidade neste dia e nos de
 amanhã.

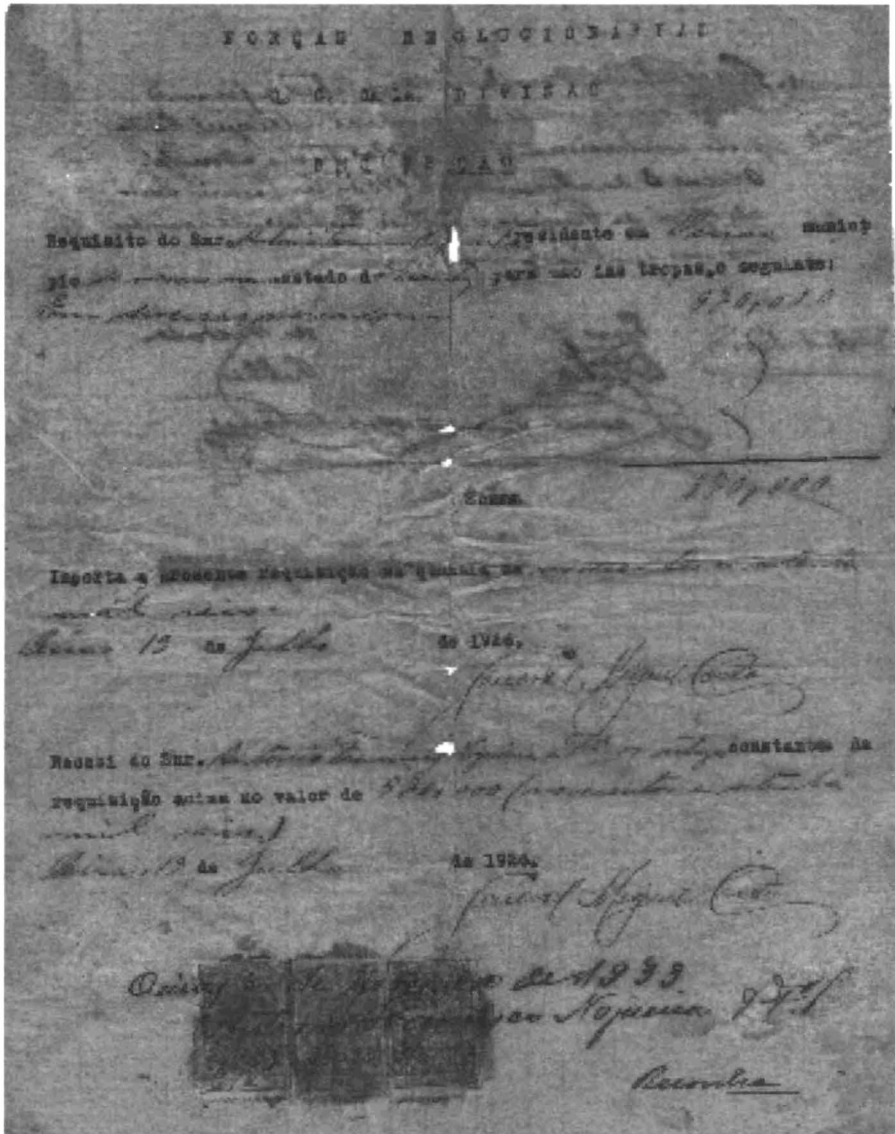
Nazareno que plagiu as iras e luctos
 publica a Pátria Brasil.

Florianópolis, 24 de Dezembro
 1925.

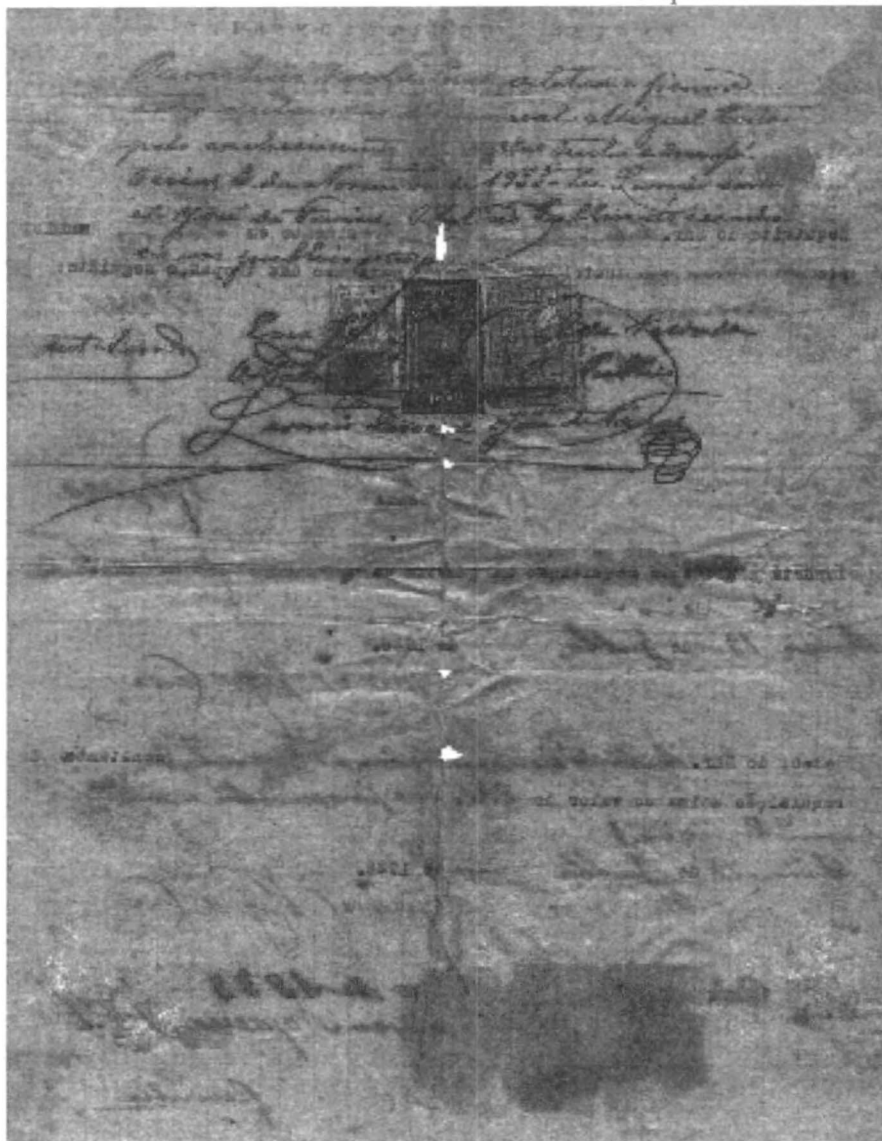
Comandante da Divisão Revolucionaria
 do Norte do Brasil General Miguel
 Costa.

Telegrama do General Miguel Costa, Comandante da Divisão Revolucionária do Norte do Brasil, enviado ao Presidente da República Artur Bernardes, em 24 de dezembro de 1925

Arquivo Carlos Rubens



Requisição e recibo firmados pelo General Miguel Costa, em 19 de julho de 1926, na cidade de Oeiras, referentes a diversas mercadorias adquiridas do comerciante Antônio Francisco Nogueira, no valor de novecentos e setenta mil-réis



.....

Bibliografia

ABRANCHES, Dunshee. *Atas e Atos do Governo Provisório*, edição fac-similar, Senado Federal, Brasília, 1998.

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*, Itatiaia, Belo Horizonte, 1988.

ABREU, João Capistrano de. *O Descobrimento do Brasil*, 2ª edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976.

ABREU, João Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1960.

ALBUQUERQUE, Medeiros e. *O Regime Presidencial no Brasil*, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte, 1914.

ALENCAR, José de. *Senhora*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2004.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí*, Comepi, Teresina, 1981.

ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil II, Império: a corte e a modernidade nacional*, Cia. de Letras, São Paulo, 1997.

ALMENDRA, Jacó Manuel Gaioso e. *O Feudo da Casa da Torre no Piauí – povoamento, luta pela propriedade*, Centro de Estudos Piauienses, Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, Teresina, 1953.

AMADO, Jorge. *O Cavaleiro da Esperança*, Editora Record, Rio de Janeiro, 1979.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, v. III, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1886.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, v. III, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1927.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, v. III, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1927.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 72ª sessão, 28 de setembro de 1926, Imprensa Nacional, 1928.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, v. IX, Imprensa

Nacional, Rio de Janeiro, 1928.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, v. XII, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1929.

ANAIS DO SENADO FEDERAL, v. 11, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1928.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, volume 59, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Rio de Janeiro, 2000.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1908 - 1912), Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Tipografia do Estatístico, Rio de Janeiro, 1917.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1908-1912, IBGE, Diretoria-Geral de Estatística, v. 1-3, Rio de Janeiro, 1916-1927.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, IBGE, Rio de Janeiro, 1936.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, IBGE, v. 4, Rio de Janeiro, 1939.

ARQUIVO DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ.

ASSIS, Machado de. *Contos Escolhidos*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2004.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2003.

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2002.

ASSIS, Machado de. *Bons Dias*, 2ª edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Pensão*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2003.

BARBOSA, Rui. *Campanhas Jornalísticas, República*, Casa de Rui Barbosa, 3ª volume, Rio de Janeiro, 1957.

BARBOSA, Rui. *Oração aos Moços*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2004.

BARBOSA, Rui. *Discursos no Instituto dos Advogados Brasileiros e Discursos no Colégio Anchieta*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2004.

BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, Editora Ática, São Paulo, 2002.

BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*, Editora Ática, São Paulo, 2001.

BASTOS, Abgvar. *Prestes e a Revolução Social*, 2ª edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1986.

BAPTISTA, João Gabriel. *Mapas Geohistóricos*, Projeto Petrônio Portela, Teresina, 1986.

BRANCO, Cristino Castello. *Homens que Iluminam*, Gráfica Editora Áurea Ltda., Rio de Janeiro, 1946.

BRANCO, R. D. Castello. *A Civilização do Couro*, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, Teresina, 1942.

BORGES, Geraldo Almeida. *Notas sobre a literatura piauiense: Primeira República*, Carta Cepro, v. 11, Teresina, 1986.

BRUM, Eliane. *Coluna Prestes: o avesso do mito*, Artes & Ofícios, Porto Alegre, 1994.

CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*, 3ª edição, 1º v., 4º tomo, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1941.

CALÓGERAS, Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*, 3ª edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, volume 42, 1938.

CAMARGO, Aspásia e Góes, Walder de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*, Coleção Brasil século 20, Editora Nova Fronteira S. A., Rio de Janeiro/RJ, 1981.

CAMPELO, Aci. *História do Teatro Piauiense (1858-2000)*, Comepi, Teresina, 2001.

CARNEIRO, Glauco. *O revolucionário Siqueira Campos*, 2 v., Record, Rio de Janeiro, 1966.

CARONE, Edgard. *A República Velha II. Evolução Política (1889-1930). Corpo e Alma do Brasil*, 3ª edição, Difel/Difusão Editorial S. A., Rio de Janeiro/RJ, 1977.

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo, 1922-1938*, São Paulo Editora Nacional, São Paulo, 1965.

CARONE, Edgard. *A Primeira República, 1889-1930*, São Paulo Editora Nacional, 2ª edição aumentada, São Paulo, 1973.

CARONE, Edgard. *O Pensamento Industrial no Brasil, 1880-1945*, Difel, Rio de Janeiro, 1977.

CARONE, Edgard. *A Evolução Industrial de São Paulo, 1889-1930*, Editora SENAC, São Paulo, 2001.

CARONE, Edgard. *O Tenentismo*, Difel, São Paulo, 1975.

Carta Cepro, Fundação Cepro, Teresina, v. 22, nº 1, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas, O Imaginário da República no Brasil*, Companhia de Letras, São Paulo, 1990.

CARVALHO, Kátia. *Imprensa e Informação no Brasil, século XIX*, Revista Ciência da Informação, vol. 25, nº 3, 1996.

CARVALHO, Pe. Miguel de. *Descrição do Sertão do Piauí*, Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, Gráfica Mendes, Teresina, 1993.

CASTRO, Rui. *O Anjo Pornográfico, A Vida de Nelson Rodrigues*, Companhia de Letras, São Paulo, 1992.

CASTRO, Pires de. *A Incursão dos Rebeldes no Piauí*, Tipografia d'o Piauí, Teresina, 1926.

CHAVES, Pe. Joaquim. *A Escravidão no Piauí*, Cadernos Históricos – 3, Teresina/Piauí.

CINTRA, Assis. *Os Escândalos da 1ª República*, Empresa Editora J. Fagundes, São Paulo, 1936.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL de 1835, Parte Primeira, Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1864.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL de 1831, 1ª parte, Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1875.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL de 1875, partes I e II, v. I, Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1876.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, Parte II, Tomo XXIV, Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1876.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, Atos do Poder Legislativo, 1ª parte, Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1880.

CORREIA, Serzedelo. *Páginas do Passado*, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1924.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República, momentos decisivos*, Editora UNESP, São Paulo, 6ª edição, 1999.

CHOMSKY, Noam. *Segredos, Mentiras e Democracia*, Editora UnB, Brasília, 1999.

COELHO, Celso Barros. *Coelho Rodrigues, a Escola do Recife e a Tradição Espiritualista*, Editora Zodíaco, Teresina, 1997.

CUNHA, Edison. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, nº 15, Ano XIX, Imprensa Oficial, Teresina, 1936.

CUNHA, Higino. *O Teatro em Teresina*, Tipografia do Correio do Piauí, Teresina, 1922.

CUNHA, Euclides. *Canudos – Diário de uma Expedição*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2003.

Decretos do Governo Provisório da República dos Estados do Brasil, primeiro fascículo, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1890.

DEZINHO, Mestre. *Minha Vida*, Prodart, Teresina, 1999.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaio e Bem-Te-Vis: A Guerra Sertaneja*, 2ª edição, Instituto Dom Barreto, 2002.

DRUMMOND, José Augusto. *A Coluna Prestes*, 2ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Histórias de Vário Feitio*, Grafiset, Instituto Dom Barreto, Teresina.

FAUSTO, Boris. *São Paulo na Primeira República*, transcrição da aula inaugural do Programa de Mestrado da IUPER, Rio de Janeiro, 1989.

FILHO, Alcebiades. *Imprensa e República no Piauí*. Cadernos de Teresina, FCMC, Ano 7, nº 13, 1993.

FILHO, A. Tito. *Teresina meu Amor*, Comepi, Teresina, 2002.

FILHO, A. Tito (org.). *Matias Olímpio, Pensamento e Ação*, Comepi, Teresina, 1982.

FILHO, Celso Pinheiro. *História da Imprensa no Piauí*, Zodíaco, Teresina, 1997.

FILHO, João Dornas. *Apontamentos para a História da República*, Editora Guairá Limitada, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, 1941.

FILHO, João Dornas. *O Padroado e a Igreja Brasileira*, v. 125, Coleção Brasileira, Companhia Editora nacional, São Paulo, 1938.

FILHO, José Camillo. *A Coluna Prestes no Piauí*, EDUFPI, Teresina, 1996.

FILHO, José Camillo. *Notícias do Piauí*, edição do autor, Teresina, 1998.

FILHO, Moisés Castelo Branco. *Depoimento para a História da Revolução no Piauí*, 2ª edição, Artenova, 1975.

FILHO, Moisés Castelo Branco. *O Povoamento do Piauí*, Comepi, Teresina, 1982,

FILHO, Moisés Castelo Branco. *Piauí na História Militar do Brasil*, Editora e Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1984.

FONSECA, Dimas Ribeiro da. *Seu "Beija"*, Gráfica do TJ/RO, Porto Velho, 2004.

FONSECA, Graziani Gerbasi. *Os Italianos de Picos*, EDUPI, Teresina, 2004.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política, tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*, 2ª ed., Paz e Terra, São Paulo, 1987.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Crime e Cotidiano – A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, EDUSP, 2001.

FRANCA, Pe. Leonel. *O Método Pedagógico dos Jesuítas – O Ratio Studiorum*, Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1952.

FRANCO, Patrício José. *Capítulos da História do Piauí*, Teresina, 1983.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*, FCMC, Teresina, 1988.

FREITAS, Esmaragdo de. *O Visconde da Parnaíba*, Edição do Instituto Histórico de Oeiras, Oeiras, 1982.

GONÇALVES, Luís Mendes Ribeiro. *Entrevista ao Núcleo de História Oral da Cepro*, Teresina, 1984.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Grande Dicionário Histórico-Biográfico Piauiense*, Teresina, 1997.

GUIMARÃES, Bernardo. *O Seminarista*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2003.

JARDIM, Antônio da Silva. *Propaganda Republicana (1888-1889)*, MEC/ Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1978.

JOHN, Roberto Gonçalves da Silva. *As Metamorfoses das Oligarquias, o Caso do Piauí* (Tese de Doutorado), USP, 1997.

JR, Dagoberto Carvalho. *Passeio a Oeiras*, 3ª edição, Gráfica e Editora Apipucos S/A, Recife, 1985.

JÚNIOR, R. Magalhães. Deodoro – *A Espada contra o Império*, Companhia Editora Nacional, v. 1, São Paulo, 1957.

KNOX, Miridan Brito. *Piauí na Primeira Metade do Século XIX*, Projeto Petrônio Portela, Teresina, 1986.

LACOMBE, Américo Jacobina, e Tapajós, Vicente. *Organização e Administração do Ministério da Justiça no Império*, Fundação Centro de Formação do Servidor Público, Brasília, 1986.

LECLERC, Max. *Cartas do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549 – 1760)*, Edição Brotéria, Lisboa, Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1953.

LEITÃO, Ofélio. *Eurípides de Aguiar – Varão de Plutarco*, Comepi, Teresina, 1980.

LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes, Marchas e Contra-marchas*, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1979.

LOBO, Hélio. *Um Varão da República, Coleção Brasileira*, v. 88, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937.

LUÍS CARLOS PRESTES. *Depoimento ao Núcleo de História Oral da Cepro*, Teresina, 1985.

LYRA, Heitor. *História da Queda do Império*, Companhia Editora Nacional, volume 320-A, tomo II, São Paulo, 1964.

MACAULY, Neil. *A Coluna Prestes*, 2ª edição, Difel, Rio de Janeiro, 1977.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Luneta Mágica*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2003.

MACHADO, Antônio de Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda/Laranja da China*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2002.

MACHADO, Paulo. *As Trilhas da Morte*, Corisco, Teresina, 2002.

MEDEIROS, Antônio José. *Movimentos Sociais e Participação Política*, CEPAC, Teresina, 1996.

MIRANDA, Agenor Augusto de. *Estudos Piauienses*, v. 116, Brasileira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura Piauiense – Horizontes de leitores e crítica literária*, FCMC, Teresina, 1998.

MEIRELLES, Domingos. *As Noites das Grandes Fogueiras*, Record, 9ª edição, São Paulo, 2002.

MELO, Pe. Cláudio. *Arquidiocese de Teresina/Piauí, Diocese e Patrimônio Eclesiástico*, Editora/Gráfica da UFPI, Teresina, 1993.

MENDES, Evelyse Maria Freire. *Bibliografia do Pensamento Político Republicano*, Editora Universidade de Brasília, v. 1, Brasília, 1981.

MENDES, Evelyse Maria Freire. *A Prioridade do Norte no Povoamento do Piauí*, Gráfica Mendes, Teresina, 1985.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de Rossi, Alex de Sousa; Santos, Tomás Henrique. *Perfil da População e Agricultura na Arquidiocese de Teresina-PI*, Embrapa Monitoramento por Satélite, Campinas, São Paulo, 2002.

MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império Brasileiro*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.

MONTELO, Josué. *O Presidente Machado de Assis, nos papéis e relíquias da Academia Brasileira*, 2ª edição, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1986.

MOREL, Edmar. *A Marcha da liberdade, a vida de um repórter da Coluna Prestes*, Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1987.

MORAES, Denis de, e Viana, Francisco. *Prestes: Lutas e Autocríticas*, 2ª edição, Editora Vozes Ltda., Petrópolis/RJ, 1982.

MORAIS, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil*, 2ª v., Siciliano, São Paulo, 1991-1994.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva. Corpo e Alma do Brasil*, 8ª edição, Difel/Difusão Editorial S. A., Rio de Janeiro/RJ, 1977.

MOTT, Luís R. B. *Piauí Colonial*, Projeto Petrônio Portela, Teresina, 1985.

MOURA, Eleazar. *Amarante Antigo. Alguns Homens e Fatos*, Gráfica Santa Maria, 1997.

NAPOLEÃO, Aluísio. *Um Lutador – Hugo Napoleão e sua Época*, Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília, 1992.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Cidade sob o Fogo – Modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina, 2002.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí (1928-1934)*, FCMC, Teresina, 1994.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *Cronologia do Piauí Republicano (1889-1930)*, Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais, Teresina, 1998.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *Governadores do Piauí (Uma Perspectiva Histórica)*, Cepro, Teresina, 1993.

NETO, Antônio Fonseca dos Santos (coordenador). *Teresina: 150 anos (1852/2002)*, Gráfica Júnior, Teresina, 2002.

NETO, Adrião. *Dicionário Biográfico: Escritores Piauienses de Todos os Tempos*, Halley, Teresina, 1995.

NOGUEIRA, Gustavo Martins (curador). *Sertão de Dentro – A Formação do Espaço Piauiense em Registros Cartográficos*, Governo do Estado do Piauí, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Educação, Teresina, 2002.

NUNES, Odilon. *Os Primeiros Currais*, Comepi, Teresina, 1974.

NUNES, Odilon. *Súmula de História do Piauí*, Tipografia “Antônio Lopes”, Teresina, 1963.

NUNES, Odilon. *Olímpio, Matias. A Instrução Pública no Piauí*, Sociedade Auxiliadora de Instrução, Teresina, 1922.

NUNES, Odilon. *Rumos e Atitudes*, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1956.

NUNES, Odilon. *O Piauí no Centenário de sua Independência (1823-1923)*, III volume, Papelaria Piauiense, Teresina, 1923.

NUNES, Odilon, *Mensagem à Assembléia Legislativa*, Teresina, 1927.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1990.

PINHEIRO, Áurea da Paz. *As Ciladas do Inimigo*, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina, 2001.

POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*, Editora Ática, São Paulo, 11ª edição, 1990.

PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a História da República*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1990.

PORTO, Walter Costa. *O Voto no Brasil*, Gráfica do Senado, Brasília, 1998.

PRETO, Visconde de Ouro. *Excertos Biográficos*, Livraria O Globo, Porto Alegre, 1935.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os Militares e a Reação Republicana*, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1994.

QUEIRÓS, José Virgílio Madeira Martins. *Entrevista com Venâncio Rabelo da Paixão*, Teresina, 1982.

QUEIRÓS, Possidônio. *Memórias de Oeiras*, Manuscritos, 1984.

QUEIRÓS, Teresinha. *Os Literatos e a República/Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tramas do tempo*, FCMC, Teresina, 1994.

REGO, Ana Regina. *Imprensa Piauiense, Atuação Política no Século XIX*, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina, 2001.

RENAULT, Delso. *O Dia-a-Dia no Rio de Janeiro segundo os jornais, 1870-1889*, Editora Civilização Brasileira/INL-MEC, Rio de Janeiro, 1982.

REVISTA DA ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS, nº 54, ano LXXIX, Teresina, 1996.

REVISTA DA ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS, nº 58, Ano LXXXIII, Teresina, 2000.

REVISTA EDUCAÇÃO HOJE, Secretaria de Educação, Teresina, 1986.

REVISTA FOCO, Picos/Pi, 2001.

REVISTA ANTROPOLÓGICA, volume 44, nº 2, São Paulo, 2001.

RIBEIRO, Darci. *O Povo Brasileiro*, 2ª edição, Companhia de Letras, São Paulo, 1995.

RODRIGUES, Jefferson. “Relação entre as conjunturas do Brasil no início do séc. XX e a construção do ideário integralista”, *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 4, nº 2, 2004.

ROSA, Virgínio Santa. *O Sentido do Tenentismo*, Editora Alfa-Omega, 3ª edição, São Paulo, 1976.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discursos sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2005.

RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. *Estudos Regionais do Piauí*, 2ª edição, Halley S/A – Gráfica e Editora, Teresina, 2001.

SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*, Melhoramentos/INL, São Paulo, 1975.

SALES, João Alberto. *Política Republicana*, Tipografia de G. Leuzinger, Rio de Janeiro, 1882.

SANTOS, Bruno. *Carta*, Floriano, 23 de dezembro de 2003.

SANTOS, Maureli da Costa. *A Marcha dos revoltosos, passagem da Coluna Prestes pelo Maranhão*, Sioge, São Luís, 1991.

SANTANA, R. N. Monteiro (org.). *Piauí: Formação, Desenvolvimento – Perspectiva*, Fundapi, Halley, Teresina, 1995.

SANTANA, R. N. Monteiro (org.). *Evolução Histórica da Economia Piauiense*, 2ª edição, Gráfica do Banco do Nordeste, 2001.

SAVIANI, Dermeval, Rama, German, Lamarra, Norberto, Aguerrondo, Inês, e Weiberg, Gregório. *Desenvolvimento e Educação na América Latina*, 4ª edição, Editora Cortez, São Paulo, 1986.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*, Companhia de Letras, 2ª edição, São Paulo, 2003.

SENA, Ernesto. *Deodoro – Subsídios para a História – Notas de um repórter*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1913.

SEVCENKO, Nicolau, e Novais, Fernando A. *A História da Vida Privada no Brasil*, 2ª edição, Companhia de Letras, São Paulo, 1998.

SILVA, Hélio. 1926, *A Grande Marcha, O Ciclo de Vargas* – vol. II, 2ª edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971.

SILVA, Hélio. *O Fim da Primeira República, 1927/1930*, Editora Três Ltda., São Paulo, 1988.

SILVA, Hélio. *O Levante da Escola Militar, 1920/1922*, Editora Três Ltda., São Paulo, 1998.

SILVA, Hélio. 1930, *A Revolução Traída, O Ciclo Vargas* – volume III -, 2ª edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.

SILVA, Hélio. *A República não esperou o Amanhecer*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.

SILVA, Hélio. *Começa a Revolução*, Editora Três, Ltda., São Paulo, 1975.

SILVA, J. M. Pereira. *Memórias do Meu Tempo*, edição do Senado Federal, volume III, Brasília, 2003.

SILVA, Josias Clarence Carneiro da. *Abelheiras – O Último Reduto da Casa da Torre no Piauí*, Gráfica e Editora Júnior, Teresina, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes – Análises e Depoimentos*, 4ª edição, José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1985.

SOUSA, Bernardino José de. *O Pau-Brasil*, Coleção Brasiliana, v. 162, Companhia Editora Nacional, 1939.

STEPAN, Alfred. *Estado Corporativismo e Autoritarismo*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.

TAVARES, Zózimo. *100 Fatos do Piauí no Século 20*, 3ª edição, Halley, Teresina, 2000.

THOREAU, Henry David. *A Desobediência Civil e Outros Escritos*, Editora Martin Claret, São Paulo, 2000.

TINHORÃO, José Ramos. *As Festas no Brasil Colonial*, Editora 34, São Paulo, 2000.

VIANA, Urbano. *Bandeiras e Sertanistas Baianos*, v. XLVIII, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935.

VILA, Marco Antônio. *A Queda do Império, os últimos momentos da monarquia no Brasil*, Editora Ática, São Paulo, 1996.

WEGUELIN, João Marcos. *O Rio de Janeiro através dos jornais, 1888-1969*.

A Coluna Prestes no Piauí [A República do Vintém], de Francisco das Chagas Castro, foi composto em Garamond, corpo 12, e impresso em papel vergê areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília, para o Conselho Editorial do Senado Federal. Acabou-se de imprimir em agosto de 2007, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial.

Este é um relato de um olhar periférico sobre a marcha da Coluna Prestes pelo Brasil. Nascido em Teresina em 1953, desde pequeno o autor ouviu de sua mãe e familiares as mais fantásticas histórias sobre a passagem dos “revoltosos” pela província, no final de 1925.

A capital do Piauí, a única no país a sofrer cerco dos “revolucionários do sul”, guardou na memória popular episódios desconhecidos da historiografia nacional. O pesquisador viajou mais de cinco mil quilômetros por cidades, vilas e povoados do seu querido torrão natal, procurando reconstituir o roteiro dos “tenentes” nas duas vezes em que atravessaram os sertões piauienses.

Chico Castro é jornalista. Fez parte da geração de poetas piauienses da década de 70. Publicou diversos livros de poesia, ensaios e crítica literária. Em 2003, lançou *A Guerra do Jenipapo*, episódio ocorrido no Piauí, em 1823, fundamental para a consolidação da Independência brasileira.

Tendo em mente lutar contra o dragão do esquecimento, o escritor procurou interpretar as lições do passado, pensando nas incertezas do futuro, como um modo muito certo de compreender as vastas contradições do mundo onde vivemos.